

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMAZONAS

ANA LUCIA NASCENTES DA SILVA ABRAHIM

MANAUS
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMAZONAS

ANA LUCIA NASCENTES DA SILVA ABRAHIM

Manaus
2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMAZONAS

ANA LUCIA NASCENTES DA SILVA ABRAHIM

Manaus
2003

719(811.3)(043
A159p

BSCAMPUS

AC68017 EX18272

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
D
03.09.10
DIS007996
Ana Lucia Nda S. Abrahim
R$35,00

A169 Abrahim, Ana Lucia Nascentes da Silva

O processo de construção do patrimônio cultural no Amazonas/ Ana Lucia Nascentes da Silva Abrahim. Manaus: Universidade Federal do Amazonas/ICHL, 2003.

219 p., il.

Patrimônio. Cultural. Imaterial. Amazonas.

CDD – 363.69

ANA LUCIA NASCENTES DA SILVA ABRAHIM

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. ERNESTO RENAN DE FREITAS PINTO

Manaus
2003

ANA LUCIA NASCENTES DA SILVA ABRAHIM

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMAZONAS

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ernesto Renan de Freitas Pinto
Universidade Federal do Amazonas
(Presidente)

Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade
Universidade Federal do Amazonas
(Membro)

Prof. Dr José Simões de Belmont Pessôa
Universidade Federal Fluminense
(Membro)

Manaus
2003

Aos meus antepassados por suas memórias e construções;
aos meus descendentes, por justificarem minha busca.

AGRADECIMENTOS

Mesmo sabendo que sempre haverá pessoas não mencionadas aqui, isto não significa que foram menos importantes ou esquecidas. Em mais um exercício de memória, meus agradecimentos vão para aqueles com quem convivi ao longo do período em que desenvolvi a pesquisa, e para aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que eu tenha conseguido atender às minhas responsabilidades com a 1ª Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, não só no Amazonas, mas também no Acre, Roraima e Rondônia.

Agradeço, antes, à todos os que se dedicam a estudar o patrimônio, brasileiros e não-brasileiros, sobre os tantos ângulos que esse objeto nos oferece, pois suas reflexões e seus trabalhos alimentaram a confecção desse *patchwork* ao qual acrescentei mais um retalho. Especialmente à Dra. Maria Cecília Londres Fonseca, por seu trabalho de pesquisa e crítica sobre o IPHAN e o patrimônio, obra de consulta fundamental para quem se debruça sobre essa questão.

Agradeço ao corpo técnico do IPHAN, primeiramente à arquiteta Maria Eliza Costa, sua atual presidente; à Dra. Tereza Beatriz da Rosa Miguel por sua força e apoio nas batalhas dessa "fase heróica" da 1ª SR/IPHAN; à arq. Vandi Falcão, de Brasília; ao arquiteto Cyro Correa Lyra e à engenheira Sílvia Puccioni, do Rio de Janeiro, pela parceria; à antropóloga Dra. Ana Gita de Oliveira, por sua paixão e seriedade na questão indígena do Rio Negro; à arqueóloga Catarina Eleonora, sempre disposta em atender minhas dúvidas; à arquiteta Salma Saadi, de Goiás; ao arquiteto Carlos Fernando Delphim, pelas idéias cheias de erudição e sensibilidade para contribuir com um novo olhar sobre o patrimônio amazônico.

Agradeço em particular aos colegas de trabalho em Manaus, funcionários da 1ª SR/IPHAN: Heloíza Araújo, Patrícia Alves, Tenório Luchesi, Clara, Bernardo, Cristiane, Alison, Custódio e Mel. Ainda em Manaus, à amiga Lucila Cláudia, pelas consultas bibliográficas; ao Éric Quezado, pelas dicas "digitais"; à arquiteta e amiga Mércia Parente, por permanecer em Manaus.

Do Museu Amazônico, da Fundação Universidade do Amazonas, agradeço ao seu diretor Prof. Dr. Luiz Balkar, bem como aos ex-diretores, os historiadores

Geraldo Sá Peixoto Pinheiro e Francisco Jorge dos Santos; aos amigos Carlos Augusto e Jane Cony Cruz, pela eficiente parceria nos salvamentos arqueológicos e na curadoria do patrimônio arqueológico dos tantos achados fortuitos nos sítios de Manaus; ao Custódio, pelo resgate dos documentos históricos da 1ª SR/IPHAN.

Ao pessoal da Associação Indígena de Barcelos, ASIBA: Clarindo, Dilsa, Virgília, Peres e Orlandina, pela amizade e confiança mútua; ao Ismael Tariano, parceiro na Rota Cultural e à sua família em Iauaretê.

Aos colegas e amigos dedicados à preservação dos patrimônios Brasil adentro e à defesa de nossa identidade cultural Brasil afora, que me inspiraram com suas experiências e vidas: Dra. Suzanna Sampaio, de São Paulo; Augusto da Silva Telles, do Rio; minha professora Dora Alcântara; Jorge e Jussara Derenji, arquitetos de Belém; Anne-Marie Pessis, de Recife, pelos mistérios que me apontou na Serra do Capivara, no Piauí, Patrimônio Cultural da Humanidade; arquiteta Adriana Castro, presidente do ICOMOS/Brasil; à arquiteta Socorro Targino Martinez, por sua paixão e memória das cores e gostos da sua Terra de São Salvador da Bahia; ao arquiteto Romeu Duarte, do Ceará; ao arqueólogo Eduardo Neves, pela gentileza com que sempre colabora e nos acompanha nos tantos "mergulhos" na pré-história da Amazônia; à Ana Cláudia de Lima e Alves e Tadeu Veiga, de Brasília, por seu dom de saber serem amigos; ao arquiteto Carlos Sgrinholli, por ajudar-me a concluir a "obra sem fim" da 1ª SR/ IPHAN; à Martinha Amoroso, do Rio de Janeiro, por sua amizade de sempre; à Edunyra Assef, do Acre, parceira certa das horas mais incertas por esses sertões.

Quero agradecer àqueles que, em momentos diferentes ao longo da minha relação com o patrimônio, não me deixaram desistir diante dos eventuais conflitos e injustiças, especialmente: ao poeta Luiz Bacellar, pela firmeza e constância de sua demonstração de amizade; ao Prof. Ribamar Bessa Freire, por sua personalidade polêmica em apoiar causas difíceis e "perdidas" do processo de construção desse patrimônio amazonense; e especialmente, ao arquiteto Almir de Oliveira, por sua presença amorosa e sua competência em materializar as minhas tantas intuições.

Por fim, quero creditar o apoio de minha família espiritual: aos meus pais Arnaldo e Iole, à Mestra Kuan Min Tãh e ao Templo da Mãe Celestial Mestre Kuan Tien Shih, por velarem pela boa consecução dessa tarefa. Ao mestre de Reiki, Jason

Thompson e ao grupo de reikianos de Manaus. À D. Helena Abrahim, por transformar nosso cotidiano familiar num convívio de rara alegria; ao amigo Bob Cavallo, por saber estar sempre próximo, mesmo morando em Barcelona. À pedagoga Paula Nascentes da Silva, minha irmã caçula, que em freqüentes e oportunos conselhos desvendava para mim as tantas liturgias do mundo acadêmico, ensinando-me a enfrentá-lo. Aos meus filhos, Anabella e Rodrigo, por sua maturidade como ouvintes e seu bom humor nas tantas vezes que me salvaram das 'armadilhas digitais' em que me meti. E finalmente ao Roger, pelo amor e generosidade que continuam alimentando nossa afinidade política e essa fiel cumplicidade a um projeto de vida que foi se transformando em obras, ao longo dos trinta anos de parceria.

"Sem a minha cultura das ruas, eu não teria desenvolvido a minha cultura. Sem as minhas experiências de vida, não teria alimentado a minha cultura. Ela foi marcada pelo concreto, pelo vivo, pelo singular. Depois disso, e para sempre, minha vida, meu trabalho e minha cultura não deixaram de se alimentar mutuamente..."

Edgar Morin, *Mes démons,* 1997.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____ 1

CAPÍTULO I O PATRIMÔNIO NACIONAL E SEUS LIMITES _____ 14

1.1 Do monumento histórico ao patrimônio cultural: uma construção do conhecimento

1.1.1 A noção de monumento histórico e sua conservação _____ 15
1.1.2 O conceito de patrimônio e de preservação _____ 17
1.1.3 A prática de preservação: conservar ou restaurar? _____ 19
1.1.4 O patrimônio histórico urbano e a cidade histórica _____ 21
1.1.5 A questão da atribuição de valores e a política de preservação ___ 25
1.1.6 A revolução documental e a consciência historiográfica _____ 28
1.1.7 O conhecimento como patrimônio cultural _____ 30

1.2 A construção do patrimônio cultural no Amazonas

1.2.1 O patrimônio material e seus limites _____ 33
1.2.2 O patrimônio imaterial e seus contornos _____ 38
1.2.3 A política de preservação e os inventários _____ 41
1.2.4 Uma política de preservação cultural para a Amazonas _____ 46

CAPÍTULO II A CONSTRUCÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO AMAZONAS

2.1 A busca dos marcos fundadores do sítio Manaus: uma nova história? __ 51

2.2 O Teatro Amazonas como único referente: o fardo histórico _____ 58

2.3 O papel do IPHAN na preservação cultural do Amazonas _____ 63

2.3.1 Antecedentes da instalação do IPHAN em Manaus _____ 63
2.3.2 O primeiro inventário histórico de Manaus _____ 67
2.3.3 A criação e implantação de uma Diretoria Regional em Manaus _ 71
2.3.4 A ação de promoção: identificando parceiros e interlocutores ____ 72
2.3.5 A ação de proteção: administrando conflitos de interesses _____ 81
2.3.6 A ação de identificação: os inventários e a questão do valor _____ 88

2.4 A cidade de Manaus como patrimônio cultural _____ 91

2.5 O papel dos movimentos sociais urbanos na construção do patrimônio cultural _____ 99

2.5.1 O movimento em defesa do Cine Guarany _____ 101
2.5.2 O movimento em defesa do Centro Histórico de Manaus e a Associação de Amigos de Manaus – AMANA _____ 109
2.5.3 O movimento de identificação étnica de Barcelos e a Associação Indígena de Barcelos – ASIBA _____ 117

CAPÍTULO III O REGISTRO DE UM PATRIMÔNIO IMATERIAL NO AMAZONAS

3.1 Identificando as referências culturais no Amazonas 126

3.1.1 A opção pelo noroeste da Amazônia: o projeto da Rota Cultural de Iuaretê a Manaus 126

3.1.2 A primeira visita do IPHAN à região do Alto Rio Negro 131

3.2 O inventário do patrimônio cultural de Barcelos: primeira etapa da Rota 132

3.3 São Gabriel da Cachoeira: o portal institucional da Rota Cultural 146

3.3.1 A visita dos Tariano ao IPHAN em Manaus 146

3.3.2 O olhar sobre a paisagem na Rota Cultural: um relato etnográfico 148

CONSIDERAÇÕES FINAIS 171

ANEXOS 175

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 208

RESUMO

As transformações ocorridas na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, a partir da década de 1970 – após a criação da Zona Franca de Manaus e o advento de uma era de progresso material a qualquer custo – instalaram um modelo de cidade moderna que, se até hoje não se concretizou plenamente, gerou um espaço urbano pouco democrático, palco de contradições e de exclusões sociais crescentes. A implantação desse modelo teve entre seus aspectos positivos, o surgimento de uma consciência de preservação histórica na sociedade amazonense. Durante o período de 1980 ao 2000, essa consciência acompanhou e sustentou o processo de construção de um patrimônio cultural no Estado, ao mesmo tempo em que serviu para estruturar uma consciência de cidadania nos diversos contextos sociais e urbanos no Estado. A observação das ações institucionais, governamentais e não-governamentais, de preservação do patrimônio, em Manaus, serviram como base para refletir sobre a complementaridade dessas iniciativas paralelas, que se de um lado costumam se opor políticamente, na prática urbana convergem para a constituição de uma maior visibilidade desse patrimônio. No Estado do Amazonas, o patrimônio não se constituiu de forma isolada, dentro de uma perspectiva histórica, mas como parte de um processo maior, nacional e mundial, que aqui foi enfocado em uma abordagem panorâmica. Seu desenvolvimento no contexto específico desse Estado da região norte do Brasil que mais é identificado com a natureza geográfica em que está inserido – a Amazônia – vai conferir a esse patrimônio particularidades culturais regionais resultantes de uma crescente apropriação do saber nativo e da consagração da natureza como patrimônio cultural.

Palavras chaves: Patrimonio, Manaus, Amazonas

ABSTRACT

The urban transformations that happened in the city of Manaus, capital of Amazonas state from the 1970s on – after the Manaus Free Trade Zone was created generating the advent of an era of material progress at any cost – have installed a model of modern city that, even if it had not completely developed, has generated an undemocratic urban space, stage of growing contradictions and exclusions. The establishment of this model has had, among its positive aspects, the raise of a consciousness of historical preservation among citizens of Amazonas state. From 1980 to 2000, such consciousness has followed and supported the process of construction of a cultural heritage in the state. It has also helped to structure a conscience of citizenship among different social and urban contexts in the state. The observation of institutional, governmental and non-governmental initiatives of heritage preservation in Manaus has been used here as a base for a reflection about the complementary fashion of such parallel actions, that if at one hand are normally politically opposed, at the other hand converge towards a larger visibility of the heritage. In Amazonas state it has not constituted itself in an isolated fashion, but within a historical perspective as part of a larger process, national and global, that has been focused here under a panoramic approach. Its development in the specific context of the state in northern Brazil that has the strongest identification with the geography where it is inserted – the Amazon rainforest – provides such heritage with particular regional cultural characteristics that result from a growing appropriation of local knowledge and the consecration of nature as part of cultural heritage.

Key words: cultural heritage, preservation, Amazonas, Manaus, Brazil.

INTRODUÇÃO

Cuando escogí la selva
para aprender a ser,
hoja por hoja,
extendí mis lecciones
y aprendí a ser raíz, barro profundo,
tierra callada, noche cristalina
y poco a poco más, toda la selva

Pablo Neruda, *El Cazador de Raices*

Ao introduzir esta dissertação, resultado da pesquisa sobre o processo de construção do patrimônio cultural no Amazonas cujo projeto foi desenvolvido dentro do *Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia*, do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), não podemos deixar de nos remeter ao memorial do projeto. Ao escrevê-lo, percebemos que supõe um exercício no qual hierarquizamos, não só as razões que nos convenceram a encaminhar a proposição ao Curso, como também seus vários antecedentes, objetivos e subjetivos, alguns biográficos, que nos moveram naquela determinada direção temática. Não imaginávamos então, que provocaríamos lembranças pessoais e que reencontraríamos nessa investigação uma parte de nossa herança familiar, ocorrida há mais de cem anos na cidade de Manaus.

Por outro lado, foi com uma certa hesitação que resolvemos envolver nossa própria experiência e reflexões, necessariamente pessoais, no tema proposto para pesquisa; se o fizemos, mesmo correndo o risco observado por Geertz (2001), de que isso sugerisse uma certa presunção de estar propondo nossa experiência ou linha de trabalho como modelo, foi visando contribuir com o debate instalado pelo *Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia,* tanto em relação aos aspectos técnicos quanto à dimensão ética na execução das pesquisas encaminhadas ao Programa.

A partir deste ponto da presente introdução, usaremos a primeira pessoa do singular, pois o relato autobiográfico tem aqui um sentido de iniciação individual da autora; o plural só retornará ao texto, no momento da nossa adesão à preservação do patrimônio como disciplina, quando, assumindo a gestão de uma entidade pública, as ações propriamente vão impor um sentido coletivo compartilhado com outros sujeitos.

Como carioca formada em Arquitetura e Urbanismo no Rio de Janeiro, em julho de 1976, acalentava desde a graduação a idéia de trabalhar com cidades, no campo do planejamento urbano, em algum lugar diferente do Rio, em escala e contexto, que estivesse em meio a algum estágio de transformação urbana – exatamente como a Manaus da década de 70. Trazia em minha bagagem profissional e afetiva, a experiência de vida em duas cidades caras ao imaginário do arquiteto brasileiro durante mais de um século: o Rio de Janeiro e Paris, de onde eu acabara de chegar, depois de um ano de especialização em Literatura Francesa.

Como observa Olgária Matos (1998) no texto *A Triste Utopia*[1] sobre Lévi-Strauss: "as distâncias não se dão só no espaço; a palavra (*viagem*) inclui, de maneira essencial, o *tempo*. Supõe também um ponto de referência simbólica, partida e retorno de um *Eu* sensível a acontecimentos e experiências" (Matos, 1998, p. 20); e essa experiência diz respeito a tempos diferentes entre si, que constituem a identidade de um sujeito ao longo de sua trajetória.

Habituada às viagens, no sentido que o dicionário dá a esta palavra – "deslocamento entre lugares distantes" – minha vinda para Manaus, naquele agosto de 1977, estava carregada de novos sentidos. A decisão de partir, no sentido de mudar-se de um lugar, supõe um duro exercício de desapego das referências que nos são mais caras e familiares, como pessoas, paisagem, lugares, ritmos, cheiros e gostos. Mas, partir com o objetivo de construir uma nova vida, novas referências, exige um coração leve, apto a recomeçar, e isso impõe uma condição: que nunca se olhe para trás (o passado) para não ser transformada em "estátua de sal"[2], uma vez que fixar-se no passado imobiliza.

Com esse espírito, ao embarcar para Manaus, recém-casada com um arquiteto amazonense, rumo a um norte e uma vida vagamente imaginados, minha avó materna, D. Manolita Galvão Werneck Rossi, me surpreendeu com suas últimas recomendações: "Procure descobrir o que aconteceu com o bisavô Carlo Rossi em Manaus. Procure as tantas coisas e obras construídas que ele deixou lá. Tente descobrir o que o desencantou a ponto de nunca querer falar desse passado no norte"; e me entregou uma foto desse ilustre e desconhecido personagem de nossa família.

[1] MATOS, Olgária. in *Revista Rumos: os caminhos do Brasil em debate. Brasília, 1998/99 ,p. 20-21.*
[2] Do texto bíblico em Genesis 10: 26

Até esse momento eu não tivera uma maior curiosidade genealógica, já que em minha família não se cultivava o gosto pelas coisas antigas, fossem histórias ou objetos. Conhecia apenas a obra de meu avô, Arrigo Werneck Rossi, engenheiro civil que se dedicou à construção de muitos açudes no nordeste e estradas de ferro no interior do Rio. O passado era um tempo que não me atraía conjugar; quando se tem 25 anos, só o presente está em nossa linha do horizonte.

Na foto amarelada, um homem louro e sisudo em seu costume de linho branco, a mão direita levemente apoiada numa rica e pequena mesa sobre a qual repousavam, descuidadamente, um chapéu panamá e um guarda-sol de cor clara; usava monóculo, o que lhe dava um certo ar intelectual que contrastava com a esportiva e adequada vestimenta para o calor tropical, ao mesmo tempo em que lhe emprestavam uma certa antipatia de colonizador europeu. No verso da foto, as únicas pistas eram a dedicatória em italiano, assinada por Carlo Rossi, datada de 1.10.1905, e o anúncio do retratista: *"Photographia Allemã – de G. Huebner & Amaral – Avenida Eduardo Ribeiro = 23 Manaus"*. O pouco que eu ouvira desse ancestral dava conta que ele era natural da cidade de Lucca, no norte da Itália, e viera para o Brasil via Manaus, por volta dos anos 1880, com seus dois irmãos, Vittorio e Francesco, atraídos pelos anúncios da abertura de uma frente de construção na longínqua Manaus, publicadas em jornais de várias capitais da Europa. Contava minha avó que, na capital do Amazonas realizara várias obras, inclusive uma das etapas de construção do Teatro Amazonas; e que, bem depois, já morando no Rio de Janeiro, continuou na atividade da construção civil de represas e pequenas hidrelétricas na região do rio Paraíba do Sul, onde conheceu sua futura esposa, Rosa Werneck, herdeira de fazendas de café, com quem teve quatro filhos. Até falecer, morou no elegante e arborizado bairro do Grajaú, no Rio.

Os três anos seguintes à minha chegada à Manaus, dediquei a afirmar meu exercício de profissional liberal de arquitetura, em projetos e construções variadas. Concentrada em adaptar-me ao novo ambiente, as recomendações de minha avó iam se transformando num eco cada vez mais distante. Não poderia prever que havia apenas adiado meu encontro com o passado. O destino me reservara algumas surpresas. Dessa forma, eu tinha uma investigação pessoal e familiar a fazer nessa

nova terra – um imenso novo mundo – sobre o único de meus antepassados com o mesmo ofício que eu escolhera: a arquitetura.

Minha admissão a Prefeitura Municipal de Manaus, em 1982, foi determinada tanto pelo antigo desejo de atuar no planejamento de cidades, quanto pela prosaica idéia da maior estabilidade que um emprego pode dar, agora que era responsável por mais duas vidas: Rodrigo e Anabella, ambos nascidos em Manaus. Aprendia assim a conjugar um tempo novo: o futuro. Participar da retomada da construção de Manaus, mais que um novo e instigante trabalho, era – pensava eu um tanto ingenuamente – uma forma de participar do poder de decidir e garantir uma Manaus com um espaço urbano mais democrático, um ambiente com mais qualidade para os meus filhos. Sem que o percebesse, fui criando com a cidade de Manaus mais que uma grande cumplicidade: transformou-se num caso de paixão.

Desde o primeiro contato com a paisagem urbana de Manaus, chamou-me a atenção a situação física singular de seu sítio urbano: a presença compacta de um conjunto de edificações antigas no centro da cidade, herança de valor histórico inequívoco, recortado sobre o fundo azul e verde do imenso horizonte amazônico. Foi a primeira referência em que identifiquei o sentido de *patrimônio*, esta palavra, que evoca lembranças paternas, e que está ligada, como observa Choay (2001) às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Paisagem histórica engastada na paisagem natural formavam uma composição que instigava à criação de projetos de intervenção urbana únicos, em que cidade e natureza se potencializassem mutuamente, numa rara simbiose. O patrimônio se produz em uma situação de tensão entre razão e o sentimento, entre a reflexão e a vivência. Assim aconteceu para mim.

Essa tensão foi produzida a partir de um 'incidente de trabalho', ocorrido em 1984, durante a execução de um primeiro levantamento fotográfico da arquitetura histórica remanescente no centro de Manaus. À época, como diretora da Divisão de Parques e Jardins, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SEMUSP), era responsável pelo paisagismo e manutenção das áreas ajardinadas, onde se incluíam as praças antigas. Em parceria com minha amiga e colega de faculdade, a arquiteta e fotógrafa acreana Edunyra Assef, também funcionária da Prefeitura, havíamos proposto à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPLURB), um projeto

que harmonizasse as praças com seu entorno edificado. Para isso, era preciso fazer o registro desses prédios antigos. Durante as longas caminhadas pela cidade para fotografá-los, percebi minha relutância em fixar o olhar nessas grandes estruturas, cujo estado de conservação ia desde as que ainda mantinham sua habitabilidade, com um certo ar de digna decadência, até aquelas totalmente arruinadas. Minha resistência em olhar a arquitetura antiga através da lente fotográfica foi se transformando em um mal-estar crescente, numa quase aversão, dando a medida de minha sensibilidade (e vulnerabilidade) não só ao objeto em foco, mas ao motivo em questão: o quê, de fato, significavam aqueles prédios vazios? Se eu os desconhecia até aquele momento, e já que não me pertenciam, que força possuíam que me transtornava de tal maneira?

Como sempre aconteceu em minha vida, fui resgatada desse impasse pela literatura. O filósofo Rolland Barthes, na obra "A Câmara Clara", diagnosticou o seu próprio mal-estar diante da fotografia: "A Fotografia não fala (forçosamente) daquilo que não é mais, mas apenas e com certeza daquilo que foi". E continua: (...) "Todos esses jovens fotógrafos que se movimentam no mundo, dedicando-se à captura da atualidade, não sabem que são agentes da Morte. É o modo como nosso tempo assume a Morte: sob o álibi denegador do perdidamente vivo" (Barthes, 1984, p. 127;137).

O incidente aqui relatado permite entender um aspecto da relação entre espaço e tempo que se projeta na cidade: sua dinâmica interna. Na origem da minha angústia se projetava a presença constante da morte, do que não voltaria mais, da condenação eminente que espreitava cada uma daquelas paredes, como doentes terminais condenados de forma inexorável – pelo esquecimento, pelo desinteresse, pela falta de dinheiro, ou quem sabe pelo mero acaso (ou descaso). De acordo com Barthes, fui atingida pelo *punctum* da fotografia, "por esse acaso que nela me *punge*, me mortifica, me fere", algo que parte da cena, como uma flecha, e vem me transpassar. Ensina o filósofo que a esse elemento eu só poderia opor um outro, que ele denomina "*studium*": transformá-lo em meu objeto de estudo (Barthes, 1984, p. 46).

Dessa maneira foi possível quebrar o encantamento: passar a não mais enxergar só o passado nos velhos casarões e paredes arruinadas; olhando através e além daquelas paredes arruinadas, passar a ver o futuro, o meu próprio futuro.

Em 1985, tendo me juntado à equipe da SEMPLURB para coordenar a execução do *Inventário Ambiental e Urbano da Cidade de Manaus*, pesquisando as fontes iconográficas da arquitetura do centro, reencontro meu antepassado: as provas de sua vida profissional estavam tanto na placa de bronze que identifica o construtor, afixada na fachada principal da Penitenciária Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, atual Cadeia Pública, na Av. Sete de Setembro, centro de Manaus, quanto nos carimbos apostos nos desenhos originais de projetos, guardados na Biblioteca Pública do Amazonas: *ROSSI IRMÃOS CIA. LTDA*. O passado tornara-se presente, incorporando-se ao meu trabalho.

Resolvida a seguir essas pistas, cheguei ao advogado Dr. Geraldo Pinheiro, pesquisador amazonense de vasta cultura, que em resposta às minhas dúvidas sobre os motivos para Carlo Rossi sair do Amazonas, opinou que certamente o financeiro era um deles; ele lembrava de um processo de cobrança movido por herdeiros, contra o governo do Estado. Provavelmente, como muitos outros o fizeram, os irmãos Rossi tiveram que trocar Manaus por outro mercado de trabalho mais promissor, abrindo assim uma filial da firma no Rio de Janeiro (como se pode ler no carimbo das plantas guardadas até hoje na Biblioteca Pública do Amazonas). Era a época da reforma urbanística no centro do Rio, com a abertura da famosa Avenida Central, na administração do prefeito Pereira Passos. O que acabei confirmando em consulta ao magnífico livro *"O Álbum da Avenida Central – um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, 1903-1906*", com fotos de Marc Ferrez, no qual encontrei o registro de várias obras dos Irmãos Rossi, como por exemplo, o prédio da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência, projeto do arquiteto Adolpho Morales de los Rios.

Assim, ao decidir morar e trabalhar como arquiteta em Manaus, eu refizera, ao inverso, a trajetória profissional e existencial desse meu antepassado, de Manaus para o Rio de Janeiro.

Em 1986, fui selecionada para a turma do XVI CEMUAM – Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano, na Escola

Nacional de Serviços Urbanos, que funcionava no Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, no Rio de Janeiro. Voltava à minha paisagem natal, numa pausa para avaliar meu percurso até ali, rever conceitos e, principalmente, questionar os métodos utilizados na experiência de quatro anos no planejamento municipal em Manaus. Durante o tempo que durou o pós-graduação, além de conhecer outras situações em vivências dos colegas de diversas cidades, convivi com a brilhante e polêmica personalidade do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, coordenador do Centro de Pesquisas Urbanas do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), que eu já conhecera em Manaus.

No ano de 1987, numa adesão definitiva às questões da preservação do patrimônio urbano, aceitamos o desafio de implantar o serviço da recém criada Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que também funcionaria como representação da Fundação Nacional Pró-Memória, com jurisdição para os três estados da Amazônia Ocidental – Acre, Amazonas e Roraima – última fronteira do patrimônio nacional.

Desde então, estivemos a serviço de causas envolvendo a defesa do patrimônio na Amazônia, fosse em instituições governamentais ou não-governamentais, como a Associação dos Amigos de Manaus – AMANA, o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos – ICOMOS.

Para aqueles que partilharam essas experiências, nos últimos quinze anos, foi gratificante ver nosso conhecimento ir além dos limites de uma mera experiência urbana e social. Pudemos confrontar a Amazônia de "À margem da história", de Euclides da Cunha, bem como "A Ilusão do Paraíso" de Betty Meggers, e chegar à convicção de que para cada indivíduo, a revelação do encontro com a Amazônia, seja ela realidade ou invenção, se dá de uma maneira única e intransferível.

Acompanhamos situações em que a afirmação da identidade étnica através de uma reinvenção cultural foi à única forma de escapar a uma desintegração social causada pelo pior dos estigmas: a pobreza. Em lugares tão remotos quanto os recursos disponíveis para a sobrevivência, aprendemos uma nova ética, na qual a idéia de preservação de patrimônio seja ele natural ou cultural, passa antes pelo respeito à vida do homem que aí permanece, anônimo herói de um cotidiano épico.

Esse objeto para o qual deve se voltar nosso esforço de preservação, está na consciência de posse de território desse homem e na sua resistência ao isolamento; como está no seu conhecimento da natureza e no seu domínio sobre o "mundo das águas". Uma ação para preservar o patrimônio na Amazônia tem que estar fundamentada no reconhecimento oficial da presença desse homem – seja ele constituído por populações indígenas ou por populações tradicionais – do seu direito ao lugar que ocupa, do precioso conhecimento que desenvolveu e o sustenta, como parte de nosso patrimônio comum, de nação.

Registrar uma parte desse processo de construção de um conjunto de referências culturais no Amazonas, dentro de um projeto de pesquisa científico do *Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia*, pareceu-nos uma extensão natural da trajetória de desvendamento desse universo cultural que iniciáramos anos atrás. Nesse sentido, consideramos tanto a nossa atuação de agente institucional, quanto à participação da sociedade amazonense nessa construção.

Expor os limites dessa atuação institucional à crítica externa, sobretudo ao mundo acadêmico – universo da análise e da crítica, que tem no princípio da autonomia universitária a garantia de sua independência – pode ser fundamental nos necessários ajustes e adequações para uma efetiva ação de preservação na Amazônia Ocidental.

Os métodos e materiais adotados na pesquisa combinaram uma abordagem qualitativa, fundada no estudo de representação e valores, associada à reconstituição histórica, na qual incluímos alguns dados recuperados de entrevistas, questionários e observações dos inventários de referência cultural, que por sua vez, utilizam um método específico desenvolvido pelo corpo técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ao longo de sua atuação na gestão do patrimônio cultural.

Cabe observar o aporte dado pelas disciplinas oferecidas no *Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia*, que contribuíram para o desenvolvimento do embasamento teórico e para a consecução da pesquisa. No curso sobre "Formação do pensamento social na Amazônia", o Prof. Dr. Ernesto Renan Freitas Pinto nos conduziu a uma forma crítica de "ouvir" os relatos de vários viajantes, aprendendo a discernir a voz do "outro" – em Agassiz, La Condamine,

Spix e Martius, nos relatos do Pe. João Daniel, entre tantos – e a nossa própria voz, em Djalma Batista, André Araújo, Leandro Tocantins, e, sobretudo Euclides da Cunha.

Com o Prof. Dr. José Aldemir de Oliveira, na disciplina "A cidade e o urbano na Amazônia", pude rever vários autores de teorias sobre a cidade que me são familiares, e atualizar leituras essenciais que me faltavam como Lefebvre, Weber e Marx. Já em "Epistemologia e metodologia das Ciências Sociais", disciplina ministrada pela Prof. Dra Marilene Corrêa, contribuiu a formação de uma bagagem essencial sobre as formulações metodológicas, modelos epistemológicos e discussão dos principais paradigmas das Ciências Sociais.

O curso sobre "História, cultura e movimentos sociais na Amazônia", com o Prof. Dr. Luís Balkar, desmontou a falsa impressão de letargia e acomodação das sociedades no norte do Brasil, em discussões importantes para a abordagem sobre os movimentos sociais urbanos apresentada no Capítulo 2 deste volume. Da mesma forma, foi importante cursar "As ferramentas do discurso", com o Prof. Dr. Odenildo Sena, que desenvolveu as questões ideológicas na construção do discurso, essencial para a articulação do Capítulo 1 desta dissertação, quanto ao conteúdo ideológico da noção de patrimônio.

Por fim, algumas palavras sobre as disciplinas concentradas. O curso "Os mitos amazônicos nas telenovelas brasileiras", com o Prof. Luiz Renato Buzzato, da Universidade de Grenoble (França), propôs o instigante desafio de comprovarmos a ausência da Amazônia nas telenovelas brasileiras, dialogando com quatro autores em suas obras – Mircea Eliade ("Aspectos do mito"); Neide Gondim ("A invenção da Amazônia"); Ismael Fernandes ("Telenovela brasileira memória") e Renato Ortiz ("História da telenovela brasileira").

Já o curso "Povos da Amazônia: populações indígenas", ministrados pela Profª Drª. Priscila Faulhaber, em agosto de 2001, propôs uma interlocução com autores fundamentais da antropologia, através da leitura e discussão de uma bibliografia bilíngüe selecionada de seus textos, cujo resultado nos agregasse uma visão mais crítica sobre as várias questões envolvendo etnias e a evolução das culturas na região. O texto sobre Barcelos incluído no terceiro capítulo foi desenvolvido nessa disciplina.

Antes de passar à descrição da estrutura da dissertação, gostaríamos de fazer duas observações sobre a natureza do conteúdo do texto apresentado. A primeira, dirigida aos que se interessarem a conhecê-lo e que, sabendo que a autora é arquiteta e agente de preservação, tenha a expectativa de encontrar soluções e prescrições para os inúmeros conflitos e patologias do patrimônio, alertamos que este não é um texto técnico sobre conservação de monumentos históricos ou uma análise urbana do patrimônio histórico de Manaus. Apesar de ser uma abordagem tentadora, porque mais simples e pragmática, nunca foi à perspectiva deste trabalho. Mas as noções e conceitos específicos das disciplinas que orientam a preservação do patrimônio estão aqui presentes e permeou a pesquisa todo o tempo. Também evitamos as análises morfológicas sobre o espaço urbano, bem como um vocabulário excessivamente técnico da disciplina de restauração, cuja bibliografia existente é grande. Uma vez que desenvolvemos nossa pesquisa no âmbito das ciências humanas e sociais, *a arquitetura e o espaço foram sempre abordados como referentes de uma construção social*, e nesse contexto qualquer análise técnica mais formal da arquitetura dos monumentos ficaria deslocada.

A história e a arquitetura dos monumentos históricos em Manaus, foi assunto tratado por vários autores, como Mesquita (1997) e Monteiro (2000), este último em extensa obra sobre o Teatro Amazonas. Temos que reconhecer, contudo, não só a ausência de um autor arquiteto entre as obras publicadas, como confessar a escassa produção de trabalhos publicados pelos arquitetos no Amazonas, talvez por sua distância da vida acadêmica, talvez pela intensidade de uma *práxis* que não faz muitas concessões à diversidade de atividades. Estamos em dívida, pois, e grande: como se poderão conhecer as reflexões que nortearam a criação dos projetos de um Severiano Porto? Onde ler o texto de seus lapidares memoriais arquitetônicos, por exemplo? Nossa única e ilustre exceção é o arquiteto Oscar Niemeyer, que construiu sua obra em papel e texto[3], além da matéria bruta do concreto.

A segunda observação é que, se a alguns puder parecer que as idéias expostas carecem de precisão teórica ou rigor científico, em parte isso se deveu ao caráter testemunhal do relato, a partir do segundo capítulo; se a outros, o texto transmitir

[3] Para saber mais ver PEREIRA, Miguel Alves. *Arquitetura, texto e contexto: o discurso de Oscar Niemeyer*, Brasília, Editora da UnB, 1997.

uma certa ambigüidade ideológica, caberia lembrar que, nos estudos produzidos sobre o patrimônio, esta ambigüidade foi identificada na própria atitude de muitos intelectuais envolvidos com a ação patrimonial em dois períodos de ditadura política.

Não foi o caso deste trabalho, no qual por diversas vezes, as autoras incluíram críticas abertas e contundentes à ação institucional de preservação, apesar de ser ela mesma personagem dessa ação. Contudo, se para a autora não há contradição nessa postura crítica, alguns poderão entendê-la como ambigüidade. O presente trabalho deve ser visto mais como reflexo de uma *práxis,* que continua regida pelos princípios da ação, da estratégia, da negociação e dos resultados, como Fonseca (1997) observou, em defesa de Aluízio Magalhães[4] (1927-1982) e seu projeto.

A intenção que permeou nossa investigação foi levantar as evidências de uma política e uma prática local de preservação, sua destinação e os resultados alcançados; e caso o pressuposto da mera repetição do modelo nacional se confirmasse, questionar os valores em jogo.

A seguir, apresentamos uma descrição da estrutura adotada nesta dissertação:

No Capítulo I, desenvolvido em duas partes, julgamos necessário introduzir os conceitos e categorias adotados ao longo do texto. Ainda que brevemente historiado, incluímos a evolução do conceito de patrimônio e da prática de sua preservação através de épocas e situações diferentes, no mundo e no Brasil. Partindo da noção de monumento histórico e do sentido de conservá-lo como objeto de arte durante a Renascença italiana, chega-se ao conceito de um patrimônio histórico e artístico nacional inventado pela Revolução Francesa, cujo modelo se espalhará por vários países da Europa e América Latina.

A partir de 1937, essa idéia foi implantada no Brasil, com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que apesar das mudanças de designações ao longo de seus 66 anos, mantém a mesma responsabilidade constitucional sobre o patrimônio nacional brasileiro. O atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional constitui-se, assim, na instituição de preservação mais antiga da América Latina.

[4] Criador do Centro Nacional de Referência Cultural (1975) e da Fundação Nacional PróMemória (1980).

Os avanços dos limites conceituais da noção de patrimônio histórico para a noção de patrimônio cultural, com a atribuição de novos valores, ganham novo instrumental no Brasil, com a aprovação do Decreto Federal nº 3551/2000, que instituiu o Registro de Natureza Imaterial. A interface da política do patrimônio com a política de preservação da biodiversidade do meio ambiente natural somam-se ao crescimento da quantidade de pesquisas arqueológicas no Brasil, aumentando de forma progressiva a demanda de trabalho técnico do IPHAN até a última década do século 20.

O Capítulo 2 abordou o processo de construção do patrimônio cultural no Estado do Amazonas, a partir de 1980, durante um período aproximado de vinte anos, com a adoção de instrumentos jurídicos específicos e de um discurso oficial nacional introjetado pelo governo estadual. Em 1987, cinqüenta anos depois da criação do SPHAN, implantou-se uma diretoria regional do órgão em Manaus, com jurisdição sobre os Estados brasileiros da Amazônia Ocidental. A natureza de um outro patrimônio induziu à adoção de estratégias diferentes e não convencionais, no exercício da preservação do patrimônio nesses Estados que compõem a fronteira amazônica brasileira.

Na organização desse capítulo, procuramos circunscrever o processo de construção do patrimônio material no estado do Amazonas da seguinte maneira: de início, como uma ação governamental restrita à proteção de bens edificados e isolados, na cidade de Manaus; em seguida, através da sistematização dos inventários e na promoção de pesquisas históricas e arqueológicas, para melhor compreender a formação do espaço urbano de Manaus.

Como parte desse processo de construção incluímos os movimentos sociais de preservação que eclodiram no período, como momentos construtores da identidade e do patrimônio cultural. Buscando uma relação possível no intervalo de tempo que os separa, os três exemplos escolhidos se referem a movimentos sociais urbanos que ocorreram no estado do Amazonas: o Movimento em Defesa do Cine Guarany, em 1983; e dez anos depois, o Movimento em Defesa da Qualidade de Vida em Manaus, que gerou a AMANA – Associação Amigos de Manaus. O terceiro exemplo trata de um singular movimento social urbano na cidade de Barcelos, através da afirmação da

identidade indígena de um grupo expressivo da população, dando origem à Associação Indígena de Barcelos, ASIBA.

O terceiro capítulo é uma introdução ao registro do patrimônio imaterial no Amazonas, como componente indivisível desse patrimônio, a partir da análise de dois casos particulares e expressivos acompanhados pelo IPHAN. Parte do material utilizado provém do projeto de inventário cultural desenvolvido no período de 1999-2001, denominado "Rota Cultural do Rio Negro: de Iauaretê a Manaus", em Barcelos, no médio rio Negro, e em São Gabriel da Cachoeira, na região do Alto Rio Negro.

Nas considerações finais, a partir da constatação da inexistência de uma política de preservação cultural nacional para a Amazônia brasileira, procuramos intuir as possibilidades de evolução desse processo de construção do patrimônio cultural no Estado do Amazonas. Ao invés de desanimar com a realidade das contradições existentes entre o discurso preservacionista oficial e uma atuação restrita à fiscalização de bens tombados, somos animados e movidos por uma outra realidade: a dinâmica social que nos envolve e também nos alimenta, nos ensina e nos impele a continuar.

O compromisso ético assumido com o Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, com o ICHL e com a Fundação Universidade do Amazonas, nos conduziu ao término dessa etapa intelectual e existencial, que empreendemos como autores de um texto e de uma ação. Na história intelectual, observa Giddens (1998) "a autoria é essencialmente interrogada do mesmo modo que as ações (...) podem ser interrogadas nos contextos da vida cotidiana" (Giddens,1998, p.19).

Em nosso caso, o autor estará à disposição para ser interrogado, e terá o privilégio de ter a palavra final sobre o significado do seu texto, ao contrário da previsão de Giddens (1998). Ao longo desta dissertação esteve em questão, todo o tempo, a compreensão do que um "autor" é. Concluímos afinal que "todos somos os autores de nossas próprias ações, mesmo se formos afetados por influências que nós não entendemos completamente ou se houver conseqüências de nossas atividades que não poderíamos antecipar" (Giddens: 1998, p. 8). Como autores dessas ações, sabemos que o compromisso não termina aqui, pois está vinculado a um projeto de longa duração; na verdade, mais que um projeto – um processo.

CAPÍTULO I

O PATRIMÔNIO NACIONAL E SEUS LIMITES

> *Situar-se num lugar, organizá-lo, habitá-lo, são ações que pressupõem uma escolha existencial: a escolha do universo que se está pronto a assumir, criando-o.*
>
> Mircea Eliade, "*O sagrado e o profano*".

Utilizar o patrimônio para provocar uma reflexão sobre o destino da sociedade amazonense, questionando as motivações que nos levam a assumir ou ignorar sua preservação, foi tarefa que nos exigiu voltar no tempo para poder acompanhar o processo de construção desse patrimônio no estado do Amazonas, relativamente recente no contexto nacional.

A história da ação patrimonial no Brasil, por sua vez, é herdeira de um conhecimento que tem sua origem, conceitual e prática, na Europa, há 200 anos. Poderíamos afirmar que a herança constituída pelo conjunto de teorias e práticas desse campo específico do conhecimento universal, resultado da evolução conceitual e tecnológica de um longo período de mais de 500 anos de história humana, constitui, por si só, uma construção e um patrimônio cultural.

A partir do *Renascimento*, nenhuma civilização pode mais pensar sobre si própria se não dispuser de uma ou várias outras que lhe sirvam de elemento de comparação. É a partir do ponto de vista do outro que passamos a conhecer e a compreender a nossa própria cultura, confrontar nossas crenças e costumes com as de outros tempos e lugares (Lévi-Strauss, 2000).

Uma vez que utilizaremos diferentes categorias e termos, cujos significados evoluíram ao longo de séculos, a primeira parte deste capítulo dedicamos a esclarecer, da forma mais sucinta possível, mas que possibilite acompanhar essa evolução através dos sentidos e das atitudes que marcaram essas diferenciações.

A partir da noção de monumento, passando pela criação do conceito de patrimônio e da idéia de protegê-lo, chegaremos até a noção de patrimônio histórico urbano, com a ampliação dos valores de atribuição aos monumentos históricos e dos interesses envolvidos em valores conflitantes; a emergência da consciência

historiográfica vai possibilitar uma ampliação da noção de patrimônio cultural, como hoje o entendemos.

1.1 Do monumento histórico ao patrimônio cultural : uma construção do conhecimento

1.1.1 A noção de monumento histórico e sua conservação

Em um sentido bem amplo, podemos chamar monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para lembrar ou fazer que outras gerações lembrem dos acontecimentos, ritos ou crenças selecionados com esse fim. (Choay, 2001, p.18). O monumento está presente sob formas variadas, em sociedades do mundo inteiro, quer possuam escrita ou não.

No sentido original, o termo 'monumento', tem sua origem, segundo Le Goff (1996), na palavra latina *monumentum*, que remete à raiz indo-européia *men* – uma das funções essenciais do espírito (*mens*) que é a memória (*memini*) – que deriva do verbo *monere* que significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. O *monumentum* é assim entendido como um sinal do passado ou tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, como por exemplo, os atos escritos. Contudo, "desde a Antigüidade romana, o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte." (Le Goff, 1996, p.535). O termo tem assim um conteúdo específico relacionado à afetividade, ao que toca uma memória viva pela emoção. Então, a essência do 'monumento' é, segundo Choay (2001) sua função antropológica, sua relação com a memória de um tempo vivido.

A expressão 'monumento histórico' é de concepção posterior, como observa Choay (2001), inventado no Ocidente e utilizado pela primeira vez em 1790, no contexto da Revolução Francesa, para definir o conteúdo do conceito e dos instrumentos de preservação a eles associados. Mas, a noção de monumento histórico é anterior à sua utilização, podendo remontar ao Renascimento italiano, no *Quattrocento,* por volta de 1420, em Roma, como observa Choay (2001) "ao momento do projeto, até então impensável, de estudar e conservar um edifício apenas

pelo fato dele ser um testemunho da história e uma obra de arte" (Choay, 2001, p.28).

As noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação começam a ser elaboradas só a partir do momento em que surgiu a idéia de estudar e conservar um edifício, ou como um testemunho da história e/ou como uma obra de arte. Essa noção supunha uma atitude diferente na maneira de olhar os edifícios da antigüidade, através de uma atitude reflexiva, mas distanciada e que articulasse a arte a história. Mas o que se entendia como "conservar um monumento" estava longe de um ato concreto para restabelecer sua integridade, a exceção da iniciativa dos papas da Igreja Católica romana que, ao assumir a condição de herdeiros de Roma contra a barbárie, assumiram a tarefa da preservação, já entendida como conservação moderna, o que passou à posteridade como uma ação pioneira no domínio da preservação.

É notável lembrarmos aqui que, em torno de 1462, as bulas papais tinham para aquela época, a força jurídica equivalente às legislações de preservação de hoje, somado ao poder de polícia dos atuais códigos de posturas urbanos, e seus conteúdos iam da definição de conceitos e técnicas, até proibições e incentivos. Contudo, como observou Choay (2001), é difícil saber quais dessas medidas eram movidas pelo interesse histórico ou pela conveniência de fortalecer um poder pela identidade com os monumentos.

Essa tomada de consciência da importância do monumento, contudo, não acarretou a conservação efetiva dos monumentos da Antigüidade remanescentes do Império Romano, e presentes por toda a Europa, não só em Roma. Na realidade da matéria, a conservação exigiria um outro tipo de atitude, que levaria ainda três séculos para eclodir.

No século 16, os eruditos europeus de posse dos conceitos emanados de Roma, e com o olhar já atento para o objeto, passaram a fazer os levantamentos desses testemunhos de um profundo conhecimento da arte clássica, ao qual os romanos agregaram um aperfeiçoamento técnico e uma eficiência construtiva sem precedentes. Testemunhos marcantes em, praticamente, todos países europeus, cuja permanência nas paisagens era a prova da unidade de um passado em comum.

Dessa época até o final do Iluminismo, sobretudo com o advento da

ilustração, que possibilitou transformar o testemunho visual em renovação iconográfica, o estudo das antigüidades buscava uma descrição controlável, confiável, de seu objeto de estudo, à maneira das ciências naturais. Tendo que superar o despreparo para o método da observação científica, notava-se um esforço mais em mostrar do que em dizer.

Até o final do século 18, ações de preservação de monumentos visando a sua conservação eram ocasionalmente realizadas por membros da sociedade dominante, isto é, a Igreja e a aristocracia . Até lá, os estudos sobre antigüidades e o livro ilustrado com gravuras serão as formas dominantes de conservação. Segundo (Choay, 2001) ao operar como um museu de papel, esse *corpus* de edifícios era conservado apenas pelo poder da imagem e do texto.

1.1.2 O conceito de patrimônio e sua preservação

Para se chegar a uma conservação e restauração efetivas dos monumentos históricos, era necessário provocar a passagem da conservação iconográfica como registro à conservação material do edifício. Foi preciso unir uma forte motivação de ordem afetiva a um conhecimento refinado pela evolução da história da arte. Os melhores exemplos dessa provocação aconteceram na Inglaterra, com o vandalismo dos iconoclastas da *Reforma*, e na França, com a explosão da Revolução Francesa, que em seu primeiro ato confisca os bens do clero e da Coroa, e os coloca à disposição dos cidadãos da nova nação que se constituía, em 1789. Essa imensa transferência de propriedade sem destinação, vai acarretar para o novo Estado francês um volume de problemas proporcional. Até esse momento, esse tesouro devolvido a todo o povo tinha um valor primário econômico, e era administrado por seus novos responsáveis como um espólio. Em busca de formas para regulamentar a proteção dos bens confiscados – que passaram a ter, como observou Choay (2001), um novo *status* como documentos da nação, de interesse cultural e político – o governo revolucionário encontrou a solução legal que atendeu, ao mesmo tempo, a uma exigência prática – estabelecer o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e a uma exigência ideológica – o estabelecimento de uma identidade para o novo cidadão: o poder mágico da noção de patrimônio (Choay, 2001, 98), estabelecendo-se assim, a idéia de posse coletiva como parte do exercício da

cidadania, que inspirou a adoção do termo "*patrimônio*" para o conjunto de bens de valor cultural que pertencem ao conjunto de todos os cidadãos.

A idéia de um patrimônio da nação, ou "de todos", conforme o texto legal, conferiu uma "uniformidade simbólica" a esses bens de diferentes procedências, diferentes épocas e diferentes estilos artísticos. De forma quase simultânea foi-se criando uma ordem discursiva própria, um corpo de conceitos e de critérios para distinguir bens móveis e imóveis, que exigiam formas diferentes de conservação (museus para os bens móveis e reutilização para os imóveis) e a instituição de práticas distintas de conservação: inventários, classificação, proteção. (Fonseca, 1997).

O conceito de patrimônio histórico e artístico, tal como o conhecemos hoje, foi-se definindo, assim, ao final do século 18, quando o Estado passou a assumir, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens aos quais foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação. A expressão "patrimônio histórico" passou a definir um bem, constituído pela acumulação contínua de uma variedade de objetos com um passado em comum, para o usufruto de uma comunidade; remete a uma instituição e a uma mentalidade. Como observado por Fonseca (1996), a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais "é uma prática moderna, calcada em valores laicos e na noção de um espaço público, de todos os cidadãos" (Fonseca, 1996, p.153).

É importante notar que, em todos os lugares, as situações que precederam a adoção de medidas de proteção contém ameaças concretas de perda dos monumentos ou destruição de edificações já identificadas com a fisionomia da cidade. Só então as sociedades nacionais se mobilizaram para o investimento na preservação. Na França, a atividade de preservação só se institucionalizou a partir de 1830. A preservação como atividade sistemática só se tornou possível, observou Fonseca (1997), graças à fórmula bem sucedida de associar ao interesse cultural, um interesse político e uma justificativa ideológica, como demonstraram os exemplos da Rússia, em 1917, e de Cuba, após a revolução liderada por Fidel Castro (Fonseca, 1997, p.60)

Partindo da idéia de monumento como suporte da memória, passamos à noção de patrimônio, suporte da identidade, cuja trajetória da idéia de patrimônio parte

sempre da noção de intangível (valor) para a de tangível (objeto, coisa), do imaterial ao material.

1.1.3 A prática da preservação: conservar ou restaurar?

A discussão sobre a forma técnica mais adequada de intervir num monumento histórico é antiga e prolonga-se até aos dias de hoje, colocando em evidência as idéias e os profissionais envolvidos em apaixonados debates. Algumas dessas idéias ficaram restritas à sua época; outras, transcenderam seu próprio tempo e são de surpreendente atualidade. Juntas compõem o legado histórico da evolução de um conhecimento, cujos princípios técnicos alimentaram o aperfeiçoamento de uma disciplina estabelecida: *a restauração* dos monumentos históricos e artísticos.

A conservação e restauração dos monumentos históricos constituiu-se como disciplina em 1820, a partir do reconhecimento dos valores e significados contidos no monumento histórico. Sua prática sempre exigiu um domínio de conhecimentos científicos e técnicos variados, em constante evolução, como por exemplo, as pesquisas sobre degradação dos materiais, que trouxeram o aporte da física, da química e da bioquímica. Fundamental para essa disciplina continua sendo o conhecimento da história da arquitetura.

A intervenção num monumento histórico é uma atividade complexa que exige dos restauradores, além de conhecimentos seguros, históricos, metodológicos e técnicos, o conhecimento de uma doutrina que possa articular esses múltiplos saberes e o saber-fazer, de acordo com os objetivos e a natureza da intervenção.

Para ilustrar de forma breve a evolução dessa doutrina, a primeira e mais famosa polêmica sobre a preservação de monumentos, ocorreu no século 19, em torno de duas doutrinas e duas personalidades: a *intervencionista*, representada pelo francês Viollet-le-Duc (1814-1879); e a *antiintervencionista*, pelo inglês John Ruskin (1819-1900), que admite, no máximo, a manutenção e a consolidação do monumento.

Para o inglês John Ruskin (1996), a arquitetura era o único meio de que dispomos para conservar vivo um laço com um passado ao qual devemos nossa identidade, e que é parte de nosso ser. Para esse autor, qualquer restauração seria uma violação e uma impostura, pois faria o monumento parecer diferente do que na

realidade o é, ou seja, uma criação humana sujeita ao fluxo do tempo. Ele atribuiu à memória uma função e um valor novos do monumento histórico, o *valor de reverência*, criando o neologismo *"voicefulness"*: "os edifícios do passado nos falam, eles nos fazem ouvir vozes que nos envolvem em um diálogo". (Ruskin, 1996, p. 137).

Ruskin foi um dos primeiros a conceber a proteção dos monumentos históricos em escala internacional e a mobilizar-se pessoalmente pela causa, chegando a propor, já em 1854, a criação de uma organização européia de proteção, dotada de estrutura financeira e técnica. Também foi o primeiro a criticar - em sua obra escrita - os que se interessam apenas pelo valor de um bem isolado ("riqueza isolada dos palácios"), antevendo a continuidade da malha formada pelas residências mais humildes e a percepção dos 'conjuntos urbanos' (Ruskin, 1996, p.159). Essa idéia foi retomada em 1913 por Giovannoni, em seu conceito de "arquitetura menor" para designar a arquitetura doméstica, que abordaremos no item sobre o patrimônio histórico urbano.

Não é difícil traçar um perfil da obra de Viollet-le-Duc, através de seus escritos e de suas intervenções nos monumentos franceses, que se contrapôs, ponto por ponto, à de Ruskin. Sua contribuição pode ser medida em sua conhecida definição: "Restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado". Foi um dos primeiros a valorizar os registros fotográficos, usando métodos de pesquisa *in situ.* A rudeza de muitas de suas intervenções, conforme observou Choay (2001) deveu-se ao fato dele tender a esquecer-se do necessário distanciamento que constitui o monumento histórico. "Um edifício só se torna "histórico" quando se considera que ele pertence, ao mesmo tempo, a dois mundos: um mundo presente, e dado imediatamente; o outro, passado e inapreensível" (Choay, 2001, p.158).

Acusado de realizar restaurações sem levar em conta o valor de autenticidade do objeto, devido a suas restaurações "agressivas" ou "historicizantes", teve a coragem de encarar empreitadas corretivas em monumentos bastante arruinados, sendo assim um dos pioneiros em apontar a importância das dimensões social e econômica da arquitetura. Mas, sem dúvida, Viollet-le-Duc tinha a nostalgia do futuro, e não a do passado.

Com o progresso da arqueologia e da história da arte, uma atitude de maiores questionamentos foi orientando a prática da restauração, já no final do século 19, destacando-se a contribuição de Camillo Boito (1835-1914) ao avanço da doutrina e da *práxis* da restauração, que foi haver estabelecido os fundamentos críticos da restauração como disciplina, a partir dos conceitos de autenticidade, hierarquia de intervenções e estilo de restauração, em regras válidas até hoje. Suas competências de engenheiro, arquiteto e historiador da arte, lhe permitiram situar-se na confluência de duas áreas consideradas incompatíveis na época, a da arte e a da modernidade técnica, o que levou a uma concepção complexa da restauração. Para evitar a igualdade de tratamento que se dava aos monumentos, propôs três tipos de intervenção: a restauração arqueológica, a restauração pitoresca e a restauração arquitetônica.

Boito ainda recolheu o melhor do confronto das duas doutrinas anteriores e fez sua síntese, num conjunto de diretrizes para a conservação e restauração dos monumentos históricos, incorporadas a lei italiana de 1909 (Choay, 2001). Como Ruskin, ele concebeu a conservação dos monumentos baseada na noção de autenticidade, preservando a *pátina* e o que mais o tempo lhe acrescentasse; como Viollet-le-Duc, priorizou o presente em relação ao passado e adotou a restauração como intervenção legítima, em casos extremos.

1.1.4 O patrimônio histórico urbano e a cidade histórica

Enquanto se discutiu sobre as possibilidades de interagir de forma contemplativa ou ativa, em obras de monumentos antigos, e em que limites. O foco da atividade de conservação centrado sobre a edificação isolada, já criticado por Ruskin (1996), permaneceu enquanto se discutia sobre intervir ou não intervir com obras nos monumentos antigos.

A visão dos edifícios como conjunto, depois como parte da cidade até chegar à visão da cidade como monumento, só se revelará a partir do século 19. Ao identificar no processo de urbanização o momento em que se constituiu a noção de patrimônio urbano histórico, Choay (2001) observou que, exatamente por contrariar esse processo é que as formações antigas adquirem sua identidade conceitual, ao se tornarem obstáculos às novas formas de organização do espaço urbano: "A

conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela transformação do espaço urbano que se seguiu à revolução industrial: perturbação traumática, emergência de outras escalas viárias e parcelares. É então pelo efeito da diferença,(....), por contraste, que a cidade antiga se torna objeto de investigação" (Choay, 2001, p.179).

É estranho para nós, hoje, refletir sobre o intervalo de tempo de quatrocentos anos que separou a invenção do monumento histórico e a da cidade histórica, conservada em seu todo e não reduzida à soma de seus monumentos. Vários fatores poderiam ser alegados: a escala e complexidade da cidade, aliadas a uma tradição de indiferença ao espaço, uma mentalidade mais afeita aos detalhes contidos na cidade, como nomes, histórias pessoais, peculiaridades, além da inexistência de uma cartografia confiável, sem plantas cadastrais ou arquivos com o acompanhamento da evolução da cidade, entre outros. Os historiadores não estudavam ou escreviam sobre o espaço da cidade, mas sobre as instituições jurídicas, políticas e religiosas, sobre as estruturas econômicas e sociais.

A noção de patrimônio urbano histórico nasceu na época de Haussmann, mas não na França, e sim na Grã-Bretanha, com Ruskin. Mas foram os arquitetos e engenheiros, como fundadores do urbanismo, que escreveram a primeira história geral e estrutural da cidade, seguida bem mais tarde pela versão dos geógrafos.

É nesse contexto que surge o livro do arquiteto e historiador Camillo Sitte (1843-1903), "*A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*", também conhecido por seu primeiro título em alemão – *Der Städtebau* – que tratou dos problemas da cidade presente e futura, sem chegar a pensar soluções para os centros antigos existentes, já que sua proposta é mantê-los como num museu. A origem desse livro foi a constatação da ausência de qualidade estética nas cidades contemporâneas, em suas dimensões técnicas, econômicas e sociais no espaço transformado pela revolução industrial.

Sitte questionou a escala da cidade moderna e foi o criador da morfologia urbana. Através de estudos e de plantas feitos em diversos sítios e centros antigos ele explicou como, "desde a cidade antiga até a barroca, diferentes configurações do espaço não cessaram de irradiar uma beleza que os lugares contemporâneos nunca logram fazer" (Choay, 2002, p.184). Para ele, a cidade antiga poderia nos ensinar

sem que imitássemos sua configuração, que num outro tempo e condição social não terão mais sentido.

A superação do dilema dos centros históricos vai encontrar uma solução com Gustavo Govannoni (1873-1943), através da utilização de dois valores de atribuição: o valor de uso e o valor museal desses espaços urbanos. A partir de uma atitude prospectiva, ele considerou que o urbanismo devia atender à vocação das cidades para o movimento e à comunicação, e portanto sua escala adequada era a territorial. Foi o primeiro "a perceber a fragmentação e desintegração da cidade, em proveito de uma urbanização generalizada e difusa" (Choay, 2002, p.196).

Giovannoni fundou uma doutrina de conservação e restauração do *patrimônio urbano*, termo este que foi o primeiro a usar, baseada no duplo postulado: 1) uma cidade histórica constitui em si um monumento; 2) uma cidade histórica é um tecido vivo.

A partir daí, foi possível desenvolver toda uma teoria para administrar a dinâmica de conflitos inerente ao patrimônio urbano, e conduzir cada monumento ou objeto patrimonial a uma situação equilibrada. Sua teoria de concepção integradora, em 1913, antecipou as políticas de "áreas protegidas", desenvolvidas a partir de 1962, com a Lei Malraux, na França, que traz implícita a noção de valorização.

A noção de patrimônio urbano contém o pressuposto de que o objeto de interesse cultural é também objeto de interesse político. A preservação como atividade de gestão do patrimônio histórico, inclui a administração dos conflitos entre os interesses imediatos e os interesses específicos da preservação. Qualquer cidade do mundo, não importa sua escala, tem em sua história situações em que esses conflitos de interesses se evidenciaram, com uma maior ou menor visibilidade.

Durante a realização da Primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, em 1931, na cidade de Atenas (Grécia), com participantes exclusivamente da Europa, onde as práticas de conservação se circunscreveram por muito tempo, foram levantadas questões importantes sobre a relação entre os monumentos antigos e a cidade, na famosa *Carta de Atenas* (IPHAN, 1995, p. 15).

Já na segunda conferência, em Veneza (Itália), em 1964, participaram três

países não-europeus: México, Tunísia e Peru, e foi ratificada a famosa *Carta de Veneza* (IPHAN, 1995, p.107); quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes assinaram a Convenção do Patrimônio Mundial.

Em 1976, a UNESCO aprovou a *Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea* (IPHAN, 1995, p.251), em Nairobi (Quênia), definindo princípios, objetivos e métodos de ação necessários para a conservação da qualidade das cidades históricas e dos sítios históricos urbanos, complementando a *Carta de Veneza* (1964) buscando favorecer a harmonia entre a vida individual e a social. Independente de sua escala, a preservação desses bens deve ser encorajada, pois constitui a memória da humanidade. Entende-se aqui por *conservação das cidades históricas*, as medidas necessárias à sua proteção e restauração, bem como ao seu desenvolvimento e adaptação em harmonia com a vida contemporânea.

Dentro dos princípios e objetivos, a *Recomendação de Nairobi* descrevia que:

1) Para obter um máximo de eficácia, a conservação das cidades históricas e dos sítios históricos urbanos deverá ser integrada a uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, devendo ser levada em conta em todos os níveis do planejamento urbano e regional;

2) Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade ou do sítio e o conjunto dos elementos materiais e espirituais expressivos desse caráter, especialmente:

a) a forma urbana, tal como definida pela trama viária e pelo parcelamento;

b) as relações entre os diferentes espaços urbanos, sejam os construídos, os verdes e os livres;

c) a forma e a aparência (interior e exterior) dos edifícios definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cores e decoração;

d) a relação entre a cidade e o sítio histórico urbano, e sua ambiência, natural ou criada pelo homem;

e) as diversas vocações da cidade ou do sítio histórico e urbano adquiridas ao longo da história;

Qualquer ameaça a esses valores compromete a autenticidade da cidade histórica ou do sítio histórico urbano adquiridas ao longo de sua história.

Em 1994, a UNESCO, o ICOMOS[5], ICCROM[6] reunidos em Nara, no Japão, durante a "Conferência sobre a Autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial", elaboram a *Carta de Nara*, concebida no espírito da Carta de Veneza, desenvolvendo e ampliando esse documento em resposta ao alargamento do conceito de patrimônio cultural, agregando-lhe o *valor da autenticidade* na prática da conservação.

1.1.5 A questão da atribuição de valores e a política de preservação

Esta é uma questão que acompanha a evolução do conceito de patrimônio. Assim, o principal e o primeiro valor atribuído ao patrimônio, na França revolucionária, foi o *valor nacional*, afora seus valores histórico, artístico, etnográfico, paisagístico etc., que legitimava todos os outros valores e dos quais era indissociável.

O valor nacional é aquele que está "fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso, a nação" (Fonseca, 1997, p.31). Essa relação social, mediada por bens que tem uma relação com a identidade coletiva e nacional, pressupõe um certo consenso quanto ao valor atribuído a esses bens que possa, inclusive, justificar o investimento na sua proteção. Mais adiante veremos que, no contexto brasileiro, torna-se a cada dia mais importante discutir o que se entende atualmente como *bem de valor nacional* (Fonseca, 1997)

Nas situações históricas de diversos países em que se fez necessário investir num projeto de construção de identidade nacional, a noção de patrimônio passou a servir também ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos, motivo pelo qual tornou-se uma fórmula importada pelos governos desses países. Nesse sentido, de acordo com uma escala estabelecida por Fonseca (1997), o patrimônio assumiu outras *funções simbólicas*:

1) Função de fortalecer a cidadania – o patrimônio é identificado no espaço público como propriedade coletiva e para uso de todos os cidadãos, sendo

[5] International Council on Monuments and Sites
[6] International Center of the Preservation and Restoration of Cultural Propertie

o Estado apenas seu tutor;

2) Função de coesão nacional – identificar os bens representativos dentro do território nacional; o patrimônio torna visível a nação onde quer que ele esteja (como a bandeira nacional, e no Brasil, jogadores de futebol);

3) Função de mito fundador – os bens como provas materiais das versões oficiais da história nacional, como documentos, que contam o mito de origem, da ocupação do território e da construção do país;

4) Função educativa – o alto valor gasto na conservação do patrimônio justifica-se por seu alcance pedagógico a serviço de todos os cidadãos.(Fonseca, 1997, p.59)

Outro evento importante que afetou a questão dos valores atribuídos aos monumentos históricos, foi a fratura do tempo causada pela revolução industrial. A partir de 1820, o valor dos monumentos adquiriu um novo *status* marcado pelo início da modernidade, consagrando os monumentos históricos dentro de uma nova determinação temporal e agregando-lhes novos conteúdos e valores. Sua dimensão se universalizou e sua restauração se transformou em disciplina, a partir de um conjunto de determinações que consideravam: 1) a hierarquia dos valores; 2) a delimitação espaço-temporal; 3) o estatuto jurídico; 4) o tratamento técnico.

Passaram a existir divergências técnicas e conceituais sobre a natureza das maneiras de proteger e tratar um monumento histórico, divergências sempre fundadas na questão dos valores de atribuição que recebiam. Novos valores, em novas visões, lhes foram conferidos, como por exemplo, o *valor de reverência*, defendido por John Ruskin (1996), a partir de 1849, e o *valor de ancianidade*, criado por Riegl (1984), em 1903.

Aloïs Riegl (1858-1905), jurista, filósofo, historiador da arte e conservador de museu, publica em 1903 uma pequena obra com uma análise crítica da noção de monumento histórico, que na opinião de Choay (2001) é "uma obra fundadora". Riegl (1984) foi o primeiro que definiu o monumento histórico a partir de valores, estabelecendo uma classificação em duas categorias: os *valores de rememoração* (passado), entre os quais está o de ancianidade, e os *valores de contemporaneidade* (presente), onde se situa o *valor de uso*, inerente a todos os monumentos históricos.

Outro valor universal percebido por Riegl (1984) é o *valor de novidade*, que "deriva de uma atitude milenar, que atribui ao novo uma incontestável superioridade sobre o velho (...). Aos olhos da multidão, só o que é novo e intacto é belo" (Riegl, 1984, p.1). Esses dois valores de atribuição aos monumentos históricos são, em verdade, aqueles valores não explicitados, no nível da percepção mais imediata e mais intuitiva.

A constatação dessa gama de valores que os séculos foram sobrepondo nos monumentos históricos, levaram Riegl (1984) à análise das possibilidades de manifestação de conflitos que poderiam ocorrer nas situações que envolvessem, desde uma reutilização do monumento até um tombamento. Nesses casos, recomendava a negociação e o acerto de compromissos ao administrador ou ao restaurador, conforme a exigência de cada situação específica.

Os casos de pilhagens em guerras é um exemplo de conflito de grande visibilidade, que poderia até ser um exemplo anacrônico se não continuasse a se repetir até aos dias de hoje. Choay (2000) observou que alguns desses casos já eram criticados desde o século 18, como, por exemplo, a pilhagem oficial por tropas napoleônicas na Itália, em nome da formação dos artistas franceses; no século 20, os bens confiscados pelos alemães durante a 2ª Guerra Mundial. Já existem situações desse tipo de conflito mesmo no século 21, quando se pôde assistir, em abril de 2003, o Museu de Bagdá ser totalmente pilhado por populares iraquianos sob a atitude complacente dos soldados americanos, após recente invasão do Iraque pelos Estados Unidos. A conversão das obras de arte em mercadorias, para alimentar a voracidade de um mercado de antigüidades, não deixou dúvidas sobre o valor atribuído aos bens pilhados e sobre a evidência de sua destinação ao tráfico internacional de bens patrimoniais roubados.

Esse caso é exemplar para introduzir um outro tipo de valor, observado por Fonseca (1997, p. 71): o *valor de troca* existente na dinâmica dos valores atribuídos aos bens culturais, que Riegl (1984) não poderia ter previsto em situações inexistentes há exatamente cem anos atrás, como na atividade do turismo de massa, cujas exigências colocam em conflito o valor de uso, o valor de novidade e o valor de ancianidade.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS
BIBLIOTECA

Proteger um bem patrimonial, no sentido de defendê-lo dos fatores de destruição, tanto naturais quanto promovidos por ato humano, exige tratá-los, cuidá-los de todas as formas que couber – identificando, classificando, conservando, restaurando, exibindo, comprando ou vendendo, procurando (no caso de roubo).

Mesmo em escala menos dramática, os motivos que levam aos conflitos de interesse sempre existirão. O que aparentou ser uma mera divergência teórica quanto à forma de conservar os monumentos, como na polêmica já mencionada entre Ruskin e Viollet-le-Duc, foi de fato, o reflexo de dois modelos de política de preservação consolidados na França e na Inglaterra, países de origem dos personagens mencionados. O modelo inglês, onde a preservação foi tradicionalmente assumida por associações civis, valorizou o passado como culto ético e estético dos monumentos, associando um sentimento nacional emotivo à uma ênfase nos aspectos culturais diferenciadores e típicos de cada nação; e o modelo francês, onde o interesse político de uma ideologia estatal se sobrepôs, comprometido com o progresso e a modernização.

É nas cidades, essa arena moderna, que se travam os maiores conflitos de interesse em torno da preservação dos monumentos. Em seu sentido coletivo, ninguém é contra a preservação do patrimônio, abertamente. Mas, quando a situação se particulariza em torno de um monumento, seja ele público ou particular, e passa a envolver condicionantes e restrições ao desejo ou à ambição de proprietários, especuladores e outros interessados, nesse momento, quase sem exceção, todos são pragmaticamente contra a preservação.

1.1.6 A revolução documental e a consciência historiográfica

Em nossa pesquisa consideramos um outro evento fundamental para o avanço da questão do patrimônio, ocorrido em uma área de conhecimento distinta da arquitetura: a revolução documental ou revolução da consciência historiográfica.

Na concepção moderna de história, a idéia de desenvolvimento, de evolução, levou à superação da noção de cânone e à afirmação do valor específico da cada período, em função do ponto de vista contemporâneo a cada momento histórico. Desse modo, "o lugar, o tempo e o sujeito da avaliação são assim *relativizados*" (Fonseca, 1997, p.67). Esse fenômeno do século 20 culminou com a emergência de

uma consciência historiográfica, determinante para o processo de constituição do patrimônio cultural.

Numa análise da revolução documental no século 20, Le Goff (1996) observou que as limitações da concepção do documento foram percebidas por Fustel de Coulanges, em 1862 (Le Goff, 1996, p. 539): "Onde faltam os monumentos escritos, deve a história demandar às línguas mortas os seus segredos...escrutar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação...onde o homem deixou qualquer marca da sua vida e da sua inteligência, aí está a história" [ed.1901, p.245]. Em seguida, Le Goff (1996, p.539) menciona os pioneiros da revista "*Annales d'histoire économique et sociale*" (1929), quando insistiram:

> *"A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. (....) Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. (...) Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com a análise de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem." [Febvre, 1949, p.428].*

Ainda na mesma época, observou Le Goff (1996), Marc Bloch (1949) alertou para a análise do processo de transmissão do documento como passagem da recordação através de gerações: "Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas dos hinos? Ele sabia bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos". Até chegarmos à precisão de Samaran (1961) quando afirmou que não há história sem documentos: "Há que tomar a palavra 'documento' no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira"(Le Goff, 1996, p.540).

Na década de 1960 as revoluções documental e tecnológica (computador) produziram um despertar da consciência historiográfica e promoveram uma nova unidade de informação – *o dado* – que permitiu que passássemos a trabalhar quantidades e estatísticas, na história das culturas e na arqueologia, por exemplo. Com esse avanço de método na manipulação do documento, os historiadores puderam se dedicar à crítica, ao questionamento do documento como monumento (Le Goff, 1996, p. 545).

Como observou Morin (2000), a história da *École des Annales* demonstrou bem como "certos conceitos científicos mantêm a vitalidade porque se recusam ao fechamento disciplinar"(Morin, 2000, 109). A História passou então a ser uma ciência histórica, onde são consideradas outras dimensões das ciências humanas, multiplicando os enfoques. O mais atual e melhor exemplo da exigência dessa "policompetência" a que Morin (2000) se referiu é o estudo da Pré-história, que associa hoje várias disciplinas e recorre à diversas técnicas, num processo ao mesmo tempo ecológico, etológico, psicológico, sociológico, mitológico (Morin, 2000, p.110).

1.1.7 O conhecimento como patrimônio cultural

Assim, como observou Fonseca (1997), a etnografia e a antropologia como novos campos do saber nascidos sob o signo do *relativismo*, exigiram sua inclusão nesse universo semântico "reforçando disciplinarmente seu valor cultural" (Fonseca, 1997, p.73). A *memória coletiva* ganhou valor com o estudo da história das mentalidades e um universo de *bens referentes* ampliou a noção de patrimônio cultural.

Por outro lado, aceitar a centralidade do discurso e o axioma de que todo conhecimento é produzido a partir de um lugar, em uma enunciação, levanta novos problemas para a epistemologia (como distinguir o verdadeiro do falso?) e para a ética (como discriminar o bom do mau, o melhor do pior?). O grande debate, hoje, nas ciências humanas, e que tem extensão na política e no direito, é entre o reconhecimento de valores universais e a afirmação de que todos os valores (e todo conhecimento) são relativos.

Para avançar na questão do reconhecimento de um patrimônio "imaterial", na França, depois de intensos debates, em 1980 foi constituída a *Mission du Patrimoine Ethnologique*.[7] Apesar desse patrimônio já vir sendo estudado desde o início do século 20, a criação da Missão introduziu algumas novidades nos planos político, social e científico, a começar pelo reconhecimento oficial da existência de um patrimônio "etnológico" merecedor de uma atenção especial, com organismos

[7] Para uma análise retrospectiva sintética e documentada da *Mission*, ver CHIVA, Isac. "Le patrimoine ethnologique: l'exemple de la France", in *Encyclopaedia Universalis. Symposium 1990*, p. 225-241.

próprios e atuações pertinentes. Por outro lado, funcionando à margem da poderosa estrutura francesa de museus, a *Mission* "desmusealizou" a idéia tradicional de um patrimônio etnológico, o que no entender de Prats (1997) supôs uma ampliação conceitual com a inclusão de outras disciplinas além da museologia, especialmente a antropologia, faltando então uma definição de patrimônio etnológico (Prats, 1997, p.59).

O grupo de trabalho instituído pelo Ministério da Cultura francês para estudar a constituição da *Mission* associou esse patrimônio com as formas de vida distintivas dos grupos sociais, formulando uma definição na qual não se distingue cultura material de cultura imaterial, nem confere um valor distintivo aos referentes simbólicos (natureza, história, inspiração criativa, mitologia), como segue: *"O patrimônio etnológico de um país compreende os modos específicos de existência material e de organização social dos grupos que o compõem, seus conhecimentos, sua representação do mundo e, de maneira geral, os elementos que fundam a identidades de cada grupo social e o diferenciam dos demais".*[8]

Essa definição foi sendo corrigida posteriormente por vários autores e em pesquisas promovidas pela própria *Mission*, que advertiram para o caráter histórico, e portanto variável da cultura. Se entendido ao pé da letra, poderíamos dizer que o patrimônio etnológico é a cultura. Mas esse termo 'patrimônio etnológico' soava estranho e não só para os antropólogos, já que a noção que se impõe é a de *patrimônio cultural.* Identificar objetos como "patrimônio", passíveis não apenas de merecer uma proteção especial, sejam eles históricos ou culturais, mas, em primeiro lugar, merecer o reconhecimento de que esses objetos são a expressão de um patrimônio em plena ação, supõe atribuir-lhes significações, interpretá-los na sua atualidade. Supõe, de alguma maneira, uma construção de conhecimento. Na construção do conhecimento não se pode deixar de lado a interrogação da realidade.

E quanto às propostas de gestão desse patrimônio? Se estamos falando de cultura, estamos tratando de algo que em suas distintas expressões supõe a mutabilidade como fato inevitável e, portanto, não pode ser preservado no sentido tradicional do termo. Mas o verdadeiro patrimônio cultural que podemos conservar e transmitir é o *conhecimento* da diversidade cultural; conhecimento tanto dos êxitos

[8] *La Mission du Patrimoine Ethnologique*, Paris, Ministère da la Culture, 1993.

científicos e artísticos mais singulares, quanto dos sistemas e dispositivos culturais que permitiram ao homem adaptar-se à vida no planeta e à convivência com seus semelhantes, em condições ecológicas muito diversas e em situações históricas e sociais muito variáveis.

Evidentemente, uma vez que as culturas são realidades sistemáticas e variáveis sobre as quais não podemos conservar o conhecimento pleno, dada a sua extrema complexidade, e considerando como observou Prats (1997, p.63), que também não podemos deter artificialmente o tempo ou muito menos reduzir esse conhecimento a um conjunto de dados ou tratados, teremos que ajustar nossas pretensões conservando e transmitindo apenas parte desse conhecimento como patrimônio cultural.

Apesar do consenso de que a ciência é o meio mais adequado para a formalização desse patrimônio cultural a conservar, temos que considerar que não é o único modo possível de explorar a realidade. O homem possui várias formas de *conhecer*: através da razão, da especulação, da imaginação poética, dos estados alterados de consciência, entre outras, que podem permitir uma desejável e, em muitos casos uma inevitável complementaridade com a ciência, objetivando a conservação do conhecimento e sua transmissão como patrimônio cultural. Da mesma forma diríamos que no chamado "patrimônio natural", tanto em sua vertente paisagística como na que chamaríamos 'ecologista', suas políticas conservacionistas-intervencionistas são frutos de construções ideológicas e projeções de umas tantas imagens culturais, especialmente visíveis no patrimônio natural-paisagístico.

Para alguns autores antropólogos que analisam a questão do patrimônio, como Prats (1997, p.62) uma argumentação para a necessidade da conservação desse conhecimento da diversidade cultural pode se servir das mesmas razões utilizadas para defender a conservação da biodiversidade, como a proposta de gestão por Wilson (1994): "A fauna e a flora são também parte do patrimônio de um país, produto de milhões de anos de evolução centrados naquele tempo e naquele lugar e, portanto, tão merecedor do interesse nacional quanto a linguagem e a cultura" (1994, p. 311). A única diferença seria que a diversidade biológica deve ser conservada "in vivo", mediante uma transmissão igualmente biológica, enquanto a diversidade cultural pode ser codificada no conhecimento sem que tenha que manifestar-se "in

vivo".

Para a abordagem dessa diversidade temos que estar conscientes e atentos ao problema do paradigma cognitivo dominante e emergente de forma esparsa, como adverte Morin (2000), começa a conseguir estabelecer pontos entre ciências e disciplinas não comunicantes (Morin, 2000, p.114).

1.2 A construção do patrimônio histórico e artístico no Brasil

1.2.1 O patrimônio material e seus limites

O primeiro alerta chamando atenção para a perda dos monumentos de arte colonial no Brasil foi dado por alguns intelectuais vinte anos antes de uma atitude governamental em preserva-los. Desde Alceu de Amoroso Lima, em 1916, Mário de Andrade, em 1920, Carlos Drumond de Andrade, Martins de Almeida e tempos depois, Lúcio Costa, além de arquitetos ligados ao neocolonial, como Ricardo Severo, em São Paulo e José Mariano, no Rio de Janeiro. Em paralelo a essas manifestações, segundo Fonseca (1997) no Congresso Nacional eram apresentados os primeiros projetos pensando uma proteção legal desse patrimônio, que acabavam sempre esbarrando no direito de propriedade.

Para situar esses acontecimentos no contexto histórico da época (décadas de 1920 e 1930), foram marcadas por dois fatos importantes da vida cultural e política de então: o Movimento Modernista e a instauração do Estado Novo (1937). A "fórmula mágica" inventada pelo governo revolucionário francês ao final do século 18 - que consistia em estabelecer o que seria patrimônio através de decretos, ligando-os a problemática da identidade nacional - será usada, mais uma vez a serviço do corolário de uma outra revolução, a de 1930, no Brasil. A criação de um patrimônio nacional serviu a um projeto de construção de nação, onde o processo de legitimação de uma identidade nacional através de um patrimônio vai ser estruturado no âmbito federal através de um serviço público, que deverá cuidar da identificação e da conseqüente proteção desse patrimônio nacional: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN[9].

[9] A organização e proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se torna instrumento legal com o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Ao contrário da experiência européia onde os intelectuais conservadores foram os agentes de preservação, segundo Fonseca (1997) no Brasil, essa tarefa foi delegada à vanguarda intelectual da época que aderiu ao "projeto de patrimônio", representado pelo SPHAN, tendo que lidar com o compromisso de buscar um equilíbrio entre o autoritarismo político com a inata rebeldia modernista. No contexto ideológico, a área da cultura era bem menos conflituosa que a da educação, onde debatiam as propostas da "Escola Nova" figuras como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, contra os interesses de líderes católicos com grande influência junto ao ministro Gustavo Capanema .

Também é dessa época a criação dos primeiros cursos superiores em ciências sociais em São Paulo (1933-1934), e a criação da Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro (1935). Em 1936 houve um concurso público para a escolha do projeto para o Ministério de Educação e Saúde, no qual disputaram duas vertentes distintas entre si, o de vanguarda (moderno) representado pela equipe do arquiteto Lúcio Costa, adepto de Le Corbusier; e o neoclássico (estilo dominante a época). Lúcio ganhou o projeto moderno da jovem equipe de arquitetos liderada por Lúcio Costa, adeptos de Le Corbusier.

A idéia da construção de um patrimônio e da proteção de bens culturais de excepcional valor histórico e artístico, em nome do interesse público, é uma prática social consolidada no Brasil há 65 anos. As dificuldades e resistências encontradas pelos pioneiros do SPHAN decorriam sobretudo de protestos à limitação do direito de propriedade e de uso dos bens tombados. Até a década de 1970, o tombamento não costumava suscitar maiores dúvidas quanto aos princípios que norteavam a aplicação desse único instrumento legal disponível. É necessário destacar, segundo Fonseca (1997) que o sentido mais profundo do tombamento federal é o de recuperar a dimensão social daqueles bens que referem a coletividade nacional, em suas diferenças e conflitos.

A autoridade intelectual e moral dos modernistas que aderiram ao SPHAN, legitimava a escolha dos bens a serem protegidos nos termos do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, a primeira legislação de proteção ao patrimônio cultural na América Latina, que vigora até os dias atuais. Essa legislação, genérica e abrangente, aplicada durante mais de 65 anos, estruturou jurisprudências precursoras no campo

da preservação ambiental, urbana e rural, das paisagens culturais e do patrimônio imaterial, dentro de uma atuação reconhecidamente diversificada, como determina a Constituição Brasileira.

A preservação de monumentos é uma atividade seletiva, na qual os agentes envolvidos estão aptos a decidir, segundo critérios elaborados, sobre a opção entre conservar e destruir, no sentido de evitar a degradação ou perda irreparável da integridade.

Como observou Rodrigo M.F. de Andrade, os bens a proteger, de valor arqueológico, histórico, artístico e natural, "exigem tanto mais desvelo quanto as circunstâncias, em nosso clima e nossa época, mais contribuem para torná-los vulneráveis e perecíveis" (Andrade, 1987, p.72). Naturalmente, o núcleo desse patrimônio foram os bens arquitetônicos, adotando-se para sua proteção os conceitos e critérios formalizados no II Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunidos em Veneza, na Itália, de 25 a 31 de maio de 1964. Nesse sentido:

> *"A noção de monumento compreende não só a criação isolada, mas também a moldura em que ela é inserida. O monumento é inseparável do meio em que se acha situado e, bem assim, da história da qual é testemunho. Reconhece-se, conseqüentemente, valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana."*[10]

Com a continuidade da prática do tombamento foram sendo ampliadas, tanto a noção de patrimônio quanto a concepção dos valores a que se refere a principal legislação, o Decreto-lei 25/37. Mas é na análise da prática de tombamentos que se pode acompanhar melhor o exercício crescente da cidadania no país, já que é através desse processo que se constituiu o patrimônio histórico e artístico nacional. Segundo pesquisa de Fonseca (1996), as décadas de 1970 a 1980 presenciaram uma maior diversidade de bens indicados para tombamento e também um aumento do número de processos abertos a pedidos de pessoas, grupos e instituições externas ao IPHAN: de janeiro de 1970 a março de 1990 foram abertos 481 processos de tombamento (Fonseca, 1996, p.157), o que deu uma média de 24 processos ao ano no período, ampliado o repertório monumental com os mercados, fábricas e vilas operárias,

[10] *Revista Comemorativa dos 25 anos da Carta de Veneza.* Comitê Brasileiro do ICOMOS, São Paulo, 1989.

estações ferroviárias e instalações portuárias, cinemas e estádios de futebol, hospitais, escolas e faculdades e até farmácias. Eram os sinais de um maior envolvimento da sociedade brasileira com a questão do patrimônio.

Com as novas abordagens da História surgidas a partir da década de 1960, cujos estudos se voltavam para assuntos como as migrações, as etnias, religiões e cultura popular, os pedidos de tombamentos foram sendo motivados pela ampliação do conhecimento que se passava a ter sobre o significado de uma nova gama de bens.

Quanto à preservação do patrimônio histórico urbano no Brasil, os tombamentos de sítios urbanos[11] nos primeiros tempos do SPHAN, partiram mais da visão impressionante de uma quantidade de bens excepcionais concentrados, do que de uma visão de conjunto desses bens. Assim foi com os núcleos históricos das cidades de Ouro Preto (MG) e Salvador (BA). Segundo Rodrigo M.F. de Andrade (1987), "justifica-se a conservação de um sítio urbano quando este constitui criação notável e representativa da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução (Andrade, 1987, p.81).

Na década de 1970, ou seja, 25 anos depois daqueles primeiros núcleos protegidos, os tombamentos dos centros históricos de Laguna (SC), Natividade (TO), São Francisco do Sul (SC), Pirenópolis (GO) e Antônio Prado (RS) já estavam impregnados de uma outra visão, que entendia o bem como um conjunto de relações entre o meio geográfico, o natural e os grupos humanos que o ocuparam ao longo da história. Nessa perspectiva, Fonseca (1997) observou que, a história das cidades passou a abranger mais do que a arquitetura histórica existente, incluindo os agenciamentos humanos no meio ambiente urbano, como já preconizava o Decreto-lei nº 25/37, em seu artigo 1º, parágrafo 2º" conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana"

A proteção desses centros históricos tombados, tornou-se assim, segundo Fonseca (1997) matéria de análise e prática interdisciplinar, na qual vão concorrer além da arquitetura e urbanismo, a história, a arqueologia, a geografia, a geologia, a antropologia, entre outras disciplinas científicas.

[11]. "O sitio urbano é definido como resultado de um processo histórico de apropriação do território, que se refere a consolidação de um espaço, associado a fenômenos que o integram a um contexto mais amplo". In. *Manual do Inventário Nacional de Bens Imóveis.* Brasilia: IPHAN, 2000.

A proteção dos entornos de bens tombados é um das questões mais complexas da preservação. A noção de entorno dos monumentos tombados, mencionada no Decreto-lei nº 25/37, como a "vizinhança do bem tombado", evoluiu a partir de jurisprudências caso a caso, ampliando a questão da garantia da visibilidade do bem, para garantir a manutenção da ambiência.

Para a definição dos entornos de alguns monumentos, se faz necessário distinguir uma abordagem em que concorram outros especialistas que não só o arquiteto, que por estar contida na questão da preservação do patrimônio edificado, é um tema da cidade, pois "a interface entre o bem a ser preservado e o contexto urbano onde ele está inserido surge desde o primeiro momento: o da restauração" (Campello, 1999, p.35). Segundo o autor, os bens culturais estão assim, vinculados à vida das cidades, "para o bem e para o mal", já que não podem ser isolados de sua evolução urbana e social.

Na gestão do patrimônio urbano, temos que considerar que o antigo não é apenas um limite objetivo ao desenvolvimentos modernos; como observa Argan (2000), se continuamos atribuindo-lhe um valor é porque ele ainda exerce uma função, que mesmo não sendo mais a original, tem a função testemunhal e estética. Se a conservação do antigo é posta em discussão ou comprometida pelos fatos, isso ocorre porque seu valor, reconhecido por uma parte da sociedade, é inexistente para outra parte. Em geral, os casos que envolvem a problemática urbanística do antigo e do novo, costumam deixar claro a quem interessa e a quem não interessa a conservação do semblante histórico da cidade.

No caso de inventários em sítios históricos urbanos, o que está em jogo é o reordenamento de um espaço da cidade e não apenas a proteção de determinados bens arquitetônicos isolados.

Quanto às outras modalidades desse patrimônio essencialmente material, que não o edificado, a preservação do patrimônio arqueológico e pré-histórico já ganhara uma legislação específica, a Lei Federal n.º 3.924, de 26 de julho de 1961; para os bens culturais móveis, sua proteção coube, por tradição, aos museus. Com o conceito de "bens móveis integrados" (aos monumentos), apenas as igrejas passaram a ter uma maior conservação; é digno de nota o apoio que essa área vem recebendo de instituições e fundações privadas para conservação de acervos.

No entanto, casos como o acervo do Teatro Amazonas, em fase de execução do seu inventário de bens móveis e integrados (com mais de 1.000 itens já levantados), aguardam uma solução já que a proteção legal prevista cobre só o acervo religioso das igrejas; nesse caso, deverá ser feita uma "extensão do tombamento" do Teatro aos seus bens móveis registrados, para dar-lhes, através desse artifício legal, uma proteção efetiva.

Já os acervos bibliográficos e arquivísticos foram objeto de estudo visando uma proteção mais específica. O Arquivo e a Biblioteca Noronha Santos, localizados no Rio de Janeiro, é o setor do IPHAN responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de arte do país; também é da sua competência a emissão de certidões para fins de prova e inscrição dos bens nos Livros do Tombo. Em 1998, foram abertos 36 processos de tombamento[12], mais do que a média anual de 24 processos no período entre os anos 1970-1990. Os *Relatórios de Atividades do IPHAN,* em 1999 e 2000, não publicaram o número de processos de tombamento abertos, apenas o número de tombamentos efetivados.

Mário de Andrade já assinalara na proposta entregue ao ministro Gustavo Capanema, em 1936, que o patrimônio cultural da nação compreendia muitos outros bens além de monumentos e obras de arte. Anos depois, em fala à Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Conselho Nacional de Cultura, Rodrigo Melo Franco de Andrade reconhecia que "o acervo dos bens culturais compreendidos no campo de ação do órgão integrante do Conselho ultrapassa largamente a relação numérica dos bens inscritos nos livros do Tombo, bem como a fração dos que devem, por seus requisitos, ser incluídos no tombamento" (Andrade,1987, p.71). Esporadicamente, nas reuniões do Conselho Consultivo do SPHAN, eram discutidos os limites do tombamento como único instrumento de proteção adequado à diversidade do patrimônio cultural brasileiro.

1.2.2 O patrimônio imaterial e seus contornos

Apesar do controle do Estado sobre a produção do patrimônio, os monumentos históricos podem estar inseridos em situações, nas quais não estão em discussão, nem o ponto de vista do Estado, nem a questão da nacionalidade

[12] Dados do *Relatório de Atividades do IPHAN – 1998.* Brasília, MinC/IPHAN, 1999.

incorporada ao monumento, mas os valores do conhecimento e da sensibilidade, as diferentes percepções e olhares dos indivíduos em contato com o monumento.

Os inventários de bens culturais não podem ficar limitados somente ao seu lado material, devendo também serem tratados em seu processo histórico de produção e transmissão, estendendo a pesquisa a multiplicidade de valores e sentidos, um bem pode conter atributos históricos, artísticos, entre outros. Existe assim um *valor de referência* valor este que se mede pelo papel desses bens na construção da identidade coletiva.

A noção de *referência cultural*, entre outras, a partir 1979 foi incorporada de forma emblemática ao discurso dos agentes de preservação. Houve mais uma apropriação do termo do que a exploração do conceito, tornando-se a marca de uma postura inovadora em relação à noção de "patrimônio histórico e artístico"; a partir daquele momento, o poder discricionário do órgão federal passou a visar a identificação e uma proteção possível a um *patrimônio cultural não consagrado*.

A *referência cultural* e as inúmeras experiências que foram realizadas com essa noção, serviram de base, juntamente com a releitura das posições de Mário de Andrade no seu anteprojeto para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional e na sua atuação no Departamento de Cultura, para a definição de patrimônio cultural expressa no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que alarga o conceito ao falar de bens culturais de natureza material e imaterial.

Esses monumentos tombados: espaços naturais protegidos, museus, parques de sítios arqueológicos, entre outros, além de referentes patrimoniais, são representações simbólicas ativadas por versões ideológicas da identidade em suas relações com a linguagem.

Falar sobre *referências culturais* pressupõe sujeitos diferenciados para os quais certos bens são significativos. O que significa, de alguma maneira, o deslocamento do eixo central dos bens que costumam se impor através de sua monumentalidade ou riqueza, para um olhar que privilegia seu peso simbólico, através de uma dinâmica de atribuição de novos valores e sentidos. Isso vem a significar que os bens culturais não tem um valor intrínseco, não valem por si mesmos, seu valor é sempre atribuído por determinados sujeitos "em função de

determinados critérios e interesses historicamente determinados" (Fonseca, 1998, p.32).

Essa relativização da atribuição de valor pode resultar na percepção de que a atribuição de valor pode ser relativizada, isto é, variar conforme o ponto de vista que se adote; daí ampliou-se cada vez mais esse repertório de valor histórico, que acabou por se refletir nas políticas de preservação, que assim ampliaram a noção de patrimônio. Levada às últimas conseqüências pode-se questionar os critérios adotados até agora ao dar valor para proteger.

Nos últimos 60 anos, várias instituições se dedicaram a documentar as manifestações ligadas à cultura tradicional e popular, entre elas o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular ligado à Funarte. O IPHAN só retoma essa discussão histórica sobre o registro de manifestações culturais em 1997, com a *Carta de Fortaleza* (IPHAN, 2000, p.37), durante as comemorações de seus 60 anos no Seminário do Patrimônio Imaterial, naquela cidade.

Com a aprovação do instrumento legal (Dec. Lei 3.551/2000) destinado ao reconhecimento e à valorização do patrimônio imaterial – o registro – a partir do ano 2000, as formas usuais de "proteção" e "conservação" que são utilizadas não se aplicam aos bens dessa natureza imaterial.

Outra mudança decorrente da natureza do bem imaterial é que o conceito de autenticidade não será aplicável a esses bens, sendo substituído pela idéia de *continuidade histórica*, identificada por meio de estudos históricos e etnográficos que apontem as "características essenciais da manifestação, sua manutenção através do tempo e a tradição à qual se vinculam" (IPHAN, 2000, p.15).

A novidade do processo de registro (patrimônio imaterial) em relação ao tombamento (patrimônio material), fica por conta da sua tramitação, quando o IPHAN terá as parcerias de outras instituições públicas ou privadas, na instrução do processo. Esse processo se concluirá com a inscrição do bem cultural de natureza imaterial em um dos quatro livros criados: *Livro dos Saberes* – para o registro de conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; *Livro das Celebrações* – para as festas, rituais e folguedos que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e outras práticas da vida social; *Livro das Formas de Expressão* – para a inscrição de manifestações literárias,

musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e o *Livro dos Lugares* – destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Os efeitos do registro são vários, desde a obrigação pública de acompanhar a dinâmica da manifestação registrada, até sua valorização, promoção e divulgação, além da manutenção pelo IPHAN de um banco de dados sobre os bens registrados. E por fim, se estabelece a transmissão e a continuidade das manifestações registradas através de ações de apoio institucional.

Os primeiros atos de registro do patrimônio cultural imaterial, ocorridos em novembro e dezembro de 2002, referem-se aos seguintes bens culturais: *Arte Kusiwa* – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi, do Amapá, registrado no Livro das Formas de Expressão; e o *Ofício das Paneleiras de Goiabeiras*, em Vitória, Espírito Santo, inscrito no Livro dos Saberes. Do Amazonas, encontra-se em processo de instrução no IPHAN, o *Dossiê de Estudo R.08/02*, relativo ao Festival Folclórico de Parintins dos Bumbás Garantido e Caprichoso.

Atualmente, a UNESCO mantém uma lista de obras de arte reconhecidas como Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, cujo objetivo é encorajar os governos, as ONGs e as comunidades locais a empreender as ações de identificação, preservação e valorização de seus patrimônios orais e imateriais, considerando-o como depositário da memória coletiva dos povos e que só eles podem assegurar a perenidade dessas especificídades culturais..

1.2.3 A política de preservação e os inventários

A política de preservação nacional, é identifcada, segundo Fonseca (1997) por dois momentos decisivos: o momento fundador, ao final da década de trinta, e o momento renovador, entre 1975 e o início da década seguinte.

Desde o início de suas atividades, o IPHAN colocou a execução dos inventários como etapa obrigatória de sua atuação na política de preservação, pois supõe o conhecimento do que se vai preservar. Nesse sentido:

> "(...) *a tarefa principal que o legislador brasileiro cometeu ao serviço da proteção é o tombamento, mas como não se conhecem previamente todas as coisas de excepcional valor histórico ou artístico, para tombar as que tenham esses requisitos torna-se necessário proceder pelo país inteiro a um*

inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento, e em seguida realizar os estudos requeridos" (Andrade, 1987, p.52).

Os Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971)[13] indicaram a inadiável necessidade de estados e municípios exercerem uma atuação supletiva à ação federal na proteção de um crescente elenco de bens culturais de valor nacional e regional.

A partir da década de 1970, surgiram idéias de descentralização e democratização das políticas de preservação do patrimônio. Para efetivá-las, dentro do próprio organismo federal houve adaptações importantes no sentido de dinamizá-lo e ampliar sua ação geográfica: as quatro diretorias regionais passaram a ser nove e, logo em seguida dez, chegando até a sede do Rio Grande do Sul (Rhoden, 2000). No norte, a 11ª Diretoria Regional foi criada em 1987 para inventariar e supervisionar o patrimônio cultural de parte da maior região do país, em meio à Amazônia, nos estados do Acre, Amazonas e Roraima.

A prática dos inventários do patrimônio cultural enquanto ação governamental, vem sendo estabelecida ao longo de mais de sessenta anos no Brasil, inicialmente como ação do órgão federal e com o passar do tempo, com uma maior estruturação administrativa dos Estados. As ações de inventariar o patrimônio se replicaram em iniciativas regionalizadas. A própria dimensão do território nacional e do acervo cultural existente passaram a exigir esse esforço conjunto, reconhecido como obrigação constitucional a partir de 1988.

A estrutura de gerenciamento do patrimônio passou, na década de 1970, por suas primeiras adaptações visando abranger uma noção mais extensa de patrimônio cultural, com a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) em 1973, e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, paralelos mas complementares à ação do IPHAN; em 1979, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), absorveu as atribuições do CNRC e do PCH, e o IPHAN passa a órgão normativo como Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Toda essa estrutura se situava no âmbito da secretaria

[13] *Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória.* MEC.SPHAN/próMemória, Brasília, 1980, p.139-143. (Publicação da Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 31).

do Planejamento da Presidência da República.

Paralelamente em 1977, no âmbito internacional, a realização de inventários de patrimônio cultural, atividade que sempre exigiu recursos materiais e humanos contínuos para não ser interrompida, foi percebida pela UNESCO como uma atividade pontual em seus Estados-membros, na qual havia uma grande diversidade metodológica que impossibilitava intensificar a troca de informações técnicas. Para aprofundar essa questão, foi promovido pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) um encontro de especialistas em Varsóvia (Polônia), para analisar os sistemas utilizados na Europa, Estados Unidos e Canadá. Três anos depois, foi criado um comitê internacional para inventários de patrimônio, uma vez que a elaboração de um manual de orientação para essas iniciativas deveria contemplar uma gama muito vasta de sistemas à escolher, fosse para casos nacionais, regionais ou locais.

Caberia mencionar alguns momentos específicos de transformação na política de preservação do patrimônio no Brasil, que podem ser identificados num período de aproximadamente vinte anos. (1979-1990). Assim, num primeiro momento do período foi importante compatibilizar a preservação com o desenvolvimento. Com a "distensão" política no pais, a partir da década de 1980, buscou-se uma participação da comunidade com o órgão federal de preservação; A redemocratização do pais, com a implantação da nova Constituição introduziu a noção dos direitos culturais.

A partir de março de 1990, o SPHAN/próMemória e seu Conselho Consultivo foram extintos pelo então presidente da República, Fernando Collor de Mello, e foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, IBPC, que integrou as funções dos dois órgãos anteriores, herdando não só as atribuições constitucionais do SPHAN, mas a estrutura da Fundação Nacional Pró-Memória. Esse órgão-substituto durou cinco anos, sendo sucedido a partir de janeiro de 1995, pelo atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN.

No Brasil, toda e qualquer política de preservação do patrimônio cultural passa por um processo de conhecimento do conjunto de bens culturais que uma determinada sociedade produziu, ou seja, passa por seu processo de inventariação.

Ao se incluir nesse conhecimento a identificação de "referências culturais", queremos que seja aferido não apenas o valor histórico e artístico dos bens. Como

observou Fonseca (1997), mesmo que a isso se acrescente uma preocupação com a questão econômica e social da intervenção, é possível que os inventários deixem de fora a dimensão simbólica daquele espaço para seus habitantes. Pois, do ponto de vista da cultura, considerar apenas a concentração, em uma determinada área, de um número significativo de monumentos excepcionais, de algum modo a "desvitaliza", uma vez que se deixa, assim, de apreender em toda a sua complexidade, a dinâmica de ocupação e de uso daquele espaço.

Indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesse e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costumava ser vista como eminentemente técnica. Passou-se a entender que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história "oficial", em que sobretudo as elites se reconhecem; deveria incluir, também, manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral.

Nos últimos quarenta anos, ficou mais visível a alteração dos mecanismos de legitimação, substituindo-se as ideologias nacionalistas, que durante dois séculos sustentou as políticas estatais de patrimônio, pela noção de direitos culturais, para legitimar essas mesmas políticas. A democratização do patrimônio implica, em qualquer perspectiva, no fato de que o Estado não deve ser o único ator social a se envolver com a preservação do patrimônio cultural de uma sociedade (Fonseca, 1997, p. 74).

Quando a Assembléia Geral da Unesco, em 1972, adotou o texto da Convenção do Patrimônio Mundial, com a aceitação de apenas 21 países, proclamou, por antecipação, a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores relativos ao patrimônio cultural e à sua proteção, ratificado em 1991, por 112 paises signatários.

A política de preservação do patrimônio deve incluir mais do que um conjunto de atividades visando a proteção dos monumentos históricos. Nesse sentido, alerta Fonseca (1997): "O grande desafio, ainda hoje, de uma política federal de preservação do patrimônio é desenvolver, numa sociedade como a brasileira, uma

política de patrimônio que seja, efetivamente, uma política pública". Em seguida quetiona: "Em que medida esta política não tem funcionado antes como uma atividade implantada e conduzida pelo Estado, através de determinados intelectuais, como mais um recurso ideológico para obter consenso, para legitimar um projeto nacional do próprio estado ou, simplesmente para inserir o país no concerto das nações civilizadas"? (Fonseca, 1997, p.16).

Falar de uma política de preservação no Brasil, na atualidade, sabendo da existência de uma demanda cultural não explicitada, é difícil e problemático. No entanto, é exatamente num momento de transição política nacional que se faz necessário e mesmo oportuno, explicitar a situação da Instituição que há mais tempo vem atuando na defesa do patrimônio, movida pelo seu ainda presente *capital ético,* como Fonseca (1997) definiu a atitude que marcou os "anos heróicos" ou os primeiros trinta anos do IPHAN, constituído mais pela dedicação e abnegação dos envolvidos do que propriamente por recursos financeiros significativos.

O "papel supletivo" que Fonseca (1997) prognosticou para o IPHAN, diante da previsão de uma atuação crescente dos órgãos estaduais e municipais, não se consumou de forma homogênea em todo o Brasil, ao contrário: no Amazonas forjou-se uma aliança direta entre o cidadão e o órgão federal de patrimônio, alicerçada numa confiança em sua tradição técnica e postura ética que constituíram o IPHAN, Instituição, e que serviram de inspiração à conduta adotada pela Regional na Amazônia Ocidental.

O desejável crescimento da cidadania não ocorreu de forma homogênea e democrática, o que deverá ser investigado antes que especialistas em Brasília proponham mais um modelo de política cultural.

Considerando que a estrutura governamental exibe um Ministério da Cultura desde 1985, com um orçamento específico para a proteção do patrimônio nacional, é legítima a expectativa em torno de um efetiva política nacional de preservação cultural, que seja entendida, na prática, além da fiscalização e inspeção técnica dos monumentos edificados já consagrados pelo tombamento federal.

O que hoje se observa é que, inversamente a um crescimento da demanda técnica em suas atividades, a atuação do IPHAN vem sendo limitada de forma progressiva: submetido a um severo regime de sucessivos cortes e

contingenciamentos orçamentários, que somados ao congelamento de salários do funcionalismo federal desde o Plano Real e à não-renovação de seus quadros funcionais ao longo de 25 anos, a instituição tornou-se refém de uma prolongada crise para a qual não há previsão de solução a curto prazo, expondo dessa maneira a fragilidade da atual política cultural do país que foi o primeiro na América Latina a dar um exemplo de gestão do patrimônio.

É preciso que se contemple a questão dos inventários com a seriedade e real alcance desse instrumento; e para isso, há que enfrentar de imediato um urgente redimensionamento do quadro de agentes de preservação, de forma realista e equilibrada em todas as regiões, visando possibilitar a inventariação de uma imensa parte do Brasil que o próprio Brasil desconhece.

Apesar da área cultural permanecer "acanhada" no conjunto das áreas estatais, tanto em estrutura quanto em recursos, acreditamos que é possível e inadiável para o Ministério da Cultura, dentro do atual contexto político, desenvolver uma política federal de preservação do patrimônio, estendendo-a a todo o país de uma forma menos desigual da que vem sendo praticada a partir de Brasília, dentro de uma estratégia que amplie seu alcance no sentido de democratizá-la e colocá-la efetivamente a serviço da construção da cidadania.

Através de uma leitura simples dos dados orçamentários publicados em dois Relatórios de Atividades do IPHAN sucessivos, em 1998 e 1999/2000, e considerando a forte restrição orçamentária a partir de 1996, pudemos observar uma situação comprometedora do destino da gestão do patrimônio cultural, como segue:

- 1998 – R$ 60 milhões, dos quais 68,7% gastos com pessoal;
- 1999 – R$ 69 milhões, sendo 65% p/ pessoal, 20% para manutenção das sedes e museus, sobrando 15% para projetos e investimentos;
- 2000 – R$ 72 milhões, sobrando apenas 17% para projetos e ações.

1.2.4 Uma política de preservação cultural para a Amazônia

Apesar da Amazônia possuir uma grande parte da biodiversidade do planeta, em número de espécies e de genes, calculando-se que nossas florestas tropicais possuam algo em torno de 15% a 25% do total existente, Ayres (2001) acreditava

num exagero em torno dos valores atribuídos tanto à biodiversidade quanto à sua cobiça internacional, creditando-o em parte a traumas passados, como o da seringa brasileira (Ayres, *JB*, 12 ago 2001). Mas tenha ou não valor, o problema maior é o desconhecimento que tem dela os próprios brasileiros tem; não adianta falar de números e valores incríveis sem conhecer o que temos e o uso que podemos dar a essa biodiversidade.

Defensor de um maior investimento em conhecimento como forma de aumentar o papel da ciência na melhoria de vida do povo, o cientista e diretor do Instituto Mamirauá, Márcio Ayres, recentemente falecido, apontava dados contabilizando 800 pesquisadores com doutorado na Amazônia, "enquanto o Brasil forma, por ano, 6.000 doutores. Toda a Amazônia Brasileira tem menos de dois meses da produção de doutores do país" (Ayres, *Jornal do Brasil*, 12 ago.2001, p.13). Assim, a experiência no Médio Rio Solimões vem demonstrando que através de uma maior estruturação da sociedade, com justiça social e condições de vida melhores para as populações que habitam essa região, é possível fazer a preservação ambiental e cultural.

Para alguns antropólogos que estudam a questão do patrimônio, como Prats (1997) uma argumentação para a necessidade da conservação desse conhecimento da diversidade cultural pode se servir das mesmas razões utilizadas para defender a conservação da *biodiversidade*, como a proposta de gestão efetuada por Wilson (1994) em que: "A fauna e a flora são também parte do patrimônio de um país, produto de milhões de anos de evolução centrados naquele tempo e naquele lugar e, portanto, tão merecedor do interesse nacional quanto a linguagem e a cultura" (1994, p. 311). A única diferença seria que a *diversidade biológica* deve ser conservada "in vivo", mediante uma transmissão igualmente biológica, enquanto a *diversidade cultural* pode ser codificada no conhecimento sem que tenha que manifestar-se.

Para uma instituição que mantém uma história de respeitabilidade e autoridade raras na administração pública, resultado de uma construção coletiva de gerações de profissionais competentes e apaixonados, o IPHAN mantém o espaço para uma crítica institucional, lúcida e construtiva. Em nossa experiência de mais de 25 anos trabalhando na região, ousamos aqui escrever, sem incorrer em exagero algum e sem medo de um *revival* ideológico com a década de 70, que o trabalho de

inventários culturais na Amazônia, aliado aos muitos inventários em execução por órgãos como o IBAMA, CPRM, INPA, entre outros governamentais, sem contar o conhecimento acumulado em ações fragmentárias de mais de uma centena de organizações não-governamentais que aqui tem sua sede e base de pesquisas, devem ser encarados como parte de uma estratégia de segurança da região.

Na prática, a situação é de uma contundência que não se precisa recorrer a grandes artifícios de argumentação, já que os próprios valores falam por si. Daremos a seguir, a título de amostragem, os valores destinados à 1ª Superintendência Regional, responsável pelo patrimônio cultural nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, nos exercícios financeiros de 2000, 2001 e 2002, onde se pode observar um visível decréscimo orçamentário.

- Plano de Ação 2000: R$ 385.733,80
- Plano de Ação 2001: R$ 252.264, 42
- Plano de Ação 2002: R$ 133.087, 51

Em termos de recursos públicos esses valores são tão insignificantes que poderiam até tornar inverossímel a gestão pública desse órgão federal na Amazônia, não fosse pelos inúmeros testemunhos de suas atividades na mídia regional e nacional. A manutenção dessa Unidade do IPHAN em uma permanente situação-limite desde sua criação em 1987, ademais de injustificável num período de 15 anos, tem implicações outras: limita de forma inexorável sua performance, reduzindo e congelando sua capacidade de execução ao patamar mínimo, comprometendo a crescente demanda no desenvolvimento de projetos e ações em parcerias, impossibilitando que a Superintendência assuma novos e necessários compromissos, como por exemplo, os inventários e o tombamento de bens nos Estado de Acre e Roraima. Até mesmo a rotina de fiscalização sobretudo do patrimônio arqueológico está sendo colocada em risco, o fato mais grave que se evidencia na situação atual é a inexistência de uma política de patrimônio a nível nacional, numa das regiões mais visadas internacionalmente – a Amazônia – última fronteira do patrimônio natural, onde está situado, inclusive um bem natural reconhecido como Patrimônio da Humanidade, o Parque Nacional do Jaú (Amazonas), com mais duas áreas em

processo de extensão desse reconhecimento, a Reserva do Mamirauá e a Reserva do Amanã.

É comum que se leia ou ouça referências à Amazônia como "o maior patrimônio natural da humanidade"; ironicamente, o reconhecimento desse patrimônio não se faz através do viés cultural desse objeto, mas da materialidade de sua diversidade botânica, zoológica, biológica e genética, além de sua reconhecida e estratégica riqueza mineral, sem esquecer seu papel como reserva fundiária nacional.

Na prática, são os órgãos envolvidos com a política e gestão do meio ambiente que realizam levantamentos para fins de proteção de áreas naturais, dentro dos critérios e especificidades da natureza de cada objeto de estudo. Eventualmente, são incluídos os vestígios do cultural existente na área levantada, sejam eles provenientes do passado (arqueológicos), como acidentes geográficos de percurso que vem agregar valor ao objeto (ex: os petroglifos do Parque do Jaú); ou do presente (populações tradicionais), cuja permanência na área será decidida pelos critérios de preservação da natureza e não da cultura.

Não temos notícia, de uma prática governamental de preservação integrando órgãos envolvidos com o meio ambiente natural e órgãos envolvidos com a cultura, na Amazônia Ocidental. Contudo, já existem experiências que demonstram com sucesso essa integração, como na Reserva de Mamirauá, no Amazonas, coordenada por uma organização não-governamental.

Apesar da situação existente, a existência de um envolvimento pessoal dos agentes de preservação com o patrimônio cultural busca inventar soluções alternativas e temporárias, obrigando a um permanente exercício de criatividade gerencial e de motivação, verificado através dos resultados alcançados e da qualidade do ambiente de trabalho existente na 1ª Superintendência Regional do IPHAN, em Manaus.

A realidade das longas distâncias aliada à ilusão do vazio populacional em meio à floresta faz parte da rotina de trabalho desta Unidade do IPHAN, especialmente nos últimos 7 anos, entre parcerias com governadores, sociedades e organizações indígenas, dioceses, prefeituras do interior, missões religiosas, entre outras, espalhadas num universo de 146 municípios nos quatro estados, dos quais até o momento só se interagiu com 44 deles. Podemos afirmar que o desaparelhamento

institucional e a precariedade de profissionais, como agentes de preservação pudemos constatar nesses municípios, é uma realidade, que transforma o contato com órgãos como o IPHAN numa preciosa assessoria para todos eles, seja na identificação de suas referências culturais, históricas e paisagísticas, para fins de proteção e de uma adequada utilização turística, ou em ações de educação patrimonial a partir das descobertas arqueológicas locais, potencializando assim a atividade de inspeção e cadastro dos sítios. Sempre balizando essas ações por um respeito à autonomia local, dentro do cumprimento da legislação específica que lhe foi delegada pela Constituição, o IPHAN na Amazônia Ocidental procura elaborar projetos de fácil viabilidade e com sustentabilidade garantida para as comunidades envolvidas. Patrimônio sem sustentabilidade é, não só inviável, mas uma proposta fútil e fora de contexto em lugares com pouca ou nenhuma atividade econômica.

CAPÍTULO II
A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO NO AMAZONAS

Somos os primitivos de uma nova era.
(Mário de Andrade in Paulicéia Desvairada)

2.1 A busca dos marcos fundadores do 'sítio Manaus': uma nova história

No ano de 2002, acompanhamos com interesse uma investigação[14] arqueológica, que objetivava contribuir para uma releitura do sítio histórico da fundação da cidade de Manaus, à *margem* esquerda do rio Negro, no estado do Amazonas, a partir da localização e avaliação de eventuais vestígios relacionados à Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro (Zanettini, 2002, p.6).

Paralelamente, mas na margem oposta do rio Negro e em frente à cidade de Manaus, no município de Iranduba, outra pesquisa arqueológica[15], nas áreas de confluência dos rios Negro e Solimões, dedicava-se desde 1995 a estudar as formas de ocupação humana na região antes do período colonial (1616-1798).

Curiosamente, quatorze anos antes, em 1988, uma outra pesquisa histórica que resultou num detalhado estudo sobre os fundamentos da organização do espaço de Manaus entre 1800 e 1880, registrava que "a questão das origens remotas da cidade de Manaus está merecendo uma investigação mais aprofundada (...) mostrando que na área geográfica onde atualmente se localiza a cidade existia uma densa população com uma complexa e especializada cultura material; uma forte agricultura e vigoroso fluxo de trocas comerciais que envolviam grandes distâncias" (Costa,1988, p.17). Pouco tempo depois, em 1991, um grupo de jovens pesquisadores do Departamento de História da Universidade do Amazonas, publicava um pequeno volume de reflexões e orientações para os estudos sobre a Amazônia colonial (Freire, 1991).

A importância dos projetos de pesquisa arqueológica aqui mencionados reside, primeiramente, na surpreendente contemporaneidade de iniciativas institucionais que estão colocando na ordem do dia – através de investimentos públicos na utilização dos métodos mais modernos de pesquisa prospectiva e

[14] Projeto ArqueoUrbs (Fase 1) Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus, autorização federal de pesquisa Portaria IPHAN nº 128, de 25 de julho de 2002
[15] Projeto Amazônia Central - PAC; autorização federal Portaria IPHAN nº 184, de 14/10/2002.

mapeamento das leituras – a questão da visibilidade das sociedades indígenas na historiografia tradicional brasileira.

Vem sendo retomada e atualizada uma frente de estudos e pesquisas a partir de Manaus, sobre a noção tradicional de ocupação da Amazônia e seus protagonistas, apenas esboçada décadas antes, em 1951, pelo arqueólogo alemão Peter Paul Hilbert, em companhia do historiador Mário Ypiranga Monteiro, quando recolheram as igaçabas (urnas funerárias) do primeiro salvamento na praça D. Pedro II, em frente ao Paço Municipal, no centro da cidade, registrando esse sítio arqueológico como "sítio Manaus" ou "sítio IAPETEC" (indígena pré-colonial). Esses e outros materiais oriundos do sub solo dos lotes urbanos dessa vizinhança, estão depositados sob a guarda e curadoria do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, dando origem ao pequeno Museu Crisantho Jobim, localizado na rua Bernado Ramos, onde hoje podem ser visitados.

No momento em que escrevemos este texto, não é ainda possível prever com exatidão os desdobramentos do processo de pesquisa em curso, no sentido de se recuperar uma tradição adormecida de reflexão e questionamento do contexto urbano local e nacional. Que novos sentidos para o pensamento social do Amazonas podem ser determinados pelas pesquisas arqueológicas que atualmente se desenvolvem, em paralelo, num centro urbano e numa zona rural? Quais conexões podem ser feitas, no tempo e no espaço, entre os achados nesses dois sítios arqueológicos? Ao mesmo tempo em que buscamos o marco fundador da Manaus colonial, como encontrar os dados para entender uma outra história, a que nunca foi escrita, sobre os homens que viveram sucessivamente ocupando e reocupando esses mesmos sítios e praias que hoje ocupamos?

De que maneira os resultados dessas pesquisas no Amazonas podem provocar, e com certeza o farão, a percepção de novos valores de atribuição e agrega-los à noção de patrimônio cultural? Ou até mesmo, numa perspectiva mais longa e ambiciosa, concorrer para uma reversão do paradigma que separa cultura e natureza?

Sabe-se que a Amazônia é ocupada há pelo menos dez mil anos, a partir de informações de pesquisas em locais tão diversos quanto Monte Alegre, no Pará; bacia do Jamari, em Rondônia; no alto Orenoco, na Venezuela. Mas, como observa Neves (2002), essa *história antiga de Manaus* começa a aparecer há cerca de dois

mil anos antes do presente, época em que se considera o início da ocupação humana nessa área, até os séculos 16 para o 17, início da colonização européia (Neves e Silva, 2002, p.29). Qualquer estudo sobre essa ocupação deve considerar antes uma história das paisagens onde a cidade está implantada, estabelecendo que elas são resultantes de uma ação antrópica, ou seja, "são produto histórico-dinâmico, resultado de modificações realizadas por agentes naturais e sociais. Assim, as paisagens vividas na Manaus dos séculos 17 e 18 eram, certamente, diferentes das paisagens do mesmo local, por exemplo, nos anos 1000 DC ou 300 AC"(Neves e Silva, 2002, p.29).

O processo de ocupação da Amazônia durante os primeiros três séculos da era colonial poderia ser considerado, dentro de uma perspectiva histórica, o início da formação de um patrimônio territorial, que vai se tornar a base do patrimônio material do Brasil nessa região.

Ao considerarmos os novos dados trazidos pelos historiadores arqueólogos, volta à cena o questionável processo histórico de ocupação da região, que nos séculos 17 e 18, são na verdade um despovoamento seguido de uma reocupação menos adensada, segundo Freire (1991). Lembremos que a lógica desse modelo de ocupação vai reaparecer em diversos momentos de frentes colonizadoras ao longo da história da região, partindo sempre do mesmo pressuposto de ocupar as terras sem homens na Amazônia.

As primeiras impressões da natureza amazônica e de seus ocupantes, sobre os europeus, foram produzidas pelos relatos de seus descobridores espanhóis, Orellana, em 1540-1542, e Aguirre, entre 1559-1561, sobre suas expedições descendo o rio Amazonas.

Foi a visão prospectiva dos portugueses na época colonial, na definição de suas possessões na América através de uma estratégia vitoriosa de definição de fronteiras, assinaladas por fortes militares com ocupação permanente, segundo Vieira (2001) que construiu os primeiros marcos representativos (monumentos) desse futuro patrimônio. Após firmarem a conquista do litoral, eles passam a se expandir na direção do rio Amazonas, penetrando a Amazônia.

A primeira dessas construções na região norte, o Forte do Presépio, na foz do rio Amazonas, em 1616, deu origem à cidade de Belém. Outras vieram em seguida à

expedição do capitão Pedro Teixeira, em 1637-1639, que praticamente colocou as fronteiras atuais na região: o Forte de São José do Rio Negro (AM), o de São José de Marabitanas, o de São Gabriel das Cachoeiras (AM), o de São Francisco Xavier de Tabatinga, o de São Joaquim (RR), o de Gurupá, o de Macapá (AP) e o Real Forte Príncipe da Beira (RO). A guarnição desses fortes e os povoamentos, que foram se estabelecendo sob a sua proteção, efetivaram a posse e deram origem à incipiente colonização dessas regiões distantes.

Podemos verificar atualmente que, dessas antigas fortificações erguidas pelos portugueses na Amazônia, só a de Belém e a de Macapá permanecem fisicamente integradas à dinâmica urbana das cidades que ajudaram a fundar; restauradas e incorporadas à memória e à vida dos cidadãos, como monumentos históricos que agregam diversos valores – cognitivo, artístico, paisagístico – em um privilegiado espaço de lazer contemplativo e de fruição.

Contudo, na perspectiva de uma transição do relato histórico sobre a região, provocada pela interpretação dos resultados produzidos a partir daquele novo *front* de pesquisas arqueológicas a que nos referimos, que tendem a se ampliar cada vez mais na busca dos sinais dessa complexa relação colonial entre o índio e o europeu, acreditamos que a própria concepção e delimitação desse patrimônio histórico colonial na Amazônia, onde a presença do monumento militar é marcante, deverá ser reavaliada. Uma hierarquização de valores patrimoniais novos surgirá a partir de novos marcos referenciais, na história (tempo) e na paisagem urbana e não-urbana (espaço social).

Nesse novo campo de possibilidades abertas, os arqueólogos e antropólogos se adiantaram na revisão de concepções arraigadas de um atraso crônico, que tendem a considerar ainda as culturas indígenas num estado de vida e organização social primitivo; suas pesquisas tem revelado que "muito do acervo da cultura dos colonos foi *aprendido* com os índios e incorporado como elemento formador da cultura brasileira" (Pessoa, 2002, p.54), o que desloca o personagem indígena, de mero coadjuvante da cena histórica, para o papel de protagonista.

Muitas reflexões e trabalhos em vários campos disciplinares e científicos, sob diferentes abordagens epistemológicas, poderão ser detonados a partir dessas recentes contribuições. Por exemplo, na gestão do patrimônio histórico urbano em

Manaus, e outros centros urbanos do Amazonas, a elaboração de planos de preservação e conservação que objetivem a salvaguarda das *zonas arqueológicamente sensíveis* identificadas, podem reorientar o crescimento desses centros buscando preservar esses sítios históricos representativos das ocupações pretéritas; da mesma forma, sua interpretação didática voltada aos conteúdos da educação formal, poderá vir a desencadear as mais diversas apropriações identitárias pelas populações dessas cidades, municípios ou regiões naturais.

Nos campos da arquitetura e do urbanismo, os mapas antigos do centro urbano de Manaus, recuperados pelo ArqueoUrbs nos Arquivo Histórico do Exército, no RJ, trarão uma gama de novas abordagens nos estudos da formação do tecido urbano e das relações fundiárias. Essa cartografia, indica entre os elementos da conformação do traçado do período colonial (arruamento, quadras, espaços vazios, lotes, etc.), a posição de algumas edificações de importância na época e já desaparecidas. Assim, a partir de agora, além da cartografia mais recente baseada nos levantamentos contratados pela Prefeitura Municipal em 2000, os mapas a ser considerados para os estudos da evolução do núcleo urbano de Manaus, passam a ser:

a) *Cópia da Planta da Cidade da Barra do Rio Negro* – levantada pelo Cap. Raphael Lopes Anjos, em 1844; Arquivo Histórico do Exército, RJ;

b) *Planta das Vilas de Manaos e EGA* – Antônio Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque; Arquivo Histórico do Exército, RJ, s.d;

c) *Planta da Cidade de Manáos* – J.B. de F. Tenreiro Aranha 1852;

d) *Planta da Cidade de Manáos*, s/data, provavelmente da 2ª metade do século XIX; Arquivo Histórico do Exército, RJ;

e) *Planta da Cidade de Manaus feita pela Comissão do Madeira* – levantada pelo Cap. Feliciano Antonio Benjamin, nivelada pelo Bel. Dias dos Santos, membros daquela Comissão, em 1874 (escala 1:2.000); Arquivo Noronha Santos, RJ;

f) *Carta Cadastral da Cidade de Manáos*, 1894 – Álbum do Amazonas, 1901-1902, edição Fidanza;

g) *Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manáos* – levantada pelo engº João Miguel Ribas" (1896);

h) *Planta de Manáos elaborada pela Comissão de Saneamento de Manáos* (1906);

i) *Planta da Cidade de Manáos para o Annuario de Manáos*;

j) *Planta da Cidade de Manáos, abrangendo os bairros de São Raymundo, Constantinopla, Colônia Oliveira Machado, Villas Municipal e Americana* (1930);

k) *Levantamento aerofotogramétrico da Cidade de Manaus – executado pela Cruzeiro do Sul para o Departamento Nacional de Obras de Saneamento DNOS*, escala 1:2.000, 1965;

Na Amazônia, como em qualquer outro lugar, "a memória não se encontra no espaço que se está construindo, mas nos seus construtores, pois cada fragmento do que se produz contém uma parte de quem o faz" (Oliveira, 2000, p.20).

Sabemos que existiu, sim, a Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, marco precário da intenção de ocupar; um esboço, quase um estudo preliminar. Fisicamente, a marca do provisório se evidenciava não só em suas pequenas dimensões, como em sua forma irregular e esconsa, de uma geometria duvidosa na planta poligonal de dez lados, "atenalhada, ou seja, em ângulos, com uma pequena tenalha (ângulo saliente) central" (Castro, 2002, p.82); mas também na precariedade de materiais e técnicas construtivas (foi praticamente reconstruído em menos de 20 anos após sua inauguração) que evidenciam um baixo investimento. Uma arquitetura provisória; não era preciso mais para um entreposto militar. No caso de Manaus, "a função de registro (posto de fiscalização e cobrança de impostos) da fortificação, cobrindo todo o rio Negro, seria particularmente lucrativa" (Castro, 2002, p.79). Sabemos ainda que, à época, era costume que o interessado em comandar o futuro destacamento fosse a mesma pessoa que bancava sua construção; no caso da Fortaleza de São José, foi construída em 1669, por Francisco da Mota Falcão, em troca do seu comando por três gerações.

O que não sabemos, e que as pesquisas arqueológicas em curso nas áreas de confluência dos principais rios próximos a Manaus nos prometem, é a compreensão

do processo de produção desse espaço ocupado, quando os portugueses, em sua missão colonial no século 17, determinaram uma outra forma de apropriação do mesmo espaço através de características de ocupação diferentes. Esta outra forma deveria demonstrar mais que uma intenção de reocupar, de se apropriar; deveria conter um projeto de implantação física do núcleo colonial que, no caso de Manaus, não existiu.

São raros os bens tombados pelo IPHAN, isto é, os monumentos com reconhecimento nacional na Amazônia Ocidental. Apesar disso, as ações da sua 1ª Superintendência Regional se voltaram em grande parte para a demanda emergente da arqueologia e para a proteção desses poucos bens edificados de valor histórico, como exigência constitucional prioritária. Mas muito ainda tem que ser investido na identificação do patrimônio cultural que permanece desconhecido.

Torna-se bastante apropriado pensar o patrimônio na Amazônia considerando, simultaneamente, e através de um exercício difícil mas complementar, as faces tangíveis e intangíveis dos bens. A tangibilidade sobrevivente muitas vezes é portadora de informação permeável, dado ao desgaste sofrido e outras, mascarada por sinais que o tempo lhes imprimiu. Sua identificação e interpretação acabam possíveis através das informações lidas nos traços culturais sutis que, por falta de registros, também são duvidosos e confusos. Muito se perdeu no tempo, corroído ou soterrado pela própria e onipresente natureza.

Nesse contexto, trabalhar com a arqueologia na região amazônica é uma realidade que se impõe, vez que vestígios ainda existem soterrados e freqüentemente se expõem, por obra e graça da mesma natureza que os escondeu. Por outro lado, ainda encontramos raízes culturais vivas no universo simbólico e mítico dos povos indígenas, que trazem luz ao entendimento dessa realidade desgastada.

Há décadas, as pesquisas arqueológicas em centros e sítios históricos são recomendações feitas internacionalmente em vários documentos, desde a *Carta de Veneza* (Itália) em 1964, e da *Recomendação de Nairobi* (Quênia) pela UNESCO, em 1976. O ICOMOS[16] aprovou em 1986, em Washington, a "*Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas*" que recomenda no ítem 11: "O conhecimento do passado das cidades históricas e dos sítios históricos urbanos deve

[16] International Council on Monuments and Sites, órgão da UNESCO.

ser ampliado através de pesquisas arqueológicas e da apresentação adequada do material encontrado, efetuada sem prejudicar a organização geral do tecido urbano."

2.2 O Teatro Amazonas como único referente: o fardo histórico

O tombamento federal do Teatro Amazonas, em 1966, em Manaus, capital do estado do Amazonas, isto é, seu registro pelo SPHAN no Livro de Tombo Histórico, consagrou-o como um dos monumentos da cultura nacional, num processo semelhante ao que já ocorrera em Belém, no Pará, com o tombamento do Teatro da Paz, em 1963.

Poderíamos considerar o tombamento do Teatro Amazonas como um ato incidental na ação institucional de proteção ao patrimônio nacional no norte do país, ocorrendo como um salvamento individual do bem, cujo principal objetivo era assegurar sua proteção pelo ato jurídico de sua inscrição. Nessa época, sabemos que a decisão sobre as inscrições era tomada, muitas vezes, por quem propunha os tombamentos; nesse caso, como observa Derenji (1996), por iniciativa do então diretor do Serviço Nacional de Teatros, que em 1963 iniciara o procedimento legal para o tombamento de 15 teatros no Brasil, considerados dignos de serem preservados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Derenji, 1996, p.73). Após o tombamento do Teatro Amazonas, a comunicação foi feita ao governador do Estado, à época, Arthur Cézar Ferreira Reis.

Ao analisarmos aquele contexto cultural nacional, observamos que o governo militar, que desde seu início ressentia-se da ausência de uma política cultural para o país, criara em 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC); que mesmo não sendo um órgão executivo, tinha o objetivo de coordenar as atividades culturais através da formulação de uma política nacional de cultura. Nesse sendo "esta preocupação de se pensar a questão cultural em termos nacionais está na raiz da criação do próprio Conselho" (Ortiz, 1994, p.90), que apesar de não se ter concretizado vai retomar o discurso da cultura brasileira plural e variada em sua diversidade étnica e física.

Coincidentemente, o governador do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis, como segundo presidente do CFC, escreveu sobre a importância da Amazônia no

contexto cultural[17] considerando a região como uma das partes dessa diversidade que define a unidade nacional, retomando de uma certa forma, como observou Ortiz (1994), os argumentos de Gilberto Freyre sobre o Nordeste, através da utilização do conceito bipolar de nação e região.

A idéia de patrimônio assumida pelo CFC trazia a visão tradicionalista que marcava o pensamento dos intelectuais que o formavam, sendo então entendida como o conjunto de valores espirituais e materiais acumulados através do tempo. Ora, como tradicional significava diversidade e multiplicidade da cultura brasileira, e para ser nacional implicava obrigatoriamente em ser representativa de todo o país. Onde estavam, então, os elementos materiais que poderiam representá-la na região Norte?

A ênfase no aspecto da preservação do patrimônio, elemento mais discutido pelos intelectuais do Conselho, podia ser avaliada pelas prioridades na distribuição dos recursos reduzidos do CFC, como observa Ortiz (1994) a ponto dos critérios de guarda e conservação dos acervos serem considerados princípios da política de financiamento. Dois números da revista *Cultura* foram dedicados à questão do patrimônio nacional, o n ° 2 (agosto de 1967) e o n ° 34 (abril de 1970).

O tombamento do Teatro Amazonas pode ser visto, assim, como uma forma para incluir esse Estado no grande acervo do patrimônio nacional, presente em todas as regiões e capitais brasileiras, e é de se supor que contou a influência de seu governador e membro do CFC, Arthur Cézar F. Reis, sem que isso desmereça as qualidades artísticas desse monumento.

É interessante notar que, na década de 1960, houve uma prioridade de inscrições no Livro de Tombo Histórico (LH), o que não era usual na década anterior, com exceção de algumas fortalezas e ruínas. Nesse sentido "*chama atenção o fato de que, mesmo bens que foram tombados em função basicamente de seu valor artístico, tenham sido inscritos apenas no LH. É o caso do Teatro Amazonas, em Manaus*" (Fonseca, 1997, p.127). observamos assim, que "se houve no SPHAN uma preocupação em elaborar critérios para a avaliação do valor artístico dos bens, o mesmo não pode ser dito em relação ao valor histórico. A consideração do valor

[17] Arthur Cézar Ferreira Reis, "A Participação da Amazônia no Contexto Cultural", *Cultura*, nº4, outubro 1967.

histórico de um bem era feita com base na letra do Decreto-lei nº 25, de 30.11.37" (Fonseca,1997, p.126).

Dentro da perspectiva de um processo de construção do patrimônio amazonense, o tombamento do Teatro Amazonas, em 1966, foi um fato isolado, no tempo e no espaço. Longe de se constituir num ato inaugural do processo de reconhecimento dos valores existentes no Estado, produziu um efeito de "registro de exclusão" ao resto das edificações históricas existentes em Manaus e até mais antigas que o Teatro; como por exemplo, o Paço Municipal, belo e único exemplar do neoclássico, construído em 1874 para sediar o governo provincial, sendo até 1998 a sede da Prefeitura de Manaus.

Na realidade, a falta de conhecimento que o SPHAN dispunha sobre o patrimônio no Amazonas, era, num certo sentido, proporcional à distância que separava a cidade do Rio de Janeiro da capital amazonense. Quando tomavam conhecimento, não era fruto de levantamentos técnicos ou inventários; chegava sob a forma de comentários de viagens de amigos ou turistas, em opiniões mais pessoais do que técnicas, sempre carregadas de um certo "preconceito setecentista", comum entre os arquitetos do patrimônio, que consistia no repúdio estético e valorativo da arquitetura que não fosse do século 18, representativo do barroco brasileiro. Em geral, essa crítica não tinha uma intenção depreciativa da cidade ou do edifício, refletindo mais um gosto e uma atribuição de valores dos estudiosos e especialistas da época, como ficou claro num comentário que ouvimos de um conhecido consultor e arquiteto francês, durante um simpósio em Belém, em 1988: "O patrimônio histórico no Brasil termina em Belém; em Manaus, só existe o Teatro".

A menção dessa lembrança traz à cena uma rivalidade histórica, política e cultural, existente entre as duas maiores cidades da Amazônia, Belém e Manaus, que não sendo objeto desta investigação, serve a um propósito. O resultado dessa comparação da arquitetura com Belém – com seu centro histórico riquíssimo em igrejas, palácios e casario e onde, afora as fortalezas coloniais, a presença do barroco e do neoclássico são marcantes – sempre exacerbou os ânimos e as diferenças históricas evidentes entre as duas cidades, construídas com investimentos distintos, que geraram processos econômicos diversos e culturas urbanas bem diferenciadas entre si.

Sabemos que a rotina de instrução dos processos de tombamento então, não envolvia historiadores ou historiadores da arte, inexistentes no quadro de funcionários do SPHAN. Sabemos também, como observa Fonseca (1997) "que a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominantemente estética"(Fonseca, 1997, p. 127).

Dentro da visão normativa da arquitetura brasileira adotada pelo SPHAN, sabemos que havia uma hierarquização quanto aos estilos de época, na qual o barroco e depois o neoclássico eram os mais valorizados. Sabemos que o *eclético* – que para muitos críticos não é um estilo, mas uma superposição de elementos de vários estilos – era para os modernistas uma espécie de "ovelha negra" (Fonseca, 1997, p.128) apesar de sua importância histórica como marca da arquitetura da Primeira República.

A consideração dessas circunstâncias alinhadas anteriormente, nos induziu a supor algumas hipóteses para a ausência de tombamentos federais em Manaus, no período de 1966 até 1986. Arriscaremos listar algumas dessas possibilidades, tais como:

a) Devido ao critério adotado de estilo/época, reluta-se em atribuir valor a um conjunto arquitetônico reconhecidamente eclético;

b) Pelo critério de ancianidade e de proteção a bens mais ameaçados, no Amazonas há raros vestígios do séc.18, e em Manaus, raros bens tem 150 anos;

c) Postura etnocêntrica e elitista de que o "patrimônio histórico e artístico do Brasil termina em Belém; mais para oeste só existe o Teatro Amazonas."

d) A inexistência de inventários no Amazonas resulta no desconhecimento de que possa existir um acervo de bens remanescentes nas cidades do Amazonas;

e) O SPHAN desconhecia o patrimônio existente porque não chegava até Manaus;

f) Nunca existiu uma política de preservação que considerasse a Amazônia como um universo diferenciado, sobre o qual não havia uma produção historiográfica;

g) Outros motivos não envolvendo o patrimônio em particular, como dificuldades estruturais (pessoal, recursos, logística, etc)

Tombado mais uma vez, em 1980, agora como monumento estadual, reconfirmado, reconsagrado e reentronizado quatorze anos depois de seu tombamento federal, o Teatro Amazonas não ganhou muito com sua dupla inscrição, continuando a receber uma manutenção inadequada e precária. Mas sua posição de único símbolo da cultura de uma população urbana de 611.763 habitantes[18] representava um fardo histórico, para a cidade e para a sociedade que não tinha condições de se aproximar e se apropriar de um tal símbolo.

A inércia do poder estadual quanto à uma política de preservação não tinha correspondência no excelente arcabouço jurídico do Estado e em sua legislação específica de patrimônio. Fato curioso surgido em nossa pesquisa, foi a existência de duas leis dispondo sobre a mesma matéria: a Lei nº 1.199[19], de 10 de setembro de 1976, que "dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas", promulgada durante o governo de Henoch da Silva Reis; e a Lei nº 1529, de 26 de maio de 1982, que "dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas, e cria o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico.

É interessante perceber que se as noções de patrimônio e de preservação existiam de direito, faltavam ações implementadas de fato pelo Estado. A preservação do patrimônio era entendida pelo poder estadual do Amazonas como a mera extensão da proteção jurídica aos poucos bens tombados, e sua atuação esporádica se limitava a promover as obras sobre seu objeto de maior visibilidade: o Teatro Amazonas, patrimônio material, arquitetônico e monumental da cidade de Manaus, herança das certezas positivistas de uma época em que a vontade política de realizar e construir superava quaisquer dificuldades técnicas e logísticas; monumento-símbolo da cultura da contradição, profundamente brasileira, de um patrimônio também imaterial, mitificado na história e na literatura, desmascarado nas novas ideologias. Ícone onipresente dessa Manaus urbana de muitas faces, isolado de seu próprio contexto urbano por uma implantação soberba, onde se fez paisagem

[18] O equivalente à terça parte (33,8%) da população de Amazonas, Acre e Roraima somados em 1980.
[19] Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas (DOE 13/9/76).

única, dominante e desintegrado, entrincheirado em seu sítio pela cidade-sem-limites que iniciava seu cerco.

Enquanto o Teatro Amazonas jazia solitário em seu sítio esplêndido, a cidade já tinha eleito os seus "lugares de memória" e lutava por eles, ora ao lado do poder público, ora contra ele e em defesa de seus monumentos, como foi no Cine Guarany em 1983, e na Praça da Matriz dez anos depois.

Só através de uma política cultural de inspiração democrática e dentro de uma perspectiva de democratização desse espaço institucional seria possível transformar o Teatro Amazonas, de patrimônio construído a um espaço vivido e apropriado em toda a sua riqueza de significados.

Tentar imaginar que de experiências como "estender a cena até a praça" – em dois ou três eventos realizados em que se permitiu a transmissão do espetáculo em cena no Teatro, para os telões colocados na Praça São Sebastião – resulte algum tipo de apropriação coletiva, seria de um ingênuo otimismo. Mas como auto-promoção de uma pseudo democracia é até possível que tenha funcionado, numa demonstração magnânima da intenção da administração cultural do Estado no período de 1999-2002, de diminuir a desigualdade existente entre as ofertas culturais na cidade de Manaus.

2.3 O papel do IPHAN na preservação cultural do Amazonas

2.3.1 Antecedentes da instalação do IPHAN no Manaus

É importante contextualizar a ação institucional federal de preservação na região norte do país, antes de 1987, ou seja, antes da criação de uma diretoria regional em Manaus. Numa rápida consulta ao *Guia de Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN* (1994), pudemos verificar que até o ano de 1964, existia uma certa quantidade de imóveis já tombados no Pará: são 2 fortes, 9 igrejas, 1 teatro, 2 palácios e 1 conjunto paisagístico (Cemitério de N. Sra. da Soledade). O Estado do Amazonas apresentava duas inscrições: o Teatro Amazonas (1966) e o Reservatório do Mocó (1986).

Em Rondônia e Amapá, apenas as fortificações remanescentes do colonial: o Real Forte Príncipe da Beira e a Fortaleza de Macapá, tombados em 1950. Nos estados do Acre e Roraima não havia registro de monumentos tombados, apesar da

existência de sítios arqueológicos que já "nascem" sob a proteção federal da Lei 3924, de 1961.

Até 1987, todos os estados da Região Norte ou Amazônia Brasileira – Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Pará e Amapá (o estado de Tocantins ainda não fora criado), tinham seus patrimônios jurisdicionados pela 1ª Diretoria Regional do SPHAN, sediada em Belém, no Pará, uma vez que, tendo esta cidade um dos maiores centros históricos tombados no Brasil, exigia um esforço de fiscalização da Regional. Seu diretor, o arquiteto Jorge Derenji, desdobrava-se em cumprir suas atribuições nos seis estados, com uma equipe diminuta, tentando não se dispersar da ação principal em Belém.

Como a tradição técnica do SPHAN na preservação sempre foi considerada exemplar, com a descentralização da ação a partir da década de 1970 passou a existir uma procura dos estados e municípios por esse "saber-fazer" da Instituição, mesmo onde não havia monumentos tombados pelo SPHAN: a assessoria técnica no atendimento a consultas sobre conservação do patrimônio tornou-se uma prática crescente da casa. Assim foi, por exemplo, na década de 1980, o apoio na recuperação do Clube Tentamen, em Rio Branco, Acre, edificação da tradição regional de construção em madeira, protegido por legislação estadual por seu valor na memória social e afetiva da cidade.

A instalação de um Escritório Técnico do SPHAN/Pró-Memória em Manaus, em 1984, funcionando ligado à Diretoria Regional de Belém, teve o efeito de apresentar a capital do estado do Amazonas à própria instituição federal, e aproximá-lo da natureza específica desse patrimônio regional.

Essa tarefa coube à responsável pelo ET/Manaus, Ana Cláudia de Lima e Alves, vinda de Brasília, cidade construída para ser patrimônio nacional, sem dúvida nosso maior investimento cívico. Como tarimbada agente de preservação da área de Referência da Dinâmica Cultural, da Fundação Nacional Pró-Memória, Ana Cláudia trazia a experiência do "Projeto Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais do País", cuja questão principal era a relação entre cultura e cidadania. Aqui, envolveu-se de todas as maneiras – com a cidade, sua gente e seus gostos e fez de Manaus sua casa até retornar para Brasília em 1987. Enquanto preparava a situação local para a instalação da futura diretoria regional, avançando

estrategicamente tanto na questão logística (local da sede, pessoal, etc.) quanto numa aproximação política com as instituições culturais de preservação, ensino, movimentos de intelectuais e artistas, alavancou os outros tombamentos que se seguiriam enfim, em 1986 e 1987, depois de uma longa abstinência de 20 anos – o do Reservatório do Mocó, o Mercado Municipal Adolpho Lisboa e o do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus.

A Portaria n.° 10 do IPHAN, de 10 de setembro de 1986, estabelecia normas para a fiscalização dos entornos de monumentos federais, recomendando às prefeituras que encaminhassem ao SPHAN, para análise e prévia aprovação, qualquer projeto ou pedido de intervenção situado dentro dessas áreas de vizinhança ou entornos do monumento. Mas, como nem sempre as administrações municipais que se sucedem, queriam se submeter a essas normativas federais, para evitar conflitos e definir com maior precisão os imóveis afetos à restrições, sobretudo de gabarito, foi necessária a elaboração de projetos de proteção aos entornos desses bens tombados em Manaus, que por sua vez resultariam numa "portaria de proteção de entorno"[20]. Dessa maneira, até 1987, o SPHAN manteve sua atuação de colaborador técnico, sobretudo com a Prefeitura de Manaus, buscando soluções menos conflituosas de proteção ao entorno do Teatro de Amazonas[21], de comum acordo com a legislação urbana local.

Contudo, a mentalidade vigente do poder local na década de 1980, tinha um componente sombrio de ambigüidade cujos efeitos sobre o patrimônio da cidade deixaram ecos e marcas até os tempos atuais. A inexistência de uma política cultural de preservação local era uma situação implicitamente favorável a um desenvolvimento urbano irrestrito, sem barreiras à especulação e à uma ocupação nova e verticalizada do centro antigo de Manaus. Foi essa mesma mentalidade dos agentes oficiais que condenou vários edifícios históricos ainda naquela década.

Buscamos em vão, durante esta pesquisa, encontrar o registro de algum *parti pris* da cidade moderna e cheia de edifícios, alguma declaração ou opinião desse período entre os anos 1980-1988, que depreciasse o antigo para fazer uma apologia do novo; abertamente, ninguém se referia ao centro antigo como atraso ou empecilho

[20] Por uma série de razões, essas portarias de entorno não foram estabelecidas até hoje para Manaus.
[21] "Projeto de Proteção ao Entorno do Teatro Amazonas", das arq.ª Abrahim e Assef . Semplurb/PMM, 1985.

ao desenvolvimento; como também não encontramos registros de uma defesa bem argumentada da substituição da arquitetura antiga da cidade de Manaus pela moderna arquitetura que transformava as paisagens das capitais brasileiras, sobretudo no Rio e São Paulo.

A preservação do patrimônio histórico de Manaus nunca foi uma questão consensual; ao contrário, era estabelecida através de situações tensas, em conflitos de interesse nem sempre claros. Essas situações seguiam quase um padrão que, na maioria dos casos podem ser acompanhados através dos jornais locais, que costumava registrar as opiniões dos lados conflitantes: de um lado a concordância do poder público com uma ação demolitória a um bem antigo; de outro lado, a voz dos intelectuais, em geral cidadãos manauaras, alertando a opinião pública para o equívoco irreversível da administração da cidade. A paixão dos debates em geral se centrava sobre o ato de demolir, não envolvendo suas razões, se uma nova edificação ou um vazio, já que a para a Prefeitura isto não entrava em questão: até hoje, se concede licenças para demolições sumárias sem exigir uma ocupação do terreno remanescente em seguida.

Encontramos exemplos de declarações de prefeitos, inaceitáveis da parte de administradores públicos; como no caso do prefeito Manoel Ribeiro, em resposta à imprensa local sobre haver autorizado a demolição do Palacete das Lágrimas, e dizendo-se pouco conhecedor de história, considerou que "atualmente estão querendo transformar tudo o que é casa velha em patrimônio; se continuar assim eu vou baixar um decreto tornando a casa onde morei patrimônio histórico" (A Notícia, 12/8/87). O inoportuno comentário do prefeito Ribeiro provocou várias manifestações contrárias, entre elas a publicação de um artigo do presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, no Amazonas, no qual Abrahim (1987) chamava atenção para o desrespeito do prefeito à própria legislação municipal, uma vez que autorizara a demolição em uma das 284 edificações sob proteção do Decreto municipal 4673/85, que criou o Setor de Unidades de Interesse de Preservação. E continuou elucidando as razões da preservação como afirmação política do cidadão:

> *"O grau de permeabilidade que uma administração pública apresenta em relação aos anseios do povo é a medida exata da democracia praticada por esse governo, e o respeito dos cidadãos pela autoridade constituída está*

diretamente vinculado ao sentido de participação que dele se tem. Não se pode exigir de ninguém o sentimento de que 'esta cidade é minha também', se ela, sob os olhos de complacentes autoridades, se vê a cada dia, mais e mais sonegada das referências que unem a vida da presente geração à vida de seus pais e avós" (Abrahim, 1987, p.27)

Eram tempos da reestruturação democrática do país, e à mesma época, em 1986, o governo do estado do Rio de Janeiro, tendo Darcy Ribeiro à frente da Secretaria de Ciência e Cultura, exibia uma política cultural exuberante, que transformou a animação cultural em patrimônio público (Costa, 1986) e deu novas tonalidades à visão de política de preservação do patrimônio cultural, "não com a triste nostalgia do passado, mas com o sopro colorido da vida" (Campofiorito, 1986, p.6).

Já se fazia oficialmente a crítica à uma política de preservação discriminatória que imobilizava os bens num tempo imaginário indagando-se assim "como incluir nesse patrimônio reduzido, os bens em movimento, as manifestações culturais, os conjuntos arquitetônicos cotidianos mais significativos, os traços traumatizados da cultura oprimida, os símbolos da negritude e da indianidade, as coisas pobres, as vivas e as triviais?" (Campofiorito, 1986, p.8)

Talvez pela tradicional relação mantida entre a sociedade de Manaus e o Rio de Janeiro, o eco dessas manifestações de uma nova ideologia estivesse abalando as oligarquias políticas do Amazonas; isso talvez pudesse explicar a aparente indiferença e falta de iniciativa do próprio governo do Estado nas questões de patrimônio, que passaram a exigir cada vez mais uma coerência das políticas na área cultural, com uma democratização dos canais de decisão e a adoção de mecanismos de divulgação das ações desenvolvidas pelo órgão de preservação no sentido de manter ou implementar canais de comunicação com os diferentes segmentos da sociedade.

2.3.2 O primeiro inventário do patrimônio de Manaus

A ação de inventariar um conjunto dado de bens – no caso imóveis – supõe uma seqüência de atividades com finalidades específicas e um objetivo comum: o estabelecimento de uma lista de imóveis que, por seu valor histórico, artístico,

paisagístico ou como referencial afetivo para grupos da população manauara, estariam submetidos a restrições de uso e ocupação, de acordo com critérios previstos em legislação específica.

Para organizar as rotinas de gerenciamento do espaço urbano, em 1984, foi criada uma Secretaria Municipal de Planejamento Urbano – SEMPLURB. Um dos inúmeros desafios que se colocou à equipe de jovens arquitetos incumbidos desse reordenamento é a decisão sobre o destino do acervo maciço de edifícios, construídos entre os anos 1890 e 1940 na orla fluvial central da cidade.

À exceção do Teatro Amazonas, única menção de prédio histórico de interesse em se preservar, esse conjunto de arquitetura histórica presente na paisagem urbana de Manaus não tinha correspondência nos textos legais vigentes então, fosse nas Leis municipais nº 1213 e 1214, de 1975, que instituíram o Plano Diretor de Manaus, ou na Lei Orgânica do Município (LOMAN). A que razões atribuir essa invisibilidade legal nos textos que deveriam, ao contrário, especificar sua manutenção? Por que motivos a memória oficial registrava apenas o Teatro Amazonas, de indiscutível visibilidade?

Os mapas da cidade de Manaus eram documentos de colecionadores, existindo apenas três plantas antigas conhecidas, insuficientes para estudar a evolução da cidade: a "*Planta (croquis) da Cidade de Manáos*", por J. B. de F. Tenreiro Aranha (1852); *a "Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manáos*", levantada pelo engº João Miguel Ribas" (1896); e a "*Planta da Cidade de Manáos abrangendo os bairros de São Raymundo, Constantinopla, Colonia Oliveira Machado, Villas Municipal e Americana"* (1930).

O ano de 1985 foi marcado por dois eventos que determinaram, de formas distintas, o processo de construção do patrimônio e da política de preservação na cidade de Manaus. O primeiro evento, de caráter negativo, foi a demolição do histórico Cine Guarany, autorizada pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano (SEMPLURB); o segundo, de caráter positivo, e certamente uma conseqüência do primeiro, foi a realização pela mesma Secretaria, da primeira etapa do *Inventário Ambiental Urbano de Manaus*, com trabalho de identificação dos bens arquitetônicos de valor de preservação da cidade com a finalidade de dar-lhes proteção legal. Esta iniciativa foi inédita pois utilizou critérios técnicos

internacionais, contrariando a prática vigente no Estado de escolher os edifícios por um critério de valor estritamente subjetivo, como no caso dos tombamentos da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico Histórico do Amazonas, só o monumento edificado e não o seu acervo documental.

Os levantamentos para o inventário são tarefas executadas todo o tempo na rua, o que não só atraía a atenção e a curiosidade do cidadão, fosse ele o transeunte, o comerciante ou o habitante desse Centro, como criava a oportunidade de recolher em depoimentos e diálogos, as expectativas desse protagonista anônimo de uma história urbana recentíssima, ainda não escrita; ao mesmo tempo, apresentava os componentes fundamentais dessa memória afetiva. Vivia-se ainda os efeitos da demolição do Cine Guarany, trauma coletivo e marco fundamental na estruturação de uma consciência de patrimônio na sociedade de Manaus, cujo processo será tratado no próximo bloco deste capítulo.

Os resultados da primeira etapa do Inventário identificaram uma área da cidade formada pelo centro e bairros adjacentes, da Cachoeirinha e Aparecida, na direção norte até as imediações do cemitério São João Batista, onde foi realizado um levantamento cadastral das edificações construídas na mesma época – final do século 19 e início do 20, e edificações mais recentes de arquitetura vernacular ou exemplares pitorescos, como por exemplo: as casas com fachadas em forma de borboleta e de carro, alguns exemplares da arquitetura em madeira de Severiano Porto, etc. Entre imóveis públicos e privados, de igrejas e praças a residências, a tipologia variava desde as grandes residências assobradadas, chalés, até vilas operárias. Os critérios de escolha e de classificação eram os arquitetônicos e artísticos, muitas vezes acompanhado pelo histórico. Onde buscar justificativas fortes o suficiente para estabelecer sua presença na legislação do município, de forma a garantir sua permanência na memória urbana, a exemplo de outros centros no Brasil e no mundo?

No total foram identificadas e classificadas 284 unidades de preservação em 1° grau (ou unidades-monumentos) e 585 unidades de preservação de 2° grau (ou unidades de acompanhamento). Esses 869 imóveis classificados como "unidades de interesse de preservação" compuseram o *Cadastro Arquitetônico e Histórico de Manaus – 1985*.

Essa relação de imóveis dentro de uma área delimitada para proteção foram objeto do Decreto municipal 4673 de 17 de maio de 1985, que cria o *Setor Especial de Unidades de Interêsse de Preservação.* A finalidade do decreto foi amparar juridicamente esses bens dentro da própria rotina de fiscalização da SEMPLURB, ampliando o prazo para conclusão dos inventários e estendendo-os a todo o município, com ênfase e prioridade para a identificação de seu patrimônio ambiental – praias, barrancos na orla fluvial (potenciais sítios arqueológicos), igarapés, ilhas, lagos e sítios de beleza excepcional.

Dessa forma, dentro de uma perspectiva histórica da prática de preservação efetiva, *a iniciativa municipal, de inventariar para preservar o acervo histórico urbano de Manaus, foi a primeira ação institucional no sentido concreto de proteger o patrimônio histórico edificado da cidade*. Assim, através de um conjunto de medidas técnicas e jurídicas emanadas da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano que incluíram a definição de "zonas protegidas" aos entornos de bens tombados federais somada; a publicação do Decreto Municipal nº 4.673, de 17/5/85; a elaboração da Portaria Municipal nº 26/85, da SEMPLURB, com orientações técnicas aos agentes do planejamento e controle urbanístico, na análise e aprovação de intervenções nos monumentos identificados no Setor Especial; a elaboração e divulgação entre os técnicos de duas "listagens de unidades de interesse de preservação" (unidades de 1° grau ou 'unidades-monumento' e as de 2° grau, ou 'unidades de acompanhamento'), identificadas e classificadas através de inventário e cadastro, foi-se instalando em Manaus uma prática de proteção ao conjunto histórico urbano edificado no centro da cidade, mas ainda não tombado.

A partir desse conhecimento foi possível viabilizar a adoção de critérios de preservação para incorporar à legislação urbana de Manaus, em vigor desde 1975.

A estratégia de uma colaboração técnica para incrementar uma ação mais efetiva de preservação e uma fiscalização cooperativa entre o município e o órgão federal de patrimônio, foi estabelecida num Protocolo de Intenções entre o Estado do Amazonas e a Prefeitura de Manaus, com a interveniência do órgão federal de patrimônio, SPHAN/Pró-Memória, operacionalizado pela Semplurb, pelo Escritório Técnico do SPHAN em Manaus e por um representante do Conselho Estadual de Patrimônio.

2.3.3 A criação e implantação de uma Diretoria Regional em Manaus

É com sede instalada num sobrado antigo na zona do Porto de Manaus, de frente para o rio Negro, no mês de julho do verão de 1987, que a recém-criada 11ª Diretoria Regional do SPHAN[22], como agente institucional de preservação do patrimônio nacional passou a se integrar ao processo de construção do patrimônio cultural no Amazonas.

Dentro do princípio de participar de um processo que não deve ser controlado apenas pelo poder político governamental, foi preciso elaborar uma estratégia de ação imediata para esse momento inicial, e outra, para atuação a médio e longo prazo. Dentro da estrutura organizacional da instituição, o gerenciamento do IPHAN é executado em uma seqüência lógica de três grandes áreas de atividades da preservação de monumentos: a identificação, a proteção e a promoção. O tripé formado por essas três áreas finalísticas deve sustentar as iniciativas e projetos que forem identificadas como prioridades pela Regional, e orientar a estratégia de atuação das Unidades do IPHAN, nas região que supervisionam.

Implantada em tempos de Constituinte, as ações da 11ª Diretoria Regional do SPHAN/Pró-Memória foram marcadas, desde o início de sua atuação, pela clara determinação de politizar a preservação do patrimônio federal, no sentido de "ter como objetivo que os bens sejam apropriados simbolicamente pelos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade" (Fonseca, 1997, p.255), não só onde estão situados os bens tombados federais, como é o caso de Manaus, mas utilizando outros aspectos do patrimônio, emergentes da realidade social de lugares em áreas rurais, na periferia da capital ou no interior do Estado, como costuma ocorrer, por exemplo, com as ações de educação patrimonial executadas em torno dos achados em sítios arqueológicos.

A inexistência de um levantamento dos bens culturais de Manaus, materiais e imateriais, que fosse além do inventário preliminar das construções antigas de seu bairro central, numa cidade com quase 1 milhão de habitantes era um fator que limitava e distanciava a noção de patrimônio de sua população. Era preciso ampliar a informação, estendendo essa noção até a cultura do cotidiano, herança pluriétnica com uma viva influência da população indígena, evidente nos hábitos alimentares, na

[22] Hoje com a denominação de 1ª Superintendência Regional do IPHAN.

culinária, nas rezas e simpatias, nos métodos de cura natural e nos mitos amazônicos, um universo que pela própria natureza dos referentes exigia uma expansão do tradicional repertório do patrimônio histórico e artístico.

Detentora de uma cultura construída a partir da situação de constante e perene interface entre a natureza e a cultura, essa população herdou não só o saber e o fazer dos grupos que a constituem, mas possuía características culturais marcantes em seus costumes e atitudes resultantes desse convívio, que ora se mostrava como um embate mítico, ora como uma simbiose atemporal que desafiava as análises antropológicas.

Tomando como prerrogativas esse conjunto de reflexões, a 11ª DR do SPHAN viu como uma prioridade estratégica de preservação, iniciar sua ação na Amazônia Ocidental através de duas ações simultâneas, de promoção e de identificação, tendo como objeto o patrimônio existente no estado do Amazonas, a partir de sua visão em Manaus.

A ação de promoção consistiu numa campanha de divulgação ampla do objeto patrimonial, cujo objetivo era apresentar os bens culturais que tinham, ou poderiam ter, a denominação de "patrimônio"; de forma didática, clara e enunciativa, abordando não só o que já estava tombado – e portanto oficialmente reconhecido – mas o que era "reconhecível" no imenso potencial de "patrimônios" a identificar no Amazonas. Dessa maneira, já se buscava dar forma a um conjunto de referentes únicos existentes entre a natureza e a cultura, que por uma série de circunstâncias locais, interagem mutuamente de uma forma mais visível em Manaus.

A ação de identificação, por sua vez, consistiu numa pesquisa sobre a formação do espaço urbano de Manaus, cujo objetivo era aprofundar o conhecimento sobre a história da construção e evolução desse conjunto patrimonial existente em Manaus. Esse conhecimento era essencial para a regional do SPHAN, como co-responsável na gestão do patrimônio histórico urbano, para subsidiar a base de argumentação nos processos que envolviam a proteção dos entornos de monumentos tombados na cidade, isto é, suas áreas de vizinhança.

2.3.4 A ação de promoção: identificando parceiros e interlocutores

Durante a elaboração dessa primeira ação de promoção da 11ª DR em Manaus, *ficou evidente também, o papel fundamental de mediação dos intelectuais*

amazonenses com a sociedade, na difusão de uma "cultura de preservação do patrimônio": envolvidos na campanha, coube a eles não só interpretar o fato patrimonial oficial (a arquitetura inventariada e tombada), mas estender essa interpretação do cultural a um pré-reconhecimento dos bens culturais tradicionais (ervas e remédios, culinária, relação do homem com as águas, etc.). Uma vez que a idéia de construção remete à noção de mediação, que será feita por um elemento exterior (mas não estranho), que atue como agente intermediário às duas dimensões de fenômenos distintos: o popular e o nacional. Esse papel de mediador simbólico cabe aos intelectuais, que como agentes históricos "operam uma transformação simbólica da realidade sintetizando-a como única e compreensível" (Ortiz, 1994, p.139), através da interpretação.

Entre as ações de promoção do patrimônio cultural, implementadas pelo IPHAN, podemos mencionar: as campanhas de divulgação do patrimônio; os projetos de educação patrimonial e o Centro de Informação do Patrimônio – CIP.

- **As campanhas de divulgação do patrimônio**

A partir dessa premissa, elaboramos um projeto para uma campanha institucional de divulgação na mídia impressa, em comemoração ao Dia do Patrimônio Histórico denominado "*Semana do Patrimônio Histórico Cultural*". Viabilizado com o apoio do Jornal "A Crítica", periódico de maior circulação no estado do Amazonas, e do jornal "Amazonas em Tempo". A campanha foi criada pelo artista plástico amazonense, Roberto Evangelista, em quatro peças publicitárias compostas de texto e imagem, para ser veiculado em quatro dias sucessivos, no mês de agosto de 1988. A cada dia, uma peça diferente abordava um aspecto do patrimônio cultural, a partir de uma frase-convite que "puxava o tema" do texto, como poderemos analisar a seguir:

Frase-convite do 1° dia: **"Se você não despertar, a memória curta de alguns brasileiros vai riscar do mapa o seu patrimônio".**

Texto: "A ignorância e a indiferença vem destruindo uma quantidade de prédios ainda inteiros e belos. Esses monumentos do cotidiano ao serem riscados do mapa se apagam, também da sua memória: o cine Guarany, o Hotel Cassino, o Parque Amazonense, o Palacete das Lágrimas. Ficamos mais pobres e nem há mais tempo

para chorar. Por isso é importante saber que nem só do antigo vive o patrimônio. E que a sua casa, a sua rua, o seu bairro, fazem parte desse conjunto a a ser preservado. Assim como o Teatro, o Mercado, o Porto Flutuante, o Reservatório do Mocó, o Palácio Rio Negro, o Colégio Estadual, a Prefeitura, a Ponte de Ferro da Cachoeirinha. São quase 300 monumentos ainda vivos, e já inventariados no centro de Manaus. Não esqueça que esta paisagem também lhe pertence. 17 de agosto. Dia Nacional do Patrimônio Histórico. Um dia para ser preservado todos os dias." (Jornal AET e Jornal A Crítica, Manaus, 17 ago. 1988)

Frase-convite do 2° dia – **"Tomar tacacá à tardinha. Taí um jeito gostoso de preservar o seu patrimônio cultural."**

Texto: "O patrimônio cultural de uma cidade não se mede apenas pelo número de praças, prédios históricos ou monumentos que ela ostenta. O amazonense também constrói sua memória cultural com as coisas naturais do dia-a-dia, como os sons, os cheiros, as paisagens. Por exemplo, ao beber tacacá nos finais de tarde, a nossa gente vivencia os mesmos sabores e odores com os quais se deliciavam os nossos avós e bisavós. E, da maneira de preparar a goma, o tucupí, as folhas do jambú, até o ato de consumir o tacacá, há toda uma tradição cultural, uma relação gostosa com o passado e o presente, ligando gerações a gerações. A isso também chamamos memória e patrimônio cultural. É o que faz um povo culturalmente rico e forte. E é uma maneira deliciosa de preservar o que é verdadeiramente nosso. Bom proveito!" (Jornal AET e Jornal A Crítica, Manaus, 18 ago.1988)

Frase-convite do 3° dia – **"Você sabia que tucumã com farinha é uma delícia para manter viva a sua memória cultural ?"**

Texto: "A identidade cultural de um povo é feita dos hábitos e costumes, falas e gestos, sabores e cheiros que ele sente. É tudo que aqui, torna única e viva a nossa herança cabocla. Herança apreendida no convívio e no domínio da natureza, ao transformá-la em alimento e remédio. Legado de gerações que está aí, tão presente no gosto do tucumã, do uixi, da pupunha, mari-mari, cajá, do ingá-cipó. E no uso da copaíba, do mastruz, da mangarataia, açafroa, do xarope de jatobá. Preservar esses costumes é uma questão de sobrevivência. Frutos e ervas não são mero folclore. Eles também fortalecem a memória" (Jornal AET e Jornal A Crítica, Manaus, 19 ago.1988)

Frase-convite do 4° e último dia – **"Ao contemplar o nascer e o pôr-do-sol no rio Negro, você não está deixando o seu patrimônio natural se perder de vista."**

Texto: *"Cada povo tem o nascer e o pôr-do-sol que merece. Sem bairrismo, o amazonense tem os mais belos nascentes e poentes deste planeta. E esta visão diária está profundamente gravada e integrada à sua memória cultural, pois o olhar é o registro da própria história. Você já sabe que toda a cultura amazônica está intimamente ligada à água. Os rios comandam a vida. E, aqui, eles são a própria vida: banhos e água de beber. Escoadouros de riqueza e estradas naturais por onde o homem caminha o seu destino. E os rios e as florestas são o maior patrimônio natural e cultural da nossa gente. Tão somente por isso é vital preservarmos a paisagem. Não perdê-la de vista, portanto, não é apenas uma questão de ponto de vista mas, principalmente, de consciência. E lembre-se: tudo isso é Amazônia, muito além do que a sua vista alcança."* (Jornal AET e Jornal A Crítica, Manaus, 20 ago. 1988)

O alcance de uma campanha de preservação local pode ser avaliado, em geral, imediatamente, pela reação das pessoas através de cartas, telefonemas ou até pessoalmente, na rua ou na sede da Regional; já o alcance do objetivo da campanha, só pode ser avaliado se o fato anunciado que a provocou, for desfeito, não se transformar em ato; por exemplo, se o prédio não for mais demolido, se a mudança de uso que ia sofrer for revertida, se as peças roubadas forem encontradas ou devolvidas, entre outros.

As ações de promoção servem assim, para apoiar a execução das atividades de proteção e de identificação do patrimônio, permitindo uma interação entre os agentes de preservação e a população ou comunidades através de uma situação que envolva um bem cultural.

Em diversas ocasiões, a 11ª DR/SPHAN utilizou o próprio estado de má conservação do monumento tombado, como foi o caso do *Mercado Adolpho Lisboa*, ou 'Mercadão', como mote para eventos em torno da necessidade de sua valorização cultural através da preservação. Através das ações de promoção, buscávamos as diversas maneiras de provocar ou potencializar uma maior apropriação simbólica do

bem, por quem vivia fora do centro ou não o freqüentava, produzindo a reinserção da imagem do 'Mercadão' na ordem do cotidiano urbano dessas pessoas.

Como ilustração, citaremos algumas dessas situações que exigiram dos agentes da 11ª DR/ IPHAN, uma demonstração de disponibilidade técnica, aliada à criatividade da solução para cada situação específica que se apresentasse.

Foi assim, por exemplo, durante o Carnaval de 1989, quando um incêndio ameaçou seriamente o *Mercado Municipal Adolpho Lisboa*, destruindo uma parte do telhado na área sobre o pavilhão central. Apesar das fortes chuvas nesse dia, o SPHAN foi o único órgão, além do Corpo de Bombeiros, que se fez presente no local, orientando os permissionários e ocupantes nas providências urgentes para minimizar os danos ao Monumento. O resultado foi a limpeza e recuperação do telhado original, executado pelos permissionários com recursos próprios, bem mais mobilizados do que a ação municipal da Secretaria de Abastecimento, Mercados e Feiras, responsável por sua manutenção e integridade.

Em outro momento crítico do Mercado Adolpho Lisboa, em 1989, para fazer frente a uma tentativa de um grupo de autoridades empenhadas em "sanear" a orla frontal da cidade, que intentavam transformar seu uso em algo mais elitista, o SPHAN se associou ao Sindicato do Comércio Varejista e o Sindicato dos Despachantes de Pescado, através de uma campanha publicitária em *outdoors*, em pontos estratégicos da cidade. O objetivo era valorizar a imagem da cidade através do Mercado.

Em outro acontecimento no mesmo *Mercado Adolpho Lisboa*, a 1ª SR/ IPHAN apoiou o projeto "Nosso Mercado", organizado pelo Serviço Social do Comércio – SESC, em maio de 1998, destinado a valorizar as tradições amazonenses através da realização de um ousado evento denominado "Noite Tribal": um desfile de grifes amazonenses dentro do pavilhão de venda de peixe, em noite de sons e aromas de essências tropicais, apresentando as novas coleções de roupas inspiradas em desenhos de várias etnias da região. Em face da constatação de que o 'Mercadão' não constava do imaginário juvenil dos amazonenses, que crescem e vivem sem vir ao Centro Histórico, o objetivo do evento foi apresentá-lo a essa parte da sociedade.

O *Teatro Amazonas* também foi alvo de atividades para provocar uma maior aproximação do público com o monumento. Em 1988, em meio ao longo período em

que permaneceu fechado para as obras de restauração, o *Teatro Amazonas* foi o foco de várias iniciativas do IPHAN com o objetivo de provocar, um maior envolvimento da sociedade local com o tratamento físico de que era alvo seu monumento mais famoso. Em duas delas, foi necessária a elaboração de projetos específicos para dar forma e viabilizar a interação da sociedade com o monumento, como passaremos a descrever.

- **Sobre projetos de educação para o patrimônio**

Alguém deve rever, escrever e assinar os autos do passado antes que o tempo passe tudo a limpo.

(Cora Coralina)

Entre as inúmeras e eficientes possibilidades da área de promoção do patrimônio, e sem dúvida a de retorno mais imediato, está a elaboração de projetos para atividades de educação para o patrimônio ou *educação patrimonial*. O IPHAN tem uma experiência institucional acumulada nessa área, sob a jurisdição da 14ª Superintendência Regional, com métodos e instrumentos amplamente testados sobretudo nos núcleos urbanos tombados da região Centro-Oeste, cujo exemplo mais significativo é o da cidade de Goiás, que em parceria com os museus locais, escolas particulares e públicas, vem atuando desde a década de 80.

A ação de educação patrimonial em Goiás se propôs a estabelecer uma relação consciente e criativa da comunidade com o patrimônio que a envolve, através de uma articulação entre o patrimônio e a vida pessoal da cada cidadão. Como observa Leonel (1995), conseguir que os bens móveis e imóveis sejam protegidos, não garante necessariamente sua apropriação pela comunidade.

No âmbito da 1ª Superintendência Regional mencionaremos, a título de ilustração, dois projetos executados como coadjuvantes da ação de proteção: o primeiro ocorreu durante o processo de restauração de monumento em Manaus, em 1988; e o segundo projeto fez parte de uma ação de identificação, no processo de inventário de referências culturais em Barcelos, em 1999.

O primeiro projeto, denominado "*Visitação às Obras de Restauração do Teatro Amazonas*", teve o objetivo de seu enunciado: se propunha a "abrir" uma obra de restauração à visitação pública, com a finalidade de divulgar a prática de um

conhecimento hermético – a restauração artística – inacessível ao público leigo, através do contato direto com o processo, mesmo que de forma superficial.

Como projeto de *educação patrimonial* associado ao turismo cultural, consistiu de uma programação de visitas técnicas guiadas às obras de restauração do Teatro, que se fariam dentro dos limites de um "circuito interno móvel", previamente estabelecido pela Comissão de Fiscalização e os encarregados da obra, e previamente liberado para as visitas; a programação se destinava ao público em geral, com restrições à faixa etária e ao grau de locomoção dos interessados.

Como se sabe, qualquer obra de construção civil é um local de acesso restrito às pessoas contratadas para sua execução, a quem cabe a responsabilidade tanto pela execução dos serviços contratados, quanto pela integridade do imóvel em questão. Por esse motivo, as obras de construção são espaços cercados, sujeitos à vigilância ostensiva, isto é, permanente. Dessa maneira, o simples acesso às obras de um monumento interditado constitui, no mundo inteiro, uma rotina reservada a pouquíssimos; uma mera visita ao local já exigiria toda uma liturgia de procedimentos. Assim, pode-se ter uma idéia das inúmeras barreiras que o IPHAN se propôs a vencer para colocar em prática a idéia de "democratizar" o acesso ao evento "restauração em processo".

A elaboração desse projeto exigiu do IPHAN um esforço de planejamento, da logística às estratégias de negociação política com o órgão contratante da obra, o Governo Estadual. A argumentação utilizada pelo órgão de preservação ia desde justificativas didáticas, como "é a uma oportunidade única de dar a conhecer um processo dessa natureza"; até as políticas, como a conveniência de se "dar transparência" ou acesso a um processo que já demorava muito e sobre o qual a opinião pública tecia dúvidas e críticas. Por seu lado, os engenheiros responsáveis da COMAGI, empresa construtora contratada, sentiam-se inseguros diante de uma situação de potencial risco à exposição pública, em que sua competência profissional poderia ser questionada ou criticada, antes da obra estar acabada e entregue ("Seria o equivalente a dar acesso à sala cirúrgica em plena cirurgia!"), contra-argumentando com o perigo que representaria para as pessoas circular no ambiente inseguro de um edifício em construção.

Vencidas as resistências uma a uma, o evento de "*Visitação às Obras de Restauração do Teatro Amazonas*" foi viabilizado através da parceria com uma empresa de turismo que operacionalizou as visitas de turistas e de residentes na cidade.

O retorno em marketing institucional foi bastante significativo para todos os envolvidos, inclusive para o Ministério da Cultura que o divulgou em nível nacional e internacional. A única iniciativa similar a essa havia sido realizada em uma restauração no México.

O segundo exemplo de ação de promoção do patrimônio, teve lugar na cidade de Barcelos (AM), exigindo a elaboração de um projeto de educação patrimonial que evoluísse paralelamente às duas primeiras fases de levantamentos de referências culturais na sede. Denominado "*Uma proposta metodológica de resgate e valorização dos bens culturais no meio escolar de Barcelos*", a equipe da 1ª SR/IPHAN contou com a orientação pedagógica da Profª. Suzamara Valle, na condução das atividades em Barcelos, apoiada pela chefe da divisão técnica da 1ª SR/IPHAN em Manaus, arquiteta Patrícia Alves, que foi responsável pela implantação do projeto através da "*Oficina de treinamento para orientadores educacionais para o patrimônio*", realizada entre 13 a 15 de novembro de 1999, visando capacitar os professores da Secretaria Municipal de Educação de Barcelos. Em dezembro, os professores já treinados iniciaram com os grupos de alunos, as atividades de leitura do espaço da cidade com seus símbolos culturais e naturais.

Na fase de avaliação ficou patente que os resultados dessa primeira oficina foram positivos e influíram nos conteúdos didáticos, mas necessitariam de uma continuidade e de um reforço nas questões metodológicas de apreensão do patrimônio cultural.

Num outro exemplo de projeto de educação patrimonial, foi dirigido especialmente às crianças portadoras de deficiência auditiva de uma escola especializada em Manaus. A utilização do próprio monumento histórico como instrumento pedagógico de ativação da identidade e da referência cultural, foi um projeto elaborado e executado em agosto de 2000, a partir da solicitação de professoras da Escola Estadual Augusto Carneiro, em Manaus.

Voltado para alunos com idades variando entre 10 a 15 anos, o projeto teve dois objetivos: 1) introduzi-los à noção de patrimônio junto à noção de tempo no passado, que é uma referência estranha para eles, que tem o foco no presente como sinônimo de sobrevivência; 2) a apropriação dos conteúdos arquitetônicos através da apreensão visual da imagem e da forma dos monumentos escolhidos, e 3) interpretação dos conteúdos aprendidos pelos alunos.

A noção de herança e de patrimônio, foi passada através de uma visita à antiga proprietária da casa do IPHAN, Dona Alcides, que os recebeu junto com sua filha, D. Fátima, e através de álbuns de fotografias antigas, contaram a história da sua vida na casa. O contato com a memória de uma velha senhora e com o seu testemunho – traduzido em sinais pela professora – foi uma forma eficiente de informar e emocionar os jovens.

Quanto à forma de apreensão dos monumentos, a proposta partiu dos próprios alunos com a criação de uma linguagem de sinais para cada monumento. Assim, eles criaram todo um 'vocabulário gestual' que identificava iconograficamente cada edifício, de uma forma surpreendente. A experiência foi interpretada em sala de aula, posteriormente, para ser aperfeiçoada.

- **Centro de Informação do Patrimônio – CIP**

Ao final de 1997, a 1ª Superintendência Regional do IPHAN instalou em sua sede em Manaus, um projeto apoiado pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura, PRONAC, que objetivou a implantação de um serviço individualizado para atender à demanda crescente por informações sobre o patrimônio cultural. Esse novo serviço, que passou a funcionar como um setor independente das rotinas administrativas da Regional, foi denominado *Centro de Informação do Patrimônio – CIP*.

É sabido que a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável. O *CIP* foi uma forma gerencial encontrada pela 1ª SR/IPHAN para ordenar e possibilitar o acesso a esse conhecimento específico, produzido por especialistas do mundo inteiro, garantindo a qualidade e exatidão da informação fornecida ao público usuário amazonense.

Antes da sua criação, as pessoas que chegavam à 1ª SR em busca de informação, por exemplo, sobre assuntos técnicos ou jurídicos envolvendo um

determinado monumento histórico, eram atendidas de forma improvisada pelo funcionário disponível. Essa precariedade comprometia a própria idoneidade do Instituto como serviço público, além de ser um tratamento pouco digno ao cidadão, que afinal estava pagando para ter esse serviço funcionando.

Através do atendimento com profissionais treinados no domínio de um vocabulário controlado, utilizado no tratamento técnico da documentação sobre patrimônio, o *CIP* passou a ser um canal de divulgação dos assuntos tratados pela 1ª SR e dos temas patrimoniais em geral, como a legislação específica de preservação do âmbito federal aos municipais, ou as recomendações internacionais; ou ter ao alcance uma bibliografia especializada na disciplina da conservação de monumentos. Os documentos técnicos referentes aos projetos e à fiscalização das intervenções em bens tombados na Amazônia Ocidental, passaram assim a estar acessíveis aos pesquisadores.

O CIP foi se estruturando como um centro temático de informação voltada para o patrimônio existente na Amazônia, entendida como região sul-americana que abrange o Brasil e mais oito países, promovendo a preservação através da divulgação das várias faces de um mesmo patrimônio, seja arqueológico, arquitetônico, documental, artístico, natural, cultural, indígena, entre outros.

2.3.5 A ação de proteção: administrando os conflitos de interesses

- **Sobre a fiscalização dos bens tombados e seus entornos**

Em mundos de fronteira, há um duplo desafio à nossa consciência de nacionalidade, que nos é imposto através da dimensão geográfica e da dimensão cultural. O enfrentamento de situações-limite passa a se estabelecer como parte de uma rotina, na qual a cidadania é um anseio vago, quase uma utopia. Nesse mundo, toda ação de proteção passa a ser exemplar, quando inexistem parâmetros para sua avaliação.

A ação institucional de proteção aos monumentos e sítios históricos tombados, considerada uma atividade de rotina nas atribuições do IPHAN, em todo o Brasil, com a denominação comum de "inspeção técnica e fiscalização de bens tombados e sítios arqueológicos", é na verdade, uma atividade essencial da competência desse órgão na preservação do patrimônio.

A fiscalização tem sua razão de ser no poder de polícia exercido pelo IPHAN, e é portanto, a partir e através dela que se origina a maior parte dos conflitos de interesses em torno da preservação. Portanto, mais do que uma mera rotina, a proteção é um conjunto de atividades complexas, a começar pela própria natureza do ato de fiscalizar.

É no exercício da proteção que se pratica a síntese das tradicionais disciplinas de conservação e de restauração, cujo conhecimento é exigência para quem analisa e autoriza intervenções em monumentos históricos, da mesma forma que o é para quem projeta e executa essas intervenções. Assim também, a capacidade de perceber os valores de atribuição envolvidos em cada monumento, é uma qualidade fundamental para o bom encaminhamento das questões inerentes ao exercício da fiscalização de monumentos. Quanto aos problemas que inevitavelmente afloram, em alguns casos podem advir das características físicas próprias de alguns centros históricos urbanos; em outros, dos atritos e divergências oriundos da articulação política com os executivos municipais.

Quais e quantos são os alvos da fiscalização do IPHAN na Amazônia ocidental, no Amazonas e na cidade de Manaus? O que se deve entender como proteção desses bens? Partindo dos monumentos registrados em quatro certidões de tombamento, temos o seguinte acervo monumental, pela ordem de tombamento, com as descrições sucintas, a situação atual de proteção desses bens edificados e o que faltaria para otimizá-la, temos a seguir:

1) **Teatro Amazonas** – de propriedade do Governo do Estado do Amazonas, o monumento compreende todo o sítio onde ele se implanta: o platô mais elevado com as calçadas nas ruas adjacentes; as muralhas e a balaustrada que contornam o perímetro; as ruas internas e calçadas que circundam o edifício; os jardins frontais com estatuária; o edifício do Teatro com seus bens móveis integrados; os bens móveis existentes em seu interior.

O que é preciso para otimizar sua proteção: o cadastramento do bem; um caderno de especificações para sua conservação; uma portaria federal de proteção ao seu entorno.

O que falta proteger: o conjunto formado com o Palácio de Justiça, a praça a igreja de São Sebastião, através da extensão do tombamento do Teatro; da mesma

forma, os bens móveis só estarão protegidos através da extensão do tombamento a eles.

2) **Caixa d'água do Mocó** – o monumento é compreendido pela edificação em alvenaria de pedra e pelo reservatório em estrutura de ferro; inclui os jardins que circundam o edifício até o limite dos gradis.

O que é preciso para otimizar sua proteção: o cadastramento da edificação e o tratamento paisagístico do entorno imediato.

3) **Mercado Adolpho Lisboa** – o monumento é compreendido pelo conjunto de edificações em alvenaria e galpões em estrutura de ferro e vidro, incluindo quiosques e gradis; as calçadas fronteiriças e escadas laterais.

O que é preciso para otimizar sua proteção: sua restauração completa; o agenciamento da área em torno do bem, sobretudo nos fundos, de frente para o rio, depois que teve sua muralha aterrada pelas obras estaduais da "Manaus moderna" em 1988; a ampliação do seu sítio próprio, afastando as vias de tráfego que tangenciam o monumento.

O que é preciso fazer: o levantamento das referências culturais dessa área sob a influência do Mercado; o monumento em si inclui a dimensão cultural imaterial, e a dimensão natural e paisagística com o rio Negro; levantar os impactos negativos do aterro da praia e da muralha pela construção da via Manaus-moderna sobre a dinâmica do Mercado e da população que trabalha em sua função

4) **Conjunto arquitetônico e paisagístico do Porto de Manaus** – é um monumento cuja preservação reveste-se de grande complexidade, pois compreende um conjunto de 18 edificações diferentes, sob quatro administrações independentes entre si, a quem cabe a manutenção dos bens, como segue:

4.1 Alfândega e Guardamoria: pertencem à Receita Federal e estão em uso;

4.2 Ilha e Edifício de São Vicente: pertencem à Marinha do Brasil, onde está sendo implantada a sede do Comando Naval da Amazônia Ocidental;

4.3 O conjunto de 5 edificações em alvenaria de pedra, 8 armazéns em arquitetura de ferro e a bomba de incêndio, estão contidos na área arrendada a partir de 2000, por um período de 50 anos, para duas empresas privadas – a Empresa de

Revitalização do Porto de Manaus S. A. (ERPM) e a Estação Hidroviária do Estado do Amazonas S. A. (EHEA). São os seguintes monumentos:

- **Edifício-sede da antiga Manaos Harbour Ltd**. e fachada anexa (rua Taqueirinha) – atual escritório das empresas arrendatárias;
- **Edifício do antigo Setor Administrativo da Portobrás** (rua Gov. Vitório) – atual escritório da SNPH;
- **Edifício do antigo Thesouro** (rua Monteiro de Souza) – vazio;
- **Edifício do Museu do Porto** (trav. Vivaldo Lima) – está desativado;
- **Antiga casa de tração** (rua Marquês de Sta. Cruz)
- **Bomba de incêndio** (atrás do Armazém 7)
- **Armazéns 3, 4, 5** (atual Armazém 0);
- **Armazéns 7 e 15**, os mais antigos;
- **Armazém 10** (conj. de quatro armazéns integrados, o duplo 10, 9 e 9 A) – atual Estação Hidroviária do Amazonas, foi a única edificação a ser revitalizada com mudança de uso, dentro do processo de arrendamento;
- **Armazém 18** (atual 23) e Armazém 20.

4.4 **O antigo cais flutuante ou *Roadway***: está sob a responsabilidade da Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias (SNPH), que cuida das operações portuárias de carga conteneirizada.

O que é preciso para otimizar sua proteção: após o arrendamento à empresas privadas, falta uma maior definição de usos, de competências e de fiscalização da parte do Estado; ainda está indefinida a saída do porto de carga conteneirizada do local; falta um Plano Diretor para a área tombada com as novas propostas de ocupação (uso, circulações, áreas livres e área construída); falta um efetivo envolvimento da Prefeitura no agenciamento das inúmeras interfaces desse projeto com o Centro Histórico.

O que é preciso fazer: da parte do IPHAN, além de uma redefinição da área legal de proteção ao entorno, o acompanhamento das intervenções movidas pelos

arrendatários provocaram uma série de embargos e uma Ação Civil Pública contra as empresas, por desobediência às orientações do IPHAN.

Mais uma vez a história se repete: as concessões amplas foram concedidas pelos governantes do Estado a arrendatários de fora de Manaus, a exemplo do que ocorreu em 1902, fazendo com que "(...) o controle do processo produtivo e, principalmente, seu usofruto, ficasse restrito à alguns grupos econômicos (...) que passaram a atuar de forma vigorosa na vida social e cultural de Manaus" (Pinheiro, 1999, p. 37). Como esse processo ainda está em curso, ainda não se tem um suficiente distanciamento temporal que propicie uma análise mais acurada, que certamente merecerá ter um evento urbano dessa magnitude.

- **Sobre o patrimônio arqueológico e o natural**

Além do patrimônio edificado, cuja proteção legal está prevista no Decreto-lei n ° 25/37, o patrimônio arqueológico tem se revelado o alvo prioritário da fiscalização da 1ª SR/IPHAN, como previsto na Lei 3924, de 1961. No âmbito desta Regional, apesar de não termos nenhum patrimônio natural sob a guarda do IPHAN, sua interface com a arqueologia é intensa.

Temos assim, a presença do patrimônio cultural inserido no natural, no Parque Nacional do Jaú, listado como Patrimônio da Humanidade: é o caso do patrimônio arqueológico existente no Parque, e das Ruínas do Velho Ayrão (AM), objeto de processo de tombamento que tramita desde 1994 no IPHAN. Também emblemático desse patrimônio que congrega valores de cultura e natureza é o Seringal Bom Destino, no Acre, onde está em delimitação para proposta de tombamento uma área que inclui a estrutura arquitetônica remanescente desse importante seringal em Porto Acre, o sítio arqueológico e uma reserva de seringueiras nativas com seus varadouros (trilhas) originais utilizados na extração de borracha.

É comum que se leia ou ouça referências à Amazônia como "o maior patrimônio natural da humanidade"; ironicamente, o reconhecimento desse patrimônio não se faz através do viés cultural desse objeto, mas da materialidade de sua diversidade botânica, zoológica, biológica e genética, além de sua reconhecida e estratégica riqueza mineral, sem esquecer seu papel como reserva fundiária nacional.

Daí decorre que, na prática, são os órgãos envolvidos com a política e gestão do meio ambiente que realizam levantamentos para fins de proteção de áreas naturais, dentro dos critérios e especificidades da natureza de cada objeto de estudo. Eventualmente, são incluídos os vestígios do cultural existente na área levantada, sejam eles provenientes do passado (arqueológicos), como acidentes geográficos de percurso que vem agregar valor ao objeto (ex: os petroglifos do Parque Nacional do Jaú); ou do presente (populações tradicionais), cuja permanência na área será decidida pelos critérios de preservação da natureza e não da cultura.

Não temos notícia de uma prática governamental de preservação integrando órgãos envolvidos com o meio ambiente natural e órgãos envolvidos com a cultura, na Amazônia Ocidental. Contudo, já existem experiências que demonstram com sucesso essa integração, como na Reserva de Mamirauá, no Amazonas, coordenada por organização não-governamental.

A questão do gerenciamento do patrimônio arqueológico na Amazônia Ocidental propõe o equacionamento de uma situação com inúmeras variáveis como: a dimensão do território a enfrentar; a inexistência de uma história do processo de sua ocupação em tempos pretéritos, o que dificulta um mapeamento de áreas potenciais e a previsibilidade de ocorrências; o fator logístico; o contingente rarefeito de profissionais arqueólogos com interesse e/ou experiência em pesquisa na Amazônia; a falta de arqueólogo no quadro da 1ª SR; a inexistência na região de instituições voltadas para a pesquisa e guarda de material arqueológico.

Ciente de que esta não é uma situação com possibilidades de solução a curto prazo, a estratégia pensada pela 1ª SR, para dar conta da responsabilidade legal, foi uma proposta de gestão compartilhada do patrimônio arqueológico com os outros órgãos que transitam e atuam na área, integrando o componente arqueológico no universo de atuação de cada instituição-parceira. Caberia ao IPHAN a promoção de cursos e oficinas, que informem sobre o objeto da ação de proteção, os limites de atuação e os procedimentos cabíveis, ampliando o alcance do foco de percepção de cada profissional ou servidor envolvido.

Desde o ano 2000, tem havido uma ampla divulgação da arqueologia amazônica em grandes exposições nacionais e internacionais, como a "Brasil 500 Anos" e a do British Museum, em 2002. Isso valorizou a cerâmica pré-histórica,

recolocando-a no mercado de arte internacional, e em consequência, atiçando a cobiça dos comerciantes. Desde o início deste ano temos recebido um maior número de denúncias de saques e tráfico em vários locais da Amazônia, para os quais solicitamos a investigação da Polícia Federal.

A contrapartida positiva desse interesse é a formação de uma nova geração de arqueológos brasileiros que desejam se especializar nesta área, sobretudo os alunos do Mestrado do Museu de Arte e Etnologia da Universidade de São Paulo, que realiza anualmente um "sítio-escola" em Iranduba (AM), em projeto de pesquisa desde 1995, autorizado pelo IPHAN.

A implantação do Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico Brasileiro – SGPA, no âmbito da 1ª SR ainda não foi efetivada. Num primeiro momento, coube ao DID – Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN, investigar e definir com o Museu Goeldi/MCT, instituição que guarda o material e as informações sobre arqueologia na Amazônia, as possíveis formas de migrar para o IPHAN os dados existentes sobre os sítios nos estados do Amazonas, Acre e Roraima, até 1995. Mas a iniciativa não avançou. Daí que a realidade do patrimônio arqueológico identificado e registrado na Amazônia Ocidental aparece distorcida na informação oficial do site do IPHAN: 519 sítios sendo161 no Amazonas, 43 no Acre, 2 em Roraima e 313 Rondônia.

Mais uma vez pressionados pela obrigação legal de exercer fiscalização sem as condições mínimas para tal exercício, a rotina da 1ª SR/IPHAN tem sido o atendimento de comunicações e denúncias, apenas no estado do Amazonas, com a inspeção e registro do sítio, e o eventual resgate das peças, executado por pessoal técnico do Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas, através de um termo de cooperação técnica, objetivando dar conta dessas situações inclusive quanto à guarda e curadoria das peças. As fichas de registro dos sítios arqueológicos são apenas arquivadas, sem alimentar o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – CNSA.

A questão do patrimônio arqueológico na rotina da SR inclui ainda a análise e parecer nos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto no Meio Ambiente (EIAs/RIMAs) e acompanhamento implantação de linhas de transmissão elétrica, estradas e rodovias e ainda gasodutos e polidutos.

2.3.6 A ação de identificação: os inventários como vocação do IPHAN na Amazônia

Cada unidade descentralizada do IPHAN, entenda-se Superintendências Regionais e Museus, tem uma vocação específica e inconfundível que lhe é emprestada pela natureza do patrimônio cultural existente na região, estado ou lugares sob sua jurisdição; é essa vocação que vai determinar e dar sentido às suas ações na área-fim.

A vocação da 1ª Superintendência Regional do IPHAN sempre foi inequívoca: a identificação do patrimônio cultural. A ação de identificar os referentes culturais de um possível patrimônio nacional nos estados da Amazônia Ocidental, sempre foi a compromisso maior dessa Unidade, sobretudo no Acre e Roraima que ainda não tinham qualquer bem tombado. Esse comprometimento sempre esteve presente nos documentos e relatórios emitidos pela direção regional: a manutenção da presença do IPHAN, principal agente de preservação do patrimônio cultural no país, nessa região, só se justificaria se os inventários do patrimônio cultural, material e imaterial fossem realizados. E para que isso se cumpra, sempre faltou muito.

No esforço de ampliar os inventários para novos tombamentos do patrimônio cultural na Amazônia Ocidental, pudemos observar que, ao menos, dois fatores podem ter influído para dificultar a inclusão de novos bens, passíveis de tombamento federal nos estados do Acre, Amazonas e Roraima, no rol de monumentos protegidos pelo IPHAN.

O primeiro, seria a natureza do próprio acervo arquitetônico na região – rarefeito e disperso, sem o tão propalado valor de excepcionalidade do Decreto-lei 25/37; o mais "antigo" é eclético, em Manaus, e no Acre, é em madeira. O que diria Ruskin sobre o valor de reverência diante de seres vivos com mais de 600 anos, como as árvores monitoradas pelo INPA no Bosque da Ciência e outras reservas? O valor de "ancianidade" criado por Riegl se aplicaria à esses monumentos naturais e seculares? Apesar de não terem sido criações humanas são patrimônio natural, com certeza.

Se o tempo aqui tem que ser relativizado, a história como valor de atribuição também terá que ser relativizada, passando a incluir um "valor de permanência" ou de "remanescência" para aqueles bens que persistirem na paisagem com visibilidade, apesar do tempo e da natureza amazônica. Nesse caso, sua situação passa a ser "excepcional", como se tornou o caso do Velho Ayrão. Só que essas ruínas, nesse exato sítio, eram também o testemunho histórico mais antigo do rio Negro, nosso único vestígio das sucessivas ocupações dos séculos 17 e 18.

- **As Ruínas do Velho Ayrão: um processo de tombamento emblemático**

O Amazonas não é apenas o maior estado brasileiro; para a política nacional de preservação do patrimônio ele é um universo desconhecido dentro do Brasil, que cabe antes decidir enfrentar e como enfrentar.

Faz parte dessa decisão identificar todo um patrimônio material ainda existente em lugares remanescentes da ocupação portuguesa ao longo dos rios, fosse os que tivessem se transformado em cidades, ou ao contrário, aqueles que foram cidades e tivessem desaparecido, transformados em ruínas na floresta, como observa Leonardi (1999) sobre o antigo povoado do Velho Ayrão, a propósito do despovoamento do baixo rio Negro e os desastres demográficos que liquidaram completamente vários povos indígenas dos rios Amazonas-Solimões e do Negro durante o século 18 (Leonardi, 1999, p.58).

Em 1994, a proposta para tombamento das ruínas do Velho Ayrão, localidade do município de Novo Airão, no baixo rio Negro, no Estado do Amazonas, provocou uma dessas experiências pioneiras que só muito tempo depois vamos perceber o papel que desempenhou na definição de uma nova maneira de fazer ou de proceder, que acabam por se incorporar a determinada *práxis*.

Encaminhada ao IPHAN por um grupo de ilustres professores e intelectuais entre representantes de duas universidades federais: a Universidade do Amazonas e a Universidade de Brasília, de uma ONG e da sociedade amazonense, transformou-se num processo de tombamento que, algum dia, irá merecer uma atenção mais detalhada pelas peculiaridades contidas no próprio processo, onde se poderá acompanhar os limites conceituais da própria noção de patrimônio nacional, por sua vez limitada pela própria atribuição de valor histórico.

Entre essas particularidades, diríamos que no ato de informar o processo ocorreram uma série de circunstâncias fora da rotina usual do órgão federal de patrimônio, a começar pela organização em 1995, de uma expedição ao sítio do Velho Ayrão reunindo três ministérios – Meio Ambiente (IBAMA), Ciência e Tecnologia (INPA) e Cultura (IPHAN) – e uma equipe pluridisciplinar com o objetivo de levantar dados para a informação do processo.

A própria subida do rio Negro, de barco, já fazia parte de uma necessária aclimatação ao ambiente do monumento, situado na entrada do Parque Nacional do Jaú; além do mais, foi dessa forma que todos os viajantes relatam sua chegada ou passagem por esse sítio histórico – em embarcações. Durante um período de sete dias, em tempo integral de trabalho, a equipe coabitou num barco-laboratório, e permaneceu no sítio histórico até que cada especialista concluísse sua pesquisa específica, e fossem realizados todos os levantamentos, inclusive os arqueológicos, arquitetônicos, planialtimétricos, entre outros.

O resultado final compensou o esforço do investimento: foram gerados dois volumes com os relatórios e diagnósticos preliminares dos levantamentos físicos das ruínas, da pesquisa arqueológica, do meio ambiente e ainda foi delimitada uma área para proteção do entorno do futuro bem tombado.

Contudo, duas coisas ainda teriam que ser ampliadas: a primeira foi o registro de imagem para o processo, em vídeo e fotografia, pois não percebemos o quanto essa impressão da natureza como paisagem seria importante na apreensão de uma qualidade inerente ao bem: a forma de sua inserção na natureza. Esse material foi posteriormente incorporado aos autos do processo, em Brasília.

A segunda foi uma imprevisível divergência entre concepções históricas, já que participavam do processo vários historiadores: da Universidade do Amazonas, da Universidade de Brasília, e pelo IPHAN, na análise dos valores de atribuição em jogo. A questão se tornou mais séria, em face das poucas pesquisas efetuadas nessa região para subsidiar a análise e fundamentar a proposta ao Conselho Consultivo do Patrimônio. Praticamente o que existia eram fontes primárias, já que a história dessa parte do Brasil ainda está sendo escrita. O processo corria o risco de ser arquivado diante de um impasse do próprio IPHAN na análise do valor histórico do bem. Diante disso, a 1ª SR pediu que o processo fosse sobrestado, aguardando por mais

dados que possam avançar conceitualmente na compreensão dos valores envolvidos na questão das Ruínas do Velho Ayrão.

Em 1999, a Universidade do Amazonas promoveu um seminário sobre o tombamento das Ruínas do Velho Ayrão, com exposição de fotos "S.O.S. Ruínas do Velho Ayrão", e debates sobre a questão da demora de seu reconhecimento como patrimônio nacional. Num outro desdobramento singular num processo de tombamento no IPHAN, o professor Victor Leonardi, da Universidade de Brasília e um dos proponentes do Ayrão, lançou em livro[23] a história da ocupação do rio Negro, provocado pela discussão sobre a historicidade do Velho Ayrão, intitulado "O historiador e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira". Foi retirada uma moção pela agilização do processo, para envio à presidência do IPHAN e ao ministro da Cultura.

Em 2003, o processo de tombamento das Ruínas do Velho Ayrão será finalmente encaminhado ao Conselho Consultivo de Patrimônio do IPHAN.

2.4 A cidade de Manaus como patrimônio cultural

> *"No outro dia, Macunaíma pulou cedo na ubá e deu uma chegada até a foz do rio Negro pra deixar a consciência na ilha de Marapatá". (Mário de Andrade).*
>
> In. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter.*

A cidade como patrimônio ou o patrimônio na cidade: o quê preservar? Soaria falso se deslocássemos nosso foco dos inventários do evento urbano. Na verdade, a existência e permanência das cidades na Amazônia, por si só já constituem um fato digno de nota, capaz de transformá-las em objetos-síntese do patrimônio cultural brasileiro.

A cidade de Manaus é a que melhor representa essa síntese de investimento humano em construir e se manter em um meio inóspito, o trópico úmido, aliado ao esforço tecnológico de desenvolvimento e crescimento urbano.

Para melhor entender a formação do centro histórico, em 1988 a 1ª SR/IPHAN organizou com jovens pesquisadores[24] do curso de História da Universidade do Amazonas, a promoção de uma pesquisa denominada

[23] LEONARDI, Victor. *O historiador e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira.* Brasília, Paralelo 15, UnB, 1999.
[24] A pesquisa foi desenvolvida pela equipe: Hideraldo Costa, Luís Balkar e Luiz Bitton.

"*Fundamentos históricos para o estudo da organização do espaço urbano do Centro Histórico de Manaus (1800-1880)*". Através desse primeiro esforço na busca das fontes históricas foram colhidos os primeiros subsídios para a compreensão da gênese do que hoje é o Centro Histórico de Manaus.

Algumas informações são necessárias para dar uma idéia da situação de carência local na formação de recursos humanos voltados à pesquisa do espaço urbano, à época da instalação da sede do IPHAN em Manaus, em 1987. Na falta de cursos de arquitetura[25] em Manaus, os arquitetos que trabalhavam no planejamento municipal e na gestão do espaço urbano da cidade provinham de diferentes faculdades no Brasil. Já para a formação de historiadores e geógrafos, a Universidade do Amazonas criara o curso de História em 1980, e estava formando as turmas daquela que foi sua primeira geração acadêmica de historiadores.

A necessidade de uma produção sistemática de pesquisas sobre a formação da cidade, em trabalhos que investigassem não só a história dessa paisagem construída, mas os bastidores dessa construção, era evidente.

A 1ª SR/IPHAN, como as outras Unidades regionais que executavam levantamentos, inventários e informavam os processos de tombamento ou outras rotinas de proteção aos centros históricos ou áreas de entornos, ressentia-se da inexistência de equipes multidisciplinares que pudessem aprofundar a questão dos valores de atribuição envolvidos nessas análises, empreendendo estudos de interpretação dos dados históricos, iconográficos, jurídicos e sociais, entre outros, ampliando a visão do conjunto histórico e da sua importância como referência para a população e para referendar as decisões cotidianas da gestão desse patrimônio.

Na história recente de sua construção, a cidade de Manaus não poderia ter sido diferente do resto do Brasil. A sociedade que aqui se formou e forma, oscilando entre marcas de identidade fortes, teve que optar: ou bem se escolhia o "outro" moderno e branco, ou se ficava com o "outro" tradicional e índígena. De uma certa forma, houve um forte condicionamento na escolha, por assim dizer, de cunho nacional, uma vez que o modelo já nos chegava "nacionalizado" pelo Rio de Janeiro, capital da nação, com a qual os amazonenses sempre mantiveram uma terna relação.

[25] Manaus só terá uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo a partir de 1992 (Universidade Luterana do Brasil/ULBRA), que formou sua primeira turma em 1998.

Optar pela cidade de tijolo e cal, ao estilo europeu, significava construir a sede para a capital de um estado brasileiro, no modelo proposto pela capital do Brasil republicano recém-proclamado. Ao ser adotado para Manaus o modelo de cidade moderna do fim do século 19, implicou por parte dos autores da mudança – aí entendidas as autoridades e a emergente elite burguesa – uma tentativa expressa de negar a especificidade do contexto local. Num exemplo significativo, Costa (1997) identifica nos antigos códigos de postura da cidade a condenação do uso da palha nas habitações, material tradicionalmente usado nas habitações populares e cortiços. "A palha não era considerada apenas como antiestética ou insalubre. Ela carregava consigo o pecado de trazer à memória toda uma civilização que se buscava desterrar: a indígena" (Costa, 1997, p.94).

A implantação de uma Zona de Livre Comércio, a partir de 1967, significou o retorno à civilização. Quanto mais moderna a cidade se tornasse, menos se evocaria a traumática traição histórica. Em nome dessa modernidade, valeria a pena correr atrás do progresso, mesmo com atraso, e nem se mediria esforços ou se perguntaria o preço a pagar. Ademais, que outra alternativa de desenvolvimento se poderia projetar para Manaus, após as últimas quatro décadas de morna letargia?

À primeira vista, parecia um presente do governo federal, que historicamente tão poucas concessões havia feito a esta sua província mais distante do norte. Como observa Souza (2003), "em muitos casos, a Zona Franca parece uma solução justa e de efeito seguro que afastou o marasmo financeiro e impulsionou o Estado. Em outros, ela aparece como uma medida do poder autoritário, que esvaziou o modelo estadual" (Souza, 2003, p.188). Alguns pensavam que, mais até que um presente, parecia um privilégio, uma honra especial; e como tal, seria uma honra recebê-lo. Como num pacto faustiano, sequer se cogitou que o preço poderia ser a perda da própria alma; a alma da cidade.

Para fazer face aos novos tempos que viriam, era preciso retomar certas ações saneadoras, adormecidas no tempo administrativo, sobretudo aquelas envolvendo a orla frontal da cidade e adjacências, onde se estendia a famosa Cidade Flutuante.[26] Como o descreve Costa (1997, p. 147-149) a partir de um trabalho de João Pinheiro

[26] Era tão impressionante que já havia sido locação do filme francês "O homem do rio", com Jean-Paul Belmondo.

Salazar[27], ela fez parte do processo de periferização da cidade, do final da década de 1920 até os anos 60, em outra direção que não a dos subúrbios já existentes (São Raimundo, Educandos, Colônia Oliveira Machado), isto é, a orla central do rio Negro e os igarapés adjacentes. Seu processo de remoção durou dois anos (1964-66), coincidindo, não por acaso, com a regulamentação da ZFM em fevereiro de 1967.

Para acompanhar o projeto dessa nova era de modernidade, era necessário modelar a cidade ideal de 1970 à imagem e semelhança de seu futuro industrial e tecnológico. Seria preciso sair do barro e cal, da taipa que teimou em perdurar nas construções até os anos 1950, como precária alternativa à falta de materiais mais nobres, para poder dar o oneroso salto para o concreto e o aço da arquitetura moderna. Acima de tudo, era preciso esquecer definitivamente aquela vergonhosa origem de madeira e palha. Transformar a Manaus numa metrópole urbanizada significava colocá-la em nível com os avanços de forma e técnica propostos por Brasília, a capital construída de um Brasil nunca-mais-colonial, o grande paradigma arquitetônico e urbanístico do Brasil moderno.

Sabemos que o urbanismo é uma atividade estética que se coloca numa área de interesse político, e que hoje, essa atividade se faz mediante os planos diretores (Argan, 2000). Se considerarmos os planos da administração do governador Eduardo Ribeiro, nos últimos anos do século 19, como a primeira investida na urbanização de Manaus, podemos entender como a segunda grande proposta de urbanização da cidade, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Manaus – PDLI, aprovado pela Lei nº 1213, de 02 de maio de 1975, conjugada à Lei nº 1214, de zoneamento e uso do solo. Diferente dos projetos de inspiração positivista de Ribeiro, com a implantação de determinados marcos funcionais na cidade, o PDLI idealizou um modelo que não incluiu a preservação da morfologia urbana pré-existente, aquela construída por Ribeiro, não fazendo menção à estrutura antiga e ativa do centro da cidade, o seu "centro histórico", sinalizando assim sua substituição legal por uma nova e mais moderna ocupação.

Como observou Argan (1998, p.115), a cidade moderna não pode se agregar e funcionar a não ser à custa, pelo menos em parte, da cidade antiga. Ocorre que,

[27] Salazar, João Pinheiro. *O abrigo dos deserdados (Estudo sobre a remoção dos moradores da Cidade Flutuante e os reflexos da Zona Franca na habitação da população de baixa renda em Manaus).* Dissertação de Mestrado em Sociologia, USP, 1985.

coincidentemente, essa área central de Manaus é única na cidade em termos de infraestrutura urbana, sendo dotada até mesmo de sistema de canalização de esgotos até a rua Leonardo Malcher, construído pelos ingleses na década de 1910. Essa preciosa herança passa a ser um *"plus"* na valorização imobiliária dos terrenos aí incluídos. Na mesma zona central, a nova lei permite – e dessa forma passa a incentivar a verticalização – a construção de edificações com gabaritos de 8 a 18 pavimentos, redefinindo a paisagem central em "corredores" verticalizados. Era o redesenho de uma nova metrópole brasileira sobre a antiga pré-existente, de acordo com o novo modelo proposto através do PDLI.

Foi o suficiente para ativar um mercado imobiliário, adormecido até aquele momento, revalorizando os terrenos do centro de Manaus para uma nova ocupação, mais adensada, e incitando à demolição das edificações antigas existentes nesses terrenos. Diante da ganância dos proprietários, em sua maior parte herdeiros da primeira ocupação imobiliária, a nova situação significava apenas um bom negócio, uma mera possibilidade de especular. Com isso, aumentava-se o "estoque de terrenos" nas ruas do centro, nem sempre significando que seria reocupados. Essa prática se estabelece de tal forma, que, com a conivência do poder público - que autorizava a demolição sumária como ato isolado, mesmo que não fosse haver uma nova ocupação em seguida – o centro de Manaus, principalmente num grande polígono entre a área portuária, a rua Ramos Ferreira e o igarapé de São Vicente (com ênfase nas avenidas Sete de Setembro, Getúlio Vargas e Eduardo Ribeiro), vai se transformando num grande canteiro de demolições – aleatórias, sem projetos, sem explicações, mas legais.

Na década de 1980, o índice de "vazios urbanos" cresce, gerando uma série de prejuízos que são coletivizados, já que a área vai se esvaziando e se degradando. Dessa forma, o efeito inverso ocorre: com a desvalorização imobiliária, os aluguéis despencam e passam a atrair uma série de usos provisórios e clandestinos, gerando o aumento da violência e uma conseqüente desvalorização que leva a um esvaziamento gradual dessa zona central.

Uma vez que a identificação do patrimônio edificado de Manaus, fora iniciada pela Prefeitura desde 1984, dando origem a uma primeira delimitação do seu "centro histórico", denominado no texto legal como "Setor Especial das unidades de

interesse de preservação"[28] – área urbana compreendida entre os limites da orla do rio Negro, ao sul, espalhando-se na direção norte até um limite nas vizinhanças do Reservatório do Mocó e Cemitério São João Batista – quando foram tombados os monumentos nacionais nesse Setor, a 1ª SR/ IPHAN passou a dividir com a Prefeitura de Manaus a competência sobre a fiscalização desse Centro.

Através de uma série de convênios entre a Fundação Municipal de Turismo e o IPHAN, foram executados os inventários do Centro Histórico de Manaus, tombado desde 1990 pela Lei Orgânica do Município.

Há que esclarecer que, grande parte da população que habita Manaus é oriunda das diversas regiões do interior deste e de outros estados. Em muitos casos, a origem humilde, a falta de moradia e de recursos para despender com transporte, obriga muita gente a ocupar as áreas ou margens dos inúmeros igarapés existentes na área central da cidade. Enquanto existiu, a "Cidade Flutuante", foi o destino de muitos, até a década de 1970. As formas de ocupação, que às vezes lembram as favelas do Rio, outras, os "alagados" de Recife, apesar de possuírem raízes comuns na incompetência gerencial do poder público, são contudo diversas quanto à tipologia das habitações, seu sistema estrutural e sua forma de implantação no terreno.

Ao mesmo tempo em que essa população tem dificuldade de se reconhecer nesse patrimônio histórico da cidade, constituído exclusivamente de edifícios públicos, cuja forma e estilo arquitetônicos representam a forma de morar de uma elite da cidade, a maior parte dos amazonenses se perguntada não vai reconhecer como patrimônio a arquitetura vernacular em madeira, seja ela a típica casa nas zonas ribeirinhas ou as palafitas existentes na área urbana. Essa famosa tipologia popular das casas nunca mereceu inventário ou reconhecimento oficial de seu valor, apesar de recomendado seu registro por vários arquitetos, como escreveu por exemplo, Joaquim Cardozo, renomado intectual e engenheiro estrutural, membro da equipe de Oscar Niemeyer, em texto onde buscava na arquitetura popular brasileira uma referência para a característica de leveza, e a encontra nesses esguios pilotis de madeira, que exibem essa leveza autóctone:

[28] Decreto municipal nº 4673, de 17 de maio de 1985.

"Às margens do Amazonas, (...), floresce na hora presente uma das mais vivas arquiteturas deste gênero [popular]. As casas sobre palafitas, dos habitantes ribeirinhos do grande rio, revelam a extraordinária capacidade construtiva dessa gente, em face da enorme variabilidade do nível das águas...

'As casas sobre palafitas, do Amazonas, devem ficar documentadas ao lado de outras tantas manifestações artísticas populares do Brasil" [29].

Podemos dizer que o progresso que instalou a Manaus urbanizada no início do século 20, e depois a reinstalou na década de 70, evidenciava a ausência de tradições compatíveis, que se não existiam, como o passado colonial de outras capitais brasileiras, seria necessário inventá-las.

Na época da qual estamos tratando nesta abordagem, ou seja, o período de 1980 em diante, nos meios que discutiam o urbanismo estava na ordem do dia o debate sobre o uso do espaço nas grandes cidades brasileiras. Participamos pessoalmente desse debate, em nossa experiência de trabalho no Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, em 1986. Discutíamos os limites da ação governamental a partir de pesquisas em campo, buscando respostas para as perguntas sobre os acertos e conflitos quotidianos do cidadão, que segundo Santos (1981) se dá através da síntese do que é o urbano enquanto experiência processual, enquanto existência significante e significativa em si mesma.

No Rio de Janeiro, discutia-se públicamente os temas "na moda", como o lazer na cidade; e os movimentos de protesto e passeatas reclamavam maior respeito pelo meio ambiente urbano, no caso das praças e áreas verdes, cobrando do governo a extensão desse direito às populações mais pobres, carentes desse investimento público no lazer, concentrado nas áreas mais valorizadas da cidade. As ciclovias que existem e as que ainda se constróem naquela cidade são ganhos dessa época.

Considerar planejamento urbano como sinônimo de racionalismo arquitetônico e urbanístico, é um equívoco, uma vez que "o mundo das práticas cotidianas tem desafiado abertamente a paixão racionalista "(Santos, 1981, p.142). A questão passa a ser como planejar, a partir de que pressupostos planejar e com que objetivos. A ilusão do planejador em sua prática racionalizadora, que é analítica, é pretender chegar às formas elementares do urbano, mesmo as que existem na

[29] CARDOZO, Joaquim. "As casas sobre palafitas do Amazonas", revista *Módulo,* nº 1, março 1955, p. 43.

diversidade tradicional. O resultado da análise não são elementos simples, já que cada um deles é uma síntese.

O PDLI de Manaus sempre careceu de uma leitura crítica e de um juízo sobre uma situação de fato: o período de um plano diretor, é dado pelo cálculo do tempo necessário e previsível para a reforma, numa dada direção, como observou Argan (2000, p. 103), de uma situação julgada insuficiente ou historicamente superada. Não sabemos que tipos de subsídios se valeram os idealizadores do novo Plano Diretor de Manaus, vigorando desde 2002. Esperemos que em seus juízos tenham buscado entender, para poder evitá-lo, quais motivos levaram à pouca aplicação do PDLI anterior, na prática, se foram razões políticas, administrativas ou de outra natureza, como por exemplo, a mera displicência do poder municipal.

Se, o mundo urbano é um equipamento potencial de lazer, isto é, quanto mais diversificado e complexo for, maior será sua apropriação para o lazer, "planejar espaços para esse fim não é só construir campos de futebol, ciclovias, criar áreas verdes", mas sim "cultivar um meio urbano cujas ruas permitam jogar 'peladas', andar de bicicletas ou simplesmente passear à sombra" (Santos, 1981, p.142).

Da organização do espaço público visando sua devolução ao cidadão, a presença da arquitetura histórica em Manaus pode ter um papel orientador em projetos paisagísticos que visem amenizar a sensação de desordem e promiscuidade transmitida, sobretudo, por uma ocupação das calçadas sem controle, com toda espécie de comércio e serviços, pelo não-cumprimento dos alinhamentos prediais e pela inexistência de calçadas na maior parte da área da cidade.

O que a saudade de uma geração poderia sinalizar para o planejador urbano que estivesse imbuído de boa-vontade e boa-fé é a qualidade perdida da cidade de Manaus, ao longo de menos de 100 anos; quando as atividades mais simples nesse espaço tornaram-se inviáveis, sente-se saudade das coisas mais simples, como andar nas calçadas, hoje inexistentes na quase totalidade da cidade. A Manaus de 2002, ano da aprovação do seu novo Plano Diretor Ambiental e Urbano, sofre mais pelo desrespeito às posturas municipais do que pela inexistência de um planejamento urbano. A cultura do *laisser faire*, após sucessivas admistrações municipais, engendrou um estado de anomia política que se reflete com mais força no espaço público.

Em Manaus, a predominância do processo de "construir construindo-se, dando a dimensão do não acabado" (Oliveira, 2000, p.20), longe de produzir um *continuum* na construção desse lugar que guarda a memória desse fazer, produzem um apagamento gradual e definitivo da memória coletiva, num processo amnésico agudo que resulta num desenraizamento. E se retomássemos a natureza como matriz, como propôs Maffesoli (1996, p.245), na qual nasce, vive e cresce a vida social numa espécie de "enraizamento dinâmico"?

Manaus como um espaço construído e reconstruído, a partir de várias rupturas temporais, tornou-se o espaço fragmentado pela predominância do sentido do provisório e do transitório, que ganham aqui os contornos de uma patologia. Faz-se necessário estudar formas de reverter essas impressões do corpo da cidade. Novos estudos da cidade a partir da paisagem redescoberta pelas pesquisas históricas e arqueológicas, poderão projetar soluções para essa desarmonia reinante que desconstrói a cidade.

Algumas das características do natural na vida social aparecem entre práticas sociais difundidas, como é o caso do que se convencionou chamar de *paisagem*. Ela desempenha um papel importante tanto nas motivações turísticas, quanto na escolha de um local para construção. A paisagem está sempre na origem das fundações das grandes cidades contemporâneas. A natureza, deixando-se tocar na paisagem, lembra que a vida social repousa sobre a tatilidade (Maffesoli, 1996, p.247).

2.5 O papel dos movimentos sociais urbanos na construção do patrimônio cultural

Ao considerarmos o processo de construção de um patrimônio cultural como uma prática social produtiva e criadora de valor em diferentes direções (Fonseca, 1997, p.19), fica claro que, junto à ação institucional, devemos também considerar a participação dos diferentes grupos sociais nessa construção e investigar se apenas adotam o discurso oficial da preservação ou se criam um discurso próprio para um novo repertório de bens a serem lembrados.

Entre os protagonistas desse processo, a participação de grupos organizados em torno de movimentos de defesa e organizações não-governamentais, envolvidos com a preservação, tanto ambiental, quanto cultural, vem crescendo nos últimos

vinte anos, uma vez que com a criação do Ministério Público a partir de 1988, os movimentos sociais ganharam um grande aliado nas ações de defesa ao patrimônio, em processos cujo estudo poderá mostrar claramente os objetos de conflito e as formas que podem assumir os vários interesses em jogo na questão da preservação, traduzindo muitas vezes a direção que o Estado deveria assumir na preservação patrimonial.

Apesar de incluída na Constituição brasileira desde 1988, a expressão "direitos culturais" não foi incorporada às propostas de trabalho das políticas públicas até hoje, principalmente na região norte do Brasil, onde se desenvolveram os exemplos aqui tratados. Se como afirmou Fonseca (1997) "os direitos culturais no Brasil são 'direitos fracos', meras declarações de boas intenções" (1997, p.78), replicados na Constituição estadual no Amazonas por mera formalidade jurídica, não chegam a ser nem declarações, numa inversão cruel de sentido que descamba para um tipo de "concessão cultural" ao cidadão, passando a servir de base demagógica para uma prática populista governamental.

Os movimentos sociais em Manaus tiveram um maior destaque na defesa do patrimônio edificado, urbano e ambiental, ocupando um espaço ainda pouco considerado pela política cultural. Apesar disso, ainda estamos longe de uma consciência coletiva capaz de que realizar o uso social do patrimônio. A mobilização tem sido eficiente em situações de crise ou conflito e tende a diminuir quando há o encaminhamento de uma solução. Assim mesmo, nesse curto período de vida de um movimento social ele contribui para uma mudança de posicionamento do setor público.

Os três exemplos que escolhemos para abordar referem-se a movimentos sociais urbanos, aqui entendidos como "processos de mobilização social com finalidade pré-estabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos". (Castells, 2000, p.79).

Os critérios usados para a escolha dos casos foi determinado pelas próprias características analisadas: 1) a capacidade de mobilização de seus participantes; 2) a clareza do objetivo que se propunham a atingir; 3) uma dinâmica interna própria e 4) um limite temporal de atuação. Os dois primeiros casos tiveram a cidade de Manaus como palco, e até como objeto, desenvolveram atuações com o foco na imagem

urbana – o Movimento de Defesa do Cine Guarany e o Movimento em Defesa da Qualidade de Vida em Manaus, que gerou a Associação Amigos de Manaus – AMANA.

Na análise dos movimentos sociais em defesa do patrimônio, partimos do pressuposto de que a imagem (urbana) e como observou Castells (1983, p.266), só existe imagem quando ligada a uma prática social. Para Lynch (1997), esta imagem urbana específica se compõe de conteúdos físicos (zonas, percursos, limites, marcas) que lhe conferem uma identidade e a filiam a uma estrutura com um determinado sentido social (Lynch, 1997, p.133). Resulta que o espaço está carregado de sentido, no qual as formas espaciais são também formas culturais ou ideologias (Castells,1983, p.264).

O terceiro exemplo é um caso singular: trata-se também de um movimento social urbano, que se desenvolveu num contexto de escala menor – a cidade de Barcelos – em que os objetivos urbanos e os de afirmação étnica se consorciaram. Esse movimento deu origem, em 1999, à Associação Indígena de Barcelos – ASIBA, organização social voltada para a construção da identidade e melhoria de vida, através da afirmação étnica desse grupo. No contexto social da Amazônia, este movimento se insere entre os tão conhecidos movimentos de organização indígena da região do rio Negro, no estado do Amazonas, no qual a afirmação dos direitos culturais como parte dos direitos humanos é bem clara.

2.5.1 O Movimento em Defesa do Cine Guarany

Ó nostalgia dos lugares que não foram
Bastante amados na hora passageira
Como gostaria eu de lhes dar à distância
O gesto esquecido, a ação suplementar!

R. M. Rilke, *"Vergers"*

De todos os eventos que estruturaram a consciência de preservação do patrimônio no estado do Amazonas, nenhum foi mais emblemático do que o *Movimento em Defesa do Cine Guarany*, que se constituiu em 1983 e perdurou até 1985, com o objetivo de impedir a demolição do primeiro cinema da cidade de Manaus.

No contexto nacional, acontecia a proposta de democratização da política

cultural do MEC, no documento Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC, de 1981, traz uma visão mais politizada da questão do patrimônio. No discurso oficial já se disseminavam idéias que buscavam relacionar a questão do patrimônio com a luta pela cidadania, que terminaram sendo incorporadas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal, em 1988.

No âmbito local, o governo estadual promovera o tombamento de quatro prédios públicos em 1980: Palácio da Justiça, Academia Amazonense de Letras, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e Teatro Amazonas (já tombado pelo IPHAN em 1966) e em 1982 passou a vigorar a Lei nº 1.529 que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado do Amazonas, instituindo o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio do Amazonas, que funcionou junto ao Gabinete do Vice-Governador. Apesar do aparato jurídico não existia um órgão que executasse a política de patrimônio no Estado.

Quanto à legislação municipal, uma vez que não existia nenhuma espécie de instrumento jurídico de proteção ao patrimônio, a Prefeitura de Manaus, sendo a instância de poder a que cabia policiar o espaço urbano, autorizava ou negava novas construções ou demolições, sem outro critério para o patrimônio existente, a não ser sua substituição.

Mas o que era esse patrimônio no Amazonas da década de 1980? Oficialmente, quatro monumentos públicos tombados pelo Estado, dos quais apenas dois, o Teatro e o Palácio de Justiça, tem uma reconhecível visibilidade, acentuada pelo que chamaríamos provisoriamente de "efeito de conjunto" com a Praça e a Igreja São Sebastião, percebido pelo observador. Mas qual a representatividade desse patrimônio para o povo de Manaus? Diríamos que o grande poder iconográfico do conjunto urbano praça/teatro/igreja/palácio sobre o imaginário coletivo, sustenta essa representatividade e opera através do olhar, a relação de referencia que não é realizada de outra forma entre o Teatro e a maior parte da população de Manaus, que não o freqüenta através de uma vivência direta, de um uso.

Os lugares da cidade de maior freqüência por mais tempo, costumavam ser as praças e as escolas, seguidas pelos cinemas e bares ou cafés. Nos depoimentos colhidos pelo pesquisador José Vicente Aguiar (2002), ele reuniu as provas da influência desses quatro lugares de Manaus sobre a memória dos freqüentadores. A

evidência dessa dinâmica interna do espaço para onde confluíam essas quatro referências, delimitaria uma estrutura espacial urbana a partir desses quatro referentes da memória. Com esse recurso, poderíamos avançar e chegar a intuir um segundo "efeito de conjunto" provocado pelo polinômio praça/colégio/cinema/café sobre o imaginário individual e coletivo da cidade.

Podemos afirmar que havia, naquele momento, um patrimônio cultural inequívoco, claramente apropriado pela população da capital amazonense e que referendou o *Movimento*.

Dentro desse enfoque, o *Movimento em Defesa do Cine Guarany* passou a ter uma outra dimensão, ampliando seu papel no processo de construção do patrimônio cultural do Amazonas, numa antecipação dos direitos culturais que só após a Constituição, em 1988, faria parte do aprendizado da cidadania.

Ao estabelecermos um diálogo com Bachelard (1980) percebemos que "nosso passado está num além e uma irrealidade impregna os lugares e os tempos" (19080, p. 56.). Mas o Guarany era mais que um edifício; era um cinema, onde a mágica das imagens se operam. Para avaliarmos a extensão desse duplo efeito de imagens presente no caso do Cine Guarany – a memória do espaço e a memória do cinema – de uma forma "bachelardiana" perguntaríamos hoje: o que foi terá sido mesmo? Os fatos tiveram o valor que lhes dá a memória? Apagado o valor os fatos se sustentam? Na medida em que "uma irrealidade se infiltrou na realidade das lembranças que estão na fronteira de nossa vida pessoal..." (Bachelard, 1980, p.57). Sabemos então, que a imagem se estabelece numa cooperação do real e do irreal (Castells, 1983, p.266), e que, "se a casa é um valor vivo, é preciso que ela integre uma irrealidade. É preciso que todos os valores tremulem. Um valor que não tremula é um valor morto" (Bachelard, 1980, p.57).

O *Movimento em Defesa do Cine Guarany* foi um desses momentos em que os valores foram postos à prova, tremularam, e comprovaram que eram valores vivos.

Para tentar reter alguns elementos da história do monumento, que podem ser úteis para avaliarmos a força do *Movimento*, vamos voltar no tempo e tentar entrar nessa casa de cinema. De acordo com a antropóloga Selda Vale da Costa (1996), em pesquisa publicada sobre o cinema e a sociedade de Manaus, no período de 1897 a

1935, o Cine Guarany foi inaugurado a 21 de maio de 1907, como "Casino-Theatro Julieta", na Praça da Constituição, atual Heliodoro Balbi, ou mais conhecida como Praça da Polícia. Pertencia ao Sr. Lauro Bittencourt, mais tarde membro da família J. G. Araújo, que se tornou então proprietária do cinema até sua venda, em 1983.(Costa, 1996, p.258)

O cinema, que já era um costume na cidade, um divertimento popular e familiar, logo ocupa também o Julieta, que vai ocupar assim o espaço do Teatro Polytheama e do Teatro Amazonas, que o acolhiam em sua fase ambulante; o Casino Julieta, "construído como teatro, desejado como café-cantante, acabou por transformar-se na primeira sala de projeção fixa da cidade, onde o cinema construiu seu ninho para não mais levantar vôo."(Costa, 1996, p. 55). Nessa época "o Julieta irá funcionar diariamente, só interrompendo seu movimento por ocasião das reformas arquitetônicas no prédio e da troca de empresários, principalmente em 1912, quando se transforma no Cinema-Theatro Alcazar e, em 1938, no amplamente conhecido e querido Cine Guarany, destruído em 1986." (Costa, 1996, p.59)

Arquitetônicamente, o cinema Guarany era uma construção sui-generis, com profusa variedade de estilos, em que predominava uma influência mourisca, que lhe emprestava sua marca na paisagem urbana. De planta retangular e dois pavimentos (térreo e galeria), o edifício apresentava a parte frontal em alvenaria, que se prolongava em uma estrutura de ferro, sendo a cobertura em telhas francesas; não havia forro. Internamente, um amplo recinto com 1500 lugares, onde a decoração em *art-nouveau* se fundiam aos arabescos. Como recorda um arquiteto amazonense, freqüentador do Guarany na infância: "Sua característica mais interessante ficava por conta das portas-de-correr: eram grandes painéis de madeira, pintada na cor verde, que faziam a vedação nas duas laterais do recinto para platéia, ao mesmo tempo que funcionavam como divisórias deslizantes, entre o interior e os arborizados jardins externos, onde haviam mangueiras; nas matinés, as portas eram fechadas durante a projeção das fitas; durante os intervalos e nas projeções à noite (soirés), abriam-se essas portas para os grandes jardins que ladeavam o prédio, e dessa forma se amenizava o calor tropical"[30].

O depoimento nos transporta até lugares distantes de um outro trópico tão

[30] Descrição feita a partir das memórias do arquiteto amazonense Roger Abrahim.

úmido, em que ficamos imaginando janelas-que-são-portas-que-são-janelas, sem os limites certos das paredes de tijolos, mas o abrigo certo de uma arquitetura cúmplice da natureza, onde as divisórias se fecham ou se unem conforme a chuva (tempo exterior) ou a intimidade (tempo interior), mágicos e frescos como a casa do filme francês "O cheiro do papaia verde".

Em 1983, quando o *Movimento em Defesa do Cine Guarany* se organizou, não foi um debate sobre estilos arquitetônicos que se armou, mas uma luta cujos temas eram a vida e a morte, a estagnação e o progresso, como Costa e Lobo(1983) observam, "não uma luta por melhores salários, melhores condições de trabalho – lutas fundamentais e permanentes – mas pela preservação de um prédio sob ameaça de destruição por uma noção de progresso."(1983, p.3). Pela primeira vez na história da cidade, várias vozes se uniram para defender, e assumir como seu esse patrimônio histórico e cultural de Manaus que se revelava, como observam Costa e Lobo (1983) "é um monumento e poucos sabiam" (1983, p.51). Transcendendo questões partidárias e outras diferenças, unem-se em participação ativa no *Movimento* organizado, imprensa, políticos, estudantes e sindicalistas; convocando-se umas às outras, reúnem-se todas as pessoas preocupadas com os rumos do Movimento; insistem com as autoridades do Estado no tombamento do Cine Guarany.

O *Movimento em Defesa do Cine Guarany* também pode ter catalizado outros sentidos, de apego a um bem familiar que foi freqüentado por três gerações da sociedade manauara, até o fato de ser uma opção popular de lazer, na observação de Costa (1997): " o Cine-Theatro Alcazar ao longo dos anos prestou-se a abrigar os trabalhadores em suas comemorações e realizações políticas e ainda oferecia-se como uma das opções de lazer dos segmentos mais populares, apesar de ter começado como espaço de elite" (Costa, 1997, p.161).

Através de uma análise das circunstâncias que culminaram na demolição do Cine Guarany, percebemos que ele foi o foco de três processos paralelos: o primeiro foi o processo oficial (número/requerente/assunto) que tramitou no órgão municipal com atribuição de analisar e autorizar a solicitação; o segundo foi o processo de mobilização da sociedade pela defesa de seu patrimônio; e o terceiro foi um processo de articulação entre pessoas e autoridades que, através de ofícios, pareceres e pedidos, buscavam interferir a favor da manutenção do Guarany.

Apesar do placar favorável à sua preservação, a história registrou o contrário: a vitória do banqueiro que o demoliu e o fracasso de todos que eram contra sua demolição. O que aconteceu? Em que momento a defesa perdeu? Havia alguma chance de se ter ganhado a batalha pelo Cine Guarany? Acreditamos que sim.

O caso foi singular e exemplar; singular porque em raros debates envolvendo um patrimônio com essas características – de natureza restrita, afetiva, próxima, quase familiar, onde há sempre o passional, no envolvimento do sujeito com o objeto – a discussão costuma extrapolar o âmbito local, e se estender a outros grupos de fora do Estado, em Belo Horizonte, Belém, Rio e São Paulo, ou à mídia impressa nacional; e exemplar porque ilustra o velho conflito de interesses que envolve a preservação, com inúmeros personagens e graus de autoridade, como se acompanha pela variedade do conteúdo das argumentações ao longo do processo, onde o foco da questão é a atribuição de valores ao patrimônio.

Numa leitura recente de alguns documentos[31] referentes ao processo, tivemos a impressão daquela "crônica de uma morte anunciada", em dois atos, já que o *Movimento* retardou o processo de venda e de demolição, por seis meses. Pois no processo, apesar de não se ler nenhuma defesa explícita de sua demolição, há um acordo tácito que sombreia essas páginas, pois também não se defende sua manutenção. Avaliando a posição de cada instituição ou pessoa envolvida no processo, são reconhecíveis as forças que estavam em jogo: são aquelas mesmas, que sempre voltam a se confrontar em situações cotidianas da dinâmica urbana, envolvendo imóveis particulares de interesse de preservação, nas quais, se de um lado, pesa o direito de propriedade, de outro, está o direito à memória coletiva de uma comunidade. No entanto, nenhum juízo de valor foi emitido pelos agentes institucionais que deveriam fazê-lo; os próprios técnicos do município não se debruçam sobre a análise de seu valor histórico, arquitetônico, cultural ou até mesmo etnográfico.

Dessa maneira, os proprietários do Cine Guarany dirigiram carta (24/06/83) ao Governador do Estado do Amazonas, Sr. Gilberto Mestrinho, comunicando a intenção de venda do imóvel e indagando sobre seu tombamento estadual. O

[31] Documentos consultados no acervo do Centro de Informação do Patrimônio/CIP, da 1ª Superintendência Regional do IPHAN, em Manaus.

secretário de governo, Sr. Luiz Felippe Cordeiro Verçosa, em resposta[32] informou que "não vê razão para o tombamento do prédio, haja vista não se enquadrar o caso em qualquer dos ítens de que trata a Lei nº. 1529/82, tornando-se a negociação independente da interferência do Estado." Como se observa pela brevidade no encaminhamento da resposta oficial, podemos presumir que a essa altura o destino do Guarany já estava traçado. Mas, com a guinada que o *Movimento* imprimiu ao processo, a história poderia ter sido completamente diferente. Numa tramitação que durou 12 meses – tempo suficiente para pesquisar e montar uma sólida argumentação técnica sobre o valor artístico e histórico do Guarany – entre marchas e contramarchas, negociações e pressões de toda ordem, os agentes municipais não souberam potencializar o movimento em favor da causa. Faltou-lhes a convicção técnica na análise e a coragem política nos pareceres que deveriam dar sustentação à causa; se mais não fosse, à falta de instrumento jurídico municipal específico de preservação, poderiam ter lançado mão da própria Lei estadual 1529/82,[33] que no artigo 3º, inciso i) recomenda "assegurar a integridade de bens que tenham representação específica no art. 1º desta Lei[34], colocando-os sob proteção especial, independente de processo de tombamento, pelo prazo máximo de 180 dias, aos quais se aplicará toda a manutenção e preservação previstas na presente Lei."

Para a equipe técnica da recém-criada SEMPLURB, a onda de demolições no centro tradicional da cidade para dar lugar aos edifícios com gabarito mais alto, era mais uma das muitas situações a enfrentar e equacionar. Sem o perceber, passaram por seu batismo de fogo na tramitação do pedido de demolição do Guarany, protocolado em 07 de julho de 1984, pelos representantes do novo proprietário, Dr. Olavo Setúbal, presidente do Banco Itaú. E falharam no cumprimento da função para a qual estavam sendo pagos pelo cidadão.

A 18 de julho de 1984, a Secretária Municipal de Planejamento Urbano, SEMPLURB, a arquiteta Ivanete Cintra Machado, dirigiu-se ao Vice-governador do Estado, Manoel Ribeiro, cujo gabinete abrigava também o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas – CEDPHA, em um expediente revelador da fragilidade das argumentações técnicas existentes, então, na

[32] Ofício nº 1123/83-SGE, remetido "aos proprietários do Cine Guarany", datado de 15/07/83.
[33] Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico do Estado do Amazonas.
[34] O art.1º define a proteção para bens móveis e imóveis, naturais ou culturais.

SEMPLURB: face à não existência de nenhum dispositivo legal que a impedisse de atender o pleito do requerente – a demolição do Cine Guarany para construção de agência do Banco Itaú – a Secretária lamenta e solicita que o CEDPHA se pronuncie sobre o assunto. Ou seja, ela o envia ao mesmo Conselho que já o havia condenado um ano antes. É de se observar o equívoco de encaminhamento a um conselho estadual uma vez que, o município como esfera de poder independente do Estado, não tem que submeter sua decisão a outra esfera.

O *Movimento em Defesa do Cine Guarany* chegou até à interveniência do próprio Secretário Federal de Cultura, Dr. Marcos Vinicius Vilaça, que em carta de 02 de agosto de 1984, ao presidente do Banco Itaú S/A, mencionou o Termo de Cooperação, vigente desde 10/10/83, entre o Itaú e a SFC para instalação de agências bancárias em edificações de valor histórico e artístico, e sugeriu sua utilização no caso do Cine Guarany, "para viabilizar a manutenção do referido imóvel, de todo desejável para a política do patrimônio cultural do País."

Em 1986, o Cine Guarany foi finalmente demolido; em seu lugar, crescendo rapidamente, sem querer ser vista, a nova edificação para a filial do Banco Itaú que, por ironia ou falta de tato, recebeu o nome, in memoriam, de "Agência Guarany". Como numa corrida que não pode ter vencedores, a revolta surda e silenciosa impeliu o manauara à sua última revanche: não havia correntistas para a nova agência. E foi assim que, num fim-de-semana, os gerentes das duas agências do Banco Itaú, em Manaus, acertaram um tiro traiçoeiro e certeiro na teimosia do cidadão: transferiram sem consulta ou aviso prévios aos clientes, as contas correntes da Agência Theodoreto Souto, de seu belo prédio de azulejos coloridos, para a feia e atarracada 'Agência Guarany', filha bastarda da memória amazonense.

Pode ter sido naquele momento, em que "ainda existe a lembrança do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro" (Berman, 1986, p.16), que o sentimento crescente de uma "profunda dicotomia, de uma sensação de viver em dois mundos simultaneamente" (Berman, 1986, p.16), fez emergir no amazonense a idéia definitiva da dimensão de modernidade que se instalara em sua casa. E dessa vez, para sempre. Não podemos deixar de lembrar que: "Só quando aquele primeiro lar já não mais existe é que o adulto compreende que ele se situava num contexto que o transcendia, irrecuperável

talvez pelo presente" (Bosi, 1994, p.436).

O fato é que, independentemente das conquistas mais evidentes do *Movimento*, observa Castells (1999), sua própria existência, não importa a duração, já produziu algum significado, não só para os atores sociais que se envolveram mais diretamente. O *Movimento de Defesa do Cine Guarany* vai sempre estar na memória coletiva da comunidade de Manaus. E essa "produção de significado é um elemento essencial das cidades, ao longo da História, pois o ambiente construído, bem como seu significado, são engendrados por um processo de conflito entre os interesses e valores de atores sociais antagônicos". (Castells, 1999, p. 80).

A reflexão sobre o Guarany como parte do capital afetivo de várias gerações ainda vai gerar muitos estudos, que poderão avaliar a sua permanência de sentido até hoje para a cidade. Mas a memória da luta de seu *Movimento de Defesa* vai ser revivida num outro momento, dez anos depois.

2.5.2 O movimento em defesa do Centro Histórico de Manaus: a origem da Associação Amigos de Manaus – AMANA

Existe
uma cidade em nós
que aprende
a ter voz
...palavra e sentimento."

Aldísio Filgueiras. *"Manaus – as muitas cidades"*

O processo traumático vivido com o Cine Guarany, sua defesa e sua perda irreversível, deixou ecos no inconsciente coletivo da cidade que não esquecera a derrota: o fantasma do Guarany aguardava sua revanche.

Desde aquela época, as pessoas vinham assistindo a uma série de demolições em prédios históricos, algumas até promovidas pelo próprio poder público, a maioria apenas para deixar um terreno vazio. Esse processo se intensificara nos últimos cinco anos. Os jornais inventariavam as perdas em um obituário do patrimônio, ilustrado como um roteiro das demolições cuja legenda – "guia dos 'tombamentos' – era uma alusão irônica ao sentido literal e conhecido da palavra; como observou a jornalista Leila Leong (1993) em matéria dominical em um jornal local:

> *"De lá para cá sumiram a tocha do monumento à Abertura dos Portos, as correntes de ferro e os peixinhos da Praça São Sebastião, e os azulejos portugueses do antigo*

bar do Quintino, na esquina da Frei José dos Inocentes, onde funcionava um bar de putas. Caiu o Solar das Lágrimas que ficava na Quintino Bocaiúva com a Joaquim Nabuco, o Aviaquário virou espaço privado da igreja, esconderam o Café do Pina num vale profundo e quente, e escoraram o Hotel Cassina com andaimes para não desmoronar. A última reforma do Teatro Amazonas engoliu dois bancos de ferro rendilhado que ficavam no hall, junto com todas as penteadeiras antigas dos camarins, e duas escolas de samba construíram suas quadras em praças públicas" (Leong, *A Crítica*, 18 jul. 1993, p.1).

No contexto nacional, havíamos saído há pouco do governo Collor. Nos meses que durou o processo de "impeachment" do presidente, como lembra Ribeiro (1998), "o Brasil passou por uma intensa catarse, ajustando as contas com a figura do salvador desconhecido: a contestação das ruas substituiu o entusiasmo de três anos antes, com o caçador de marajás, por um novo entusiasmo, o de sua denúncia" (Ribeiro, 1998, p.45).

Nos anos de 1993-1994, estávamos às vésperas do Plano Real e de mais uma campanha eleitoral. Havia uma insatisfação com o *status quo*, comenta Ribeiro (1998), que traduzia a ineficiência do serviço público e a prepotência dos ricos como a corrupção. Nesse panorama, as relações humanas e até as econômicas podem se recuperar mediante várias espécies de iniciativas; a coisa pública, ao contrário, continuava presa aos mesmos antigos padrões de demagogia e corrupção (Ribeiro, 1998, p. 48).

Apuradas as urnas para a sucessão local, a sociedade de Manaus se deu conta de que não haveria uma transição política; apenas uma troca administrativa. O prefeito eleito, Amazonino Mendes (1993-1996), apesar da experiência anterior como chefe do executivo municipal, cargo que ocupara em 1984, demonstrava uma atitude de absoluta falta de apetência para o novo mandato, num desinteresse explícito com o espaço urbano da própria cidade que passou a ser alvo de uma série de medidas equivocadas, sendo que uma, em especial, foi objeto de uma polêmica que envolveu a sociedade amazonense – um projeto para a ocupação da Praça da Matriz com um "camelódromo"[35]. E o que seria um 'camelódromo'?

[35] A palavra 'camelódromo' não existe em dicionário, motivo do uso de aspas.

- **A polêmica do 'camelódromo'**

A questão da economia informal crescente, onde se inserem os camelôs, não é uma questão nova para as municipalidades brasileiras, que até hoje buscam fórmulas mágicas para administrá-la em caráter provisório. Da mesma forma, diante da crescente ineficiência das gestões urbanas no Brasil, ao longo dos últimos vinte e cinco anos, incapazes de organizar o espaço público, o cidadão disputa a cada passo o seu direito de transitar pelas ruas. A partir do Plano Real, a questão dos camelôs recrudesceu no país inteiro, e uma mera análise do problema – ou de sua improvável solução – extrapolaria o âmbito do poder municipal, obrigatoriamente, e fugiria ao propósito deste trabalho de pesquisa.

É certo dizer que o espaço urbano é composto de elementos por demais complexos, e organizá-lo supõe uma capacidade de administrar uma tal ordem de conflitos de interesses, que os prefeitos e secretários municipais procuram evitar essa problemática tarefa. Essa tarefa é o próprio planejamento urbano, de importância medular na organização do espaço urbano como um processo contínuo, o que significa estar sempre à frente dos acontecimentos. Assim, ao optar pela gestão das demandas eventuais, executada de uma forma pontual e reativa, isto é, atrás dos acontecimentos, estão optando pelo clientelismo e se dando o privilégio de escolher o quê e a quem atender.

No caso do 'camelódromo', a proposta do prefeito aos camelôs não era uma solução, mas uma saída estapafúrdia de atender à uma das muitas cobranças de grupos do eleitorado que haviam apoiado sua candidatura – no caso, os camelôs do centro da cidade; no jargão popular, uma "promessa de campanha". Seguindo a cartilha do clientelismo político, o prefeito eleito determinou ao Secretário municipal de obras, o engº Eduardo Braga, que fosse elaborado um projeto com a 'solução definitiva do problema' da localização dos camelôs no centro da cidade: a "construção"[36] de um "camelódromo". Podemos até conjecturar se essa solução não acabou surgindo, na falta de algo mais criativo, ao, espaço destinado a festa do Boi-Bumbá, denominado Bumbódromo, construído em Parintins na década de 1990.

Interessa aqui, colocar algumas questões sobre a natureza técnica e jurídica da tal proposta. Do ponto de vista jurídico, não se pode executar uma "construção"

[36] O uso da palavra 'construção' não se aplicaria àquela situação concreta, razão do uso de aspas.

para abrigar uma atividade comercial cadastrada tradicionalmente como *ambulante*, que significa *móvel*; o que se pode é, dentro de normas pré-estabelecidas, definir "zonas de perambulação", ou trajetos na cidade onde seriam permissíveis as vendas ambulantes, evitando dar-lhes a fixidez de um "ponto de venda" no mesmo lugar, caso em que se configuraria como comércio formal, com alvarás, impostos, etc.

Na década de 1990, a autorização de áreas fixas para comércio informal, as "zonas de camelôs", em áreas vazias ou ociosas dos centros de várias capitais brasileiras, vai se tornar uma medida muito usual entre os prefeitos. É a partir dessa prática, que surge a expressão popular 'camelódromo', para designar esse ajuntamento de camelôs. Ora, assim sendo, um 'camelódromo' é uma imagem urbana virtual, uma força de expressão para designar quantidade, no máximo um coletivo de camelôs. No novo sentido que lhe estava atribuindo a Prefeitura de Manaus, teria o *status* de um equipamento urbano.

Se a medida em si já era infeliz, pior era a localização escolhida para implantá-la: em plena Praça da Matriz, portal da cidade de Manaus e *cuore* de seu Centro Histórico, tombado recentemente pela Lei Orgânica do Município (1990), que em seu artigo 432 proibia expressamente o comércio ambulante nessa área. Como se vê, para concretizar a 'construção de um camelódromo', ou seriam cometidas uma série de infrações à própria legislação urbanística e fiscal do município, ou se mudaria a legislação.

A invasão dos espaços públicos não tinha limites. Mas dessa vez a indignação foi geral: se iam invadir a própria Praça da Matriz, do que seriam capazes depois? A intensidade do sentimento que, tão recentemente agitara o país, reverberou nos brios políticos do cidadão de Manaus. Era a hora de mostrar o que se havia aprendido com a luta e a derrota de dez anos atrás, no Guarany.

Desfigurada pelo descaso e as ações desastrosas de duas sucessivas administrações municipais[37], a cidade de Manaus não conseguia ter tempo de se reconstruir sobre seus próprios escombros; exigia uma reação contra o desrespeito ao seu espaço, à sua memória e às suas leis. Essa reação foi articulada simultâneamente em três frentes de defesas distintas, que atuaram em seus campos próprios e paralelos

[37] Adm. Pref. Manoel Ribeiro, seguida pela administração do Prefeito Arthur Virgílio Neto (89 até dez.92)

entre si: uma frente representada pelo legislativo municipal; a outra, pelo Ministério Público estadual; e a terceira representada por um movimento da **sociedade civil organizada.**

Naquele julho de 1993, no auge da guerra travada em torno da construção do 'camelódromo' na Praça da Matriz, as forças estavam assim divididas: a) a Prefeitura de um lado, já anunciava a inauguração para 30 de julho; b) do outro lado, o Legislativo municipal, dividido entre a bancada que dava apoio ao ato ilegal do prefeito e a defesa da Lei Orgânica do Município, tendo à frente o vereador Jefferson Péres, presidente da Comissão de Patrimônio Histórico da Câmara e autor da representação contra a Prefeitura; c) apoiando a defesa preservacionista, o Ministério Público que moveu a "Ação Civil Pública de Responsabilidade por dano causado ao patrimônio histórico, com pedido de liminar de suspensão imediata da obra e reconstituição das áreas modificadas"; e d) a juíza Glair Maria Vital que concedeu a liminar por entender que "*interesses grupais não podem aniquilar interesses coletivos, genéricos, inerentes ao Bem Comum da Sociedade de Manaus*"[38] e suspende a obra, ou "qualquer atividade modificadora do conjunto histórico, artístico e paisagístico de Manaus" (*A Crítica,* 20 jul. 1993).

Para manter a posição da Prefeitura, mesmo que à custa do patrimônio público, o líder da bancada de vereadores que apoiava o prefeito, vereador Washington Régis tentava aprovar uma emenda ao artigo 432 da Lei Orgânica, *extinguindo a proibição de instalações de comércio ambulante em áreas próximas a prédios e monumentos históricos*, no prazo ganho com a decisão do Tribunal de Justiça de sustar os efeitos da liminar. Mas qual a posição da sociedade de Manaus?

- **O movimento de resistência que se transformou em Movimento de Defesa**

Em entrevista a um jornal, o vereador Jeferson Péres comenta: "Pode ser que o 'camelódromo' tenha sido o último grande desrespeito ao patrimônio feito pelo poder público. Doravante acho que governadores e prefeitos vão pensar melhor antes de tomar essa atitude. Só lamento que a sociedade não tenha se manifestado com o vigor necessário" (Leong, *A Crítica*, 18 jul.1993, p.1)

[38] Grifo nosso.

À mesma época da polêmica, durante a realização de um curso de introdução ao vídeo, promovido pelo Centro de Artes da Universidade do Amazonas, um grupo que reunia sete pessoas tendo à frente o psiquiatra e videasta Rogélio Casado, o único amazonense entre os sete, teve a idéia de registrar em imagens e entrevistas os dois lados da questão do 'camelódromo', para motivar a opinião pública a se expressar. A filmagem levou ao envolvimento e formou o único grupo organizado de resistência contra a construção do 'camelódromo'; e a partir desse momento, contra todo o ataque que se cometesse contra o patrimônio e a memória do cidadão. Em várias reuniões, Casado costumava animar o debate utilizando o livro "Memória e sociedade", de Ecléa Bosi.

O grupo inicial foi ganhando adesões dos moradores da cidade e virando movimento. Na prática, funcionava uma espécie de "estratégia espontânea": as pessoas do grupo assumiam as tarefas mínimas inerentes a todo movimento – convidar, agrupar, reunir, informar, organizar e mobilizar os cidadãos em torno de quaisquer problemas que fossem da política aos lixões; dando prioridade aos temas do cotidiano urbano que exigissem mais urgência de discussão e mais rapidez na reação, discutia-se tudo, o que estava e o que não estava acontecendo. Costumava-se convidar profissionais diferentes para esclarecer assuntos técnicos mais complicados que estivessem em pauta de discussão; a participação dos arquitetos era grande, como de médicos, professores e comerciantes entre outros.

Nas reuniões discutia-se muito a questão do centro da cidade como espaço partilhado fisicamente e como símbolo da participação de cada ator social, de cada grupo de interesse com uma estratégia diferente para poder se beneficiar das vantagens de localização, fluxos de pessoas, horários, entre outros. Uma vez que o centro tem uma "dimensão essencial que é ser vivido como um espaço de confronto, de contato, de mistura" (Monet, 1996, p.227) e essa multiplicidade de usos e de representações sociais lhe agrega seu valor econômico, político e cultural, como bem exemplificou o processo do "camelódromo" de Manaus.

Ao final de julho, o fim da questão judicial envolvendo o patrimônio histórico e cultural de Manaus e o 'camelódromo' da Prefeitura, pôs termo a quatro meses de conflitos: a Justiça Federal determinou o fim das obras da Prefeitura na Praça da Matriz. Na Câmara Municipal, a emenda ao artigo da Lei Orgânica não foi aprovada

e os vereadores que votaram contra a emenda foram 'crucificados' em passeata pelos camelôs. O prefeito, se dizendo vítima da decisão da Justiça, lamentou ser impedido de cumprir sua promessa aos camelôs, mas em nenhum momento ofereceu alternativa de outra área, livrando-se assim do ônus político de um mal projeto.

E o fantasma do Cine Guarany, solto pela cidade, festejou. A vitória foi comemorada em noite de festa, no 16 de setembro de 1993, em que o movimento ganhou um nome e um objetivo: o *Movimento em Defesa da Qualidade de Vida em Manaus*, se lançou anunciando a chegada de uma associação. No auditório do Centro de Artes da Universidade, o teatro-performance de Luis Vitali, o manifesto de Aldísio Filgueiras, o vídeo "Operação Memória Manaus" de Rogélio Casado, exposição de fotos e de livros sobre Manaus e autores amazonenses, palestras sobre temas urbanos e muita música. De repente, Manaus vivia seu momento de Semana de 22, de "Paulicéia Desvairada". O objetivo do Movimento era formar a associação.

Na prática, significa que "a sociedade procura resolver com uma estrutura paralela o que o poder constituído não quer ou não consegue" (Ribeiro, 1998, p.48). E nisso há um tremendo investimento (ou desperdício como preferem alguns) em energia cívica (Ribeiro, 1998), que advém de uma energia particular, pessoal, que canaliza uma paixão que, normalmente, iria dar na esfera política.

A *Associação Amigos de Manaus – AMANA*, fundada a 24 de outubro de 1993, dia do aniversário da cidade de Manaus, nasceu consciente desse ônus dobrado. A AMANA nasceu polifônica, conflitual, híbrida e móvel, desorganizando identidades na sua proposta de pluralidade cultural, que só pode se consumar no circuito cidade-aldeia-cidade que tantos aqui conhecem.

O estatuto da AMANA reflete a clareza do projeto em causa: como uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que visa defender a qualidade de vida da população através do incentivo e do acompanhamento das políticas urbanas, proteger e defender o patrimônio natural e paisagístico, assumir e valorizar a proteção e defesa do patrimônio histórico, artístico, cultural e documental na Amazônia Brasileira. A AMANA tem como princípio o reconhecimento de uma sociedade multicultural na Amazônia Brasileira.

É importante destacar o papel da mídia impressa local na preservação do patrimônio de Manaus, durante todo o período de transformação da cidade que

estamos enfocando na presente pesquisa, a partir de 1980.

Primeiro, ressaltamos a posição oficial dos próprios jornais em defesa de uma identidade regional e da permanência das referências históricas da cidade, atitude que era notável desde o veículo mais antigo, o *Jornal do Comércio,* até o de maior tiragem, o jornal *A Crítica.* Note-se que, mesmo entre os próprios jornalistas, a adesão à causa preservacionista era quase um compromisso ético, e hoje não temos dúvida que sem essa adesão, a participação do cidadão na construção desse patrimônio teria sido muito prejudicada, ou até inexistente.

Contudo, é lamentável reconhecer que esse apoio foi sendo cada vez mais limitado por volta da metade da década de 90, até que se tornou visível – diríamos mesmo que tornou-se explícita – a exclusão que os jornais de Manaus faziam à uma série de assuntos que pudessem gerar notícias sobre atos mais polêmicos do executivo estadual.

Talvez pelo passado de mobilização da sociedade amazonense na defesa de seu patrimônio histórico aqui descrito, a preservação se transformou num dos temas banidos dos jornais de Manaus, neste início do século 21. O que aqui estamos afirmando são fatos vivenciados no exercício da função de agentes de preservação, onde a divulgação e o esclarecimento ao cidadão, dos fatos que afetam esse patrimônio público sobre o qual temos responsabilidade, faz parte de nossa rotina de trabalho. O fenômeno do cerceamento da informação no meio da imprensa escrita de Manaus, é um assunto que estamos certos, irá merecer estudos mais amplos e aprofundados, pois afetam entre outros direitos, o espaço político e a liberdade constitucional do cidadão amazonense.

Para não alongarmos mais, registramos a seguir para futuros pesquisadores desse episódio de refração da informação jornalística, alguns exemplos de fatos atuais relevantes para a preservação do patrimônio cultural, que se constituíram em crime contra o patrimônio causado pela própria administração pública, diretamente ou por omissão, tendo sido inclusive objeto de ações judiciais por parte do Ministério Público e do IPHAN, que, no entanto, não foram divulgados na imprensa: em 1999, a destruição do sítio arqueológico Nova Cidade, na Zona Norte de Manaus, que só foi publicado após sua veiculação na mídia impressa nacional; em 2001, o processo promovido pelo Governo Estadual de arrendamento do terreno e edificações da orla

portuária, no Centro Histórico, á empresas privadas pelos próximos cinqüenta anos.

Durante todo o ano de 2002, o processo de revitalização do porto de Manaus proposto pelas empresas arrendatárias, com a modificação dos usos das edificações que compõem o Conjunto Arquitetônico Paisagístico tombado, não foi noticiado a não ser pela iniciativa publicitária daquelas empresas. Da mesma forma ocorreu na conversão do Armazém 10, um complexo de quatro armazéns portuários, na Estação Hidroviária do Amazonas, equipamento público de primeira necessidade no Estado. Paralelamente a essa construção, as mesmas empresas promoveram a destruição completa do quarteirão mais antigo e representativo do entorno imediato do Porto de Manaus, para construção de um edifício garagem, à revelia da autoridade Municipal; nem o fato, nem os conflitos resultantes foram noticiados.

Nessas situações, a AMANA certamente agiria, junto ao Ministério Público; mas o que aconteceu com a AMANA? Adormecida, anestesiada, poderíamos buscar explicações para essa sua longa hibernação. Já no primeiro ano de atividades, soubemos que os funcionários municipais eram proibidos de se associar à AMANA, ou aconselhados por seus chefes a não fazê-lo. Mas essas dificuldades faziam parte do próprio desafio de se tornar um cidadão em Manaus. Para alguns dos antigos associados que procuramos entrevistar, a partir de 1995 houve algo semelhante à uma cooptação do poder estadual sobre membros da diretoria, até chegar à sua neutralização.

Ao estabelecermos como hipótese, para um exercício futuro, uma sazonalidade de dez anos entre cada movimento de preservação em Manaus a partir de 1983, quem poderá prever a reação em 2003? A AMANA completará seu décimo aniversário em outubro e o cidadão de Manaus ainda não foi ouvido. Até lá, ficamos com o poeta Aldísio Filgueiras, quando escreve:

"Sim: existe uma cidade em nós.
Uma cidade tão singular
que se realiza apenas
no plural: Manaos-Manaus

2.5.3. O movimento de identificação étnica de Barcelos: origem da Associação Indígena de Barcelos – ASIBA

"A história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas, étnicas ou fundamentalistas (...) O passado é um elemento essencial, talvez até mesmo o elemento essencial nestas

ideologias. Quando não existe um passado adequado, ele sempre pode ser inventado." (Eric Hobsbawm. O Estado de São Paulo, 16.1.94. Especial Domingo, p. D6*)*

O movimento social que deu origem à ASIBA, foi um movimento urbano porque se formou e desabrochou na cidade de Barcelos, pequena sede do maior município brasileiro em extensão territorial, e porque seus participantes eram moradores dos bairros dessa cidade. O movimento não teve um nome e pode ter ficado em gestação durante um longo tempo; sua eclosão foi curta, e logo deu lugar à um associação bem montada e forte, firme em seus objetivos e posições diante de um aumento de associados imprevisível durante seu período como movimento.

Durante a realização da 2ª fase dos levantamentos em campo, em 1999, para o Inventário de Referências Culturais de Barcelos – IRCB, como parte do Inventário Nacional de Referências Culturais, o INRC do IPHAN, detectamos um dado novo e importante para o IRCB, que fez com que reorientássemos a metodologia de aplicação dos questionários e roteiros de entrevistas, para investigar a extensão desse fenômeno, que nos parecia relativamente recente.

As pesquisas e entrevistas para a identificação das referências culturais da população indígena já estabelecida na cidade – que contabilizou 131 famílias ao final deste primeiro levantamento - passaram a ser realizadas com a colaboração do escritor e professor indígena Ismael Moreira Tariano. Convidado a integrar-se aos trabalhos do IRCB, como pesquisador contratado pela 1ª Superintendência Regional do IPHAN, coordenando uma das frentes de trabalho de campo, facilitou e garantiu a validade das informações registradas, abrindo espaço para uma maior interatividade ao longo da pesquisa. Como coordenador das entrevistas, Ismael representou um papel estratégico na condução do processo do IRCB. Nascido em Iauaretê, na região do Alto Rio Negro, pertence ao grupo dos Tariano, filho de Angelo Moreira Tariano, e de Cecília Pedrosa, dos Piratapuia. Vivendo em Manaus desde 1987, é mais conhecido como professor, tendo ensinado inclusive entre os Yanomami. Escreveu o livro "Mitologia Tariana", publicado em 1993 pelo IPHAN, e reeditado em 2002.

Em função de uma maior disponibilidade de horário para nos atender, os entrevistados sugeriram uma mudança na metodologia de aplicação dos questionários. A mudança estabelecida resultou numa dinâmica diferente: o que seriam as entrevistas, foi transformado em "visitas", designação deles, dentro de um

tempo de execução compatível com as circunstâncias do evento. Assim, "não houve obediência de horário", conforme relatou o coordenador, para o que se transformou em longas conversas coletivas em torno da vida e dos temas comuns ao grupo. Marcadas com uma certa antecedência e de acordo com a conveniência do grupo e do 'dono da casa' onde se dava o encontro, cada "visita" reunia a vizinhança indígena de um bairro ou "comunidade" de Barcelos. Foram realizadas em São Sebastião, São Francisco, Aparecida, Nazaré, São Lázaro, Carvoeiro, Piloto, Santo Antônio e Baturité.

O diálogo se estabelecia naturalmente, num clima de alegria e descontração, já que se transformara num encontro de vizinhos e parentes. As entrevistas em grupo, organizadas durante as 'visitas', reforçaram o sentimento de grupo de uma comunidade que não é homogênea, provocando entre muitos um grande interesse pela recuperação da memória de seus respectivos costumes e tradições.

À medida que avançávamos na fase de levantamentos do IRCB, articulado em duas frentes de entrevistas - uma com os moradores mais antigos e a memória urbana e histórica que guardavam, e outra com uma população indígena recém-assentada na área urbana do município - a cidade de Barcelos nos revelava, pela boca de seus personagens, de um lado, uma história sem índios e de outro, índios sem história, o que em qualquer das duas hipóteses soava em falso. Mas quais seriam as razões de tal percepção? E mais importante: faria essa percepção parte de uma estratégia de assimilação mútua de dois grupos, ou de uma realidade ainda não assimilada, que dessa maneira evitava definir seus contornos de uma evidente fronteira étnica?

Os dados aqui expostos sobre esse assunto não pretendem responder a essas questões, que deverão merecer estudos aprofundados, mas foram registrados como memória de três momentos que participamos durante o Inventário de Referências Culturais de Barcelos, pela 1ª SR/IPHAN: 1) o que antecedeu o movimento e sua eclosão; 2) a transição de movimento para uma organização; e 3) a associação constituída e em atividade. Uma vez que seu conteúdo será melhor explicitado no Capítulo 3 deste volume, exporemos a seguir a vitalidade com que a ASIBA continua em seu processo de afirmação étnica.

A população indígena do Rio Negro, na parte da Amazônia brasileira, totaliza

mais de 20.000 indivíduos, entre as famílias linguísticas Tukano, Aruak, Maku e Yanomami. Tem bastante mobilidade, deslocando-se pelos mais diversos motivos, sempre ao longo desse rio. Nos últimos dez anos, essa migração de famílias indígenas provenientes de comunidades e sítios de São Gabriel da Cachoeira, de Santa Isabel e de Barcelos contribuiu para o crescimento da cidade de Barcelos, com o surgimento de novos bairros.

No contexto geográfico, o mais extenso município brasileiro está localizado na mesorregião norte-amazonense com extensão territorial de 121.617 km². Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 1996, mais da metade da população total de 16.091 habitantes mora na sede, sendo o maior grau de urbanização[39] da microrregião do Rio Negro.

O movimento populacional do interior para a cidade, durante o período 1980/1996, foi mais intenso em Barcelos do que nos outros municípios do Rio Negro. O índice de urbanização cresceu de 22,02% em 1980, para 52,78% em 1996.[40] A projeção do IBGE para o ano de 2000 era de 20.556 habitantes. Os dirigentes da ASIBA estimam que a população indígena corresponde a aproximadamente 40% da população total do município. A população indígena residente na cidade encontra-se distribuída nos bairros de Mariuá, Centro, Aparecida, São Sebastião, São Francisco ou Sororocal e São Lázaro. As etnias mais numerosas são Baré, Baniwa e Tukano, havendo também Desana, Piratapuia, Tariana, Arapaço, Cabarí, Yanomami, Canamari e Miriti-Tapuia.

A partir do relato de nossa participação na *III Assembléia da ASIBA*, em outubro de 2001, em Barcelos, aqui resumido podemos constatar sua crescente vitalidade. Dando continuidade ao cumprimento de seu estatuto, a *ASIBA*, promoveu o evento com o intuito de "*incentivar o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas de Barcelos definir metas para o resgate da identidade sócio-cultural desses povos, bem como dar continuidade à luta do movimento indígena pelo exercício pleno da cidadania*", como constava do texto do convite.

A abertura oficial da III Assembléia Geral da ASIBA, no ginásio da Escola

[39] O grau de urbanização é o percentual da população residente na cidade frente à população total.
[40] No mesmo período: Santa Isabel do Rio Negro (20,65% para 25,67%), São Gabriel da Cachoeira (19,84% para 35,43%) e Novo Airão (32,51% para 50,07%).

Angelina Palheta Mendes, na sede do município foi feita por seu presidente, Clarindo Chagas Campos Tariano, convidando para compor a mesa os seguintes presentes: Sidnei Peres, antropólogo e professor da Universidade Federal Fluminense; Pe. Roberto, antropólogo; Luiz Fernando, da Fundação Vitória Amazônica; Benedito Rangel, da Funai; Dr. Paulinho Pankararu, do Instituto SócioAmbiental; Ana Lucia Abrahim, do IPHAN; prof. Orlando José Oliveira, presidente da FOIRN; Jorge Terena, da FEPI; Ismael Tariano, da COIAB/Yakinõ; D. Alberta de Oliveira, vice-prefeita de Barcelos; D.Anita Katz Nara, Secretária Municipal de Saúde.

Em seguida, anunciou que, segundo a tradição indígena, os pajés das várias etnias presentes – baré, tukano, baniwa, piratapuia, desana, tariano e outras, iam proceder à cerimônia de defumação do local para espantar os maus espíritos.

Foram também apresentadas as lideranças presentes de comunidades, na seguinte ordem: São Luiz, Cumarú, Baturité, Tomar, Canafé, Santa Luzia, São Francisco do rio Jurubaxi, Tapera do rio Padauari, Acuakú, Acuquaia, Floresta do Rio Negro, Santa Rita do rio Ereré, Daraquá, Bacabal, Samaúma, Romão, Elesbão, Bacuquara, D.Pedro II, Cauburís, Vila do Carvoeiro, Tapera do rio Caurés e Marará; também as lideranças dos bairros de Aparecida, São Francisco, São Sebastião, São Lázaro, Centro e Nazaré. Também compareceram os representantes da Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro, ACIMRN, Délia Fonseca Arapaço e Joaquim Rodrigues Costa Baré. Até o final da assembléia, haviam representantes indígenas de 53 comunidades de Barcelos.

Os assuntos aprovados para a pauta foram os seguintes:

- informes sobre as atividades da ASIBA
- apresentação e aprovação do relatório financeiro
- direitos e cidadania
- problemas fundiários das comunidades indígenas
- distrito sanitário especial indígena do rio Negro (DSEI/RN)
- educação indígena
- alternativas econômicas: artesanato indígena

- produção agrícola
- movimento indígena de mulheres/ ASIBA e AMARN

A metodologia da reunião era a apresentação do tema por um palestrante e, logo a seguir, iniciava-se o debate específico sobre esse tema.

Da fala inicial de Clarindo Campos Tariano, anotamos: como surgiu a ASIBA, que a associação é oficialmente reconhecida, como se articularam as comunidades através de quatro mini-assembléias e quais as dificuldades enfrentadas ao assumir a identidade como indígena.

Quanto ao tema que nos destinaram para palestra, ecoturismo, buscamos transformá-lo em uma oportunidade de juntar dois assuntos, *patrimônio e ecoturismo*, explicando nossa presença não como especialistas, mas como representantes de uma instituição que vem trabalhando há 65 anos com a memória coletiva do povo brasileiro, e com os elementos que simbolizam essas referências da memória e que constituem um conjunto de valores a que chamamos "patrimônio cultural". E que o processo de definição étnica e de afirmação de identidade que eles estavam ali construindo faz parte da identificação desse patrimônio.

Também fizemos questão de entregar oficialmente ao presidente da ASIBA, o *registro da primeira reunião indígena de Barcelos*, em fita sonora, um volume com fotos da ocasião e um relato da reunião, misto de ata com transcrição e tradução da fita, feito por Ismael Moreira Tariano, daquele 5 de novembro de 1999, em que foi fundada a ASIBA. A entrega solene ao presidente Sr. Clarindo Tariano, diante da Assembléia reunida, foi um ato para marcar simbolicamente o papel do IPHAN no compromisso com a memória cultural, registrando o primeiro instante do movimento indígena em Barcelos, e devolvendo-o à ASIBA, que, como legítima guardiã dessa memória, deverá zelar para que a verdadeira história seja contada um dia. Foi visível a emoção e a compreensão de todos.

As discussões que se travaram, os depoimentos, e as cenas da rotina de um convívio que se estabeleceu nesses três dias de Assembléia foram registrados em fotos coloridas (5 filmes de 36) e na gravação de 10 fitas sonoras.[41] Não houve

[41] O material se encontra disponível para consulta no Centro de Informação do Patrimônio CIP/1ª SR, Manaus.

registro em vídeo, à exceção do registro das danças finais pelo representante do Exército presente. Em nossa opinião *o registro em vídeo fez falta, sobretudo pelos numerosos depoimentos em línguas indígenas, nos quais o movimento gestual que acompanha a ênfase e, em muitos casos, a indignação, é parte indissociável.*

Sem esquecer nosso papel de agentes de preservação, registramos algumas partes desse novo discurso nos participantes, como nos exemplos de depoimentos a seguir:

"Eu falo 2 línguas dos brancos e 3 dos índígenas; eu não sou caboclo, eu sou indígena. Quando eu era criança era proibido de falar minha língua-mãe, era pecado" (Clarindo Tariano).

"Agora nós sabemos o que é convênio; agora nós sabemos o que é projeto. Agora, vocês se preparem prá nós" (Dilsa Tomás Melo Baré).

"Vamos tirar essa máscara do nosso rosto" (Dilsa).

"Aqui ninguém quer se identificar como índio, mas devemos nos identificar e nos valorizar. Se nós não fizermos isso, nós estamos perdidos. Não são os brancos dessa vez que vão nos exterminar; somos nós mesmos" (Domingos Veloso Vaz, em língua tukano).

"Quero dar os meus bensvindos aos assessores da ASIBA" (Domingos, se referindo aos convidados de fora, representantes, técnicos, enfim, nós.)

"...nós queremos a nossa liberdade, começamos a levantar nossas cabeças, temos quem ajuda nossa associação" (Aparecida Dias Tukano, em língua tukano)

"..nós, mulheres, temo futuro; temo que ter esperança no futuro. Não são só os homens que tem condição de ir em frente. Sabemo trabalha na roça, sabemo tudo, porisso temo esperança" (Aparecida).

"Meu lugar é o Rio Negro e meu povo o do Rio Negro; meus pais são de São Gabriel e eu nasci em Santa Isabel; hoje estou em Barcelos e trabalho como agente de saúde" (Fátima Rodrigues Baré).

Os intervalos para merenda, que se traduziam sempre num clima de alegre convívio regado a muito chibé e vinho de bacaba com farinha, eram uma oportunidade perfeita para se aprender a manter viva a memória cultural.

Ao final da Assembléia, no dia 28, domingo, foi feito um breve relatório financeiro pelo1° tesoureiro, José Alberto Peres, já que a prestação de contas do *Projeto de Consolidação da ASIBA*, no qual este evento estava incluído, seria apresentada ao Conselho Fiscal da ASIBA e às entidades não-governamentais financiadoras do projeto: a *Caldes Solidária* e a NeAC, *Nucli d'estudis Amazònics de Catalunya*, que entraram com o valor de R$ 38.000,00, dos quais a metade já havia sido recebida. A FOIRN e a COIAB também apoiaram a III Assembléia da ASIBA.

A festa de encerramento, com cantos e danças indígenas foram apresentados e explicados num breve discurso por Clarindo Tariano, que também comunicou a partida de Sidnei Peres, fazendo um elogio à assessoria prestada pelo antropólogo carioca, que após quatro meses entre eles, pesquisando para sua tese de doutorado na Unicamp, foi mais do que um aliado vigoroso e crítico no processo de consolidação da ASIBA: tornou-se um amigo.

- **Reunião das mulheres indígenas de Barcelos**

Com a participação das mulheres presentes na assembléia, esta foi a primeira reunião exclusiva das mulheres indígenas de Barcelos. Para muitas era a primeira vez que falavam em público. A timidez só não era mais forte que a curiosidade pelo fato novo, e foi preciso incentivá-las a que falassem em sua própria língua. Dilsa Tomás Melo Baré, destacada liderança feminina e presidenta do Conselho Local de Saúde, conduziu a reunião.

Aos poucos, os depoimentos foram se sucedendo, definindo os primeiros contornos de um perfil da mulher indígena no município: trabalha duro na roça, sem emprego, sem salário, com pouco estudo, sem tempo, consciente da dupla discriminação, quer aprender e tem esperança. Foi organizada uma "comissão de mulheres" visando estudar a criação de um "departamento de mulheres indígenas" na ASIBA, como espaço de discussão, de pensar soluções e elaborar projetos para os principais problemas identificados como: discriminação da mulher indígena no mercado de trabalho formal, preconceitos em relação aos seus filhos, direitos da mulher, saúde da mulher, melhoria no atendimento pré-natal, desemprego, etc. Dez voluntárias se apresentaram para dar andamento às propostas tiradas dessa reunião[42].

[42] Ver lista na pg. 12 do "Relatório da III Assembléia geral da ASIBA".

O Dr. Pedro Albajar, da Fiocruz, declarado aliado do movimento feminino dentro da ASIBA, lembrou que "a mulher dá continuidade aos projetos"; o Pe. Roberto, jesuíta colombiano que apoia outros movimentos como a Amarn (Associação das Mulheres do Alto Rio Negro) e com as mulheres saterê no Rio Marau, e pesquisa a visibilidade dos índios em Manaus, também acompanhou a discussão feminina.

- **Consolidando parcerias culturais**

Foi importante a reunião paralela que mantivemos com o presidente e o secretário da **FOIRN**, respectivamente Orlando José de Oliveira e Edilson Melgueiro Baniwa, na qual fiz questão de enfatizar a importância da parceria com a entidade se quisermos dar um bom andamento ao inventário de referências culturais no Alto rio Negro, como parte do projeto Rota cultural de Iauaretê a Manaus, do qual iniciamos o pré-inventário com um levantamento preliminar dos lugares sagrados do Alto Rio Negro.[43]

Participamos da reunião sobre o projeto de consolidação da ASIBA, em sua sede provisória, antiga sede da FUNAI em Barcelos, que hoje é vizinha à ASIBA, na qual estavam presentes: Clarindo Tariano, Sidnei Peres, Cláudio Mura (Coiab), Dr. Pedro Albajar Viñas (Fiocruz), Rangel (FUNAI), Luis (FVA), Seu Raimundo dessana (pajé), vereador Peres, Ismael tariano. Na parede da sala podia-se ler, em uma tabuleta de madeira gravada: *"Uma realidade: a diversidade. Um objetivo: a identidade. O caminho: a associação"*.

Para contribuir com o projeto de consolidação, oferecemos a vinda de um arquiteto do IPHAN, para definir um projeto arquitetônico para a nova sede da ASIBA e participar da discussão sobre um *"projeto-maloca"* com a comunidade. Na ocasião, ele exporia o nosso trabalho de recomposição da memória construtiva da maloca do Alto Rio Negro, que faz parte do *Projeto Integrado Rio Negro: Rota Cultural de Iauaretê a Manaus,* iniciado pelo IPHAN em 1999, em Iauaretê, com os Tariano.

Para consolidar a parceria entre a ASIBA e o IPHAN foi firmado um convênio em 2001, para os projetos que passaram a ser desenvolvidos em colaboração.

[43] Ver "PI Rio Negro: Rota Cultural de Iauaretê a Manaus". 1ª SR/IPHAN, Manaus, 1999-2001.

CAPÍTULO III
O REGISTRO DE UM PATRIMÔNIO IMATERIAL NO AMAZONAS

"Somente se for provado que a floresta, as espécies ameaçadas, o frágil recife de coral e os antigos sítios maias têm mais valor intactos do que espoliados, poderão eles sobreviver."

Wilbur E. Garret, in "La ruta maya" (National Geographic, out.89)

3.1 A ação de identificar as referências culturais no Amazonas

3.1.1 A opção pelo noroeste da Amazônia: o projeto da Rota Cultural de Iauaretê a Manaus

Após oito anos da instalação do IPHAN na Amazônia Ocidental, o foco de sua ação de preservação continuava monopolizado pelas ações de proteção em Manaus, mantendo o mesmo número de tombamentos. É importante notar que ao longo desse período, a administração central do órgão em Brasília foi freqüentemente alertada pelos responsáveis daquela 1ª Superintendência Regional, para o fato de que a manutenção da presença do IPHAN nessa região, como principal agente de preservação do patrimônio cultural no país, só se justificaria através da realização intensiva dos inventários, sobretudo o de referências culturais, visando aumentar o número de bens tombados e de registros no estado do Amazonas e nos demais Estados da região.

No Amazonas, havia que investigar a existência de todo um patrimônio material, em localidades ao longo dos rios e lagos, identificando os vestígios remanescentes das sucessivas ocupações, fossem aquelas que se transformaram em cidades, ou ao contrário, aquelas que quase desapareceram, voltando a ser floresta (Leonardi, 1999, p.22).

Como fatos antecedentes aos inventários, poderíamos situar em 1995 a primeira investida de reconhecimento de um patrimônio fora de Manaus pelo IPHAN, que mesmo não sendo uma ação específica de inventário, concorreu para vocacionar o rio Negro como direção futura: foi a expedição científica de pesquisas e levantamentos com o objetivo de informar o processo de tombamento de um parque de ruínas na antiga cidade de Ayrão, no município de Novo Airão, ao qual nos referimos no capítulo anterior.

Uma vez que não é só com vestígios arquitetônicos que se constrói um patrimônio cultural, o verdadeiro espírito desse patrimônio material permanece ainda desconhecido, ausente da memória nacional ao qual não foi incorporado oficialmente. É um patrimônio desmaterializado, sem o registro da lembrança dos lugares míticos, de muitas memórias indígenas que são parte de uma memória essencial, cujos contornos se delineiam no cotidiano sincrético de todo amazonense.

As duas experiências que serão descritas e analisadas neste capítulo, foram acrescentadas ao presente volume, para atualizar o momento da evolução do conceito e da prática de preservação do patrimônio cultural no Brasil, em especial o patrimônio imaterial, da forma como vem se constituindo no Amazonas. São, portanto, dois instantes de um projeto de inventariação específico e ainda em processo, que servirão na prática, para dar visibilidade a uma dentre tantas possibilidades de inventários para registro do patrimônio imaterial na Amazônia brasileira.

Como já foi dito anteriormente, o patrimônio imaterial tem hoje sua base legal no Decreto federal nº 3551, de 04 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Na prática, contudo, três anos antes do Decreto 3.551, a 1ª Superintendência Regional do IPHAN, sediada em Manaus, já havia ensaiado uma série de movimentos na direção do reconhecimento e mapeamento desse patrimônio, com um duplo objetivo: 1) elaborar ações específicas para o estudo da relação entre o patrimônio cultural e a questão indígena no Alto Rio Negro, Amazonas; 2) realizar os levantamento preliminares de um potencial patrimônio edificado remanescente nos sítios históricos ao longo do rio Negro.

No "Plano de Ação – 1997" havíamos proposto o projeto "*Patrimônio Cultural e Arqueológico em São Gabriel da Cachoeira*", com o objetivo de reinstalar, no âmbito do IPHAN, a discussão sobre "*referências culturais*", a partir do registro do patrimônio cultural num contexto específico do noroeste da Amazônia, que poderia agregar ao entendimento existente sobre patrimônio cultural em geral, uma experiência cultural, histórica e ambiental diferenciada (Oliveira, 1997, p.1).

Dentro desses pressupostos, nossa opção pelo noroeste da Amazônia foi, de certa maneira, estratégica.

Nessa região, conhecida pelo ocidente desde o século 17, foram os missionários que anteciparam as viagens dos naturalistas – os jesuítas (1657), os franciscanos e os carmelitas (1680 a 1694), e por fim os capuchinhos (1880), foram pioneiros no trabalho de redução e descimento dos povos indígenas da região, apesar de não haverem conseguido realizar a catequese e o aldeamento de modo sistemático. Essa tarefa foi retomada pelos Salesianos, no final de 1920 e início de 1930 (Oliveira, 1997, p.1).

No século 18, investigaram essa região, que hoje compreende o município de São Gabriel da Cachoeira, os viajantes naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira (1773[1983]), Spix e Martius (1968), Alfred Russel Wallace (1870[1939]), entre tantos outros. Como observa Oliveira (1997), a partir da década de 1940, o interesse etnológico pela região produziu estudos "sobre organização social e parentesco, sobre mitos e ritos, sobre a história do contato interétnico, sobre técnicas terapêuticas tradicionais e xamanismo, entre outros (...)" (Oliveira, 1997, p.2).

Desde então, a região do Alto Rio Negro está entre os destinos mais procurados na Amazônia, por estudiosos de várias disciplinas. Na etapa de levantamentos que será relatada mais adiante, por exemplo, ocorrida em julho de 2000, a equipe do IPHAN tomou conhecimento da presença de 40 pesquisadores estrangeiros na área, o que não só coloca a região num roteiro histórico de pesquisas, como alerta para o nosso desconhecimento do destino dessas pesquisas.

A escolha da "*direção rio Negro*" para a primeira abordagem de inventário cultural foi assim se constituindo numa "opção natural", numa afinidade a partir da própria localização da sede do IPHAN em Manaus, à margem esquerda do baixo rio Negro, que foi sendo consolidada desde os levantamentos para o tombamento das ruínas do Velho Ayrão, em 1995.

Para melhor orientar nossos projetos dentro de uma geografia compatível com as exigências burocráticas das ações governamentais, buscamos uma "unidade de localização" que nos situasse no território com uma correspondência maior com os aspectos culturais específicos do que a usual categoria por *municípios*, voltada mais ao aspecto político-administrativo.

Entre o povo do Amazonas, observa-se que é muito comum as pessoas se identificarem pelas ocorrências geográficas de seu lugar de origem, em geral pela situação em relação à água mais próxima, como os rios e seus cursos (alto, médio e baixo), os lagos, furos, igarapés, paranás, entre outros que podem se onstituir em elementos referenciais. Devolvendo aos rios e às fontes d'água seu papel principal nesse universo de sensações, poderíamos dizer como observou Bachelard (1989), que "o indivíduo não é a soma de suas impressões gerais, mas de suas impressões singulares. Assim se criam em nós os mistérios familiares, que se designam em raros símbolos" (Bachelard, 1989, p.8). Como nos exemplos que colhemos: "eu sou do lago do Miguel, no Madeira" (o indivíduo está se referindo ao município de Autazes); "eu venho do alto Solimões, na região de Tonantins" (o município é Tonantins); "eu sou do Purus, próximo à Lábrea"(município de Lábrea); "eu vim do médio Madeira, das bandas de Manicoré" (município de Manicoré); "tal família é do Paraná do Ramos". Só em algumas cidades mais antigas e mais populosas, as pessoas se identificam pelo nome do município, como por exemplo: Tefé, Coari, Parintins, Maués; ou lugares conhecidos por seu caráter específico como Tabatinga, cidade de fronteira.

Dessa forma, seguindo a metáfora da água como lugar, partimos da realidade de uma rota fluvial para criar o neologismo "*rota cultural*", associado aos rios: um lugar geométrico como uma linha, onde vários lugares podem estar contidos; ao mesmo tempo, rota como caminho, roteiro, onde os limites podem ser mais flexíveis, acompanhando a ocupação humana, permitindo percorrê-la por trajetórias traçadas a partir daquelas próprias aos povos da região, em busca de conhecimento e sobrevivência, confirmando o rio Negro como direção histórica de uma entre muitas rotas fluviais de comércio que existiram entre os habitantes da terra antes da posse dos portugueses (Porro, 1995, p. 126).

Assim foi surgindo a idéia do que foi denominado *Projeto Integrado do Rio Negro: Rota Cultural de Iauaretê a Manaus*, promovido e coordenado pela 1ª Superintendência Regional do IPHAN, em seu Plano de Ação desde 1999, como uma primeira forma de viabilizar institucionalmente a longa viagem de registros da cultura indígena e das populações tradicionais situadas numa área determinada do estado do Amazonas.

É importante registrar que um inventário cultural exige para sua execução uma dinâmica de metodologias diversificadas, com um tempo próprio para cada tipo de levantamento, dependendo da natureza do objeto em foco, de ordem material ou imaterial. Mesmo cientes de que a dimensão desse tempo de processo é, em geral, incompatível com os cronogramas de execução de projetos inseridos em programas governamentais, o *P.I. Rio Negro* fez parte do Programa de Patrimônio Cultural, como meta do governo federal no Plano Plurianual 2000-2003. Esta incompatibilidade foi registrada por Tomke Lask na introdução ao livro de Barth (2000, p.17), quando observou que "não se pode garantir a mesma qualidade científica dentro de um tempo otimizado e segundo regras impostas por uma lógica alheia à antropologia", no caso a lógica da administração pública.

A evolução dos inventários de referências depende necessariamente de uma afinação entre todos os participantes da ação. Pensávamos em iniciar os levantamentos descendo o Negro, inversamente ao histórico de ocupação colonial. Tão simples? Não, porque dentro da visão de uma estratégia menos pragmática e de uma "dinâmica de reciprocidade" inerente ao inventário de referências, aguardávamos fatos que determinassem em qual sentido detonaríamos a ação de levantamento: se partiríamos de São Gabriel, no alto rio Negro, ou da primeira capital do Amazonas, a cidade de Barcelos, no médio rio Negro. Contudo, por uma série de motivos de ordem administrativa, os projetos que pretendíamos desenvolver em São Gabriel não evoluíram; em compensação, outras razões acabaram por atrair a realização da primeira etapa de levantamentos para o município de Barcelos, em 1999.

O "*P.I. Rio Negro*", do qual a autora participou como agente de preservação, se constituiu assim em parte de um processo de identificação de referências culturais para o registro de um patrimônio imaterial existente em algumas culturas do rio Negro, no estado do Amazonas. Por conseguinte, os levantamentos se constituem nas etapas de uma viagem mais longa que se pretende reconstituir como uma rota cultural de Iauaretê até Manaus, ponto final da descida do Alto Rio Negro. Nesse sentido, como observou Lévy-Strauss (1996), para uma representação adequada dessa viagem precisaríamos definir nossas impressões relacionando-as com pelo

menos cinco dimensões simultaneamente: as três dimensões inerentes ao espaço, a dimensão do tempo e a da hierarquia social (Lévy-Strauss, 1996, p.81).

O levantamento documental de referências culturais para o registro de bens de natureza imaterial no Amazonas, relacionado aqui com o *Projeto Integrado do Rio Negro – Rota Cultural de Iauaretê a Manaus,* teve seus antecedentes vinculados a cinco momentos e atividades distintos:

1. Visita a São Gabriel da Cachoeira coordenada pela 1ª CR (Coordenadoria Regional) do IPHAN com vistas ao patrimônio cultural e arqueológico do município em junho/julho de 1997;
2. Início do Inventário de referências culturais em Barcelos (1ª etapa.) em 1999;
3. Levantamento do patrimônio edificado de Santa Izabel do Rio Negro, em 1999;
4. Visita dos representantes Tariano com à Superintendência Regional do IPHAN, na sede em Manaus, para iniciar contato e proposta, em janeiro de 2000;
5. Viagem de reconhecimento e levantamento de referências culturais no alto Rio Negro, empreendida por equipe da 1ª SR do IPHAN, em julho de 2000.

3.1.2 A primeira visita do IPHAN à região do Alto Rio Negro

Entre os dias 16 a 18 de março de 1997, uma equipe formada por três agentes de preservação do IPHAN, dois arquitetos da regional de Manaus e a antropóloga Ana Gita de Oliveira, funcionária do IPHAN/Brasília – convidada a participar por seu conhecimento específico da questão indígena da área do Alto Rio Negro, realizaram uma visita histórica do IPHAN à São Gabriel da Cachoeira, com o objetivo de conversar e contactar possíveis parceiros junto às organizações indígenas do Alto Rio Negro, a Prelazia do Alto Rio Negro, e a Prefeitura do município, para estudar as formas possíveis de relações entre a questão indígena e o patrimônio cultural.

Naquela primeira visita foi feito um reconhecimento da cidade "*identificando, naquele contexto urbano específico, prédios e monumentos significativos e reveladores da história regional*" (Oliveira, 1997a:6). As ações estavam voltadas então ao inventário do patrimônio edificado, introduzindo dessa maneira a presença mais tradicional do IPHAN na região do Alto Rio Negro. De acordo com o relatório

parcial do projeto "*Patrimônio Cultural e Arqueológico em São Gabriel da Cachoeira*" (Oliveira, 1997, p.7), entre os locais visitados destacaram-se:

1) o bairro do Dabarú – constituído por uma população indígena oriunda das comunidades à montante e à jusante do rio Negro e afluentes, que ou fixam residência em São Gabriel ou serve como ponto intermediário na rota migratória para centros urbanos maiores;
2) o sítio do Fortaleza de São Gabriel da Cachoeira – sua origem remonta a 1760, dando origem à cidade de São Gabriel; apesar de não existir a construção, seus vestígios no platô de pedra que lhe servia de base são reveladores da geopolítica portuguesa na estratégia de ocupação para expansão das fronteiras; os antigos canhões foram retirados e reinstalados nas dependências do 1º BEC;
3) os antigos prédios da Carpintaria e do Teatro da Missão Salesiana – remontando ao final das décadas de 1920 e início de 1930, são testemunhos da ação missionária de catequese entre a população indígena na região e marcam a presença institucional "nacional" numa região de fronteiras;
4) o conjunto arquitetônico de três casas, alinhadas e voltadas para o rio, em estilo "rondoniano", remetem ao local da antiga prefeitura, do fórum e da autoridade policial;
5) o antigo prédio dos Correios e Telégrafo de São Gabriel, em precário estado de conservação.

Na ocasião, discutiu-se preliminarmente com dois representantes da Federação de Organizações Indígenas do Alto Rio Negro, FOIRN, seu presidente Pedro Garcia e o vice-presidente Bonifácio Baniwa, sobre a realização do seminário *"Patrimônio cultural e arqueológico na Amazônia: pontos para seu entendimento"* para introdução do tema patrimonial, chegando até a questão dos bens culturais de natureza imaterial relacionados às paisagens de São Gabriel, num futuro projeto em parceria com o IPHAN.

Contudo, resolvemos adiar o evento pois, à época, se realizava a demarcação da área indígena do Alto Rio Negro, e as instituições locais que participariam da discussão no seminário estavam, naquele momento, mobilizadas para o registro da

memória do processo demarcatório da Terras Indígenas da região (Oliveira, 1997, p.9). O contato só seria retomado três anos depois, no ano 2000. Até lá, nossa atenção foi dirigida para o Médio Rio Negro, na região de Barcelos e de Santa Isabel do Rio Negro.

3.2 O inventário do patrimônio cultural de Barcelos: primeira etapa da Rota

> *Qualquer lugar pode servir como provocação para desafiar e criticar a teoria antropológica.* (Fredrik Barth)
>
> "O guru, o iniciador e outras variações antropológicas".

A partir da experiência dos projetos do INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais, do IPHAN, analisamos em três atos, alguns dados observados durante a efetivação de uma das etapas de levantamento no município de Barcelos, na região do médio Rio Negro, Estado do Amazonas.

Apoiada em algumas observações de Galvão (1979) na região do Rio Negro, e de Faulhaber (1997) sobre a reinvenção da identidade indígena no Médio Solimões e Japurá, levantamos algumas questões sobre as recentes estratégias de adaptação *utilizadas tanto pelos índios como pelos não-índios, com o objetivo de demarcar sua identidade social no espaço urbano da sede do município de Barcelos.*

Visando uma reflexão futura, sinalizamos alguns pontos para aprofundar a investigação sobre as fronteiras étnicas existentes na sociedade barcelense, a partir da constatação de uma emergente sociedade indígena oriunda de recentes descimentos da região do Alto Rio Negro, aparentemente atraída por várias iniciativas da Prefeitura de Barcelos, cujo movimento migratório deverá merecer estudos mais aprofundados.

Sem pretender absolutizar o trabalho de campo, nossa primeira análise foi um exercício de comparação entre uma situação observada e três leituras de referência: dois textos de Fredrik Barth – a famosa introdução à obra *Ethnic groups and boundaries* (1969) e o "Análise da cultura nas sociedades complexas" (1989), publicados na edição organizada pela antropóloga Tomke Lask, com o título de *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas* (2000) – somados ao clássico de Hobsbawm (1984) sobre as tradições inventadas.

1.º Ato : A preparação

Em maio de 1999, empreendemos ao município de Barcelos uma viagem de reconhecimento, na fase que precedeu o início propriamente dito do Inventário Cultural de Barcelos. Com o conhecimento e o apoio da Prefeitura local, particularmente da Secretaria de Turismo, nossa tarefa era dimensionar as etapas de levantamento de campo, estabelecendo em que bases e limites poderiam ser desenvolvidas pelas equipes que viriam a seguir. Cabia ainda identificar outros potenciais parceiros que quisessem acompanhar e até integrar-se ao nosso trabalho, para aferir a existência e a disponibilidade dos recursos humanos na área cultural e educacional.

Importava, avaliar a viabilidade de execução de uma ação de inventário cultural em um lugar na Amazônia, para ajustar estratégias compatíveis com a situação específica dentro da metodologia de execução proposta pelo INRC.

O INRC e o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial são instrumentos de identificação de bens culturais que independem de sua tangibilidade. A criação e disponibilização simultânea desses dois novos instrumentos de preservação, a partir do ano 2000, veio atender à necessidade de identificar e reconhecer bens culturais representativos da diversidade e pluralidade cultural do Brasil.

Embora a Constituição Federal, promulgada em 1988, tenha estabelecido nossa identidade como nação a partir desse conjunto de valores, os bens culturais consagrados como patrimônio cultural brasileiro não refletem essa diversidade. Afora a inadequação do tombamento como instrumento de preservação para bens de caráter processual e dinâmico, não havia uma política de identificação sistemática e abrangente.

A orientação dada à equipe é no sentido de atuar desde o primeiro momento do contato *in loco*, nas apresentações do IPHAN e de seu trabalho, buscar fazê-lo da forma mais simples e inequívoca possível, evitando gerar falsas expectativas ou fazer promessas messiânicas. Procurando sempre mais ouvir do que falar, não há como escapar, contudo, de explicar alguns conteúdos que estão no próprio nome da Instituição, uma vez que falar de patrimônio supõe abordar conceitos com significados relativos e às vezes de difícil compreensão, como os próprios termos

cultura e *patrimônio*, ou ainda *história*, *tradição* e *memória*, seja ela individual ou coletiva. Todos incorrem na imprecisão de referir-se, ao mesmo tempo, a padrões observáveis e às bases ideais desses padrões, o que costuma resultar no equívoco de confundir descrição com explicação (Barth, 2000, p.107).

Nossa atenção na que chamamos de *"fase de pré-inventário"* esteve sempre voltada a preparar o campo para as etapas seguintes, buscando estabelecer uma possível base dialógica entre os pesquisadores do IPHAN e os nossos interlocutores.

A cidade de Barcelos, à margem direita do Rio Negro, foi a primeira cidade da Amazônia Ocidental selecionada para a experiência-pilôto do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), entre todas as que foram avaliadas após visitas de inspeção, dentro de uma série de pré-condições que apontaram sua viabilidade, da logística ao momento social e político.

Em um processo de inventário cultural pelo IPHAN é comum se iniciar a identificação do patrimônio pelo enfoque na arquitetura histórica local e no espaço que a circunscreve, através do levantamento de seus bens imóveis históricos, que podem ou não vir a definir um centro histórico merecedor de tombamento federal. Essa primeira abordagem, aparentemente revestida por uma neutralidade técnica, visa atender a uma expectativa das prefeituras e das escolas, às vezes das igrejas; ao materializar um levantamento cadastral com um patrimônio reconhecido pela população, resulta em estabelecer as bases para uma parceria entre o IPHAN e a sociedade local; ao menos com a parte mais visível dessa sociedade, a que podemos chamar "a ponta do iceberg".

Em geral, esse conjunto edificado acha-se tão deteriorado pelo tempo e por sucessivas reformas de baixa qualidade, que vai perdendo a forma e o uso, apagando-se tanto da paisagem quanto da memória coletiva, e terminando por ser demolido devido à sua incômoda e feia presença. O inventário dos bens imóveis de um centro histórico possibilita assim, não só seu reconhecimento, mas na prática, sua preservação física visando sua manutenção como referencial da memória social e histórica. Dada a visibilidade desse patrimônio histórico edificado, sua proteção costuma estar prevista nas próprias leis orgânicas municipais. Por esse, entre outros motivos, começamos a abordagem da memória por esse patrimônio mais tangível de um determinada população urbana.

Em Barcelos, havia a indicação de duas diretrizes a seguir para esse levantamento físico: uma que sinalizava com as edificações mais antigas alinhadas ao longo da orla do rio; e outra, ortogonal à orla, na direção do cemitério e da plantação de pupunhas, onde avistamos uma nova ocupação de casas populares de madeira, de mesmo padrão construtivo, que nos informaram ser doadas pela Prefeitura à população de baixa renda.

Barcelos é o maior município amazonense, com área de mais de 121.000 km², em meio a qual se espalha o maior arquipélago fluvial do mundo – Mariuá, com suas mais de 700 ilhas. A menção aqui de alguns valores quantitativos é intencional, uma vez que as características específicas da paisagem em Barcelos se tornam um atributo superlativo, que funciona como mecanismo de compensação, no presente, para um sentimento de usurpação do passado, que descreveremos a seguir.

O habitante da cidade de Barcelos tem um apego visível a seu passado histórico, daí ser importante mencionar algumas referências significativas desse passado, contidas na história de formação do lugar. Ao invés de pesquisar a vasta bibliografia existente sobre sua história, optamos nessa fase por pesquisar no próprio município a existência de informações históricas. Cabe ressaltar na presente análise, que o que se buscava com isso era investigar não o fato histórico oficial, mas de que forma faziam a apropriação desses fatos, se o faziam. Qual ou quais interpretações desses fatos eram aceitas e repassadas para a população, pela via formal do ensino? De que maneira os professores de Barcelos contavam a história local? Resolvemos utilizar então, o conteúdo da apostila "Histórico do Município de Barcelos", elaborada em 1998, pelos próprios professores de Estudos Sociais do município, ou seja no ano anterior ao nosso contato, para poder avaliar sobre quais eventos havia maior ênfase, e de uma certa maneira entender sua interpretação da história oficial.

Segundo o "Histórico do Município de Barcelos", a sua fundação dá-se em 1728 pelo carmelita Frei Matias São Boaventura, com a Missão de Santo Eliseu do Mariuá, onde se ergueu uma capela de palha dedicada a Nossa Senhora da Conceição, um hospital e um colégio. Os habitantes desse local eram índios Manáo, pertencentes ao grupo Aruak, que se espalhava por toda a região do Alto Rio Negro, aos quais foram se agrupando os Baré, Passé, Baniwa e Uruquena, numa população de mais de dois mil índios.

Sempre acompanhando a apostila dos professores, lemos que em 1754 chegou à aldeia de Santo Eliseu do Mariuá, o capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado, chefe da Comissão de Limites que seriam fixados entre Portugal e Espanha. Durante sua permanência de dois anos no Rio Negro, "*particularmente em Mariuá, ocorreu um dos acontecimentos mais importantes para a história do Amazonas nesse período*"[44], com a criação da capitania de São José do Rio Negro, sua sede passou da Vila Nova de São José (onde mais tarde seria Manaus) para Mariuá (hoje Barcelos):

> *"Para sediar a capitania, teve de ser projetada uma cidade, uma capital com seus palácios, toda em cantaria de Lisboa. O projeto de urbanização da aldeia foi do alemão Felipe Sturn, engenheiro que se fazia acompanhar de oito ajudantes. Abriu-se ruas, rasgou-se uma grande praça,* ***a capital foi dividida em dois bairros: o aristocrático e o indígena.***"[45]

A história do lugar já conta assim a delimitação de uma fronteira étnica na própria definição do espaço urbano, o que já sugere através do termo "*aristocrático*" uma outra fronteira, a social. Sendo a apostila parte do ensino formal da cidade, poderíamos pesquisar a existência de possíveis influências sobre o imaginário da população de Barcelos.

Percebemos nas conversas mantidas com os barcelenses, um sentimento ambivalente e meio atemporal de orgulho, por um lado, por ter abrigado o berço da primeira sede da Capitania de São José do Rio Negro, atual Estado do Amazonas, e por outro lado, de mágoa por haver deixado sê-lo, em 1808, quando o título passa em definitivo para o Lugar da Barra, atual cidade de Manaus.

Enquanto num momento – 1757, a cidade foi construída, no momento seguinte – 1816, a mesma cidade foi demolida. Esse sentimento aparece nos relatos de alguns moradores, que tentaram justificar a decadência atual do lugar a partir dessa perda de importância política, que de uma certa forma acabou por privá-los dos frutos do desenvolvimento inerentes a uma capital do Estado. A abordagem da memória como tratamento da história, tem toda uma bibliografia que relaciona a identidade como um processo de constituição da auto-imagem. No quadro de valores dos moradores e naturais do município caberá pesquisar se, num nível sutil, permaneceu algum travo do passado, algum sentimento de injustiça histórica relacionado a um futuro que não houve. Apesar desse fato haver ocorrido há dois

[44] O grifo é nosso

séculos, observamos que aparentava, às vezes, as marcas de um trauma recente. Para um sentimento de perda manter-se vivo no sentimento coletivo, durante quase duzentos anos, é preciso que ele esteja sendo alimentado de alguma forma. O que significou uma obrigatória incursão pelas escolas, professores e livros de história, para aferir nossa suposição.

A peneira e o avô

As pesquisas da década de 1950, já observavam ao longo do Rio Negro uma população polarizada entre a sociedade urbana de Manaus e as sociedades tribais nos rios Içana, Uaupés e seus afluentes como escreveu Galvão (1978): "Entre a cidade de Manaus e as malocas do alto Rio Negro, vive uma sociedade cabocla, mestiça de índios e brancos" (Galvão,1978, p.120).

Numa região como o Rio Negro, que hoje é conhecida existência de suas populações indígenas organizadas, observamos que os habitantes de Barcelos se identificavam como não-índios. Mas, durante o processo do inventário cultural alguns acontecimentos vieram, de uma certa maneira, iniciar um processo de subversão dessa imagem que o barcelense fazia de si próprio.

Barcelos, com sua tranquilidade morna, a aparência uniforme e esparsa do núcleo urbano semi-adormecido cujo único referencial marcante em meio à exuberante paisagem era a Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Mariuá, não demonstrava aparentes sinais de incoerência ou multi-culturalismo (Barth, 2000, p.109). Logo nos primeiros dias, deparamos casualmente num pequeno comércio, misto de armarinho e loja de *souvenirs*, com vários objetos de cestaria indígena, pequenas peneiras em arumã, claramente identificáveis por seus padrões do Alto Rio Negro (Ribeiro, 1995, p. 88).

É sabido o grande interesse comercial existente pela produção do artesanato indígena do Alto Rio Negro, que sustentam um espécie de "mercado" tanto no comércio de Manaus, quanto em São Paulo e no exterior. Era uma possibilidade remota que alguns desses objetos produzidos em São Gabriel da Cachoeira tivessem "escapado" de seu destino certo, isto é, a cidade de Manaus, onde costuma ser vendido em lojas ou feiras além de ser despachado em grande quantidade para outros

[45] O grifo é nosso.

estados, de onde é exportado para outros países. Era também muito pouco provável a sua remessa em pequena quantidade, com fins comerciais, para uma cidade do interior do Estado, mesmo sendo um destino ecoturístico oficial como é o município de Barcelos. Restava assim, só uma alternativa: esses objetos só estavam naquela loja porque os seus artesãos estariam na própria cidade, ou em alguma comunidade do município, em Moura ou Carvoeiro, por exemplo.

Ao ser perguntada sobre o assunto, a proprietária do pequeno bazar confirmou nossas suspeitas. Havia sim, índios de São Gabriel morando em Barcelos "*e fazem essas coisas pequenas para vender*", nos disse ela, "*eu compro, mas ainda tem muito defeito; então eu devolvo e ensino como que eu quero, com esse acabamento da borda da peneira que não desfia, senão o turista não leva.*" Mais tarde fomos informados que a própria senhora seria, ela também, índia de Cucuí, apesar de não gostar que dissessem e até negar; talvez daí viesse seu conhecimento para fazer o "controle de qualidade" sobre o produto artesanal que encomendava dos outros.

Essa descoberta produziu uma alteração no rumo das investigações, e até na estratégia de aplicação de entrevistas com a população. Na verdade, a própria composição da equipe de campo foi mudada para dar conta desse novo componente, qual seja, a existência de índios residindo na sede de Barcelos.

Investigar a hipótese de uma classe emergente de índios no município de Barcelos, passou a ser mais um dos objetivos da pesquisa. As informações que precederam nosso contato com o município davam conta do que chamamos de "populações tradicionais", termo em geral atribuído a populações não-indígenas que, apesar de não deterem direitos originários sobre o território, constituem universos culturais específicos[46]. É provável que houvesse índios entre essa população, mas nenhuma distinção era feita pelas autoridades presentes na sede municipal.

Mesmo junto a outros órgãos federais que agiam no município, como FUNAI e FUNASA, não encontramos registros de população indígena residente em áreas de Barcelos, a não ser os Yanomami. A existência na cidade de um posto da Funai, ao contrário de evidenciar uma presença étnica, era uma "falsa pista", na medida em que

[46] cf. definição em texto escrito por Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida para o Seminário Consulta, em Macapá, 21 a 25 de setembro de 1999.

os índios que o procuravam eram alguns indivíduos doentes vindos de áreas diversas, em busca de ajuda para viajar a Manaus para tratar-se. No decorrer da pesquisa ficamos sabendo que outros índios evitavam esse serviço em Barcelos, ou por não aceitarem um tratamento discriminado, ou até mesmo por perceber que a proximidade com a Funai os identificaria e, em consequência, os tornaria socialmente vulneráveis a uma possível discriminação.

Na verdade, foi através de informações da própria administração municipal que acabamos intuindo sobre os motivos da presença recente dos índios de São Gabriel em Barcelos. As casas de madeira que eram "dadas pela Prefeitura" serviam para alojar um contingente da população de baixa renda, em geral novos migrantes provenientes de várias localidades do próprio Rio Negro. Na busca por melhores condições de vida, Barcelos oferecia a vantagem de garantir a habitação da família e a escola dos filhos, além de trabalho em plantações de pupunha para produção de palmito, criação de aves e abundância de peixe.

Logo nos primeiros contatos que mantivemos com esses novos migrantes, percebemos que a procedência não era um assunto fácil de ser abordado. Sobretudo se perguntados por seus parentes da primeira geração, no caso o avô, a resposta é "*que não tinham avô*". Esse dado em particular apontou um interessante processo de "apagamento do avô" como forma de negação da procedência, que já nos dava algumas pistas analíticas. Para um caboclo do interior o fato de não conhecer o avô não é algo raro; ao contrário, existe uma desagregação familiar típica, que merece ser pesquisada, na qual as mulheres permanecem mais tempo junto aos filhos e netos. Os homens, talvez por estar de várias formas mais expostos ao perigo, em geral morrem mais antes, vitimados em acidentes comuns na dura empreitada daqueles que se arriscam sozinhos afrontando a natureza – seja pelos animais (onças, cobras e jacarés, sobretudo), seja pela precariedade de seu transporte (canoa, casco de alumínio ou madeira), seja pelas muitas febres que matam – ou seja porque simplesmente "*tomam outro rumo*", como se usa dizer quando a pessoa abandona o interior em direção a Manaus e não retorna mais.

Para os índios, em que as relações de parentesco tem um papel fundamental, é bastante improvável não saber o nome do avô, uma vez que este dado o identifica perante os outros.

Neste momento, resolvemos arriscar a hipótese do que poderia ser um artifício de que alguns indivíduos lançassem mão para, exatamente, não ser facilmente identificáveis como índios e, por conseguinte, discriminados no novo lugar de residência. Faria parte de uma estratégia de sobrevivência com menos conflitos, que tornava indefinidos os contornos étnicos passando todos a ser apenas "caboclos" ou "ribeirinhos", o que mais adiante mostrou ser uma tática temporária.

2.º Ato : A aproximação

Detectar a emergência da identidade indígena configurada não como um mero dado, mas como um fato construído social e antropologicamente, passamos a adaptar os questionários e roteiros de entrevistas do Inventário de Referências Culturais em Barcelos, de forma a poder investigar a extensão desse fenômeno, que nos parecia relativamente recente.

As pesquisas e entrevistas para a identificação das referências culturais da população indígena já estabelecida na cidade – que contabilizou 131 famílias ao final deste primeiro levantamento - passaram a ser realizadas com a colaboração do professor indígena Ismael Moreira Tariano. Convidado a integrar-se ao trabalho de inventário cultural como pesquisador contratado pela 1ª Superintendência Regional do IPHAN, coube a Ismael não o tradicional papel de guia, mas a coordenação de uma das frentes de trabalho de campo, o que facilitou e garantiu a validade das informações registradas, abrindo espaço para uma maior interatividade ao longo da pesquisa.

Algumas notas de esclarecimento sobre a genealogia e a trajetória desse personagem são importantes. Nascido em Iauaretê, na região do Alto Rio Negro, Ismael é do grupo dos Tariano, filho de Angelo Moreira Tariano, e de Cecília Pedrosa, dos Piratapuia. Vivendo em Manaus desde 1987, é mais conhecido como professor, tendo ensinado inclusive entre os Yanomami. Como escritor, publicou em 1993 o livro "Mitologia Tariana", em parceria com o IPHAN.

Logo se percebeu que um dos pontos positivos foi o estabelecimento de uma dinâmica diferente para o que seriam as entrevistas, a que Ismael denominou em seu relatório como "visitas", dentro de um tempo de execução compatível com a circunstâncias do evento. Assim, "não houve obediência de horário" para o que se

transformou em longas conversas coletivas em torno da vida e dos temas comuns ao grupo. Marcadas com uma certa antecedência e de acordo com a conveniência do grupo e do dono da casa onde se dava o encontro, cada "visita" reunia a vizinhança indígena de um bairro ou "comunidade". Foram realizadas em São Sebastião, São Francisco, Aparecida, Nazaré, São Lázaro, Carvoeiro, Piloto, Santo Antônio e Baturité.

Assim, o diálogo se estabelecia naturalmente, num clima de alegria e descontração, já que se transformara num encontro de vizinhos e parentes. As entrevistas em grupo, organizadas durante as visitas, reforçaram o sentimento de grupo de uma comunidade que não é homogênea, provocando entre muitos um grande interesse pela recuperação da memória de seus respectivos costumes e tradições.

À medida que avançávamos na fase de levantamentos do Inventário Cultural, articulado em duas frentes de entrevistas – uma com os moradores mais antigos e a memória urbana e histórica que guardavam, e outra com uma população indígena recém-assentada na área urbana do município – a cidade de Barcelos nos revelava, pela boca de seus personagens, de um lado, uma história sem índios e de outro, índios sem história, o que em qualquer das duas hipóteses era uma constatação falsa. Mas quais seriam as razões de tal percepção? E mais importante: faria essa percepção parte de uma estratégia de assimilação mútua de dois grupos, ou de uma realidade ainda não assimilada que dessa forma, evitava definir seus contornos de uma evidente fronteira étnica?

3.º Ato : A revelação

A presença de um número considerável de índios residentes em Barcelos há mais de uma década, nos mostrava que as distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais (Barth, 2000: 26). Virgília, índia baré, que me foi apresentada pela Secretária Municipal de Turismo, era presidente da Associação das Filhas da Terra, organização que girava em torno de uma grande plantação de pupunha, vendendo sua produção de palmito a uma indústria de beneficiamento local; e como vimos nas visitas de inventário, desempenha também o papel de líder da comunidade São Sebastião. A interação não levou à destruição: as

diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias, e até sair reforçadas. A distinção étnica manteve-se apesar da sua forma de participação individual na sociedade.

Estávamos, na verdade, coadjuvando um momento de transição e acabamos nos tornando testemunhas – e até um pouco mais que isso – da cena de "declaração da fronteira étnica" ou usando um termo familiar aos livros de história locais, uma espécie de nova "demarcação de limites": a criação da ASIBA, a Associação dos Índios de Barcelos.

Em 5 de novembro de 1999, no espaço ao lado da Igreja de N. Sra. da Conceição do Mariuá, cedido pelo Pe. Francisco Dozen, vigário diocesano da cidade, ocorreu a reunião que posteriormente acabou se transformando no 1° Encontro Indígena de Barcelos[47], na qual estiveram presentes em torno de cem participantes de várias etnias do rio Negro. O motivo principal da reunião era poder juntar num só lugar todos os participantes das "visitas para entrevista" realizadas com Ismael Tariano ao longo de mais de quinze dias, com indivíduos de nove comunidades e bairros.

Nas duas horas de duração do encontro, foram discutidos todos os assuntos importantes para esse grupo, que nesse momento tornou público e mútuo reconhecimento. Entre outras coisas, ficou decidida a construção de uma grande maloca para a realização de dabucuri, onde se pudesse tomar o caxiri e comer quinhampira. Discutiu-se a realização da prática, hoje inibida, da pintura corporal, o ensino da língua tucano e do nhengatu e o hábito de contar sua história.

As questões da cultura e do turismo foram tratadas com ênfase especial, e suas ações diretamente relacionadas e condicionadas à organização social e política do grupo, como Benjamin Baniwa no discurso de abertura do evento aqui descrito:

> *"os grupos indígena se organizam para que sejam valorizados as suas culturas artísticas e materiais e que através dessa organização sejam preservados os seus costumes e suas identidades, onde o povo indígena possa programar e alcançar os seus objetivo".*

[47] O registro do 1° Encontro Indígena de Barcelos em fotos, e parte das discussões foram gravadas, depois transcritas, e arquivadas no Centro de Informação do Patrimônio, na sede do IPHAN, em Manaus.

A importância do inventário cultural foi assim imediatamente assimilada e incorporada ao discurso político. Da mesma forma, a questão da venda do artesanato e de sua relação com o ecoturismo, foram discutidas numa proposta de economia alternativa a ser gerenciada pela associação indígena, conforme depoimento em nheengatu', de Cecília Tukano:

> *"porque vendendo isoladamente nada conseguimos o que queríamos (...) com a nossa associação podemos reivindicar melhor o nosso direito e o nosso produto."*

No caso de Barcelos, o objetivo principal dessa auto-representação não foi a garantia de território, mas através da visibilidade do grupo, a garantia de uma nova posição social e política no contexto local, com as conseqüentes melhorias de vida acarretadas. A exemplo do que ocorreu em Tefé na década de 90 (Faulhaber, 1997: 83), os efeitos de revigoração da identidade original produziu reações da sociedade, até mesmo entre os representantes da Prefeitura presentes como convidados nesse 1º Encontro Indígena.

De um universo inventariado de mais de 500 indivíduos, foram identificados em maior número, os Baniwa, Tukano e Baré. As questões de quais serão as novas formas culturais compatíveis com a identidade étnica nativa, costumam ser resolvidas a favor do sincretismo (Barth, 2000:63), até para evitar um desnecessário desgaste em debates e intrigas nesse início de afirmação social.

Entre as estratégias básicas usadas pelos indivíduos de um grupo dado, em sua busca por participação nos sistemas sociais mais amplos, para obter novas formas de valor, os índios de Barcelos optaram pela ênfase de sua identidade étnica para desenvolver novas posições (Barth, 2000: 60). Nesse sentido organizacional, e tendo como finalidade a interação entre si, os atores desse caso, baniwa, baré, tukano, tariano, dessano, arapaço e outros, usando suas identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros, passam a formar um só grupo étnico.

Ao enfocarmos o que é socialmente efetivo, o grupo étnico passa a ser visto como uma forma de organização social (Barth, 2000: 31) que no caso aqui relatado tomou o nome de ASIBA – Associação dos Índios de Barcelos. A associação é a forma encontrada de, ao mesmo tempo, assegurar ao grupo um pertencimento contínuo ao grupo étnico mais amplo, e canalizar a vida social (Barth, 2000: 34).

A criação da ASIBA como estratégia de manutenção dessa fronteira étnica abre espaço para a representatividade política, ao mesmo tempo em que implica em novas situações de contato social entre pessoas de diferentes culturas (Barth, 2000: 34).

A análise e os estudos que esse material poderá merecer extrapolam em muito os objetivos institucionais do projeto do IPHAN. Mais do que uma mera verificação para registro e proteção, que costuma colocar em primeiro plano os objetos dos inventários e não os sujeitos envolvidos com esses objetos, a experiência em Barcelos nos alertou para a urgência de passar a envolver na pesquisa o acompanhamento dessa nova fronteira étnica: seu estabelecimento, sua persistência e suas eventuais mudanças ou desaparecimento.

Colocou em discussão também, o papel político do IPHAN, e por conseguinte da política federal de preservação na Amazônia e sua inserção nos planos, programas e agendas para a região. A multiplicidade étnica e cultural constitui uma das riquezas mais expressivas da nação brasileira. Como observa Oliveira (1997), "é preciso construir de modo permanente a consciência de nossa singularidade histórica" (Oliveira, 1997, p.1) e dessa forma reforçar nosso sentido de pertencimento a uma cultura com nova densidade política.

Os resultados alcançados e por alcançar, a partir da mera decisão de conhecer e registrar não só as tradições que persistem, mas as realidades construídas como forma de dar vida a novos significados culturais, sinalizam em direções que vão além dos limites de um inventário cultural, cujos objetivos devem mesmo ser melhor refletidos e aprofundados. Mas que de toda maneira, positivamente, indicou a necessidade da delimitação de uma pesquisa que, daqui para frente, deve incluir a análise das interações e de seus resultados numa fronteira étnica, e não apenas a estrutura da sociedade em Barcelos.

Apesar de existir um consenso generalizado quanto à idéia de que o patrimônio é uma construção social, nem sempre tal concepção conduz a conclusões pertinentes. Dizer que o patrimônio é uma construção social, quer dizer, antes de mais nada, que não existe na natureza, que não é algo dado. Também quer dizer que não é um fenômeno social universal, já que não se produz em todas as sociedades humanas nem em todos os períodos históricos. Podemos entender, também, que é um

artifício, idealizado por alguém ou no curso de algum processo coletivo.

Nas últimas décadas, tem-se falado e utilizado o termo "invenção" do patrimônio. Tanto os conceitos de construção social (ou cultural) quanto o de invenção têm sido úteis para explicar processos de construção patrimonial. O primeiro, de acordo com Berger (1985), remete à idéia de "universos simbólicos legitimados", enquanto o segundo, conforme Hobsbawm (1984), remete à idéia de "manipulação", uma vez que toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal.

Ao distinguir entre os conceitos de tradição e cultura colocados à maneira de Hobsbawm (1984) aceitamos o conteúdo de tradição tanto relativo aos costumes e convenções estabelecidos, apesar de dinâmicos, como seu caráter político quando em função de estabelecer novas fronteiras sociais.

É possível que a sociedade de Barcelos, a partir dessa delimitação de fronteiras étnicas, reinvente suas tradições – uma cultura revitalizada como resultado de sua etnicidade revelada.

3.3 São Gabriel da Cachoeira: o portal institucional da Rota Cultural

3.3.1 A visita dos Tariano ao IPHAN em Manaus

Em janeiro de 2000, recebemos a visita no IPHAN de três representantes do povo Tariano, Armando Moreira e Severiano Moreira, tio e irmão de Ismael Moreira Tariano, que os acompanhava. Esses senhores estavam iniciando um movimento para a reconstrução da sua maloca tradicional. Ismael já era nosso conhecido, autor do livro *Mitologia Tariana,* reeditado pelo IPHAN, tendo participado da equipe nos inventários de Barcelos, relatados anteriormente neste capítulo.

Nesse encontro, eles trouxeram um desafio à nossa criatividade com a proposta: seria o IPHAN capaz de ajudá-los a não perder a memória construtiva da maloca?

O problema que nos expuseram era simples e dramático: sendo eles os últimos que ainda sabiam como construir a maloca tariano, e como os mais jovens vão embora e não voltam, o conhecimento da técnica estava se perdendo. A forma tradicional de preservar esse conhecimento sempre fora transmiti-lo entre gerações.

Era uma proposta de intermediação que nos pediam. Como agentes que lutavam contra o esquecimento, o que tínhamos a oferecer? Essa visita detonou a segunda etapa de levantamentos na definição da Rota Cultural: subindo em direção a Iauaretê, no município de São Gabriel da Cachoeira.

Habitantes do Alto Rio Negro, os Tariano ocupam "vários locais e sítios" ao longo do rio Uaupés e Papuri. O Tariano tem sua origem no estrondo do trovão. A história confirma que nasceram de um lago de sangue espumado (no céu) do som do trovão, como contam os velhos até hoje. Como relata Ismael Tariano (2002), "os Tariano (...) sofreram o impacto das atividades dos missionários (...) que tentaram de diferentes maneiras, acabar com vários traços da cultura desse povo, especificamente o xamanismo. Por perceberem na figura do xamã a fonte de resistência cultural indígena, desencadearam uma campanha de difamação e ridicularização destes (...) Em razão disso, muitos dos antigos xamãs acreditaram que não havia mais espaço para a cultura tradicional" (Tariano, 2002, p.16)

Passamos então, a organizar a próxima etapa da subida à região do município de São Gabriel da Cachoeira. Nessa A equipe do IPHAN foi constituída pelo arquiteto Almir de Oliveira, a educadora Carmen do Valle, ambos com especialização em Antropologia na Amazônia, e pelo escritor e professor indígena Ismael Moreira Tariano. A meta era subir pelo rio Negro até o rio Uaupés, e dalí até Iauaretê, na fronteira entre o Brasil e a Colômbia.

Nesse percurso a equipe procuraria identificar referências que pudessem revelar uma identidade através do conjunto de assentamentos e paisagens, em busca do que pudesse estabelecer uma relação entre as paisagens naturais, construídas e humanas, no exercício discricionário de evidenciar contextos passíveis de serem inventariados. Dessa forma estaríamos criando um modo de apreensão, descrição e identificação do conjunto de bens materiais e imateriais que operam como elementos estruturantes do modo de vida nesses lugares.

O desafio do reconhecimento das referências culturais no Alto Rio Negro se inicia através de uma ação denominada "Levantamento de Referências Culturais no Alto Rio Negro", dentro do *Projeto Integrado Rota Cultural Manaus-Iauaretê*. Nossa proposta inicial consistia em investigar pontos materiais sacralizados no tempo e no espaço, que refletissem o "espírito dos lugares" a partir das visões

particulares dos grupos étnicos da região. Dessa forma, o objetivo era dar maior visibilidade às culturas indígenas no panorama do patrimônio cultural brasileiro – só no Alto e Médio Rio Negro são 22 etnias distribuídas em cerca de 750 comunidades.

É importante notar que aqui a noção de uma 'rota' não estaria sendo utilizada como metáfora, como explicamos anteriormente; uma rota, no sentido de viagem, passa por diversas leituras e interesses específicos de quem a percorre. Assim, a cada viagem novos referenciais são incluídos para guiar os viajantes. Não se pode perder de vista que cada "aldeia" guarda dentro de si o sentido de universalidade, um detalhe que pode conduzir à totalidade.

A maloca foi percebida como "objeto" através do qual seria possível realizar uma síntese de atributos simbólicos suficientes para identificar bens de natureza imaterial associados a um lugar, referidos aqui aos aspectos simbólicos presentes no espaço de representação das formas religiosas e míticas da cultura indígena. O grupo de língua Tariana, da família lingüística aruak, seria o primeiro a ser pesquisado uma vez que o IPHAN já desenvolvia trabalhos com o escritor tariano Moreira sobre a mitologia do seu povo.

Para aprofundarmos o conhecimento era necessário definir critérios e formas de registro desse patrimônio. Organizamos nosso trabalho a partir de três referências metodológicas: pesquisa de campo para reconhecimento preliminar; entrevistas com habitantes e representantes de instituições, atuantes na região do Alto Rio Negro; e pesquisas bibliográfica e historiográfica.

3.3.2 O olhar sobre a paisagem na Rota Cultural: um relato etnográfico

> *"Uma verdadeira viagem de descobrimento não é encontrar novas terras, mas ter um olhar novo". Marcel Proust*

Nessa segunda visita a região, em julho de 2000, subindo o rio Uaupés até Iauaretê, na fronteira colombiana, as atividades serviriam também para um dimensionamento do trabalho e da logística, necessários para a elaboração de um projeto de inventário de referências culturais com cronograma e recursos definidos.

Na execução do que denominamos de "pré-inventário" buscava-se, através de um levantamento preliminar das referências culturais, uma amostra do que poderia revelar essa realidade impregnada de significados relacionados aos bens de natureza

imaterial. Em certa medida, nos antecipamos ao Decreto federal nº 3.551 de 04/08/2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial do patrimônio brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

O relato a seguir é uma descrição etnográfica da viagem da equipe do IPHAN. Num primeiro momento, seu objetivo seria estabelecer as bases da futura parceria com o grupo de representantes Tariano, detentores dos conhecimentos relativos a construção das malocas tradicionais do Alto Rio Negro, eleitas como o elemento emblemático dentro dos diversos grupos étnicos daquela região, como o portal de acesso ao universo mítico daquelas populações nativas.

Ao embarcar no aeroporto Eduardo Gomes, em Manaus, com destino a São Gabriel da Cachoeira e escalas em Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro, a equipe do IPHAN tinha consciência de que o resultado daquela breve viagem de reconhecimento estava intimamente ligada às referências sobre a questão do patrimônio cultural delineada por Aluísio Magalhães (1997) quando retomou os princípios que nortearam a conceituação dos bens culturais de natureza imaterial na cultura brasileira.

A partir dali, não estaríamos tratando do patrimônio de "pedra e cal" que caracterizou a atuação do IPHAN desde os primeiros trabalhos de construção da memória nacional; apesar da nossa investigação ter em foco pontos e objetos materiais, eram lugares sacralizados no tempo e espaço que deveriam refletir o espírito desses lugares a partir das visões particulares dos grupos étnicos da região.

Sabíamos de antemão tratar-se de uma tarefa de concepção complexa, que envolveria conhecimentos de várias disciplinas para abordar um conjunto de culturas e de diferentes povos, e assim sendo, de uma rede de significados e leituras consolidadas através de prismas culturais diversos. Mas, como observou Morin (2000), a parte mais importante da vida social vem das relações intersubjetivas, e nós, como pesquisadores, fazíamos parte desse tecido intersubjetivo, no qual "todo sujeito é não apenas ator, mas autor, capaz de cognição/escolha/decisão" (2000: 127). Atentos ao alerta de Morin (2000) para o paradigma cognitivo que prevalece no mundo científico, no qual o sujeito é invisível e sua existência é negada, pensamos em exercitar uma outra concepção, na qual pudéssemos, se preciso, associar noções antagônicas e reorganizar os conceitos para melhor reconhecer o sujeito.

A abordagem preliminar da *Rota Cultural,* que previa a execução do percurso de São Gabriel a Iauaretê, foi ironicamente iniciada por avião, com uma escala em Barcelos, antiga capital do Amazonas, onde o IPHAN já havia iniciado as atividades de levantamentos para o primeiro inventário do patrimônio cultural, como descrevemos anteriormente. A segunda escala do vôo, em Santa Isabel do Rio Negro, assinalava outro ponto contido na *Rota Cultural,* onde deverão ser desenvolvidos trabalhos com o objetivo de verificar referências relevantes para o patrimônio, em especial sobre o povo Yanomami, onde já havia sido identificado um patrimônio edificado, levantado para o IPHAN pela arquiteta Edunyra Assef em 1999. Ao desembarcar no aeroporto Uaupés chamou-nos atenção a mensagem de boas vindas, gravada com um registro bilíngüe português-nheengatu[48], "Puranga Peyuiri", marcando a presença indígena naquele município.



Aeroporto



Maloca Dessana na FOIRN

[48] Língua indígena geral criada a partir do tupi pelos jesuítas no período da colonização da América.

À bordo de um carro de aluguel registrado na Associação dos Taxistas de São Gabriel da Cachoeira, dirigimo-nos à sede da FOIRN – Federação da Organizações Indígenas do Rio Negro. Nosso motorista era um militar reformado, "carioca da gema" como nos informou, que vivia há dois anos na cidade após ter percorrido vários estados do sul e nordeste. No curto trajeto até a FOIRN, soubemos que faltava energia havia já sete dias, devido a uma pane nos geradores termoelétricos do sistema, que se creditava à inoperância da administração municipal. É importante ressaltar o fato de que estávamos em um ano de eleições municipais (que ocorreria dali a três meses), da qual participariam, relatou nosso informante carioca com certa estranheza, "candidatos índios".

Na sede da FOIRN nos reunimos com os senhores Pedro Garcia Tariano e Bonifácio José Baniwa, presidente e secretário dessa instituição. Na reunião, que durou aproximadamente uma hora, fizemos uma breve retrospectiva das atividades do IPHAN na região, comentamos sobre a finalidade do nosso trabalho de reconhecimento como ponto de partida para um inventário de bens culturais de natureza imaterial, explicando que se tratava de um trabalho pioneiro que pretendia dar maior visibilidade às culturas indígenas no panorama do patrimônio cultural brasileiro.

Como informou Ismael, estaríamos naquele primeiro momento interagindo com o povo Tariano uma vez que o resgate das tradições mitológicas, danças, cantos e costumes estavam mobilizando os mais velhos. Os senhores Ângelo Moreira, Marcelino Moreira, Luis Moreira, Aluísio Moreira e Severiano Moreira representantes dos Diroá[49] estariam preparando uma série de representações sobre a cultura tariana com objetivo de iniciar um movimento para a reconstrução da sua maloca tradicional. Subiríamos o rio Uaupés até Iauaretê, de canoa, efetuando ao longo do trajeto registros indicando lugares onde deveriam ser realizadas pesquisas para o inventário do patrimônio cultural na região, marcando pela primeira vez a presença do IPHAN naquele rio.

Subindo os rios Negro e Uaupés

[49] Diroá, Oáparo e Mahapeá constituem a tríade fundadora da descendência dos Tária, Tariassere ou Tariano. Os Diroá são gente do trovão. (Moreira, 2001).

Ao iniciarmos o percurso na *Rota Cultural*, nosso olhar voltou-se para identificar referências que pudessem revelar a identidade do conjunto de assentamentos e paisagens. Procurávamos algo que pudesse estabelecer uma relação entre as paisagens naturais, construídas e humanas com objetivo discricionário para evidenciar contextos passíveis de serem inventariados.

Subindo o rio Negro até o encontro com o rio Uaupés, na ilha do Tamanduá, passamos por mais trinta assentamentos de ocupação tradicional, entre aqueles reconhecidos e não reconhecidos oficialmente. Nesse trecho da rota valem como referências: a comunidade do Dabaru entendida como parte da sede do município de São Gabriel da Cachoeira, a ilha de Cabari, as comunidades de Cabari, São Miguel, São Luis, ilha das Flores e Batuari.

Nesses assentamentos já se tornam evidentes alguns elementos que irão marcar toda a rota, a presença das capelas em torno das quais se organizam as moradias com uma tipologia semelhante.

Adentrando o rio Uaupés registramos as seguintes comunidades: Monte Cristo, São Joaquim, Trovão, Cururi Ponta, São Pedro, Uriri e São Tomé muito próximas. Depois Açaí Paraná, na boca do rio Iauiari, e Matapi onde foi possível efetuar um registro mais detalhado.



Matapi é uma localidade de ocupação tradicional reconhecida oficialmente, que ocupa uma elevação a margem direita do rio Uaupés. Ali vive um grupo indígena da etnia Tukano com uma população de aproximadamente 50 pessoas.

A vila é constituída de oito edificações sendo uma igreja ao lado da qual está a maior delas que abriga o Centro Social MA Clube. Esse centro comunitário é coberto por um telhado em quatro águas, tendo na sua fachada frontal uma composição de portas e janelas que lembra a "casa bandeirante" paulista. Como observado nas outras localidades a igreja é o referencial hierarquizador da composição espacial das construções. Nesse caso as coberturas eram todas de telhas de alumínio e as paredes feitas de "taipa de sopapo". À direita da igreja, no canto mais afastada, está a casa do "capitão" José, que a exemplo das outras moradias tinha cobertura em duas águas, com uma varanda na frente e um anexo ao fundo, onde se encontra a área para preparo das refeições. Isolada e próxima ao roçado está situada a casa de farinha da comunidade composta de um forno e todos os apetrechos para o processamento da mandioca.



Vista geral do Matapi



Igreja do Matapi



Centro Social de Matapi



Casa do Cap. José Tukano

A próxima referência foi **Taracuá**, e desta vez o conjunto surpreendeu pela imponência e tamanho das construções. Trata-se de uma grande igreja de arquitetura semelhante a de São Gabriel da Cachoeira, o colégio das freiras, o colégio dos padres e um hospital, todos emoldurados por uma seqüência de quatro grandes elevações rochosas que denotam a importância estratégica desse ponto na rota para Iauaretê. É como se demarcasse algum acontecimento que não seria menos importante que a desembocadura do rio Tiquié ao longo do qual distribuem-se mais de cinqüenta comunidades.



Vista geral de Taracuá

O próximo ponto da rota é uma parada inevitável, trata-se da cachoeira intransponível de Ipanoré. O lugar é referência mitológica do povo Tukano, que teria saído originalmente de um "buraco" de formato circular encontrado entre as corredeiras.



O buraco de Iponoré – Baixo rio Uaupés – de onde teria saído por terra a humanidade

Em Ipanoré, outra referência importante está ligada a profanação do mito do Jurupari, como estratégia de desestruturação da organização social das populações indígenas. Nesse ponto da Rota, referências de uma outra realidade estão presentes através da utilização de transporte motorizado que atravessa uma vicinal asfaltada, de mais de seis quilômetros de relevo acidentado, para fazer a transposição até o outro lado – Urubuquara.

Tanto em Ipanoré, como em Urubuquara, verifica-se a presença das igrejas e das casas construídas a partir da mesma tipologia, além dos centros comunitários



Iponoré – Transposição da cachoeira

Na margem oposta de Urubuquara encontra-se a localidade de Pinú-Pinú. Continuando a Rota registram-se as localidades de Nova Esperança, São Francisco, Marabitana, São José, São Luis, Loiro, Paraná Jucá, Juquira Ponta, Aracú Ponta, Ilha de São João e Iauaretê.



Embarque em Urubuquara – Canoa Tucano

Em Marabitana, tem-se uma referência de um sítio arqueológico que informa a respeito da época de ocupação dessa região pelos antigos, sinais inequívocos da presença dos ancestrais indígenas. Em todas essa localidades notamos traços comuns aos tipos de agenciamentos dos espaços. As referências estão sempre relacionadas a elementos da natureza: acidentes geográficos como desembocaduras de rios, cachoeiras, corredeiras e elevações rochosas, enfim marcos da paisagem apropriados pelas diversas culturas ao longo do tempo, sem dúvida carregados de significados constituindo bens intangíveis.

Essas referências culturais são de domínio exclusivo dessas populações que, em última instância, são responsáveis pela sua inserção, ou não, no que se poderá identificar como patrimônio cultural desses povos.

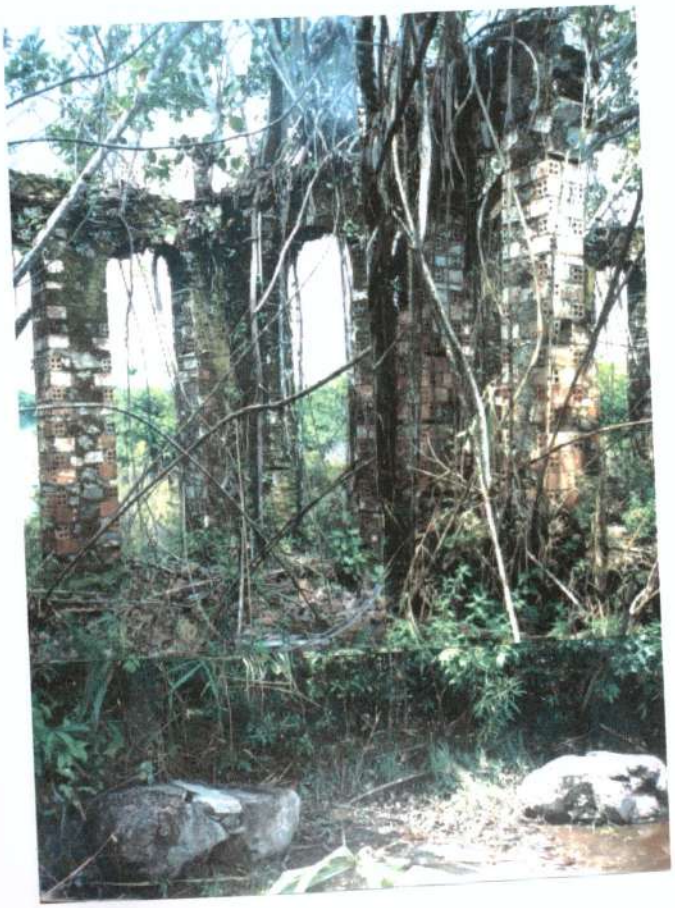
As Ruínas do Manduca

Uma referência importante investigada na Rota, presente em várias manifestações dos indígenas da região, inclusive os componentes da nossa expedição, parece ser um conjunto de ruínas que registramos e foram identificadas como a antiga residência de um coronel de barranco, conhecido como Manduca, que por algum tempo controlou o acesso ao rio Uaupés. Alguns autores registraram sua presença e seus desmandos na região, como no texto de Dominique Buchillet:

> *"No início desde século, veio se instalar uma família de nordestinos na ilha de Bela Vista, no Baixo Uaupés: a família Albuquerque. Um deles, Manduca, que recebeu o título de 'Diretor de Índios' pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi tristemente célebre pelos abusos e maus tratos que infligiu aos índios da região. Ele é responsável por vários estupros e mortes*

de índios. Morreu no Rio de Janeiro de uma doença desconhecida. Dizem os índios que um pajé do Tiquié teria feito uma 'cerimônia' para provocar nele uma doença incurável" (Buchillet, s/d: 18-19).

Esse conjunto inserido na paisagem poderá vir a ser considerado como patrimônio, desde que relacionado à memória e aos valores culturais de um determinado tempo. No caso das ruínas do Manduca, no baixo rio Uaupés, tratam-se de fatos desagradáveis vinculados à história do relacionamento entre indígenas e não-indígenas. Essas memórias da dominação, de valor emblemático, parecem ser responsáveis pela manutenção das ruínas enquanto símbolo de algo que não deve ser esquecido. Uma referência simbólica à superação da opressão e à afirmação da liberdade. Esse registro se mantêm vivo, como se pode observar no depoimento dado por um Tariano, em Iauaretê: *"...as ruínas do Manduca estão lá. Você olhando pode ver a pedra em que ele amarrava os índios. Todo mundo tinha medo e raiva dele, ele era muito perverso. Nós contamos essa história para nossos filhos e para as crianças na escola para que eles sempre lembrem"* (A. O.).



Ruínas do Manduca

As elevações rochosas

No baixo Uaupés, a Rota Cultural considerou as imponentes *formações rochosas* tais como a Serra do Jaboti, a Serra do Tucano e a Serra da Mucura, cujas toponímias sugerem seu pertencimento a um contexto cultural específico. Fazem parte de algum momento da memória dos que ocuparam e ocupam a região. São, portanto, passíveis de uma classificação carregada de elementos históricos incluindo-se enquanto patrimônio paisagístico do lugar, que não seria reconhecível sem sua presença marcante tanto geográfica quanto culturalmente.

Ao se percorrer aquele trecho de rio, o tempo se associa a esses marcos notáveis e cria uma dimensão inusitada, como por exemplo, "a chuva durou da Serra do Jabuti até a Serra do Tucano" ou "perseguiu-se os invasores desde Ipanoré até a Serra da Mucura", criando-se a partir daí uma noção de grandeza relacionada ao espaço geográfico.



Serra do Jaboti



Serra da Preguiça

Coletamos os dados preliminares para um inventário diferenciado para enquadrar esses elementos notáveis da paisagem. Isso deverá ser realizado através de um trabalho específico de resgate junto a memória dessas populações da importância dessas referências.

O Distrito de Iauaretê

A exemplo de *Taracuá*, avista-se ao longe o conjunto com as imponentes edificações da missão que marcam a paisagem de *Iauaretê*. Percebe-se tratar de um centro com características urbanas bem definidas. Ali, na confluência do Uaupés com o Papuri, implantara-se num ponto estratégico da fronteira Brasil/Colômbia, de um lado a vila de Santa Maria, um dos maiores povoados da localidade onde, além da característica igreja e moradias, está localizado o prédio da FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Do outro lado, a sede propriamente dita do distrito de Iauaretê. Na margem esquerda do rio Papuri avista-se uma edificação, posto policial, que sinaliza com bandeiras hasteadas o território colombiano.

O *porto de Iauaretê* está localizado próximo ao *bairro do Cruzeiro*, sobre uma formação de lajes rochosas onde estão atracadas diversas canoas. Nota-se a ausência de barcos de maior porte, devido à seqüência de cachoeiras ao longo do rio Uaupés. O lugar do porto é ponto de referência da comunidade, como em outras localidades à beira-rio. Ali se desembarcam mercadorias, chegam notícias dos sítios próximos, lava-se a roupa e toma-se banho. Partindo das pedras, ergue-se uma escadaria em concreto o que denota certa importância ao lugar.



Vista geral de Iauaretê



Fronteira com a Colômbia

A chegada de "forasteiros" sempre provoca curiosidade nos habitantes do vilarejo, que acorrem até a beira procurando se inteirar dos motivos que trazem os viajantes até aquele ponto distante no alto rio Uaupés. O trajeto percorrido pelos recém-chegados, do porto até a hospedagem, dá a primeira impressão, em terra, do lugar. Os moradores observam os visitantes e "cobram" uma apresentação. Dessa maneira, a cada interpelação há uma parada para apresentações, tendo o anfitrião o cuidado de mencionar uma breve descrição dos estranhos, o objetivo da viagem e o tempo de estadia. Assim a população indígena da vila rapidamente toma conhecimento dos novos hóspedes e prepara, à sua maneira, os cenários onde os mesmos serão recepcionados.



Comunidade de Santa Maria

"Pedindo a benção": no quartel, na missão e na comunidade

a) No quartel

No dia seguinte, após a chegada, providencias protocolares necessitam ser encaminhadas. Como disse um indígena Tariano *"é preciso 'tomar a benção' dos militares, depois dos missionários e também falar com o líder comunitário"*. Assim denota-se um perfil hierárquico a respeito do controle exercido atualmente naquela região de fronteira.

O quartel do 1° Pelotão Especial de Fronteira, que faz parte do 5° Batalhão de Infantaria de Selva (5° BIS), subordinado ao Comando Militar da Amazônia (CMA), está localizado na parte leste de Iauaretê. A estrutura do quartel contrastava com o restante das instalações do vilarejo. Seus prédios em madeira e o gramado bem aparado davam a impressão de se estar em qualquer outra base militar, com seus alojamentos e refeitórios separados em função das patentes, bem como o atendimento de saúde voltado para a população local.



Instalações do 1° Pelotão do Exército

A apresentação de nossas credenciais deu-se junto ao oficial do dia. O responsável pela identificação examinou a documentação (carteiras de identidade, cartas e ofícios encaminhados ao CMA e outras instituições) e providenciou cópias xerográficas para seu arquivo, trazendo um livro de ocorrências onde fez os registros de praxe e solicitou aos visitantes que assinassem.



Portal do 1° PEF

Quando a equipe do IPHAN solicitou informações sobre acervo bibliográfico e documental do quartel, no sentido de contribuir para o conhecimento da região, o oficial rapidamente informou que aquela *"base não dispõe de nenhum material desse tipo; encontramos a maior dificuldade para conseguir coisas, às vezes, muito simples. Vocês podem não acreditar, mas aqui a gente passa a maior privação devido ao isolamento a que estamos submetidos. O avião, atualmente, só pousa aqui duas vezes por semana, e ainda assim não traz tudo que a gente precisa"*. Apesar das dificuldades, expressas no depoimento, o trabalho do exército foi enaltecido na perspectiva de que estaria colaborando com a integração nacional, prevalecendo ainda à idéia de integrar o índio a sociedade nacional.

O contingente militar do distrito é composto em sua maioria por indígenas da região do Alto Rio Negro. O serviço militar, conforme testemunho de diversas famílias e militares indígenas, é encarado como alternativa econômica para garantia da sobrevivência. A presença militar na região tende a se intensificar com a implantação do SIVAM (Serviço de Informação e Vigilância da Amazônia), conforme depoimentos do líder comunitário, que na ocasião expressou sua preocupação com a possibilidade da implantação de novas instalações militares que trariam a princípio *"mais de 600 famílias para Iauaretê"*.

Com os conflitos existentes na região da fronteira com a Colômbia, a questão da "segurança nacional" estava sempre presente. Tomamos conhecimento de grupos guerrilheiros que, utilizando-se muitas vezes dos laços de parentescos, usufruíam do apoio logístico nos dois lados da fronteiras. No entanto, os limites fronteiriços políticos geográficos das nações indígenas não correspondem àqueles estabelecidos

pela ordem institucional imposta internacionalmente pelas nações legalmente reconhecidas.

b) Na missão

Localizada no lado oposto do distrito, em relação ao quartel, estão as imponentes construções da Missão Salesiana. O conjunto é formado por quatro grandes edificações:

- Igreja matriz (chamada de catedral pelos religiosos), construída em alvenaria com capacidade para 400 lugares, com piso de ladrilho hidráulico, janelas e portas em ogivas góticas, vitrais nas cores amarelo e azul.
- Prédio do internato das irmãs, esse também em alvenaria e com dois pisos abrigando no pavimento térreo salas de aula e administração escolar, cantina e oficinas. No pavimento superior, a residência das religiosas.
- Prédio do internato dos padres, construído em madeira com dois pisos. O térreo, todo avarandado, abriga salas de aula, administração, biblioteca e cantina. No pavimento superior fica o alojamento de alunos e religiosos.
- Prédio escolar é interligado aos internatos dos religiosos por meio de passarelas cobertas. É constituído de duas edificações uma mais antiga e outra mais recente. Estando em início as obras de uma outra edificação para ampliar a quantidade de salas de aulas devido à demanda.



Igreja de São Miguel

Em frente a esse conjunto arquitetônico, do outro lado da via num plano inferior sobre uma rocha voltada para as "perigosas" corredeiras da cachoeira de Iauaretê, ergue-se um pequeno prisma de formato piramidal em cujo nicho trapezoidal de pequena profundidade abriga a imagem de uma santa recortada numa folha metálica pintada em esmalte.



Missão Selesiana



Colégio Selesiano

Como os militares, os religiosos exercem influência enquanto representantes de instituição mediadora da conduta e da organização social no vilarejo. Faz-se necessária uma apresentação formal para justificar a presença dos visitantes naquele local. No entanto, essa apresentação dá-se de maneira mais branda, sem a necessidade de expor documentos pessoais ou oficiais, bastando uma identificação verbal. Também se observa o contraste entre o padrão de infraestrutura disponível aos religiosos em relação aos *"nativos"*, conforme denominação empregada por uma das religiosas. A Missão, além de desempenhar a função de orientadora espiritual e educacional, atividades intimamente relacionadas, opera como fonte de emprego e recursos para a sobrevivência de algumas famílias.

Percebe-se uma divisão entre atuações dos padres e das freiras; enquanto essas são mais afetas e dedicadas ao dia a dia, com os problemas da educação e saúde, os padres, além da educação e administração paroquial, atuam de maneira intensa na organização comunitária. Conhecem e mantêm o cadastro de todos os 64 povoados do distrito de Iauaretê, nos quais contam com o trabalho de um catequista que auxilia no projeto evangelizador.

Sabe-se que as ordens religiosas na Amazônia são detentoras de importante acervo documental e histórico referente aos povos indígenas. Não é diferente no alto rio Negro onde os salesianos elaboraram ao longo dos anos uma série de registros etnográficos a partir dos quais desenvolveram – e continuam a desenvolver – estratégias para a evangelização. Em Iauaretê, quando solicitados sobre a possibilidade de nos franquear o acesso ao acervo existente na missão, de pronto surgiram dificuldades as mais diversas, como se pode ver pela explicação

apresentada por um religioso responsável de plantão: *"no momento não será possível, pois estamos em recesso escolar e aproveitamos para reestruturar o espaço da biblioteca, assim como para catalogar e classificar o material com o auxilio dos computadores. Acredito, também, que o material de que dispomos é muito pouco e pouca coisa será de interesse de vocês"*. Mas se perguntados pelos dados "disponíveis" sobre as comunidades, tais como população e localização, não haviam grandes recusas. A mesma atitude adotamos na arquidiocese de São Gabriel da Cachoeira, quando se tratou de pesquisar os arquivos da missão.

c) Na comunidade

Em toda situação de primeiro contato com uma comunidade faz-se necessário um "ritual" de apresentação às autoridades locais. Tanto maior essa necessidade no caso específico dessa localidade que historicamente viu-se invadida pelos mais diversos tipos de forasteiros com os mais variados interesses desde científicos, religiosos e mercantilistas predatórios como no caso recente dos garimpos. Assim deve-se buscar, o mais rápido possível, estabelecer referências junto as lideranças reconhecidas pela comunidade. Muitas vezes não é fácil encontrar tais lideranças disponíveis para assumir mais uma responsabilidade relativa a presença dos "estranhos" que inevitavelmente será motivo de cobranças de todos aqueles que estão curiosos em saber dos por quês daquela gente nova no pedaço.

Obedecendo a padrões ritualísticos de apresentação adequados a localidade, considerando questões hierárquicas de clãs locais, o encontro com a liderança eleita pela comunidade dá-se em espaço público apropriado para tais ocasiões – o Centro Comunitário. Apesar da companhia de um indígena, que representava importante família da região, fora necessário uma série de informações complementares, até então não exigidas antes mesmo da apresentação de toda a documentação disponível que por si só não seria suficiente para justificar a presença dos "estrangeiros".

Todo assunto envolvendo aspectos relativos à cultura, como aqueles tratados na exposição de motivos no momento da apresentação dos visitantes, diz respeito a toda a comunidade tornando necessário uma apreciação coletiva de todas as ações ou projetos a serem desenvolvidos no lugar. Uma plenária é convocada para tomar

conhecimento e opinar sobre quaisquer propostas que venham, de alguma maneira, interferir no cotidiano da população local.

Nem militares ou religiosos foram tão rigorosos nos critérios de apreciação das credenciais e conteúdos envolvidos nas justificativas da presença de novas pessoas. Ficando patente à importância das organizações indígenas legitimando, em última instância, a autodeterminação dessas populações.

O distrito de Iauaretê, segundo informações obtidas na sede da paróquia de São Miguel Arcanjo de Iauaretê, tem uma população de aproximadamente 6.000 pessoas, distribuídas em 64 povoados, sendo 22 comunidades no que estabeleceram chamar de "centro". São 17 etnias agrupadas por suas especificidades étnicas em bairros, cada qual com sua infraestrutura básica estabelecida a partir das ruas com as moradias, da capela e do Centro Comunitário.

Antecedentes históricos ligados à presença dos religiosos em contato com população da região explicam, em certa medida, as condicionantes que moldaram ao longo de três séculos a configuração da cidadezinha, tipicamente amazônica, implantada numa elevação a beira de um rio, junto a um acidente geográfico importante, a exemplo do que se verifica em São Gabriel da Cachoeira, hoje o centro urbano mais desenvolvido da região que se estende do médio ao alto Rio Negro.

A localidade de Iauaretê, no alto Uaupés, aparece como ponto de referência estratégico na fronteira entre o Brasil e a Colômbia.

Junto à *cachoeira de Iauaretê,* na confluência entre o rio Papuri e Uaupés, havia uma grande maloca conforme relato de Alfred Russel Wallace após sua chegada a Iauaretê:

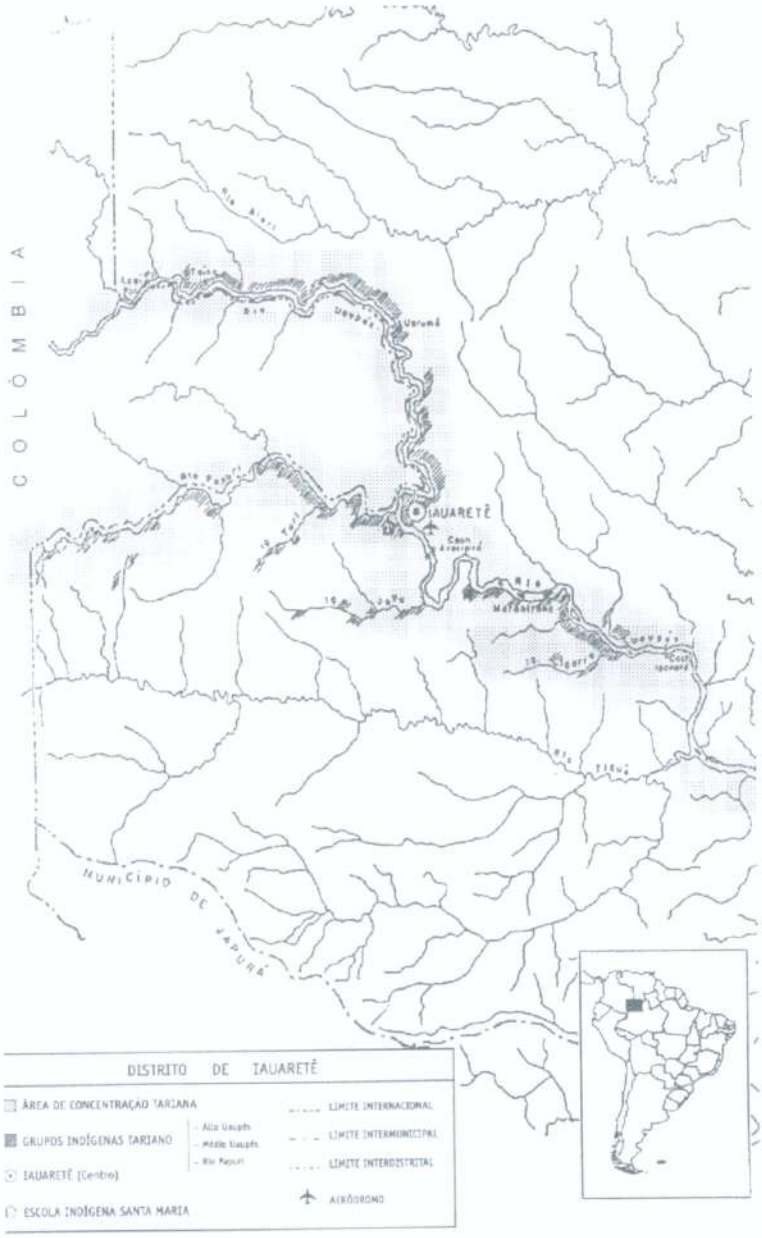
> *"Esta era, no gênero, uma imponente edificação. Media 115 pés de comprimento, 75 de largura e 25 de altura, tendo, como sempre, as tradicionais vigas e folhas de palmeiras negras como azeviche, devido às fumaças de muitos anos. Ao lado da maloca havia cerca de uma dúzia de pequenas habitações privadas, formando assim um pequeno povoado"* (Wallace, 1979, p.182).

A sede do distrito de Iauaretê estrutura-se hoje a partir do que denominam de Centro, sendo composto por áreas de assentamentos urbanos caracterizado como bairros. Os bairros em número de 10, que compões esse núcleo urbano são: Santa Maria. São Pedro, Fátima, São Miguel, Aparecida, Dom Bosco, Cruzeiro, Dom Pedro Massa, Domingos Sávio e São José. A zona rural é subdividida em áreas

relacionadas aos trechos dos rios totalizando 64 comunidades, conforme informação dos religiosos.

A vida se "urbaniza" em torno da Missão, aparecendo nos bairros, nas residências unifamiliares, nas capelas, nos centros comunitários, no comércio, na energia elétrica dos hospitais e no quartel.

A vida se transforma assim como a paisagem se modifica pelo passar dos tempos. A dimensão regional ganha importância e significado a partir da capacidade de incorporação dos novos símbolos e imagens. Os espaços integram-se numa nova dinâmica, capaz de operar reconquistas de valores sempre presentes na memória coletiva.



Distrito de Iauretê

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *Não importa onde, há sempre um ' centro do mundo'. Uma vez nesse centro, estais em vossa casa, estais efetivamente no verdadeiro 'ipse'(si) e no centro do cosmos. O exílio ajuda-vos a compreender que o mundo nunca vos é estranho desde o momento em que tenhais um centro.*
>
> Mircea Eliade, "*A provação do labirinto*".

Ao acompanharmos a evolução da idéia de patrimônio nas tantas acepções que apresentou no decorrer de mais de dois séculos, verificamos que a arquitetura se sobressai entre os outros referentes culturais, pela sua presença na paisagem, concretizando a memória do trabalho e do investimento de gerações. Da maloca Tariano ao Teatro Amazonas; da aldeia Yanomami ao Centro Histórico de Manaus; dos grandes conjuntos arquitetônicos das Missões do Alto Rio Negro ao Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus, em todo esse *corpus* patrimonial estão presentes a capacidade humana de organizar, articular e contextualizar um certo espaço num tempo histórico determinado, fazendo-nos refletir sobre a dimensão antropológica do ato de edificar, ao realizar a transformação do meio natural num meio humano e habitável.

Quanto ao patrimônio histórico urbano da cidade de Manaus, mais do que nunca é conveniente repetir as advertências de Argan (1998) há vinte anos atrás, lembrando que as cidades são bens culturais em seu conjunto, sendo "inútil sanear bairros antigos se não se cuida de lhes restituir uma função real, não apenas artificiosa. Não se pode condenar os centros históricos a uma existência de museus" (Argan, 1995, p.249). Ao mesmo tempo, não se pode imaginar a recuperação do centro histórico sem o beneficiamento das periferias, que no caso específico de Manaus, são também as "franjas" dos igarapés que cortam e contornam seu Centro Histórico, lembrando as palavras de Milton Santos (1994, p. 49), "os pobres e a economia pobre se instalam dentro das metrópoles e, às vezes, no seu centro, nas áreas abandonadas pelas atividades mais poderosas". Resgatar as periferias de sua condição de inferioridade e de semicidadania, reconectando-as com o espaço e o tempo históricos da cidade, é hoje uma das tarefas fundamentais de todos os que se envolvem na gestão do espaço e do dinheiro público. Mais do que cidadãos, são eles

os protagonistas na cena pública, dessa odisséia em que se transformou a vida urbana nas cidades brasileiras.

O processo de metropolização da cidade de Manaus pode nos legar, se estivermos atentos às ações das autoridades no espaço urbano, um resgate histórico e novos espaços de significação. Na gestão desse processo deve haver o comprometimento público em garantir o exercício dos direitos culturais do cidadão, garantindo-lhe o acesso ao uso dos bens históricos que lhe possam ser subtraídos através de transferência desse uso ao poder privado, como no mencionado exemplo do recente arrendamento da área portuária central da cidade. Esse particular processo urbano tece uma paisagem metropolitana de isolamento e solidão (Leite, 2001, p.433) que, ao mesmo tempo em que desafia nossa necessidade de estabelecer referências estáveis, nos oferece inúmeras chances de reestruturar essa própria paisagem, numa contínua história de apropriação e uso do espaço.

Por outro lado, os novos conhecimentos resultantes dos projetos e estudos arqueológicos que vem ocorrendo no território do município de Manaus, vão demonstrar seu potencial também como instrumental de gestão urbana, podendo incrementar a discussão em torno de estratégias de preservação do patrimônio arqueológico em âmbito municipal, de acordo com a legislação nacional e as recomendações internacionais. As estruturas e vestígios históricos e pré-históricos, resgatados durante o processo contínuo de reocupação do solo urbano de Manaus, quando interpretados, nos contarão a história dessa paisagem, cujas formas, presentes ou pretéritas, nos remetem à idéia de transformação. Quando reincorporados ao tecido urbano na forma de circuitos de visita, seja para ações de educação patrimonial ou oferecidas à atividade do turismo cultural, comprovarão o papel propedêutico do patrimônio sugerido por Choay (2001, p.257), agregando às três dimensões do espaço humano, uma quarta dimensão de apreensão: o tempo.

Nossa colaboração de tantos anos com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, como agentes de preservação dessa que é hoje a mais antiga instituição gestora do patrimônio no Brasil, nos permite deixar aqui registradas algumas sugestões, a título de contribuição para uma reflexão sobre os necessários ajustes institucionais, neste momento que ainda se apresenta como transição político-administrativa. Realizar a crítica destemida e positiva de nós

mesmos seria desejável, estudando as possibilidades da atuação do Instituto tender para um caráter mais didático e exemplar, sem com isso abandonar sua responsabilidade de concorrer para a proteção do patrimônio cultural nacional. Definir seu papel junto à sociedade, assumindo a necessidade de uma reestruturação medular da instituição, seria uma forma de renovar o fôlego para enfrentar os múltiplos conflitos e questões inerentes à defesa do patrimônio; pode ser também, uma maneira de reverter o papel burocrático, meramente reativo e cartorial, em que se transformou o exercício do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural. Talvez seja o tempo de reassumir um destino e uma reflexão que foram sendo esquecidos, substituídos pela dura prática de dar cumprimento a tarefas de caráter policial, cada vez mais áridas.

Na medida em que se supõe que os órgãos locais de patrimônio no Brasil estejam assumindo as ações específicas de proteção – tombamentos, inventários, registros, portarias e legislações complementares, entre outras – o IPHAN poderia voltar-se para uma maior interatividade com a própria pesquisa sobre a natureza do objeto e dos mecanismos de preservação ao patrimônio cultural, aí incluindo definitivamente os inventários de referências culturais nos estados da Amazônia, como desafio aos paradigmas patrimoniais.

Aos arquitetos e aos outros profissionais envolvidos na questão urbana, caberia convidá-los a enfrentar uma gestão real e honesta do patrimônio cultural das cidades do Amazonas, embasada numa maior produção de investigações e trabalhos que considerem a cidade como uma entidade histórica absolutamente unitária, a começar por Manaus, pólo irradiador de todas as experiências urbanísticas que se replicam pelas cidades-sedes do interior do Estado. É urgente que reabilitemos o *projeto* (arquitetônico e urbanístico) como instância de produção desse espaço, como etapa de discussão e negociação prévias à intervenção urbana, e como forma de reverter a homogeneização das propostas que vem sendo implantadas, padronizadas e totalmente alheias à diversidade histórica e paisagística dos vários centros urbanos no Amazonas.

Aos cidadãos brasileiros, caberia resgatar como patrimônio invejável e altamente positivo, toda essa nossa capacidade de sintetizar, relacionar e conciliar, criando zonas e valores ligados à alegria, ao futuro e à esperança. A capacidade de

ainda deslumbrar-se com a sociedade, e de praticar atitudes e mentalidades positivas para que "as coisas dêem certo", como escreveu o antropólogo DaMatta:

> "Talvez a sociedade brasileira seja missionária dessa possibilidade que já está se esgotando no mundo ocidental, porque mantemos a fé no indivíduo e na sociedade, descobrindo que ele, relações, família e partido político, instituições econômicas e esferas de produção e consumo podem se juntar no futuro, na síntese positiva que atualmente já realizamos no mundo das festas, com o Carnaval [*e a Festa dos Bois de Parintins, no Amazonas*]. Algo que permita ter um pouco mais da casa na rua e da rua na casa, que permita ter aqui, neste mundo, as esperanças que temos no outro" (1986, p. 121).

Para finalizar, diríamos que em muitos momentos do presente relato, o diálogo com Mircea Eliade nos aproximou de nossa própria aventura de descobertas na Amazônia, num exílio que escolhemos e assumimos como parte de nosso destino. Esta experiência (o exílio) tem para muitos o valor de uma iniciação, na qual Eliade aconselha que não se deve dar espaço a sentimentos que paralisam a criatividade e que anulam a qualidade de vida. Numa metáfora literária da vida como uma obra escrita, o sábio Eliade (1987, p. 73) nos orienta a seguir mais o exemplo de Dante que de Ovídio, "(...) porque Ovídio era um proscrito – e a sua obra é uma obra de lamentações e de saudades, dominada pela nostalgia das coisas perdidas – enquanto Dante aceitava essa ruptura, aproveitando-a como raiz da sua inspiração. (.....) É preciso aceitar a ruptura e, sobretudo, criar. A criação é a resposta que podemos dar ao destino".

Decreto-lei nº 25
de 30 de novembro de 1937

ORGANIZA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:



CAPÍTULO I
Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.
§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Artigo 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;
2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;
3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuam sujeitas à lei pessoal do proprietário;
4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas,

educativas ou comerciais;
6°) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único: As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II
Do Tombamento

Artigo 4° - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1° desta lei, a saber:

1°) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2° do citado art. 1°;
2°) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
3°) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;
4°) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1° - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.
§ 2° - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Artigo 5° - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Artigo 6° - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Artigo 7° - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário

anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Artigo 8° - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Artigo 9° - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1°) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;
2°) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;
3°) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 10° - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6° desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III
Dos efeitos do tombamento

Artigo 11 - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Artigo 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1° - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por centro sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou *causa mortis*.
§ 2° - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiveram sido deslocados.
§ 3° - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Artigo 14 - A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1° - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinqüenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.
§ 2° - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.
§ 3° - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Artigo 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Artigo 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinqüenta por cento do dano causado.

Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 19° - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância eme que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1° - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.
§ 2° - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.
§ 3° - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Artigo 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1° desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV
Do direito de preferência

Artigo 22 - Em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1° - Tal alienação não será permitida sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.
§ 2° - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.
§ 3° - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.
§ 4° - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.
§ 5° - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.
§ 6° - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V
Disposições gerais

Artigo 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Artigo 24 - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Artigo 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Artigo 26 - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Artigo 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinqüenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinqüenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo único: A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil-réis por conto de réis ou fração que exceder.

Artigo 29 - O titular do direito de preferência goza de

privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 30 - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116° da Independência e 49° da República.

Getúlio Vargas
Gustavo Capanema

Carta de Veneza
de maio de 1964

II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS



Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.

É, portanto, essencial que os princípios que devem presidir à conservação e à restauração dos monumentos sejam elaborados em comum e formulados num plano internacional, ainda que caiba a cada nação aplicá-los no contexto de sua própria cultura e de suas tradições.

Ao dar uma primeira forma a esses princípios fundamentais, a Carta de Atenas de 1931 contribui para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade de ICOM e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico se dirigem para problemas cada vez mais complexos e diversificados. Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta para aprofundá-las e dotá-las de um alcance maior em um novo documento.

Consequentemente, o Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, aprovou o texto seguinte:

Definições

Artigo 1° - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular,

de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

Artigo 2° - A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental.

Finalidade

Artigo 3° - A conservação e a restauração dos monumentos visam a salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico.

Conservação

Artigo 4° - A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.

Artigo 5° - A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

Artigo 6° - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Artigo 7°- O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Artigo 8° - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação.

Restauração

Artigo 9° - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar

os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjeturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Artigo 10° - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Artigo11° - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Artigo 12° - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Artigo 13° - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.

Sítios Monumentais

Artigo14° - Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes.

Escavações

Artigo 15° - Os trabalhos de escavação devem ser executados em conformidade com padrões científicos e

com a "Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matéria de Escavações Arqueológicas", adotada pela UNESCO em 1956.

Devem ser asseguradas as manutenções das ruínas e as medidas necessárias à conservação e proteção permanente dos elementos arquitetônicos e dos objetos descobertos. Além disso, devem ser tomadas todas as iniciativas para facilitar a compreensão do monumento trazido à luz sem jamais deturpar seu significado.

Todo trabalho de reconstrução deverá, portanto, deve ser excluído *a priori*, admitindo-se apenas a anastilose, ou seja, a recomposição de partes existentes, mas desmembradas. Os elementos de integração deverão ser sempre reconhecíveis e reduzir-se ao mínimo necessário para assegurar as condições de conservação do monumento e restabelecer a continuidade de suas formas.

Documentação e Publicações

Artigo 16° - Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhadas pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.



Decreto nº 3.551
de 4 de agosto de 2000

INSTITUI O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL QUE CONSTITUEM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, CRIA O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no Artigo 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998,

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Artigo 2º - São partes legítimas para provocar a instauração

do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Artigo 3° - As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá aoConselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1° A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2° A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3° A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4° Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5° O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados
da data de publicação do parecer.

Artigo 4° - O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Artigo 5° - Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título
de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Consultivo do

Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos
do § 3° do Artigo 1° deste Decreto.

Artigo 6° - Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Artigo 7° - O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre
a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil".
Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Artigo 8° - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura,
o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Artigo 9° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179° da Independência e 112° da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO

AMAZONAS

GOVERNO PAULO PINTO NERY

ANO LXXXVIII | MANAUS, QUARTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1982 | NÚMERO — 25.018

Ato do Poder Legislativo Estadual

LEI N.º 1523 DE 26 DE MAIO DE 1982

DISPÕE sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas, CRIA o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS,

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I :

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico

Art. 1.º — Todo o conjunto de bens imóveis e móveis existentes nos limites do Estado, que tenham vinculação com fatos e datas memoráveis da História do Amazonas, ou que se revistam de notável valor arqueológico, histórico, etnológico, paleográfico, paisagístico, bibliográfico, artístico ou arquitetônico, tem sua conservação, disposição e uso considerados de interesse público, para fins de tombamento e proteção, como parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.

§ 1.º — Para os fins deste artigos, os bens devem estar compreendidos em um dos seguintes itens:

I — Construções e obras de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativa de determinado estilo ou época;

II — Prédios, monumentos e documentos intimamente vinculados a fatos memoráveis da História estadual ou a pessoal de excepcional notoridade no campo das artes, das letras e das ciências;

III — Monumentos naturais, logradouros, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pela indústria humana, que possuam especial atrativo ou sirvam de "habitat" a espécimes interessantes da flora e fauna regionais;

IV — Sítios arqueológicos;

V — Bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural.

§ 2.º — incluem-se entre os bens sujeitos a tombamento, pelo seu valor histórico ou arquitetônico, os monumentos fúnebres existentes nos cemitérios, cuja proteção e conservação são de interesse público.

§ 3.º — Os bens mencionados no item I, do parágrafo 1.º, bem como os monumentos naturais, logradouros, sítios e paisagens agenciados pela indústria humana somente serão passíveis de tombamento quando contarem mais de 20 (vinte) anos de existência.

Art. 2.º — As disposições da presente Lei aplicam-se aos bens pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas tanto de direito privado como de direito público interno, ficando excluídas de seus efeitos as obras de origem estrangeira:

I — que pertençam às representações diplomáticas consulares estabelecidas no Estado;

II — que pertençam às casas de comércio de antiguidade ou de objetos de arte;

III — que sejam trazidas ao Amazonas para exposições de cunho comemorativo, educativo ou comercial;

IV — que sejam importadas por empresas estrangeiras para servirem de adorno aos seus estabelecimentos sédiados no Amazonas;

V — que se incluam entre os bens sujeitos às normas do artigo 10 da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único — As obras mencionadas nos itens IV e V terão que vir acompanhadas das respectivas licenças para livre trânsito, expedidas pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 3.º — Na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, competirá ao Poder Público Estadual, por seus órgãos específicos:

a) cooperar, estreitamente, com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na preservação, restauração e utilização dos bens tombados ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

b) realizar o tombamento, através de inscrição nos livros respectivos, dos bens móveis e imóveis, naturais ou culturais, julgados de relevante valor, de acordo com a Lei;

c) promover e assegurar a preservação da paisagens e formações naturais características da fisiografia da região amazônica;

d) promover medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e religioso do Estado do Amazonas;

e) promover a defesa, a restauração e a manutenção dos monumentos artísticos, históricos, arqueológicos, religiosos, bibliográficos e paisagísticos inscritos nos Livros de Tombo;

f) coordenar e orientar as atividades dos museus estaduais e outros órgãos prestando-lhes assistência técnica, quando solicitado;

g) inventariar e preservar os arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares cujos documentos interessem a História do Amazonas;

h) assegurar a perpetuidade dos cemitérios, dotadas à proteção dos monumentos fúnebres de valor histórico ou arquitetônico;

i) assegurar a integridade de bens que tenham sua presentação específica no artigo 1.º, isolando-os sob proteção especial, indepe... processo de tombamento, pelo prazo ... 180 (cento e oitenta) dias, aos quais se ...

toda a manutenção e preservação previstas na presente Lei.

CAPITULO II

Do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas

Art. 4.º — Fica criado o CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO AMAZONAS, vinculado diretamente ao Gabinete do Vice-Governador do Estado.

Art. 5.º — Compete ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas a adoção de todas as medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão da ocorrência dos fatores referidos no artigo 1.º desta Lei.

Parágrafo único — Para efetivação do disposto neste artigo, caberá ao Conselho:

I — propor às autoridades competentes o tombamento de bens, assim como solicitar sua desapropriação, quando tal medida se fizer necessária;

II — celebrar convênios e acordos com entidades públicas ou particulares, visando à preservação do patrimônio tombado;

III — propor a compra de bens móveis ou o seu recebimento, em casos de doação;

IV — sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades do Conselho, ou a particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;

V — ter a iniciativa de projetar e executar, às expensas do Estado as obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares de que trata esta Lei;

VI — cadastrar os bens tombados na forma da legislação vigente;

VII — formular diretrizes a serem obedecidas na política de preservação e valorização dos bens culturais;

VIII — promover a preservação e valorização da paisagem e formações naturais características do Estado;

IX — orientar a formação de museus e casas de cultura;

X — promover a fiscalização da preservação dos bens tombados;

XI — deliberar sobre as propostas de cancelamento do bem tombado;

XII — adotar outras medidas que objetivem o atendimento de suas finalidades, assim como as previstas em regulamento.

Art. 6.º — O Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas compor-se-á:

I — do Vice-Governador do Estado;

II — do Secretário de Estado da Educação e Cultura;

III — do Secretário de Estado do Interior e Justiça;

IV — do Superintendente da Superintendência Cultural do Amazonas;

V — dos membros da Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico do Conselho Estadual de Cultura;

VI — de representante da Prefeitura Municipal de Manaus;

VII — de representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus;

VIII — de representante da Fundação Universidade do Amazonas;

IX — de representante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas;

X — de representante do Conselho de Arquitetos do Brasil — Seção do Amazonas;

XI — de representante da Academia Amazonense de Letras;

XII — de representante da Arquidiocese de Manaus.

§ 1.º — O Conselho será presidido pelo Vice-Governador do Estado, substituído, em caso de impedimento, pelo Secretário de Estado da Educação e Cultura.

§ 2.º — Os representantes dos órgãos enumerados nos itens VI e XII desteartigo serão nomeados pelo Governador do Estado mediante listas tríplices elaboradas pelos órgãos e entidades representados.

§ 3.º — Os membros do Conselho terão mandato não remunerado de 2 (dois) anos, podendo ser dispensados a qualquer tempo, permitida a recondução.

Art. 7.º — O Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas será ouvido em todos os casos que envolvam alienabilidade e disponibilidade das obras históricas ou artísticas bem como dos monumentos naturais, de propriedade, ou não, do Estado.

Art. 8.º — Os imóveis do Estado classificados como patrimônio histórico ou artístico deverão abrigar, com exclusividade museus da espécie, órgãos ou entidades, de caráter público.

Art. 10.º — A organização e o funcionamento do Conselho criado por esta Lei serão fixados em regulamento.

Art. 10 — O Poder Executivo instituirá órgão de apoio técnico e assessoramento ao Conselho, para execução da política e programas pertinentes ao colegiado.

CAPITULO III

Do Tombamento

Art. 11 — Tombamento é o processo pelo qual o Poder Estadual, por seus agentes, coloca o bem revestido de valor histórico, artístico ou paisagístico, etnográfico, arqueológico ou bibliográfico, sob a proteção do Estado, declarando-o como parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas.

§ 1.º — O otmbamento de que trata este artigo poderá ser total ou parcial, e far-se-á mediante Decreto, fundamentado em indicação e parecer conclusivo do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.

§ 2.º — No caso de tombamento parcial, deverão ser especificadas, com a maior objetividade possível, as características e demais informações pertinente à parte ou partes tombadas.

Art. 12 — O processo de tombamento obedecerá às seguintes etapas:

I — proposta de tombamento do bem, parcial ou total, feita ao Conselho, diretamente pelo interessado ou por instituição cultural;

II — resolução do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Astístico do Amazonas considerando o bem a ser tombado de notável valor

PODER EXECUTIVO

Governador: **Paulo Pinto Nery**

SECRETÁRIOS DE ESTADO

Chefe da Casa Civil ..... Ahuzio Humberto Aires da Cruz
Chefe da Casa Militar ..... Ten Cel PM Osório Fonseca Neto
Chefe da Auditoria Estadual de Controle Interno ..... Adérito da Costa Penafort
Representante em Brasília ..... Annibal Ramalho da Silva Nery
Secretário para Assuntos Extraordinários ..... João dos Santos Pereira Braga
Secretário de Comunicação Social ... Atias Augusto Bacelar
Secretário de Coordenação do Planejamento ..... Sérgio Alfredo Passos Figueiredo
Secretário da Administração ..... Guilherme Pinto Nery
Secretário da Educação e Cultura ... Aldo Gomes da Costa
Secretário de Saúde ..... Tancredo Castro Soares
Secretário da Energia, Habitação e Saneamento ..... José Ribamar Bentes Siqueira
Secretário de Fazenda ..... Feliamino Francisco Soares Filho
Secretário da Indústria, Comércio e Turismo ..... Francisco de Assis Moura
Secretário do Interior e Justiça ... Afonso Luiz Costa Lins
Secretário da Produção Rural ..... Bernardes Martins Lindoso
Secretário de Segurança ..... João Valente de Azevedo
Secretário do Trabalho e Serviços Sociais ..... Therezinha de Brito Nunes
Secretário dos Transportes e Obras ... Orlando Cabral Holanda
Procurador Geral do Estado ..... Daniel Isidoro de Melo
Procurador Geral da Justiça ..... Aderson Pereira Dutra

histórico ou artístico, arqueológico, paisagístico ou bibliográfico;

III — notificação pelo Conselho referido no item anterior ao proprietário do bem a ser tombado, assinalando-lhe prazo de trinta (30) dias para manifestar sua concordância ou não com o tombamento;

IV — decreto governamental, declarando o bem sob a proteção do Estado e mandando inscrevê-lo como parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.

Art. 13 — O tombamento de bens de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado será voluntário ou compulsório.

§ 1.º — O tombamento voluntário será feito sempre que o proprietário do bem solicitar ou anuir por escrito, à notificação que lhe for feita no prazo de trinta (30) dias contados do seu recebimento, e o bem indicado se revista de um dos requisitos estabelecidos no artigo 1.º desta Lei.

§ 2.º — No caso de o proprietário do bem impugnar, no prazo estipulado, o tombamento proposto, abrir-se-ão vistas, por igual tempo, ao proponente, para sustentar, justificadamente, a indicação feita, cabendo ao Conselho proferir a decisão final, da qual não caberá recurso de espécie alguma.

Art. 14 — O arrolamento dos bens considerados integrantes do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas far-se-á em quatro (4) livros assim enumerados:

I — Livro de Tombo de Bens Móveis de Valor Arqueológico, Bibliográfico, Histórico e Artístico;

II — Livro de Tombo de Edifícios e Monumentos Isolados;

III — Livro de Tombo de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos;

IV — Livro de Tombo de Monumentos e Paisagens Naturais.

Parágrafo único — Os bens móveis que forem integrantes do acervo do bem imóvel tombado serão discriminados, se for o caso, em livro de tombamento específico; extraindo-se a certidão competente, que ficará em poder do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.

CAPITULO IV

Dos Efeitos do Tombamento

Art. 15 — Aplicam-se aos bens tombados na forma prevista no Capítulo III as mesmas normas que regem os bens inscritos no Livro de Tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, além daquelas dispostas na presente Lei.

Art. 16 — Os bens tombados, que pertencerem ao Estado, serão inalienáveis, por natureza somente podendo ser transferidos para a União, mas sob a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 17 — Os bens objeto de tombamento na forma da Lei não poderão, em qualquer hipótese, ser destruídos, demolidos ou modificados, sem a prévia autorização do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.

§ 1.º — Qualquer reparo, pintura, restauração, e letreiro, luminoso ou não, só poderá ocorrer ou ser afixado no bem tombado, depois de devidamente autorizado, sob a orientação do órgão do Poder Público encarregado de sua proteção.

§ 2.º — Em se tratando de bens pertencentes ao Estado será tida como infratora a autoridade responsável pela inobservância do presente artigo.

Art. 18 — Na alienação dos bens tombados de propriedade particular, o Estado do Amazonas terá a preferência, devendo lhe ser ofertado, por escrito, o preço da alienação, para que o mesmo declare a sua opção, no prazo de trinta (30) dias.

§ 1.º — O direito de preferência não impede o proprietário de gravar o bem tombado com ônus real.

§ 2.º — Nenhuma venda judicial de bem tombado na forma desta Lei poderá ser realizada sem prévia notificação do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, não podendo igualmente ser expedido Edital de praça, sob pena de nulidade, antes de decorrido o prazo de trinta (30) dias para a resposta da notificação, a contar da data de seu recebimento.

Art. 19 — Ninguém, sem prévia autorização do órgão encarregado de promover a defesa e conservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas, poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construções e afixar cartazes ou anúncios que lhe impeçam ou reduzam a visibilidade.

Parágrafo único — O Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas estabelecerá, através de Resolução, as áreas abrangidas pela proibição constante deste artigo, definindo-lhes os limites e estipulando condições, as quais serão observadas pelas municipalidades do Estado.

Art. 20 — No caso de furto, extravio ou destruição do bem tombado, deverá o proprietário ou possuidor dar conhecimento ao Conselho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após decorrido o fato, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do valor do bem tombado.

Art. 21 — O bem tombado nos termos da presente Lei não poderá sair do território do Estado, sob pena de ser requerido o necessário sequestro e aplicada a multa correspondente a 10% (dez por cento) do respectivo valor.

Parágrafo único — Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as saídas destinadas a exposições e outras formas de intercâmbio cultural, exigindo-se, neste caso, compromisso formal de retorno dos bens em prazo não superior a 6 (seis) meses.

Art. 22 — Na ocorrência de danos aos bens tombados cabe a seus proprietários ou possuidores realizar as devidas reparações, com prévia autorização e orientação do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, através do órgão de que trata o artigo 10, obedecidas as normas de manutenção das características originais do bem danificado.

Parágrafo único — As reparações correrão por conta do Poder Executivo quando, comprovadamente, faltarem ao proprietário ou possuidor as condições financeiras necessárias à sua realização.

Art. 23 — Os bens que forem tombados na conformidade da presente Lei ficarão sujeitos a inspeção permanente do Conselho referido no artigo anterior, através do competente órgão de apoio ao colegiado, devendo, para isso, ter livre acesso aos mesmos, os técnicos encarregados da inspeção.

Parágrafo único — O proprietário ou possuidor que se opuser a inspeção prevista neste artigo, ou impedi-la, ficará sujeito a multa correspondente ao valor de 3 (três) salários-referência vigentes no Estado do Amazonas.

Art. 24 — A qualquer tempo e sempre que haja conveniência, poderá o bem tombado ser desapropriado, observada a legislação pertinente ao assunto.

Art. 25 — O ato de tombamento poderá ser revogado:

I — quando ficar comprovado que resultou de erro de fato quanto à sua causa determinante;

II — por outro motivo de relevante interesse público.

Parágrafo único — A revogação do ato de tombamento será realizada pelo Chefe do Poder Executivo, por proposta do Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas.

CAPITULO V

Da Manutenção e Conservação dos Bens Tombados

Art. 26 — Para assegurar a manutenção, conservação e reparação dos bens tombados, o Estado destinará dotação orçamentária global, além de firmar, através do órgão encarregado, convênios com entidades públicas e privadas, visando à conservação de recursos para esse fim.

Parágrafo único — A dotação orçamentária destinada à proteção do Patrimônio Histórico e Artístico será aplicada pelo órgão competente para essa proteção, mediante plano de aplicação, aprovado anualmente pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas.

Art. 27 — As municipalidades deverão dispor sobre a isenção do imposto predial e territorial e das demais taxas de serviços públicos quanto aos bens tombados na forma desta Lei.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Gerais

Art. 28 — O Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas exercerá as atribuições do Poder Público Estadual em matéria de patrimônio histórico e artístico do Amazonas, competindo-lhe velar pela observância da presente Lei.

Art. 29 — Para os efeitos desta Lei, são considerados como órgãos de consulta do Poder Público Estadual, o Instituto Geográfico e Histórico do Estado do Amazonas — IGHA, a Academia Amazonense de Letras e a Universidade do Amazonas.

Art. 30 — Os agentes de leilão, quando se tratar de objetos de valor histórico ou artístico,, deverão apresentar relação dos mesmos ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, sob pena de multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor venal.

Art. 31 — Apurado qualquer delito contra o Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Estado do Amazonas o Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas enviará o resultado de suas averiguações ao Procurador Geral do Estado, a fim de habilitar o Ministério Público a proceder contra os indiciados de acordo com a legislação penal que rege a espécie.

Art. 32 — O Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, poderá se articular, mediante convênios, se for o caso, com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, visando a:

I — atividade conjunta para consecução dos fins objetivados pela presente Lei;

II — formação de profissionais especializados em conservação e técnica de proteção a obras de pintura, restauração e torêutica, reparação e restauração de obras de arquitetura, pesquisa e organização de monumentos, e outras técnicas necessárias ao exercício dessas atividades.

Art. 33 — A cessão de arquivos a entidades particulares será sempre feita a título precário, facultada ao Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas a sua revogação.

Art. 34 — O Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas indicará, aos poderes competentes, estadual e muncipais, os locais e obras que, pelo seu valor histórico, artístico ou turístico devam ser respeitados e preservados de quaisquer reformas.

Art. 35 — Os imóveis, residenciais ou não de propriedade privada, que estiverem localizados em área especial, assim definida pelo Conselho Estadual de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Amazonas, e que contarem mais de 20 (vinte) anos não poderão sofrer alterações em seus aspectos arquitetônicos, no tocante às fachadas.

Parágrafo único — O descumprimento da presente norma ensejará a aplicação de medidas judiciais e administrativas cabíveis à espécie.

Art. 36 — As leis estaduais e municipais relativas ao uso do solo deverão observar as especificações da presente Lei, Decretos e Resoluções que regulamentem matéria referente ao Patrimônio Histórico.

Parágrafo único — Para os fins deste artigo, os critérios determinados para a defesa do patrimônio histórico, prevalecerão, no território estadual, a qualquer título, sobre proposta de alteração, modificação e melhoramento da paisagem urbanística e arquitetônica.

Art. 37 — No casos de desapropriação, o Governo do Estado baixará, quando necessário, os atos desapropriatórios, correndo as despesas com as indenizações por conta do Erário Público.

Art. 38 — O Poder Executivo baixará Decreto regulamentando a presente Lei.

Art. 39 — Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 40 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAAMAZONAS, em Manaus, 26 de maio de 1982.

PAULO FINTO NERY
Governador do Estado
Afonso Luiz Costa Lins
Secretário de Estado do Interior e Justiça
Guilherme Pinto Nery
Secretário de Estado da Administração
Felismino Francisco Soares Filho
Secretário de Estado da Fazenda
Orlando Cabral da Holanda
Secretário de Estado dos Transportes e Obras
Sérgio Alfredo Pessoa Figueiredo
Secretário de Estado de Coordenação do Planejamento
Tancredo Castro Soares
Secretário de Estado da Saúde
Terezinha Britto Nunes
Secretária de Estado do Trabalho e Serviços Sociais
Bernardes Martins Lindoso
Secretário de Estado da Produção Rural
João Valente de Azevedo
Secretário de Estado da Segurança
Aldo Gomes da Costa
Secretário de Estado da Educação e Cultura
Francisco de Assis Mourão
Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Turismo
José Ribamar Bentes Siqueira
Secretário de Estado da Energia, Habitação e Saneamento
Atlas Augusto Bacellar
Secretário de Estado de Comunicação Social

ATOS DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1982

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, item VI, da Constituição Estadual, resolve

EXONERAR, a pedido, ANTISTHENES DE OLIVEIRA PINTO do cargo comissionado de Assessor Técnico, símbolo CC-2, da Superintendência Cultural do Amazonas, com validade a contar de 14.05.1982.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de maio de 1982.

PAULO PINTO NERY
Governador do Estado
Aldo Gomes da Costa
Secretário de Estado da Educação e Cultura

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 1982

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, item VI, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta do Of. n.º 110/81-SEDUC SCA GDS, resolve

EXONERAR, a pedido, ARTHUR ENGRÁCIO DA SILVA do cargo comissionado de Diretor de Assuntos Culturais, da Superintendência Cultural do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 26 de maio de 1982.

PAULO PINTO NERY
Governador do Estado
Aldo Gomes da Costa
Secretário de Estado da Educação e Cultura

DECRETO DE 26 DE MAIO DE 19

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, usando da atribuição que lhe é

DECRETO N.º 4575 DE 01 DE MAIO DE 1985.

"Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona e dá outras providências"

(Publicado no D.O. em 15/03/85)

E R R A T A :

Onde esta escrito:

"Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, na forma da legislação vigente, o imóvel de propriedade de Georgete das Dores

Leia-se:

"Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, na forma da legislação vigente, o imóvel de propriedade de GEORGETE DAS DORES PEREIRA DE OLIVEIRA".

Fatura n.º 1212 — 1 vez.

DECRETO N.º 4673 DE 17 DE MAIO DE 1985.

"Cria o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANAUS, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 6.º inciso III da Lei Orgânica do Município que autoriza a defesa da flora, da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico no território do Município;

CONSIDERANDO que existe um grande número de edificações, muitas delas ociosas, disseminadas pela cidade, que se constituem em verdadeiras testemunhas de fatos memoráveis da história de Manaus;

CONSIDERANDO que a especulação imobiliária cria o hábito de desrespeito à preservação de bens imóveis vinculados ao conceito de preciosidades do passado, tornando-se vulneráveis à destruição e ao abandono;

CONSIDERANDO que muitos desses imóveis vêm sendo criminosamente demolidos para dar lugar à reconstrução para novos usos, nem sempre os mais interessantes para o bem-comum;

CONSIDERANDO que é intenção da Administração promover e incentivar a preservação, recuperação e revitalização de tais construções, como forma de proteção do patrimônio histórico, artístico e turístico da Cidade de Manaus,

D E C R E T A :

Art. 1.º — Considera-se Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, a área edificada compreendida na planta anexa a este, limitada ao Norte, pela Rua Leonardo Malcher (do Igarapé de São Raimundo até a Av. Joaquim Nabuco), pela Av. Joaquim Nabuco e Rua Lima Bacury à Leste; pelo Rio Negro ao Sul e a Oeste pelo Igarapé de São Raimundo.

Art. 2.º — O setor Especial das Unidades de interesses de Preservação fica constituído pelas Edificações que, de alguma forma, possam concorrer significativamente para marcar as tradições e a memória da Cidade.

Art. 3.º — Cada unidade de interesse de preservação merecerá tratamento específico visando adequá-la à vizinhança mais imediata e, sempre que possível, integrá-la no contexto da cidade.

Art. 4.º — Para os fins do artigo anterior, fica encarregada a Seção de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, da SEMPLURB, de indicar as unidades a serem preservadas bem como as medidas a serem adotadas em cada caso.

Art. 5.º — As Unidades de Interesse de Preservação não poderão sofrer qualquer tipo de alteração, física ou de uso, sem a prévia anuência da Seção de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, mencionada pelo artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO — As Unidades de Interesse de Preservação não estarão sujeitas às normas de uso e ocupação da zona a que pertencerem, mas à legislação específica sobre a preservação e defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, além da legislação normativa do Município com as sanções previstas sobre os atentados contra a memória da cidade.

Art. 6.º — Mediante lei específica serão criados incentivos fiscais às unidades a serem indicadas para preservação.

Art. 7.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Manaus, 17 de maio de 1985.

CARREL YPIRANGA BENEVIDES
Prefeito Municipal de Manaus, em exercício
Paulo Afonso de Lima Santos
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos
Alfredo Pereira do Nascimento
Secretário Municipal de Administração
José Henrique Bento Rodrigues
Secretário Municipal de Planejamento Urbano, em exercício

Fatura n.º 1211 — 1 vez.



Ao contemplar o nascer e o pôr-do-sol no rio Negro, você não está deixando o seu patrimônio natural se perder de vista.

Cada povo tem o nascer e o pôr-do-sol que merece.

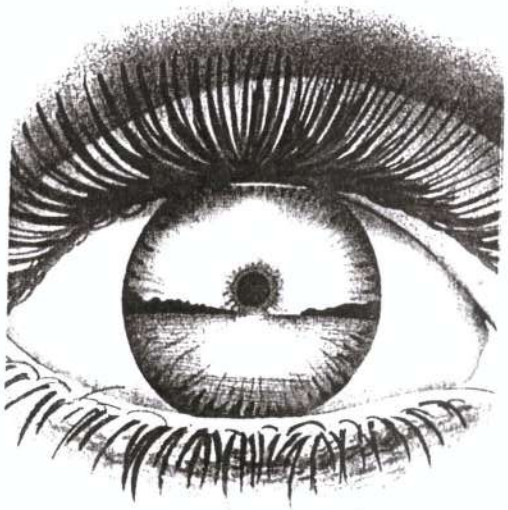
Sem bairrismo, o amazonense tem os mais belos nascentes e poentes deste planeta.

E esta visão diária está profundamente gravada e integrada à sua memória cultural, pois o olhar e o registro da própria história.

Você já sabe que toda a cultura amazônica está intimamente ligada à água.

Os rios comandam a vida. E, aqui, eles são a própria vida: banhos e água de beber.

Escoadouros de riqueza e estradas naturais por onde o homem caminha o seu destino.



E os rios e as florestas são o maior patrimônio natural e cultural da nossa gente.

Tão somente por isso é vital preservarmos a paisagem.

Não perdê-la de vista, portanto, não é apenas uma questão de ponto de vista mas, principalmente, de consciência.

E lembre-se: tudo isto é Amazônia, muito além do que a sua vista alcança.

SEMANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

SPHAN/ *pró*Memória*

* 11ª DIRETORIA REGIONAL-AM/ AC/ RR
Boulevard Vivaldo Lima, 13 / 17
Fone: 233-8928 — Manaus-AM

Você sabia que tucumã com farinha é uma delícia para manter viva a sua memória cultural?

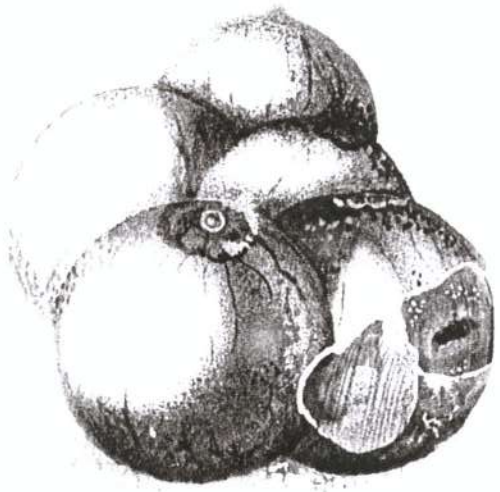
A identidade cultural de um povo é feita dos hábitos e costumes, falas e gestos, sabores e cheiros que ele sente.

É tudo que aqui, torna única e viva a nossa herança cabocla.

Herança apreendida no convívio e no domínio da natureza, ao transformá-la em alimento e remédio.

Legado de gerações que está aí, tão presente no gosto do tucumã, do uixi, da pupunha, mari-mari, cajá, do ingá-cipó.

E no uso da copaíba, do mastruz, da mangarataia, açafroa, do xarope de jatobá.



Preservar esses costumes é uma questão de sobrevivência.

Frutos e ervas não são mero folclore.

Eles também fortalecem a memória.

SEMANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

SPHAN/ *pró*Memória*

* 11ª DIRETORIA REGIONAL-AM/ AC/ RR

Boulevard Vivaldo Lima, 13 / 17
Fone: 233-8928 — Manaus-AM

Tomar tacacá à tardinha. Taí um jeito gostoso de preservar o seu patrimônio cultural.

O Patrimônio Cultural de uma cidade não se mede apenas pelo número de praças, prédios históricos ou monumentos que ela ostenta.

O amazonense também constrói sua memória cultural com as coisas naturais, do dia-a-dia, como os sons, os cheiros, as paisagens.

Por exemplo, ao beber tacacá nos finais de tarde, a nossa gente vivencia os mesmos sabores e odores com os quais se deliciavam os nossos avós e bisavós.

E, da maneira de preparar a goma, o tucupí, as folhas de jambú, até o ato de consumir o tacacá, há toda uma tradição cultural, uma relação gostosa com o passado e o presente, ligando gerações a gerações.



A isso também chamamos memória e patrimônio cultural.

É o que faz um povo culturalmente rico e forte.

E é uma maneira deliciosa de preservar o que é verdadeiramente nosso.

Bom proveito!

SEMANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

SPHAN/ *pró*Memória*

* 11ª DIRETORIA REGIONAL-AM/ AC/ RR
Boulevard Vivaldo Lima, 13 / 17
Fone: 233-9928 — Manaus-AM

Se você não despertar, a memória curta de alguns brasileiros vai riscar do mapa o seu patrimônio.

A ignorância e a indiferença vem destruindo uma quantidade de prédios ainda inteiros e belos.

Esses monumentos do cotidiano ao serem riscados do mapa se apagam, também, da sua memória: o cine Guarany, o Hotel Cassino, o Parque Amazonense, o Palacete das Lágrimas

Ficamos mais pobres e nem há mais tempo para chorar.

Por isso é importante saber que nem só do antigo vive o patrimônio.

E que a sua casa, a sua rua, o seu bairro, fazem parte desse conjunto a ser preservado.

Assim como o Teatro, o Mercado, o Porto Flutuante, o Reservatório do Mocó, o Palácio Rio Negro, o Colégio Estadual, a Prefeitura, a Ponte de Ferro da Cachoeirinha.



São quase 300 monumentos ainda vivos, e já inventariados no centro de Manaus.

Não esqueça que esta paisagem também lhe pertence.

17 de agosto. Dia Nacional do Patrimônio Histórico.

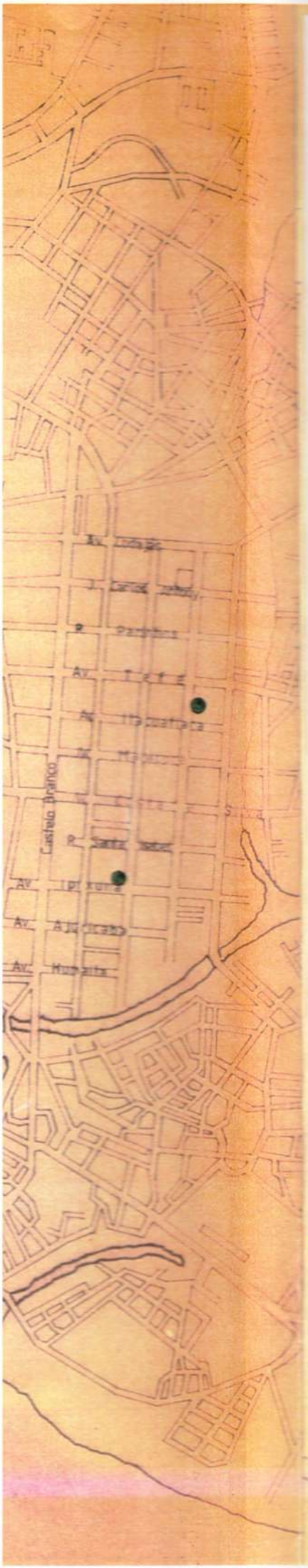
Um dia para ser preservado todos os dias.

SEMANA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

SPHAN/ *pró*Memória*

* 11ª DIRETORIA REGIONAL-AM/ AC/ RR
Boulevard Vivaldo Lima, 13 / 17
Fone: 233-2928 — Manaus-AM



EVOLUÇÃO DA AÇÃO DE PRESERVAÇÃO INSTITUCIONAL

1988

020.41

MONUMENTOS TOMBADOS PELA SPHAN

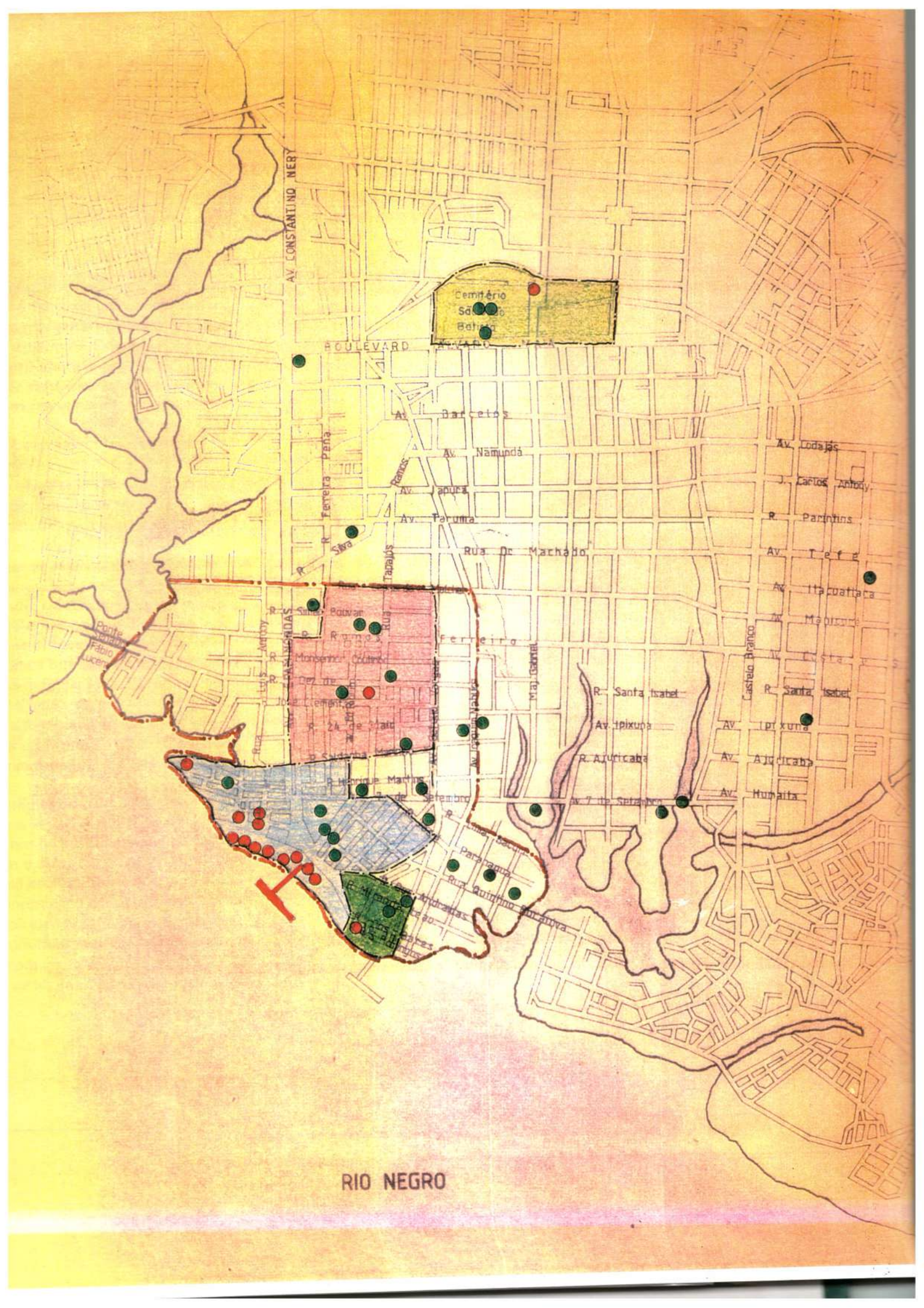
01. Teatro Amazonas
02. Reservatório do Mocó
03. Edifício de São Vicente
04. Armazém nº 3
05. Armazém nº 4
06. Armazém nº 5
07. Armazém nº 15
08. Armazém nº 10
09. Armazém nº 20
10. Rodo-Way
11. Museu do Porto
12. Antigo Prédio do Tesouro
13. Escritório Central Portobrás
14. Setor Administrativo
15. Alfândega
16. Mercado Adolpho Lisboa

MONUMENTOS TOMBADOS PELO GOVERNO DO ESTADO

01. Palácio Rio Negro
02. Palácio da Justiça
03. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
04. Academia Amazonense de Letras
05. Ponte Benjamim Constant
06. Penitenciária Central do Estado
07. Grupo Escolar Euclides da Cunha
08. Grupo Escolar Barão do Rio Branco
09. Grupo Escolar José Paranaguá
10. Grupo Escolar Saldanha Marinho
11. Grupo Escolar Ribeiro da Cunha
12. Grupo Escolar Nilo Peçanha
13. Instituto Benjamin Constant
14. Secretaria de Segurança Pública
15. Colégio Amazonense Pedro II
16. Faculdade de Direito
17. Antiga Estação de Tratamento de Esgotos
18. Centro de Convivência do Idoso - LBA
19. Agência Central Correios e Telégrafos
20. Banco Itaú
21. Relógio Municipal
22. Polícia Militar
23. Biblioteca Pública
24. Igreja Matriz
25. Igreja dos Remédios
26. Igreja de Santo Antônio
27. Igreja de São Sebastião
28. Antiga Estação da Castelhana
29. Cemitério São João Batista

LEGENDA

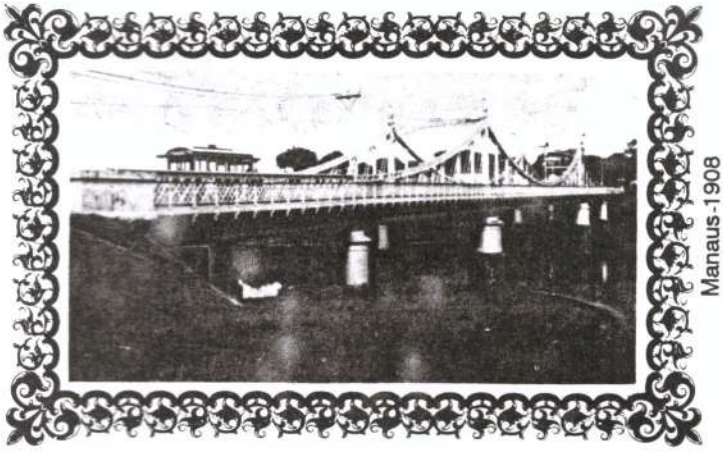
- Entorno do Teatro Amazonas
- Entorno do Mercado Adolpho Lisboa
- Entorno do Reservatório do Mocó
- Entorno do Complexo do Porto
- Limite do Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação


AV. CONSTANTINO NERY
BOULEVARD
Cemitério
Av. Barcelos
Av. Namundá
Av. Tarumã
Rua Dr. Machado
Ferreira Pena
Ramos
Silva
Tapajós
Rua
Ferreira
Monsenhor Coutinho
Dez de Julho
R. 24 de Maio
R. Henrique Martins
7 de Setembro
Marechal Deodoro
Rua Quinze de Novembro
Rua Barroso
Rua Saldanha Marinho
Rua Luiz Antony
Av. Eduardo Ribeiro
Maj. Gabriel
Av. Lobato
Av. Carlos Antony
R. Parintins
Av. Tefé
Av. Itacoatiara
Av. Manicoré
Av. Castelo Branco
R. Santa Isabel
Av. Ipixuna
R. Ajuricaba
Av. Humaitá
Av. 7 de Setembro
Ponte Fábio Lucena
RIO NEGRO



Há 145 anos, Manaus foi elevada à categoria de cidade.
E como é próprio da cultura bacharelesca dos brasileiros, a cidade não saiu do papel.
Houve um momento em que o dinheiro e o sangue de índios e nordestinos patrocinaram o projeto urbano de Eduardo Ribeiro, o inventor dos subúrbios.
Para cumprir a letra da lei, foi iniciado o mais completo trabalho de destruição dos sistemas naturais de refrigeração do meio-ambiente.
As pequenas elevações que faziam a Manaus das Sete Colinas foram arrasadas para soterrar igarapés.
Os pobres e os ricos que dividiam o mesmo espaço foram divididos.
Cidade para os ricos e periferia para os pobres.
A cidade nasce sem cidadania e sem democracia.
Ou melhor: a cidade aborta.
Mas nós acreditamos que a cidade existe... em algum lugar do passado e nos satisfazemos com a febre palustre da nostalgia e o flagrante em branco e preto do que está à vista e, é óbvio, com os esgotos a céu aberto, as crianças prostituindo-se nas ruas, os monumentos históricos revezando-se com os humores dos nossos desgovernantes vitalícios.
Na verdade, estabelecemos um pacto social com o mundo do faz-de-conta.
Só que hoje não podemos mais mentir para nós mesmos.
Esgotou-se o nosso repertório de falsidades.
Descobrimos que saímos da barbárie para a decadência sem conhecermos a civilização.
Hoje só a indignação nos manterá vivos.
Um vento tardio soprou em nossos ouvidos a palavra cidadania.
Na primeira metade do século passado, a Cabanagem tinha como sua principal bandeira: Cidadãos ou Morte.
E não foram poucos os que morreram e até hoje são amaldiçoados pela historiografia oficial.
Não queremos mais ser estrangeiros em nosso próprio território e em nossa própria cultura.
Queremos ser povo e não uma população flutuante entre o porto e o aeroporto.
Assumimos o conflito entre o boeing e a canoa e queremos resolvê-lo, não com a opção entre um e outro, mas como vivência do nosso estágio histórico.
E se você está insatisfeito, una-se a nós.
Só nos interessam os aliados que ainda têm capacidade de se indignar.
E se você estiver satisfeito, não se preocupe: nós vamos desafinar o coro dos contentes.
Houve um momento em que se começou a construir uma cidade chamada Manaus.
Vamos começar a construir a cidadania em Manaus.
Antes que algum aventureiro resolva deixar tudo como está.

Manaus, setembro de 1993



Manaus-1908



Manaus-1993

Manaus-2000

QUAL SERÁ O FUTURO DE MANAUS?

UM VENTO TARDIO SOPROU EM NOSSOS OUVIDOS A PALAVRA CIDADANIA.

Indignados e cansados de assistir passivamente ao descaso e desrespeito aos seus direitos enquanto cidadãos, e acima de tudo enquanto seres humanos, um grupo de moradores desta cidade resolveu criar o **Movimento em Defesa da Qualidade de Vida em Manaus**.

O objetivo é fundar uma associação, constituída juridicamente, que sirva como um mecanismo da sociedade manauara para a luta pela melhoria das condições de vida. Você pode interferir na transformação de sua cidade através da proteção do patrimônio histórico, paisagístico, cultural e documental, bem como na proteção e defesa do patrimônio natural e arqueológico, acompanhando as políticas urbanas e habitacionais.

Está convidado a participar todo **cidadão**, independente de categoria profissional, partido político ou religião, que esteja interessado em construir um futuro melhor para Manaus e seus habitantes.

A associação será lançada oficialmente no dia **16 de setembro/93**, às **19 horas**, no **Centro de Artes Hahnemann Bacelar**, à rua Monsenhor Coutinho, 724 - Centro.

Este movimento não pertence a nenhum partido político.

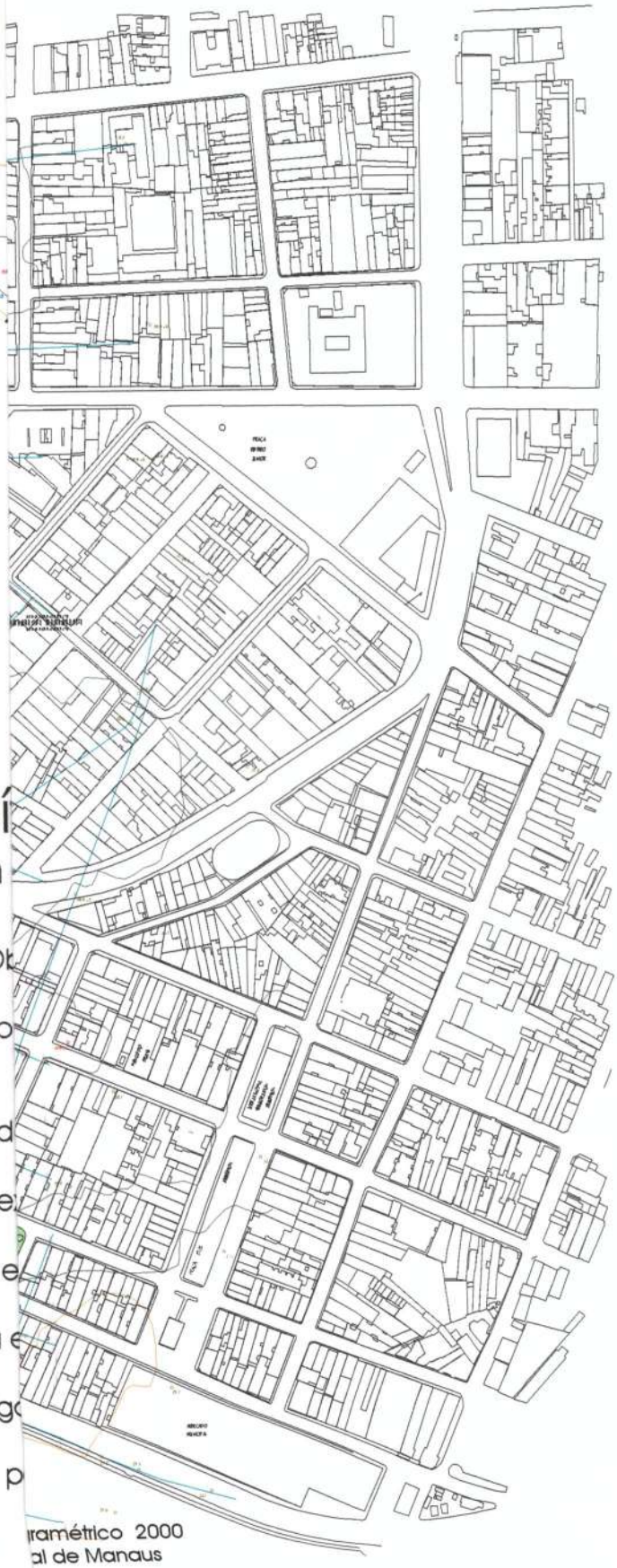
SE VOCÊ ESTÁ INSATISFEITO, UNA-SE A NÓS.

Se você está disposto a reagir e tomar uma atitude para transformar esta cidade num local cada vez mais agradavel de se viver, junte-se a este grupo.
As reuniões ocorrem todas as quartas-feiras, às 20 horas, no auditório do Centro de Artes Hahnemann Bacelar.
Participe!
Endereço: Monsenhor Coutinho, 724 - Centro

Ajude a escolher o nome da associação:

- ☐ AMANA - Associação dos Amigos de Manaus
- ☐ Manaus Viva
- ☐ Sua sugestão _____

MARQUE COM UM X SUA OPINIÃO



Planta do Sí

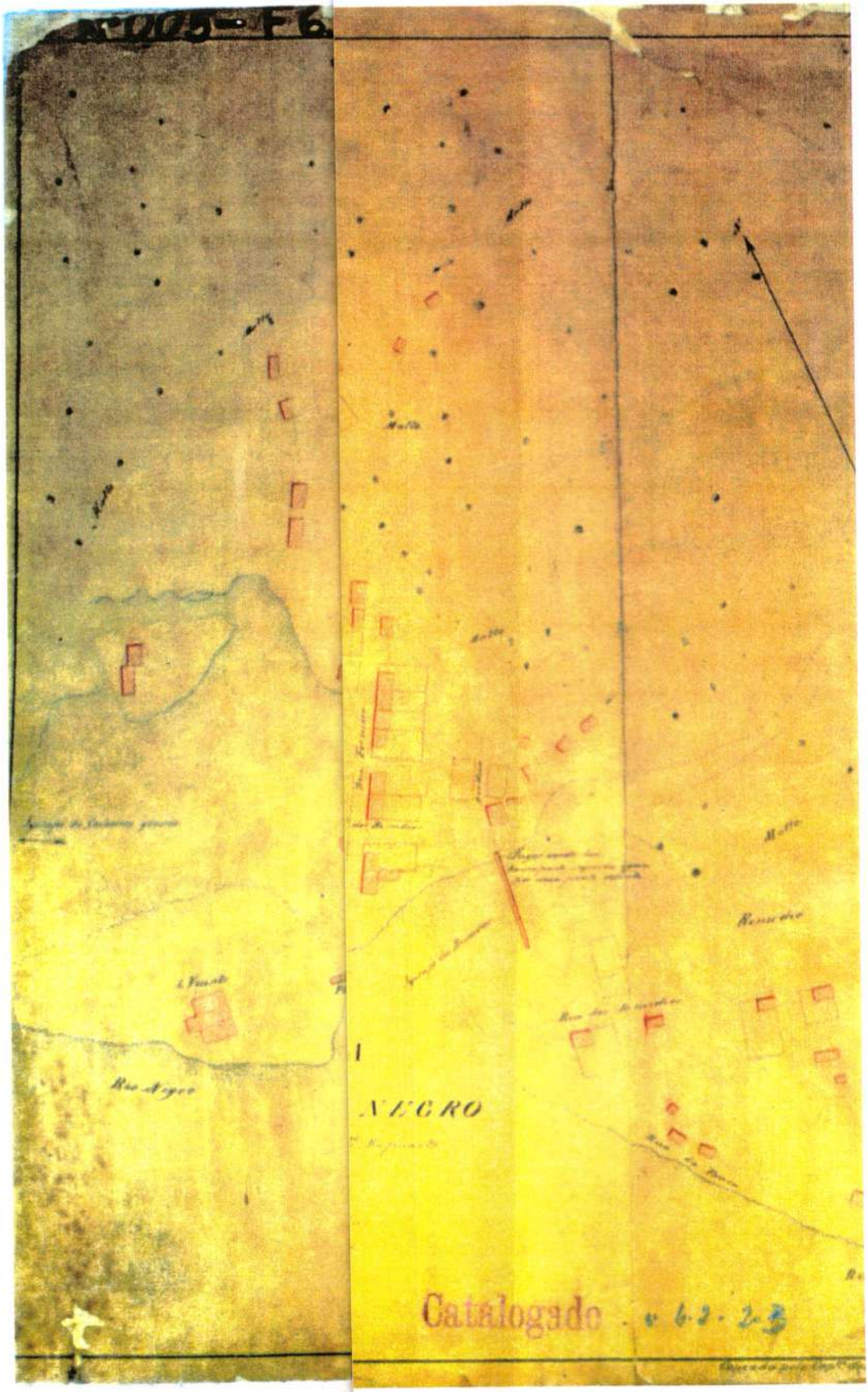
Intervenções em

- Ilha de São Vicente: Ob
- Conjunto Arquitetônico
  usos
- Mercado Municipal Ad
- Conversão do comple
- Área de Proteção do e
- Prédios da Alfândega e
- Obra irregular embarg
- Áreas de projetos de p

ramétrico 2000
al de Manaus

(Sem escala)


№043

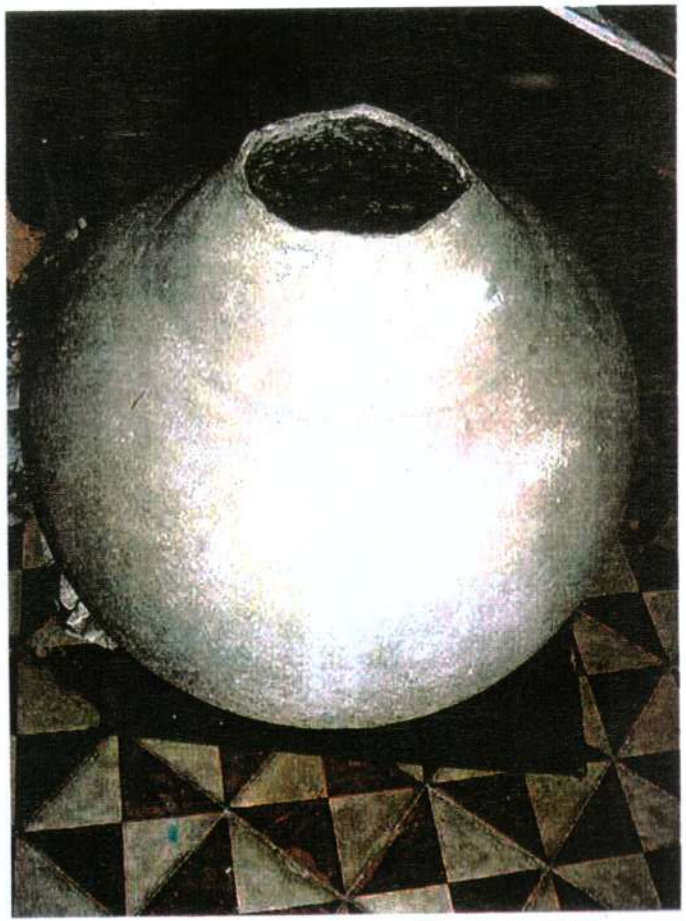

Rio Negro
NEGRO
Catalogado

ArqueoUrbs

ARQUEOLOGIA URBANA - MANAUS 2002
Autorização Federal de Pesquisa: IPHAN/MINC nº 128 – 25 de julho de 2002

Prancha: 1





Urna relacionada a "Tradição Paredão", resgatada pelo arqueólogo Peter Hilbert e o Professor Mário Ypiranga Monteiro, na década de 1960, quando da realização de obras de construção do edifício do IAPETEC, na Praça Dom Pedro II. Peça integrante do acervo do IGHA, Manaus/AM.

O Instituto, responsável pelo endosso institucional ao Projeto Arqueourbs está montando uma exposição de seu acervo a ser inaugurada em breve.

GOVERNO AMAZONAS

SEC
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, TURISMO E DESPORTO

IGHA
INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS

ZANETTINI
ARQUEOLOGIA

ArqueoUrbs

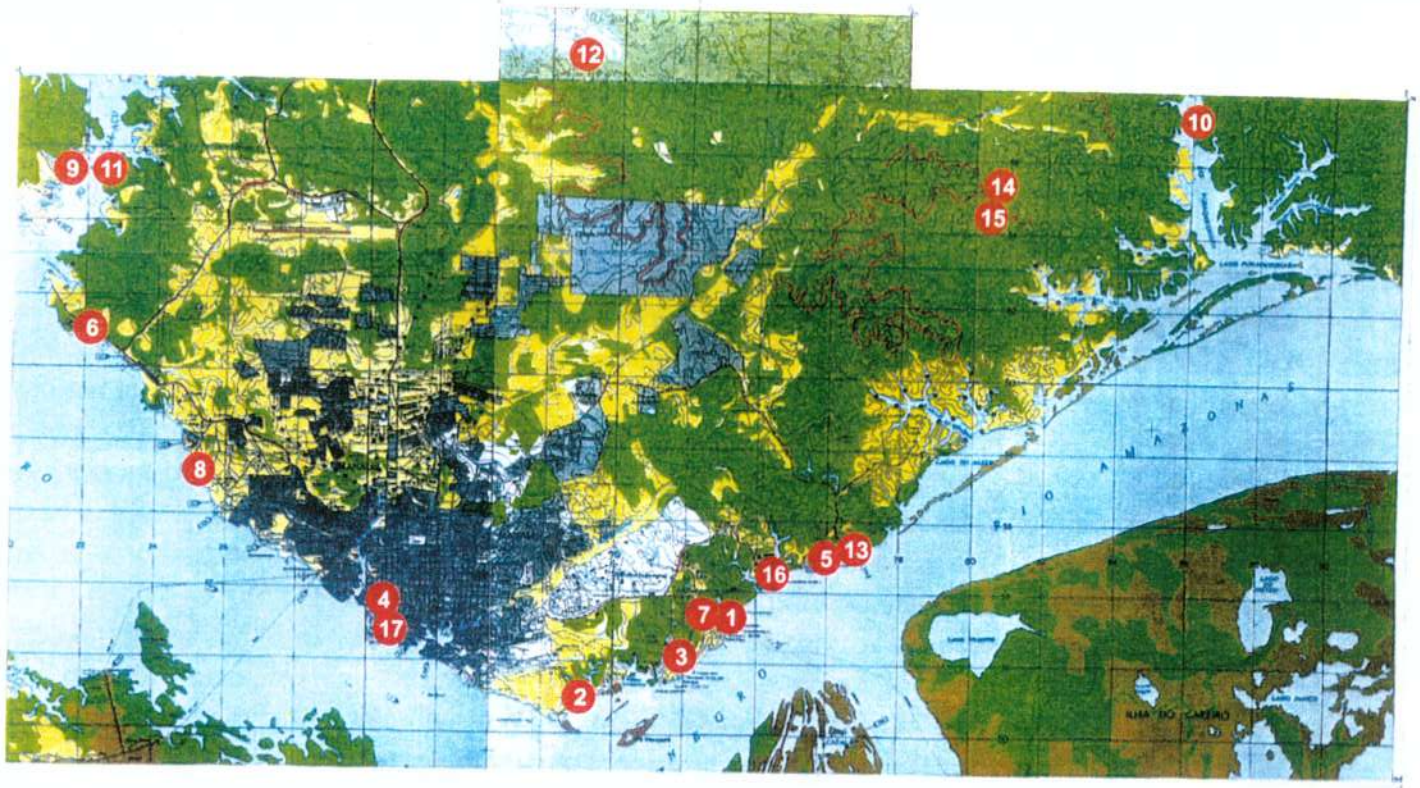
ARQUEOLOGIA URBANA - MANAUS 2002
Autorização Federal de Pesquisa: IPHAN/MINC nº 128 – 25 de julho de 2002

Prancha: 2

Localização dos Sítios Arqueológicos na área metropolitana de Manaus

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

1- Paredão
2- Base Naval
3- Refinaria
4- Manaus ArqueoUrbs (2002)
5- AM-MA 01: Lages
6- AM-MA 02: Ponta Negra
7- AM-MA 04: Siderama
8- AM-MA 06: Jonasa
9- AM-MA 11: São José
10- AM-MA 12: Tracuá
11- AM-MA 35: Praia Dourada
12- Nova Cidade
13- Desaki Ikeda
14- UDV
15- Toni Medeiros
16- Igarapé Mauazinho
17- Armazém 10 do Porto de Manaus



Obs.: Levantamento realizado pelo Arqueólogo Luiz Fernando Erig Lima

Base Cartográfica: Ministério do Exército - Diretoria do Serviço Geográfico, cartas MI518/3; MI578/2 e MI 579/1

GOVERNO AMAZONAS

SEC SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA, TURISMO E DESPORTO

IGHA INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS

ZANETTINI ARQUEOLOGIA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHIM, Roger de Souza. "Um momento infeliz do prefeito Ribeiro".
A Crítica, Manaus (AM), 16/08/87, caderno 1, p. 27.

ABRAHIM, Ana Lucia N. da Silva. "Relatório de viagem a Barcelos para a III ª Assembléia Geral da ASIBA". Manaus, IPHAN, nov. 2001.

_____. "Breve relatório da gestão da 1ª Superintendência Regional do IPHAN – 2000/2002". Manaus, 1ª SR/IPHAN, fev. 2003.

AB'SABER, Aziz Nacib. A cidade de Manaus. *Boletim Paulista de Geografia.* São Paulo, nº 15, 1953, p. 18-45.

AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus, Editora Valer, 2002.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, 1898-1969. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural/ Rodrigo Melo Franco de Andrade*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
_____. *Rodrigo e seus tempos/Rodrigo M. F. de Andrade*. Rio de Janeiro, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ARENDT, Hannah. *La crise de la culture*. Paris, Gallimard, 1972.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Projeto e destino.* São Paulo, Ática, 2000.

AYMONINO, Carlo. *O significado das cidades.* Lisboa, Editorial Presença, 1984.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço.* Rio de Janeiro, Eldorado, 1980.

_____. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria.* São Paulo, Martins Fontes, 1989.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.*Org. Tomke Lask. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2000.

BELLUZZO, Ana Maria de M. *O Brasil dos viajantes*. São Paulo, Metalivros/Fundação Odebrecht, 1994 , 3 vol.

BENEVOLO, Leonardo. *O último capítulo da arquitetura moderna*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. Obras escolhidas, vol. 2. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ . *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, vol. 1. São Paulo:
Brasiliense, 1987.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1985.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar : a aventura da modernidade*. São Paulo, Cia das Letras, 1986.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: a América Latina colonial I, volume 1*. São Paulo, Edusp; Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

BICUDO, M. Aparecida Viggiani. *Fenomenologia: confrontos e avanços*. São Paulo, Cortez, 2000.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. *Constituição*. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRESCIANI, Stella (org.). *Imagens da cidade: séculos XIX e XX*. São Paulo,
ANPUH/Marco Zero, 1993.

BUBER, Martin. *Qué es el hombre*? México, Fondo de Cultura Económica, 1967.
_____. *Eu e tu*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

BUCHILLET, Dominique. Os índios da região do Alto Rio Negro: história, etnografia e situação das terras. Brasília, UnB, [s/d].

CALVINO, Italo. *Por quê ler os clássicos*. São Paulo, Cia das Letras,1993.

_____. *As cidades invisíveis*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

CAMPELLO, Glauco. *A serviço do patrimônio 1994/1998*. Rio de Janeiro, Unidesign, 1999.

CAMPOFIORITO, Ítalo. "Patrimônio cultural: 'onde a cultura existe, dar voz a ela'" in *Revista do Brasil*, edição especial sobre Política Cultural do RJ. Rio de Janeiro, Secretaria de Ciência e Cultura do estado, 1986.

CANEVACCI, Massimo. Sincretismo cultural das metrópoles. *in Rumos: os caminhos do Brasil em debate*. Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do descobrimento do Brasil. Brasília, ano 1, nº 1, dez.98/jan.99, p.51-58.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO , Adler Homero Fonseca de. O Forte de São José do Rio Negro. *In Projeto ArqueoUrbs,(Fase 1), Volume "Primeiras contribuições"*. Manaus, SEC/IGHA/ Zanettini Arqueologia, 2002.

CASTRO, Gustavo, CARVALHO, Edgard de Assis (org.). *Ensaios de complexidade*. Porto Alegre, Sulinas, 1997.

CASTRO, Iná Elias (org.). *Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil/FAPERJ, 1999.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Da realidade sem mistérios ao mistério do mundo (Espinosa, Voltaire, Merleau-Ponty)*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Estação Liberdade/UNESP, 2001.

COMTE-SPONVILLE, André & FERRY, Luc. *La sagesse des modernes: dix questions pour notre temps*. Paris, Éditions Robert Laffont, 1998.

COSTA, Ana Lúcia R. M. Fernandes da. *Na Amazônia, a princesinha Xapuri constrói, com madeira que cupim não rói*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

COSTA, Cacilda Teixeira da. *O Sonho e a Técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. São Paulo, Edusp, 1994.

COSTA, Francisca Deusa. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890/1950).* Dissertação de mestrado, Puc/São Paulo, 1977.

COSTA, Hideraldo et al. Fundamentos históricos para o estudo da organização do espaço urbano do Centro Histórico de Manaus: 1800 a 1880. Manaus, Sphan/próMemória, 1988.

COSTA, Mauro Sá Rego. "Animação cultural agora é patrimônio público" in *Revista do Brasil*, edição especial sobre Política Cultural no Rio de Janeiro, editada pela Secretaria de Ciência e Cultura do Estado, 1986.

COSTA, Selda Vale da & LOBO, Narciso J. Freire. *Hoje tem Guarany.* São Paulo, Edição dos autores, 1983.

COSTA, Selda Vale da. *Eldorado da ilusões: cinema & sociedade: Manaus (1897/1935).* Manaus, Ed. Universidade do Amazonas, 1996.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana.* Lisboa, Edições 70, 1984.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história.* São Paulo, Cultrix/INL/MEC, 1975.

_____. *Um paraíso perdido (ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia).* Rio de Janeiro, José Olympio/ Fundação Cultural do Acre , 1986.

DAMATTA, Roberto Augusto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro, Rocco, 1986.

DERENJI, Jussara da Silveira. *Arquitetura nortista: a presença italiana no início do século XX.* Manaus, SEC, 1998.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus 1890-1920.* Manaus, Valer, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada.* São Paulo, Hucitec, 1996.

DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem.* Rio de Janeiro, DIFEL, 1998.

ELIADE, Mircea. *Images et symboles.* Paris, Gallimard, 1952/1980.

_____. *A provação do labirinto – Conversas com Claude-Henri Rocquet.* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

_____. *Aspects du mythe.* Paris, Gallimard, 1989.

_____. *Mito e realidade.* São Paulo, Perspectiva, 1998.

FAULHABER, Priscila. "A reinvenção da identidade indígena no Médio Solimões e no Japurá". In: *Anuário Antropológico/96*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

FONSECA, M. Cecília Londres. "Referência cultural: base para novas políticas de patrimônio". Texto adaptado de comunicação feita no Seminário de Preservação e Desenvolvimento, promovido pelo Centro de Referência Ambiental de Joaquim Igídio, Campinas, 11-18 fev. 1995.

_____. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional,* n ° 24, p.153-163. Brasília, IPHAN, 1996.

_____. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.* Rio de Janeiro, IPHAN/UFRJ, 1997.

_____. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário, in *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira.* Rio de Janeiro, IPHAN, 1998.

FREIRE, José Ribamar Bessa (coord.). *Amazônia colonial (1616-1798).* Manaus, Metro Cúbico,1991.

FREITAS, Marcílio de. *Amazônia: a natureza dos problemas e os problemas da natureza.* Manaus, Edua, 2001.

GALVÃO, Eduardo. *Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil.* Rio de
Janeiro, Paz e Terra,1979.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC Editora S.A., 1989.
_____ . *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social e contemporâneo*. São Paulo, UNESP, 1998.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Marco Zero, 1994.
_____. Do paleolítico ao moderno: *Mad Maria. Intertextos – Revista do Mestrado em Letras do ICHL/UA*. Manaus, n.1/ 2, jan./dez. 1998, p. 29-58.

GONDIM, Joaquim. *A pacificação dos Parintintins: koró de iuirapá.* Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Cultura, 2001.

_____. *Através do Amazonas: impressões de viagens realizadas em 1921.* Manaus, Ed. Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Cultura, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva.* São paulo, Cia das Letras, 1988.

HILLMAN, James. *Cidade & alma.* São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro, LTC, 1984.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.* São Paulo, Nacional, 1985.

INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas patrimoniais. Cadernos de documentos nº 3.* Brasília, IPHAN, 1995.

_____. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* 4ª edição. Rio de Janeiro, IPHAN, 1994.

_____. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.* Brasília, IPHAN, 2000.

JÚNIOR, Almir Diniz de Carvalho. O índio inexistente (representação dos "índios" na *Viagem Filosófica* de Alexandre Rodrigues Ferreira). *Terra das Águas – Revista de Estudos Amazônicos.* Brasília, UnB, 1999, p.117-136.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade.* São Paulo, Moraes, 1991.

_____. *A cidade do capital.* Rio de Janeiro, DP&A, 1999.

LE GOFF, Jacques. *Memória e história.* Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. Uma história de movimentos. In: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.* Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 433-446.

LEONEL, Maria Elisa de Moraes. *Conhecer para preservar, preservar para conhecer: um projeto de educação patrimonial.* Brasília, IPHAN, 1995.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira.* Brasília, Paralelo 15/Editora da UnB, 1999.

LEONG, Leila. Cidade dorme e o camelódromo passa. *A Crítica,* Manaus, 18 jul. 1993. Caderno Criação.

LÉRY, Jean de. *Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil.* Paris, Le Livre de Poche, [1580]/1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. O novo decreto para a proteção do patrimônio cultural imaterial do Brasil atende a uma das prioridades da UNESCO. *in Relatório das Atividades do GT Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*, Brasília, MinC, 2000.

LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Amazonas na Época Imperial.* Manaus, T. Loureiro,1989.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade.* São Paulo, Martins Fontes, 1997.

McGARRY, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória.* Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis, Vozes, 1996.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MANAUS. *Lei Orgânica do Município*. Manaus, Câmara Municipal, 1990.

MARCOY, Paul. *Viagem pelo rio Amazonas*. Manaus, SEC/EDUA, 2001.

MEGGERS, Betty J. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1987.

MELLO, Mário Lacerda de & MOURA, Hélio. *Migrações para Manaus.* Recife, Fundaj/ Editora Massangana, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São

Paulo, Martins Fontes, 1999.

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura 1852-1910*.Manaus, Valer, 1999.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio. Revista do Patrimônio Históricoe Artístico, n. 24, p.226-227. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus.* Manaus, Conquista, 1975.

_____. *Teatro Amazonas.* Manaus, SEC, 2000.

MORIN, Edgar. *Le paradigme perdu: la nature humaine.* Paris, Éditions du Seuil, 1973.

_____. *La méthode 4. Les idées, leur habitat, leur vie, leurs moeurs*, leur
organization. Paris, Seuil, 1991.

_____. *Ciência com consciência.* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

_____. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.* Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 2000.

MOSCOVICI, Serge. *Hommes domestiques, hommes sauvages.* Paris, Union Générale d'Éditions (Collection 10/18), 1974.

MOTTA, Lia & SILVA, Maria Beatriz de Resende (org.). *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira.* Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

NEVES, Eduardo Góes. SILVA, Carlos Augusto. Muito antes da fortaleza: a história antiga de Manaus. In: *Projeto ArqueoUrbs (Fase I), volume "Primeiras contribuições".* Manaus, SEC/IGHA/Zanettini Arqueologia, 2002, pgs. 28-38.

OLIVEIRA, Ana Gita de. "Índios e brancos no Alto Rio Negro: um estudo da situação de contato dos Tariana". Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília, 1981.

_____. "Relatório parcial do projeto Patrimônio Cultural e Arqueológico em São Gabriel da Cachoeira". Manaus/Brasília, IPHAN, jun./jul. 1997.

_____ & SANTOS, Mariza Veloso Motta. A relação possível entre a questão indígena e o patrimônio cultural. In *Subsídio INESC*, Brasília, maio de 1997, ano V, nº 31.

OLIVEIRA, José Aldemir. *Cidades na selva.* Manaus, Editora Valer, 2000.

_____. Pensamento geográfico sobre a Amazônia. *Revista Folhas Soltas – Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais*, Manaus, ICHL, 2000, p.35-38.

ONU. *Habitat: Conferência de las Naciones Unidas sobre los Asentamietos Humanos.* Vancouver, 1976.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & identidade nacional.* São Paulo, Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira : cultura brasileira e indústria cultural.* São Paulo, Brasiliense, 1998.

PENA-VEGA, Alfredo & NASCIMENTO, Elimar Pinheiro (org.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade.* Rio de Janeiro, Garamond, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano –Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre.* Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PESSOA, Ângelo Emílio. Olhares sobre Manaus. In: *Projeto ArqueoUrbs (Fase I), volume "Primeiras contribuições".* Manaus, SEC/IGHA/Zanettini Arqueologia, 2002, pgs.39-76.

PORRO, Antônio. *O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica.* Rio de Janeiro, Vozes, 1995.

PRATS, Llorenç. *Antropología y patrimonio.* Barcelona: Ariel, 1997.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo. Thiago de Mello: um rio de Água-Vida. *Terra das Águas – Revista de Estudos Amazônicos.* Brasília, vol. I, nº 2, 1999, p. 137-149.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. *História do Amazonas.* Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

_____. *Manáos e outras vilas.* Manaus, SEC/EDUA, 1999.

_____. *Súmula da História do Amazonas.* Manaus, Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2001.

RIBEIRO, Berta G. *O índio na história do Brasil.* São Paulo, Global Editora, 1983.

_____. *Os índios das águas pretas: modo de produção e equipamento produtivo*. São Paulo, Cia das Letras/Edusp, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. O Brasil pela novela *in Rumos: o caminho do Brasil em debate*. Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Brasília, Ano 1, nº 1, dez.98/jan.99, p. 44-50.

RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Éditions du Seuil, 2000.

RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments*.Paris, Seuil. 1984.
RHODEN, Luiz Fernando. Legislação e inventários do patrimônio. In *Ciências & Letras: Revista da FAPA*. Porto Alegre, nº 27, jan./jun. 2000, p.189-203.

RODRIGUES, Marly. "Patrimônio, idéia que nem sempre é prática", in *A construção da cidade*. Brasília, Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal, 1998, p.82-95.

RUSKIN, John. *Las siete lámparas de la arquitectura*. México, Ediciones Coyoacán, [1849] 1996.

RUTHERFORD, Jonathan. O terceiro espaço: uma entrevista com Homi Bhabha. in *Revista do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional*, Rio de Janeiro, IPHAN, n.24, 1996, p. 35-41.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos & VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro, Convênio IBAM/FINEP, 1981.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*. Manaus, Ed. Universidade do Amazonas, 1999.

SANTOS, Mariza V. Motta. "O Tecido do Tempo: a idéia do patrimônio cultural no Brasil — 1920-1970". Tese de doutorado defendida na UnB, 1993.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo, Nobel, 1985.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, ,1987.

_____ . *Técnica, Espaço e Tempo*. São Paulo, Haretec, 1994.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à conciêcia universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

_____& SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e*

sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, record, 2001.

SERRA, Geraldo. *O espaço natural e a forma urbana.* São Paulo, Nobel, 1987.

SILVA, Ana Amélia. "A luta pelos direitos urbanos: novas representações da cidade e cidadania". In: São Paulo, *Espaço & Debates* nº 30, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Setubal de Resende. Preservação na gestão das cidades. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, n.24, 1996, 165-174.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos.* São Paulo, Ática, 1992.

SOUZA, Boanerges Lopes de. *Do rio Negro ao Orenoco: a terra, o homem.* Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/ Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1959.

SOUZA, Márcio. Estado e cultura no Brasil. *Leituras da Amazônia – Revista Internacional de Arte e Cultura*. Manaus, nº 1, abr.98/fev.99, p.149-165.

_____. *A expressão amazonense – do colonialismo ao neocolonialismo.* Manaus, Ed. Valer, 2003.

SOUZA, Maria Adélia de. *Governo urbano.* São Paulo, Nobel, 1988.

TARIANO, Ismael Moreira. *Mitologia Tariana.* Manaus, IPHAN/ Valer, 2002.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro.* São Paulo, Martins Fontes, 1999.

VALÉRY, Paul. *Eupalinos ou l'Architecte.* Paris, Gallimard, 1996.

VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano.* Rio de janeiro, Zahar, 1976.

VIEIRA, Gleuber. Estratégia vitoriosa. *Revista UnB.* Brasília, ano I, nº 2, abr/mai/jun 2001, 37-39.

VILAÇA, Marcos Vinícios. *Por uma política nacional de cultura.* Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

WAGLEY, Charles. *Uma Comunidade Amazônica.* São Paulo, Itatiaia-USP, 1988.

WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelos rios Amazonas e Negro.

Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1979.

WILLAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

WILSON, Edward O . *La diversidad de la vida*. Barcelona, 1994, Crítica.

ZANETTINI, Paulo Eduardo & NEVES, Eduardo Góes & GONZÁLEZ, Érika. In: Projeto Arqueourbs (Fase I), volume "Caderno Técnico". Manaus, SEC/IGHA/Zanettini Arqueologia, 2002.